UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini

Universidade de Brasília

FAC LIVROS

Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldes | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais / organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.;21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4 CDU: 305-055.2

SUMÁRIO

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

APRESENTAÇÃO

A instabilidade política e econômica do país inspira e instiga os movimentos sociais na luta contra a perda de direitos, sejam eles trabalhistas, previdenciários, de gênero ou outros. Da mesma forma, a crescente complexidade social permite a identificação e emergência de novas demandas que são organizadas por esses movimentos. Entendidos como as diferentes formas associativas realizadas no âmbito da sociedade civil, com níveis variados de institucionalização, que expressam valores da cidadania e buscam a implementação de políticas sociais e políticas públicas visando ao bem comum, os movimentos sociais são considerados atores sociais de grande importância para a vida democrática. Sua atuação não pode ser desvinculada da de outras instituições e nem desconsideradas no cenário político, econômico e social.

A grande máquina de comunicação, por sua centralidade na vida contemporânea, é uma interface fundamental para o compartilhamento dos debates, projetos e lutas que permeiam a sociedade e um dos palcos de encenação da vida e de legitimação dos seus atores. Pela sua importância na produção de visibilidade e reconhecimento, o poder do campo da comunicação tem sido disputado e sempre apropriado de forma desigual. As características com que se configurou o setor da comunicação no Brasil em outros países latino-americanos baseadas na concentração e no monopólio, vem produzindo uma história de exclusão de inúmeras vozes do debate político, econômico e social, provindas de diversos tipos de organização popular ou dos chamados segmentos minoritários mobilizados em torno de lutas mais pontuais e pelas diversas formas de exploração e discriminação. É um modelo que também tem promove distorções na percepção das lutas e do papel social desses atores, chegando inclusive a instaurar ou incentivar conflitos e manifestações de ódio.

A resposta a uma chamada pública para reunião, num livro, sobre as visões e análises a respeito da relação entre o setor de comunicação e os movimentos sociais confirma a premissa geral que deu origem a esta obra e acrescenta muitos outros ângulos, que só se tornam possíveis de ser captados pela diversidade de olhares lançados sobre a questão. Pesquisadores e militantes de diversas áreas e em diferentes experiências aceitaram o convite a um trabalho conjunto em busca de compreensão sobre os limites, possibilidades e impactos da relação entre comunicação e movimentos sociais no Brasil, em especial, e em alguns outros países da América Latina.

Este trabalho de perscrutação realizado por ângulos diversos apresenta pontos de convergência importantes como o que revela a oposição sistemática e generalizada da mídia tradicional aos movimentos sociais, sobretudo do Jornalismo, que minimiza, ridiculariza e, algumas vezes, confronta e criminaliza esses movimentos. Torna-se assim evidente o que os defensores da democratização dos meios de comunicação há muito denunciam: a falta de pluralidade e diversidade de conteúdos e formatos, o pensamento único que viceja nos veículos de

comunicação e a exclusão das diferenças e dos projetos provindos dos movimentos sociais. Também fica evidenciado que o movimento social não tem sido indiferente às transformações do campo da comunicação, especialmente após o ingresso das tecnologias digitais e das mídias sociais. A possibilidade de lançar mão dos instrumentos de comunicação que se colocaram disponíveis mais contemporaneamente não apenas renova as trocas de informação como também fortalece novos vínculos e cria novas formas de articulação, mobilização e participação que enriquecem as lutas e diversificam as bandeiras voltadas para a promoção da cidadania e construção de uma esfera pública mais democrática.

Mais do que o registro do momento histórico ou uma crítica à atuação midiática, estabelece-se um convite para novas leituras. Algumas pistas mostram-se especialmente férteis, sobretudo a da análise das estratégias discursivas dos veículos, que habilmente falam e calam em busca de determinados efeitos, e o diálogo das mídias tradicionais com as redes sociais, pautando-se e sendo pautadas no reforço de ou no embate com diferentes visões de mundo.

As Organizadoras

"Desse modo, parece-me que os Movimentos Sociais, em toda a sua diversidade de pauta, têm como principal elemento a transformação dos valores da sociedade"

ALEXANDRE MARCELO BUENO

Movimentos sociais e seus simulacros

Marcos Rogério Martins Costa[1]

Linguista pela Universidade de São Paulo, realizou seu mestrado e doutorado em Semiótica e Linguística Geral na mesma instituição. Fez estágio de doutorado-sanduíche na Université Paris 8. Foi professor visitante da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), onde ministrava aulas de língua portuguesa e, nas horas vagas, procurava conhecer as diversidades política, cultural e linguística do país. Cumpriu estágio de pós-doutorado no Centro de Pesquisa Sociossemiótica (CPS) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, é professor colaborador do Mestrado em Linguística da Universidade de Franca (UNIFRAN). Organizador (com Oriana de Nadai Fulaneti) dos livros "Linguagem e Política" (dois volumes). Suas pesquisas são direcionadas para os temas da imigração, intolerância linguística e sociossemiótica. Mais recentemente, está interessado em questões da política contemporânea e do universo lusófono. Em tempos de crise das instituições políticas, sociais e culturais, estudiosos das humanidades devem ser convocados por diversas razões. Dentre eles, destaca-se o pesquisador da língua(gem), que tem como função desvelar o sentido, isto é, perscrutar as relações simbólicas e semissimbólicas que são construídas no dito, a partir das maneiras de dizer. Logo, semelhantemente aos poetas, como diria Carlos Drummond de Andrade, o estudioso das teorias do texto e do discurso "penetra surdamente no reino das palavras".

[1] Doutorando no Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Desenvolve um estudo sobre as manifestações populares de rua, em especial os protestos das Jornadas de Junho de 2013, a partir de um viés semiótico. E-mail: marcosrmcosta15@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Atualmente, os diversos Movimentos Sociais organizados têm um papel fundamental de resistência e enfrentamento ao novo grupo político que chegou ao poder por meios, no mínimo, questionáveis. Esse grupo que está agora no governo trouxe consigo um conjunto de propostas que retira direitos políticos, sociais, culturais e trabalhistas de grupos sociais desfavorecidos, e não mexe nos privilégios dos mais abastados. Em suma, os Movimentos Sociais lutam para evitar o retrocesso do País. Intrínseca a essa postura de enfrentamento, os Movimentos Sociais continuam a lutar pelo que lhes é de direito: habitação, terra para plantar, reconhecimento identitário, educação, transporte, direitos básicos de acesso à cidadania, igualdade de oportunidades, entre outras pautas igualmente importantes.

Considero que houve mudanças profundas nos Movimentos Sociais se tomarmos, como ponto de partida, os sindicatos, que se formaram durante o período da ditadura como Movimentos Sociais. Circunscritos a uma concepção de luta de classes e da busca por melhorias nas condições de trabalho (como melhores salários), os sindicatos foram também igualmente importantes no processo de redemocratização do País. No entanto, em tempos mais recentes, ao lado dos sindicatos, surgiram outros Movimentos Sociais cujas pautas englobam sujeitos ainda mais espoliados pela sociedade e pelo Estado: são os movimentos dos sem-teto e dos sem-terra. Esses movimentos contam com uma organização semelhante à dos sindicatos: realização de assembleias para discussão e votação de pautas e planejamento de ações, lideranças centralizadas e descentralizadas, comunicação entre agrupamentos localizados em espaços distintos (na cidade e no campo), entre outras características.

Em tempos mais recentes, vimos o surgimento de outros Movimentos Sociais que buscam o reconhecimento identitário, a igualdade de gênero, o respeito à sexualidade alheia, o transporte gratuito, políticas de cotas para a população negra, e assim por diante. Nesse sentido, houve um grande avanço nos últimos governos eleitos democraticamente em âmbito federal, a despeito das limitações produzidas pelas concessões necessárias para se obter um mínimo de governabilidade desses mesmos governos. Esses novos grupos possuem uma dinâmica organizacional diferente, orientada pela ideia de horizontalidade, ou seja, ausência de lideranças explícitas, uma pauta mais restrita e adversários mais difusos, não limitados ao Estado ou às elites, mas a todos que se colocam contra suas reivindicações. Fica implícito, nesses grupos, que o conceito de classe social implodiu, apesar de haver discussões a esse respeito quando algumas pautas se tornam mais visíveis do que outras.

Um traço que une todos esses movimentos é a ideia de que eles estão todos, ideologicamente, no campo da esquerda. No entanto, parece-me que alguns grupos de direita, como o MBL, conseguiram criar uma espécie de simulacro de movimento social, e quando digo simulacro não quero envolver nenhum juízo de valor, mas sim entender como alguns traços dos movimentos sociais de esquerda foram apropriados pelos grupos de direita para se criar esse efeito de sentido identitário (um simulacro) de uma espécie de movimento social da direita. Entendo que esses grupos de direita não podem ser considerados como um Movimento Social efetivo porque, em

primeiro lugar, não se dirigem a um grupo social específico (determinado por critérios como trabalho, gênero ou etnia). Em segundo lugar, porque não há uma pauta clara de reivindicações, somente enunciados vagos e genéricos (“menos imposto, menos Estado, mais Brasil”, “contra a corrupção” etc.), sem uma proposição e um planejamento. Em terceiro lugar, porque não há discussão interna nesses grupos, tampouco assembleias para se definir estratégias e ações. Tudo parece ser realizado pelas lideranças desses grupos de direita, que divulgam manifestações e esperam a vinda de apoiadores eventuais, sem com isso fazer um trabalho de base com o intuito de esclarecer seus pontos e seus valores. Em suma, não há um vínculo afetivo que dê organicidade às estruturas desses movimentos de direita.

Por fim, todo Movimento Social visa eliminar uma falta que lhe é prejudicial. Se não houvesse essa carência, que implica na formulação de diferentes estados passionais para esses sujeitos, não haveria razão de uma organização coletiva existir. No caso dos movimentos de direita, a pauta não se refere a uma falta que os incomoda, mas a concepções abstratas (como o livre mercado, a liberdade individual e o fim da corrupção) que, não necessariamente, serão benéficas a todos, incluindo eles mesmos. Dessa maneira, os grupos de direita parecem ter a função de apenas servir como contraponto aos Movimentos Sociais sem, com isso, estabelecer um debate efetivamente político. Prova disso está no uso intenso das redes sociais, mas na presença apenas pontual no espaço público.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Se tomarmos a palavra “imprensa” como sinônimo das grandes empresas de comunicação, posso dizer que elas retratam os Movimentos Sociais de modo negativo quando seus próprios interesses de classe estão em jogo. Devemos lembrar que uma empresa de comunicação veicula os valores sociais de seus proprietários. Quando não há essa ameaça, parece haver um discreto apoio ou, pelo menos, uma tolerância maior. Em particular, penso no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A representação negativa desses Movimentos Sociais ocorre, a meu ver, porque eles tocam em uma questão que não é (nem quer ser) discutida pelos que detêm o poder (e a impressa faz parte desse grupo): a noção de propriedade privada. Quando se tem dois grupos opostos portadores de pressupostos e de valores sociais distintos em torno de um mesmo tema (a propriedade privada), o diálogo não ocorre. E se não há diálogo, não há também tentativa de se compreender as razões do outro, muito menos de tentar explicá-las à sociedade, o que me parece ser um dos papéis da imprensa, ao menos em um mundo ideal. Desse modo, os meios de comunicação procuram “demonizar” os Movimentos Sociais citados para que eles não obtenham mais apoio da sociedade, que fica limitada, muitas vezes, a ler e a ouvir as mediações realizadas pela imprensa.

Já outros Movimentos Sociais, como o Movimento Passe Livre (MPL), cuja pauta tocava implicitamente nessa questão (a propriedade privada controlando o que eles consideram um

direito), encontram certo acolhimento da imprensa no momento em que outras razões surgem (como no caso do MPL, quando uma jornalista foi atingida no olho por uma bala de borracha atirada por um policial). Além disso, mais do que uma representação negativa, há mesmo uma tentativa de se criminalizar alguns Movimentos Sociais, como foi o caso do pedido de prisão de João Pedro Stédile (líder do MST), em 2008 e, mais recentemente, a prisão de Guilherme Boulos (líder do MTST), amplamente noticiada pelos meios de comunicação, com o apoio de alguns colunistas, como o Reinaldo Azevedo.

Pode-se dizer que a imprensa não prende, mas possui a capacidade de intensificar determinadas imagens que encobrem valores construídos por ela. Esse, inclusive, é um dos papéis dos colunistas que têm a liberdade de emitir opiniões políticas, desde que não desagradem aos seus patrões. Em geral, essas opiniões tendem a somente desqualificar o discurso do outro sem aprofundar a reflexão sobre os desejos e os motivos desses Movimentos Sociais e de suas lideranças. De um modo geral, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* procura criar uma imagem de aparente imparcialidade, que percebemos ser apenas um estilo para persuadir seu público-leitor. Digo isso porque é fácil perceber, por meio da frequência de determinadas notícias de capa, de maior visibilidade, que a imparcialidade não existe em nenhuma atividade humana. Pode-se alegar que esse jornal, em particular, acolheu, até pouco tempo atrás, tanto o Boulos como o Kim Kataguiri em seus quadros de colunistas. No entanto, essa é apenas uma maneira de argumentar em defesa da sua suposta imparcialidade. Por exemplo, quando pegamos as reportagens da Operação Lava Jato, as de maior destaque são sempre aquelas que trazem Lula como um dos citados. Os demais são ou ignorados ou têm suas presenças atenuadas na mídia.

Um site como o Manchetômetro, apesar de não tratar dos Movimentos Sociais, poderia realizar um estudo sobre o assunto para confirmar, quantitativamente, o que se apresenta como uma intuição de leitor de notícias, o que é o meu caso. Mesmo nessas condições, é possível afirmar que há um tratamento diferenciado em relação aos grupos da direita e da esquerda cuja construção da imagem, que repercute no imaginário social, ocorre de modo reiterado por diferentes veículos da imprensa.

Os grupos de esquerda, frequentemente, têm sua imagem construída pelo jornal de forma negativa, enquanto os de direita são vistos positivamente. Dada a atenuação da polêmica nos meios de comunicação, o leitor passa a pensar que a negatividade e a positividade atreladas a este ou aquele grupo é uma verdade absoluta e universal, chegando a tomar como natural essas valorações. O que a imprensa não faz, mas deveria fazer, é refletir sobre as condições em que um é provocado e o outro é apoiado quando se manifestam. Basta pensarmos em como a polícia age contra um grupo, enquanto com outro tira fotos. Esse é apenas um dos indicativos de como a opinião pública, formada em parte pelos meios de comunicação, julga os Movimentos Sociais. Além disso, pensando na maneira como as manifestações de 2015 foram divulgadas, a ideia central foi a de que nasceram como um movimento completamente espontâneo. Ainda é preciso fazer um estudo cuidadoso para se examinar como os meios de comunicação, semanas antes das manifestações de 2015, já haviam começado a construir esse clima.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sem dúvida. Precisamos entender um pouco como os estereótipos são construídos. Os estereótipos são significações cristalizadas que orientam a nossa leitura, tanto de textos como do mundo. A cristalização ocorre por meio do surgimento de uma figura fechada que (des)qualifica um determinado grupo social ou uma pessoa, que pode ou não representar um grupo social. O estereótipo, assim, mostra apenas uma faceta de um determinado fenômeno e a transmite como se fosse a única possível. Além de se entender essa imagem cristalizada, precisamos também compreender como o estereótipo se propaga e contagia parte da sociedade. Ele surge com essa figura concentrada (por exemplo, "os integrantes do MST são vagabundos") e se reproduz em uma cadeia de discursos veiculados por diferentes meios de comunicação: imagens, textos e vídeos.

O problema do estereótipo é que ele encerra qualquer outra forma de reflexão sobre outros sentidos atrelados aos Movimentos Sociais, sejam os valores que os motivam, sejam ações que eles realizam e que podem ser benéficas para parte da sociedade. Esse é o caso, por exemplo, do mercado que o MST abriu no Centro de São Paulo, onde eles vendem, a preços bastante acessíveis, produtos agrícolas sem agrotóxicos produzidos nos assentamentos. Quantos veículos de comunicação noticiaram esse fato? Creio que poucos. Outro aspecto a ser mencionado sobre o estereótipo é que ele não articula somente uma dimensão inteligível da significação, mas também mobiliza paixões individuais e coletivas que repercutem no entendimento e na relação da sociedade com os Movimentos Sociais. Então, quando pensamos em um estereótipo, não o vemos apenas como um processo de cristalização de uma determinada imagem, mas como uma imagem que recebemos já com uma carga moral validada pela sociedade, em geral como uma verdade absoluta, generalizada e muito abstrata. Com isso, a ideia de que é preciso escutar os dois lados de uma história – preceito dos mais fundamentais no bom jornalismo – acaba se tornando somente mais uma das lendas que permeiam essa profissão. Dessa forma, pelo poder financeiro e material, além de uma suposta credibilidade que merece ainda um estudo mais aprofundado, notícias e colunistas dos meios de comunicação conseguem facilmente construir imagens fixas e negativas de personalidades que começam a se destacar como lideranças dos Movimentos Sociais.

A imprensa pode não prender, mas destrói a reputação de quem quiser. Nesse quesito, outro exemplo recente foi o da Elisa Quadros. Sua imagem de líder dos Black Blocs foi construída pela imprensa e hoje ela responde à Justiça, tendo ainda a sua vida social e psíquica destruída, como foi divulgado em entrevista à Agência Pública.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Inicialmente, precisamos entender que um veículo de comunicação não é uma entidade autônoma desprovida de valores, desejos e projetos. Por trás dessa noção de veículo de comunicação, há grupos de pessoas que se reúnem por meio de vínculos sociais que poderíamos resumir em uma palavra: valor. Tanto em seu sentido econômico, como social, o valor une pessoas em torno de um projeto em comum. O jornal, apesar de ser uma marca, é também uma empresa familiar, ou seja, há pessoas com seus próprios interesses, seus valores e suas redes de relações sociais e econômicas. Assim, as famílias que dominam os meios de comunicação no País possuem valores sociais e econômicos equivalentes. Consequentemente, os veículos de comunicação dos quais são proprietários reproduzem esses valores.

Para entendermos o fato de que os meios de comunicação possuem vinculações políticas e ideológicas, é preciso ainda desconstruir dois enunciados amplamente difundidos pelo senso comum: o da imparcialidade da mídia e o da liberdade de expressão. A mídia constrói seus discursos por meio de efeitos de sentido de objetividade. Contudo, trata-se de uma estratégia discursiva muito simples: basta retirar os elementos linguísticos que marcam a subjetividade do discurso – o pronome “eu”, por exemplo – e colocar no lugar marcas gramaticais de maior impessoalidade – como, por exemplo, a partícula “se”. Só não podemos esquecer que a subjetividade se mantém no discurso, pois é um produto da atividade humana, que sempre tem valores orientando seus discursos, suas preferências, seus gostos e sua visão de mundo. Assim, mesmo com esses efeitos de objetividade, esses discursos se revelam em suas opções por meio dos temas que selecionam e pelas figuras que os recobrem.

Quando trata do MST, um jornal vai noticiar a entrada de integrantes desse grupo em uma fazenda como “invasão”, enquanto o próprio MST vai chamar essa ação de “ocupação”. Para o segundo enunciado, parece-me claro o caso da Maria Rita Kehl, que foi dispensada do já citado *O Estado de S. Paulo* e não teve sua última coluna publicada. Assim, quando falamos em liberdade de expressão, sobretudo nos meios de comunicação, precisamos ter em mente de que se trata principalmente da liberdade de expressão de quem manda e paga os salários dos demais.

Outro passo para se observar os vínculos ideológicos dos meios de comunicação é dado por meio dos editoriais, já que representam o gênero discursivo pelo qual o jornal se posiciona em relação a determinados assuntos. O caso emblemático que consigo me lembrar no momento é do *Estadão*: o seu editorial em apoio a José Serra. Creio até que esse tipo de posicionamento seja saudável, pois deixa clara a opção política do jornal. É uma atitude de respeito aos seus leitores. Porém, não torna possível sustentar o discurso de imparcialidade que os meios de comunicação ainda proferem. Como esse é um tema do qual eles não abrirão mão, podemos observar, em outro nível, como os colunistas se posicionam em relação a assuntos políticos e sociais. Nesse quesito, vemos hoje muitos colunistas que ficaram famosos por comportar, em seu discurso, um componente passional e moral muito forte que pode orientar a opinião pública contra os Movimentos Sociais.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e da mídia internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a

cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

No caso do El País, uma análise do grupo proprietário poderia revelar isso. Já o DW e a BBC são companhias públicas que, aparentemente, possuem autonomia e não recebem intervenções de cunho político em seus respectivos países, como acontece com outras redes públicas brasileiras, como no caso da TV Cultura, ou a exoneração feita por Temer do presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ricardo Pereira de Melo. O que se pode inferir dessa comparação entre a imprensa nacional e seus equivalentes internacionais é a necessidade de se diversificar os meios de comunicação no País, não para eliminar a mídia mais conservadora, mas para ela entrar em uma concorrência com veículos de comunicação com valores mais diversificados.

De alguma maneira, os sites criados por jornalistas (muitos saídos das redações dos jornais conservadores), como o Fórum, o Diário do Centro do Mundo, a Mídia Ninja, o Conversa Afiada, o Viomundo, entre outros, auxiliam nesse processo de diversificação de fonte de informação e de formação de opinião a respeito de temas sociais e políticos no País, apesar de ainda estarem muito distantes do poder e da audiência dos meios de comunicação privados.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para se dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Creio que a imprensa é de pouca valia para os Movimentos Sociais. Mas é apenas uma opinião pessoal, baseada na percepção de uma prática comunicacional de movimentos sociais históricos. Por exemplo, antes, os sindicatos usavam panfletos para se comunicar entre si e com a população; agora, é a mídia digital (blogs, por exemplo) e as redes sociais digitais. Isso não significa que um meio esteja substituindo outro. Pelo contrário, creio que as tecnologias digitais podem conviver com práticas mais sedimentadas, como o panfleto e o piquete. Interessante seria pensar na subversão que os Movimentos Sociais poderiam realizar em certos gêneros publicitários, como os veiculados no YouTube ou no Facebook, mas creio que eles seriam rapidamente bloqueados e censurados por essas plataformas.

Outra possibilidade que me atrai, por ainda não ter visto, é o de se usar o humor, como o existente em alguns canais no YouTube. Essa seria uma forma de manifestação e de presentificação em espaços digitais nos quais os Movimentos Sociais ainda estão muito restritos, quase em guetos. Ademais, seria uma espécie de *tática*, nos termos de Michel De Certeau, que pode ser definida como a prática planejada do mais fraco, ocupando provisoriamente o lugar instaurado pelo outro e utilizando as potencialidades do sistema controlado pelos que estão no poder.

De qualquer forma, por mais que táticas de comunicação sejam importantes, creio que o trabalho de base, como era feito antigamente, ainda é o melhor elemento para se dialogar com a sociedade, pois o diálogo pressupõe também ouvir o outro. Um gesto importante foi feito recentemente com a pesquisa da Fundação Perseu Abramo para conhecer um pouco mais sobre

o que pensa o morador da periferia, já que o PT foi surpreendido nas últimas eleições municipais na capital paulistana. Mas é preciso ter consciência de que esse gesto – o de conhecer as razões e os desejos do outro – ainda não basta. É preciso também pensar em modos de mostrar para a periferia, local onde se concentra o maior número de sujeitos espoliados de direitos básicos, que o coletivo deve predominar em relação ao individual, que prevalece principalmente atrelado ao crescimento das igrejas neopentecostais (e sua teologia da prosperidade) e com a ideologia do empreendedorismo (ou seja, todo indivíduo é um empreendedor).

Essa é uma disputa em que discursos persuasivos e bem elaborados serão decisivos, sem nenhum juízo de valor, já que todo e qualquer discurso é persuasivo. E só se poderá mudar essa postura da periferia com um trabalho de base que vise a retomada do espaço público, pois é na rua que as potencialidades dos desejos e do diálogo com a diversidade podem se concretizar e se efetivar em um novo estilo de vida, usando, é claro, os recursos que as mídias digitais também oferecem atualmente. Menciono com mais ênfase a periferia porque creio que os Movimentos Sociais, independentemente de suas pautas, necessitam sair um pouco dos limites de seu próprio universo para angariar apoio das parcelas não organizadas da sociedade.

Como coordenador do atelier "Da interação ao contato com o outro: alteridade nas tramas dos sentidos", ligado ao Centro de Pesquisas Sociossemióticas (CPS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), relate suas experiências dentro desse grupo e como este tem apreendido a história recente dos Movimentos Sociais e suas respectivas mobilizações populares. Justifique sua resposta com exemplos e fatos.

Na verdade, o atelier que eu coordeno está mais interessado na ocupação de minorias diversas no espaço público, em especial os imigrantes e os refugiados. A partir de nossos trabalhos de campo, depreendemos aspectos políticos, como o papel da prefeitura no maior ou menor acolhimento a esses grupos, nos tipos de apoio que ela pode ofertar, o papel das organizações não governamentais etc. Além disso, observamos, por meio da análise de textos da área de comunicação, como a sociedade brasileira representa e (des)valoriza os imigrantes e refugiados.

Ainda na PUC-SP, faço parte de uma pesquisa intitulada “Os afetos na política”, liderada pelo Prof. José Luiz Aidar Prado, na qual examinamos as páginas no Facebook de Movimentos Sociais como Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo, Movimento Passe Livre, entre outros, a partir dos últimos acontecimentos políticos, como as Jornadas de Junho de 2013 e as Manifestações de 2015. Analisamos também as páginas de grupos de direita, como Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre, que obtiveram muita visibilidade e repercussão em suas páginas nas redes sociais digitais. De um modo bem geral, pois a pesquisa ainda está em andamento, observamos que os grupos de direita se organizam em torno de valores de absoluto, o que na semiótica discursiva quer dizer valores de unidade, ou seja, de uma certa homogeneidade fechada de significações com base na exclusão de determinados elementos, enquanto os movimentos de esquerda se formam a partir de valores de universo, ou seja, de valores assentados na abertura e na diversidade. Os afetos se constituem,

assim, baseados nesses valores: nos valores de absoluto, temos um crer intensificado, totalmente fechado a outras possibilidades de sentido, que vincula, de modo igualmente intenso, o sujeito a seus valores, que se desdobram, entre outras paixões, nos discursos intolerantes e de ódio em relação ao outro, à alteridade. Com isso, surgem temas vinculados à violência política e social ("vagabundos devem apanhar", "bandido bom é bandido morto", entre outros).

No caso dos valores de universo, os afetos se relacionam a paixões de solidariedade e de resistência, de abertura ao outro para englobá-lo na luta contra os desmandos. Nos temas, a ideia que predomina é a da união das pessoas de origens diversas, pois somente a maioria pode conquistar o que lhe falta. Dessa maneira, atentamos para um aspecto aparentemente relegado a um segundo plano: as paixões na política. Ao lado da noção de valor, as paixões são, em meu entendimento, um dos traços mais pertinentes do campo político. Inclusive, para o País retomar a normalidade necessária para colocá-lo de volta ao caminho que estava trilhando, será preciso atenuar a manifestação de algumas paixões para que o outro deixe de ser considerado um inimigo e passe a ser visto como um adversário em torno da disputa pelo poder orientada por regras democráticas claras a serem respeitadas.

Na condição de semioticista, pesquisador que apreende os efeitos de sentido produzidos pelas palavras, como tem analisado as ações da mídia impressa e audiovisual na veiculação dos fatos referentes aos recentes escândalos políticos envolvendo corrupção? Justifique sua resposta a partir do fenômeno da Criminalização dos Movimentos Sociais e das Manifestações de Rua.

Os meios de comunicação construíram o conceito de que um único partido é responsável pela criação da corrupção no País. Nesse quesito, essa ideia é produto do que chamamos, em semiótica, de uma triagem, ou seja, da seleção de determinados elementos de uma dada grandeza (referindo-se, aqui, ao campo político) para se criar um sentido único e intenso, no caso, de um único partido político, cuja correspondência discursiva é encontrada nas falas dos movimentos de direita. Desse modo, no universo de sentidos que engloba os corruptos, seleciona-se somente aqueles que fazem parte de um mesmo partido. Ao lado dessa operação, os meios de comunicação também preenchem o papel de observador moral, cuja responsabilidade é a de validar ou desvalidar determinadas paixões. Desse modo, paixões de ódio, anteriormente abafadas, foram vistas nas ruas e enunciadas sem qualquer tipo de pudor e, em alguma medida, valorizadas por parte da sociedade com o aval (ou, pelo menos, a indiferença) dos meios de comunicação.

Esses elementos, associados aos efeitos de objetividade já mencionados, fizeram com que os meios de comunicação tirassem o peso da discussão política efetiva para colocar no lugar um processo de moralização desse campo de atuação. Por meio desse procedimento discursivo, leva-se a crer que os únicos culpados são os outros, sobretudo os que se organizam e lutam, ou seja, aqueles que colocam na arena pública valores diversos dos que orientam os proprietários das empresas de comunicação e da elite do País em geral. Como muitos Movimentos Sociais estão

historicamente vinculados ao PT, os meios de comunicação os tomam como se formassem um bloco homogêneo de “maldades” e de tudo que não deve ser feito para a Nação.

Assim, políticas sociais realizadas pelo governo do PT, cujos beneficiários são, em parte, os Movimentos Sociais organizados, foram sancionadas negativamente pelos meios de comunicação. No entanto, essa construção disfórica se aplica também à parcela da sociedade não organizada e que, muitas vezes, está alheia à disputa política. Lembro-me, por exemplo, da capa da *Veja* que denunciava o suposto fracasso das políticas de cotas raciais para ingresso na universidade, baseado num único problema que ocorreu na UnB (quando um de dois irmãos gêmeos foi considerado negro, enquanto ao outro foi negada essa condição). Ao observarmos as manifestações de 2015, em que a classe média foi à rua para pedir a saída de Dilma, vimos exatamente o contrário: a sanção dos meios de comunicação beirou ao exagero, sobretudo quando lembramos a euforia de alguns colunistas televisivos (onde ficou a imparcialidade mesmo?). Nesse acontecimento, vemos também como os meios de comunicação se posicionaram: em 2015, era o povo brasileiro que ocupava as ruas; em 2013, e em outras manifestações pontuais, eram os chamados manifestantes (quando não baderneiros).

Segundo seu ponto de vista, há diferenças epistemológicas e práticas entre os conceitos de Movimento Social e Manifestação de Rua? Comente sua resposta a partir da crítica à diluição conceitual vigente em diversas frentes teóricas da contemporaneidade.

O cenário dos Movimentos Sociais no Brasil apresenta um panorama bastante complexo. Há desde movimentos com práticas bem conhecidas, que revelam filiações reivindicatórias históricas, ao lado de grupos que trazem novidades em termos de práticas de visibilidade e exigências bem delimitadas. Em meu entendimento, precisamos pensar nos Movimentos Sociais a partir de duas características: uma, pelas pautas que os definem e os mobilizam; outra, pelo contexto político e social no qual se inserem. Parece-me que há, no Brasil, uma coexistência entre duas tradições de manifestação e uma novidade: a primeira forma de movimento social surge nos sindicatos e tem sua importância na luta durante a ditadura pela melhoria das condições de emprego dos trabalhadores. Há, nesse movimento sindical, uma tradição de se trabalhar na base, ou seja, na formação política, com viés marxista, dos trabalhadores. Dito de modo grosseiro, nesse grupo, o que predomina é a noção de luta de classes, isto é, de que a ideologia das classes dominantes deve ser questionada e revertida para que os trabalhadores tomem consciência da sua situação de exploração. A segunda tradição que orienta os Movimentos Sociais no Brasil parece ser aquela que vem dos EUA e que surgiu nos anos 1960: trata-se dos movimentos pelos direitos civis, encabeçados pelo movimento negro, que começou a ganhar força na luta pelo direito dos negros no Brasil, mas que atualmente se imiscuiu também em outras minorias (minorias no plano simbólico): mulheres, homossexuais, transgêneros, indígenas, entre outros. Nesse grupo, busca-se exigir a realização de direitos previstos em lei e, quando não os há, força-se a mudança da lei. Ela tem um caráter mais identitário, de reconhecimento do outro e do respeito que se deve ter com eles. Também dito grosseiramente, apesar de haver dentro desses

grupos uma grande variedade de proposições, a questão da luta de classes fica em segundo plano. Não há o vislumbre de uma revolução, mas sim da criação efetiva de um estado de bem-estar social e de uma perspectiva igualitária no espaço público e de liberdade no espaço privado individual.

No meu entendimento, essa é a linha do MPL, muito ligado, em sua organização, a movimentos contemporâneos, como o *Ocuppy*. Essa seria, digamos, uma diferença paradigmática interna à definição de Movimento Social. Esses movimentos tornam-se Manifestantes de Rua quando se organizam para ocupar o espaço público por meio de passeatas ou de ocupações. Essa seria uma definição sintagmática dos Movimentos Sociais e sua parte mais visível. Agora, pode-se também fazer, a partir das Manifestações de 2015, uma distinção entre Movimentos Sociais e Manifestantes de Rua. Isso ocorre porque aqueles que foram para a rua manifestar contra Dilma Rousseff tinham uma prática pontual, pois não faziam parte de nenhum Movimento Social conhecido. Essa é uma das razões para a presença de tantos discursos diferentes em torno de um mesmo tema, o que revela certa desorganização desses manifestantes. Já um movimento organizado, como o da reivindicação pelo direito à moradia, envolve toda uma narratividade que desvela os valores hegemônicos na sociedade brasileira atual, nesse caso a mercantilização do sistema habitacional e o consequente planejamento das cidades brasileiras em direção a um amplo processo de gentrificação, cuja consequência é a expulsão de pessoas dos bairros centrais inicialmente deteriorados que passaram a ser valorizados por novos empreendimentos imobiliários, atraindo pessoas com melhor poder aquisitivo e elevando o preço de alugueis a ponto de, nesses lugares, tornar-se inviável manter uma habitação para os moradores mais antigos. Desse modo, parece-me que os Movimentos Sociais, em toda a sua diversidade de pauta, têm como principal elemento a transformação dos valores da sociedade. Trata-se, como se diz em semiótica, de uma recusa a essa forma hegemônica, orientada pelo capital, de encarar a vida e os direitos civis mínimos.

Os movimentos sociais não possuem uma forma *standard* também quando pensamos em sua organização. Há movimentos com uma estrutura mais tradicional, como o já citado MTST, cuja coletividade gira em torno de uma liderança mais visível (o mesmo pode se dizer, por exemplo, do MST). Mas há também movimentos que se intitulam mais horizontais e, por essa razão, sem lideranças, como o MPL, também já citado. Valeria a pena pensar nesses grupos como coletividades aparentemente mais orgânicas, mas ainda acho difícil que um movimento social se sustente por muito tempo somente com a horizontalidade plena, pois haveria ao menos um núcleo pensante e propositor, constituído por “n” pessoas, que decidiriam os rumos do movimento, criando uma discreta ondulação nessa horizontalidade.

De qualquer forma, penso que o modelo mais tradicional, com o surgimento de uma liderança, também traga alguns problemas, principalmente quando se trata de uma figura que pode abafar, eventualmente, o surgimento de outras lideranças dentro do movimento. Nesse amplo panorama de Movimentos Sociais, entendo que ainda é preciso um diálogo maior entre os grupos para eliminar as barreiras e aumentar a participação desses sujeitos em torno de pautas mais amplas e coletivas, que podem beneficiar uma parcela maior da sociedade brasileira.

A partir de sua atual pesquisa sobre as mobilizações populares, pode-se dizer que as Jornadas de Junho, ocorridas em 2013, se diferenciam ou não das anteriores, como, por exemplo, as Diretas Já (1983-1984) e o Impeachment de Collor de Mello (1994)? Justifique sua resposta.

Há uma série de diferenças. Inicialmente, as Diretas Já não tinham como foco uma figura política, e consequentemente pública, mas sim o desejo da sociedade em restabelecer as regras democráticas no País, após décadas de ditadura militar. Assim, o que motivava as pessoas a protestar, apesar de todo o perigo envolvido naquele momento de proibição de manifestações e greves, era um tema, ou seja, uma ideia abstrata de democracia, mas com repercussões na vida de toda a sociedade. Os sujeitos que participaram da Diretas Já eram, de certa forma, políticos e personalidades que apresentavam e apresentam ainda uma certa formação e atuação política, apesar de na época não fazerem, todos, parte de partidos políticos. Há ainda o papel dos sindicatos na época, espaços de onde saiu Lula e outras figuras políticas importantes.

No caso do Impeachment do Collor, a figura política estava lá bem concreta e definida. O principal grupo que mobilizou os protestos foi a União Nacional dos Estudantes (UNE). Não houve, efetivamente, uma grande participação da sociedade, apesar de o apoio a Collor ter decaído muito, principalmente por causa das denúncias de corrupção na mídia envolvendo o seu governo e, é claro, pela falta de um apoio parlamentar mais consistente, já que ele chegou ao poder por um partido pequeno e com o forte apoio dos meios de comunicação e principalmente pela Globo. Nessa configuração, parece-me que a deposição de Dilma se assemelha mais ao Impeachment do Collor, mas com os polos ideológicos invertidos: um presidente conservador (apesar da imagem de modernidade que ele tentava transmitir) enfrentou protestos de uma entidade historicamente de esquerda (a UNE), enquanto uma presidente progressista (apesar das concessões feitas ao grande capital) encarou manifestações da parcela conservadora da sociedade ao mesmo tempo em que perdia o apoio no Congresso, em um ato de traição política. No entanto, as semelhanças terminam aqui, pois o que houve foi um golpe, nos moldes de 1964: sem qualquer indício mais consistente de crime, como Collor tinha, Dilma foi deposta de seu cargo por um grupo político dotado de outros interesses.

Voltando à comparação entre os dois eventos políticos mencionados na pergunta, temos uma outra diferença relacionada ao objeto a ser alcançado ou refutado: enquanto as Diretas Já visavam transformar a sociedade por meio da retomada de um regime político, o Impeachment de Collor foi um movimento que intentava retirar o presidente do poder e, em parte, restabelecer uma certa moralidade na política, algo que efetivamente não ocorreu. Em termos de práticas de manifestação, também houve uma diferença perceptível: nas Diretas Já, as pessoas se concentravam em amplos espaços (como a Praça da Sé, em São Paulo) diante de um palanque onde determinadas personalidades expressavam seus desejos por democracia. No caso do Impeachment de Collor, eram feitas manifestações com pessoas caminhando atrás de um carro de som, percorrendo grandes vias, como foi o caso da Avenida Paulista.

Os movimentos atuais, como as Jornadas de Junho, também refletem mudanças nas práticas da manifestação popular de rua. Basta observar como, em sucessivas manifestações, os grupos procuraram ocupar outros espaços da cidade, muitos dos quais nunca haviam sido usados, como o Largo da Batata e a Ponte Estaiada. Além disso, marcar o início das manifestações logo após o chamado horário comercial também mostrou a inteligência tática do movimento. Em meu entendimento, ocupar novos lugares da cidade demonstraram uma homologação entre esses espaços e as novas práticas que as manifestações contemporâneas criaram, como o uso da internet para discutir e convocar mobilizações e a própria horizontalidade da estrutura de alguns Movimentos Sociais que dela participaram. Logo, as Jornadas de Junho marcaram o ser e o fazer das manifestações de rua no Brasil contemporâneo.

Durante a história dos Movimentos Sociais, muitos foram os perfis dos manifestantes e dos partidários políticos. Como pode ser entendido, teórica e empiricamente, o perfil dos participantes das recentes manifestações políticas em seu país? Comente em sua resposta os perfis dos manifestantes das Jornadas de Junho de 2013 e dos participantes dos Protestos de Março de 2015.

Inicialmente, as Jornadas de Junho de 2013 eram formadas por um único Movimento Social que cresceu e também contou com o apoio indireto dos meios de comunicação a partir da divulgação massiva da agressão à repórter da *Folha de S. Paulo* nas redes sociais digitais, em especial pela Mídia Ninja. Depois, outros grupos, mais à direita, tomaram as manifestações de 2013, e o que se viu foi um concerto polifônico de pautas e reivindicações, muitas das quais de cunho pessoal, ou seja, pouco articuladas coletivamente.

Na de 2015, as maiores manifestações e as mais cobertas pelos meios de comunicação eram de grupos mais conservadores. Um dado interessante revela que as pessoas que foram para as ruas nas Manifestações de 2015, em geral, não se assumem como de direita. Elas procuram se afirmar como “brasileiras” e como “pessoas de bem” que se manifestam em prol do País, como se outras pessoas não tivessem essas qualidades ou os mesmos propósitos. Essa é uma estratégia interessante para delimitar a identidade coletiva desse grupo, como se eles não fossem apenas parte da sociedade (e com valores e interesses próprios de sua classe social), mas uma totalidade integral, ou seja, como se fossem o País inteiro a protestar e a exigir determinadas ações no campo político (particularmente, a deposição de Dilma Rousseff).

Uma outra forma de discurso que está em consonância com a construção dessa identidade aparece nos cantos entoados: o Hino Nacional Brasileiro. Essa identidade coletiva, inclusive, possui um outro símbolo muito bem delimitado: o uso do uniforme da seleção brasileira ou de roupas que remetem a essa “entidade” nacional. Se, cromaticamente, a identidade desse grupo se confunde com elementos nacionais, os manifestantes das Jornadas de Junho de 2013 não tinham a mesma preocupação, apesar de haver uma predominância, nas imagens veiculadas pelos meios de comunicação, do vermelho e do preto. Por meio de fotos difundidas principalmente nas redes sociais digitais, podemos depreender um perfil mais conservador dos

manifestantes de 2015 e um perfil mais progressista dos manifestantes de 2013 (ao menos em sua fase inicial).

Penso também que os Protestos de Março de 2015 só surgiram porque houve antes as Jornadas de Junho de 2013. Este, de certa forma, criou as condições para a realização daquele. Em outras palavras, 2013 foi uma espécie de laboratório para que a direita saísse às ruas e percebesse que não teria uma reação à altura dos Movimentos Sociais de esquerda. Nesse quesito, creio que a esquerda (partidária, ou não) falhou em sua leitura sobre os eventos de 2015 por estar ainda muito ligada à crença de que o jogo democrático não seria maculado, como acabou sendo efetivamente e de forma muito eficiente pelo grupo que está agora no poder. Faltou, também, no meu entendimento, um diálogo maior entre os diferentes grupos de esquerda para articular estratégias mais efetivas a fim de impedir a chegada desse acontecimento, cujos efeitos continuamos a sentir até os dias atuais.

A partir do referencial teórico da semiótica da Escola de Paris, pode-se dizer ou não que houve um maior predomínio das paixões malevolentes nas Jornadas de Junho de 2013 do que nos Protestos de Março de 2015? Dentre as paixões possíveis e apreensíveis nas falas e nos textos dos manifestantes dessas mobilizações populares, qual é a mais recorrente e, portanto, mais presente? Cite exemplos para confirmar suas hipóteses.

Para fazermos uma comparação entre as manifestações de rua de 2013 e 2015, precisamos antes entender a sintaxe das manifestações de 2013 e como ela pode ser dividida. A partir daí, podemos compreender como as manifestações mobilizaram determinadas paixões. As manifestações de 2013 foram iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) que, como todos sabem, tem uma pauta única, clara e bem definida: o transporte público gratuito como direito fundamental. Com as chamadas para as manifestações, em 2013, inicialmente elas foram reprimidas pela força policial em um esquema bastante claro: de um lado, um grupo de manifestantes reivindicando ao poder público o atendimento de sua pauta.

De outro, a polícia, como braço armado do Estado, que agiu de forma excessiva e violenta contra os manifestantes. Essa atitude da polícia só poderia levar a uma paixão do ressentimento, entendido como uma falta que leva o sujeito agredido a rever suas práticas e a revidar a violência sofrida, atitude que os meios de comunicação denominaram de vandalismo. Aqui temos uma paixão malevolente, ou seja, que visa fazer mal a um outro. A diferença é que essa paixão malevolente pode ser justificada, a depender do ponto de vista adotado (e que não é, obviamente, o da mídia). Com a agressão a atores que não estavam envolvidos diretamente nas manifestações, como os jornalistas, as manifestações de 2013 tomaram corpo, receberam apoios diversos e começaram a abrigar todo tipo de manifestante, não acolhendo necessariamente os mais interessados no atendimento da reivindicação do MPL. Essa segunda etapa das manifestações de 2013 marca, de modo mais claro, algumas paixões malevolentes, direcionadas principalmente para a esquerda e para o governo federal.

Houve, como um traço invariante dos discursos malevolentes: a questão do ódio. Essa paixão é interessante, nesse contexto, porque revela os estados passionais de determinados sujeitos sociais – como a classe média ressentida com as políticas sociais e rancorosa contra quem as implementou. Mas a paixão do ódio é igualmente perigosa pelo que pode levar a uma ação de agressão e desejo de eliminação do outro, ou seja, daquele que não faz parte da mesma coletividade do odioso. É igualmente perigosa a paixão do ódio porque ela pode vir acompanhada da paixão do medo, revelada por enunciados como "quero de volta minha liberdade de expressão" e coisas similares, que indicam um simulacro de perda que muitas vezes não corresponde ao que de fato está ocorrendo (como o medo de perder supostos privilégios de classe).

Há paixões de ódio do grupo à direita em relação ao ex-presidente Lula que são tematizadas e figurativizadas por léxicos como "ladrão", "vagabundo", por exemplo. Chegou-se ao ponto de, em uma das manifestações de 2015, pendurarem bonecos de Lula e de Dilma em uma ponte, como se tivessem sido enforcados. Essa imagem representa o quê? Um ódio extremo contra essas figuras a ponto de se figurativizar e materializar o desejo de matá-los. Como uma forma mais tênue desse ódio, vimos a construção de determinados estereótipos, como o do mortadela (em oposição ao coxinha), o boneco do Lula vestido como presidiário etc. Além disso, são as paixões malevolentes, como a intolerância, uma forma específica de ódio, que faz com que as discussões políticas se limitem, muitas vezes, a desqualificações da fala do outro, ausência de diálogo, divisões entre grupos (o "nós" contra o "eles") e a busca por sempre "vencer" uma discussão ao invés de se aprender com o ponto de vista do outro. As paixões malevolentes, em geral, decorrem da ausência de diálogo entre as partes e do predomínio de simulacros negativos nas interações intergrupais. Como disse, é preciso atenuar as paixões mais intensas para restabelecer alguns princípios de convívio, seja no espaço público, seja no espaço das relações privadas.

Ainda sobre os pressupostos teóricos da semiótica de linha francesa, quais seriam as paixões benevolentes mais presentes nas manifestações de rua recentes? Comente sua resposta considerando os protestos em prol dos direitos humanos, da preservação dos recursos naturais e da defesa dos animais em extinção, dentre outros.

Sim, podemos pensar também em algumas paixões benevolentes. Nesse caso, precisamos também determinar o ponto de vista dessas paixões, uma vez que há paixões benevolentes internas aos grupos sociais e aquelas que são responsáveis pela criação e manutenção de vínculos identitários. Encontramos, então, paixões benevolentes nos grupos de direita e de esquerda. Em ambos os casos, há uma paixão da solidariedade entre si e, em alguns casos, de admiração em torno de uma figura central, como o ex-presidente Lula e o deputado federal Jair Bolsonaro. É claro que essas duas figuras, consequentemente, produzem diferentes paixões nos grupos opostos. No entanto, as igualdades terminam aqui. Quero dizer com isso que as paixões benevolentes apresentam discursos diferentes.

No lado do Lula, há paixões benevolentes mais diversificadas pelo que ele realizou: um sujeito que implantou políticas que diminuíram as diferenças sociais no País, criou oportunidade para jovens pobres ingressarem no ensino superior público e tirou muitas pessoas da miséria extrema. No caso de Bolsonaro, as paixões benevolentes de seu grupo têm um traço de homogeneidade porque os sujeitos apaixonados pela figura de Bolsonaro são semelhantes a ele: intolerantes, homofóbicos, machistas. Em geral, são também homens com valores conservadores, supostamente cristãos e de classe média com um certo fetiche militarista, o que pressupõe o desejo pela hierarquia e pela ordem autoritária, ou seja, que não aceita contestação e dúvidas quanto à adesão ao grupo. A rigidez e a disciplina podem, portanto, se encaixar também na definição de paixão. Assim, de um lado há uma certa felicidade em torno da imagem do Lula que se contrapõe à rigidez disciplinar dos que estão ao lado do Bolsonaro. E quando este último grupo tenta demonstrar certa felicidade, parece-me algo que beira a histeria coletiva própria de sujeitos desequilibrados.

O problema dessas paixões na política é que, nos casos mais extremos dos dois lados, o espaço para crítica é diminuto, apesar de haver uma tendência à esquerda de ser mais tolerante a uma reflexão crítica sobre os limites da política econômica e social dos anos petistas no governo federal. Obviamente, para os casos extremos, podemos encontrar também posturas mais equilibradas, que visam a uma discussão mais ponderada por sujeitos que se orientam por uma disposição passional mais acolhedora, de entendimento das razões do outro, mesmo que haja discordância de opiniões. Em suma, uma postura de tolerância, entendida igualmente como uma paixão benevolente.

Dentre as manifestações mencionadas nas perguntas, creio que podemos encontrar paixões benevolentes que oscilam entre a preocupação com o rumo do mundo e de alguns de seus sujeitos. A solidariedade, aqui, se diferencia da existente na política porque se dirige a grupos que se encontram em uma posição desfavorável e cuja situação causa certa comoção, ainda que átona, em algumas pessoas. Nesse caso, a solidariedade se encontra com a piedade, entendida como uma compaixão pela condição do outro, sendo esse outro uma pessoa, um animal ou o destino do mundo. No entanto, podemos encontrar entre esses sujeitos solidários uma postura mais firme e enérgica quando é necessário defender seu ponto de vista.

Não há, obviamente, a transformação da paixão benevolente em paixão malevolente, mas uma paixão da firmeza que remete ao que Norberto Bobbio chamou de intolerância positiva: a convicção necessária para evitar que uma intolerância negativa surja e prejudique um número maior de pessoas. Talvez esse seja o caminho para que as esquerdas voltem ao jogo político e, assim, possam contribuir para colocar o País e a sociedade novamente nos trilhos civilizatórios mínimos, abandonando os valores e as paixões daqueles que só pensam em excluir os que já são historicamente excluídos da sociedade.

Considerações finais

Entendo que o fenômeno dos protestos e das manifestações vistos no País, nos últimos anos, deve ser encarado de forma positiva, apesar de considerar também a necessidade de alguma preocupação pelo nosso porvir. Tentei aqui mostrar que há um jogo entre variações e invariâncias constitutivas desse fenômeno político e social que reconheço ter apenas tocado em sua superfície. Se podemos tirar algo de positivo em tudo isso, independentemente da opção política e ideológica de cada um, é o fato de que vemos e vivemos hoje no Brasil uma explicitação da dimensão polêmica que existe em qualquer sociedade minimamente organizada.

O mais importante nesse momento é ajustar o intervalo que separa um polo de outro, atenuar as paixões malevolentes e sentar à mesa para discutir saídas democráticas para o impasse que atualmente existe no País. Esse seria um passo civilizatório, cujo pressuposto deve ser o de reconhecer que o outro, apesar das diferenças, tem o direito de divergir de mim, mas dentro de limites estabelecidos pela urbanidade. Creio que entender os valores e as paixões que estão em jogo nas manifestações sociais cumpre um primeiro objetivo: a identificação dos grupos intolerantes. Esse é o primeiro passo, para saber com quem discutir, ou não. O próximo, ainda por ser dado, é o de compreender que há diferenças que podem provocar uma reflexão produtiva sobre os valores e as paixões que fazem com que eu me identifique com meu próprio grupo e me restrinja em relação a outros grupos sem, com isso, odiá-los.

"A mídia é um fator muito importante, e por isso a briga é tão grande, porque temos no país meios de comunicação que estão nos colocando para baixo, que estão tentando nos diminuir, enquanto a gente precisa deles para avançar."

ANA JÚLIA RIBEIRO

A mídia quer nos colocar para baixo

Luísa Martins Barroso Montenegro[1]
Natália Oliveira Teles[2]
Luana Ferreira Alves[3]

Ana Júlia Ribeiro é estudante secundarista de Curitiba e passou a ser o rosto do movimento estudantil após discursar em favor das ocupações na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, durante as ocupações das escolas secundaristas ocorridas no segundo semestre de 2016, contra a PEC 241. Ana Júlia, uma jovem de então 16 anos, subiu à tribuna para defender a ocupação no Colégio Estadual Senador Manuel Alencar Guimarães, após o falecimento de Lucas Eduardo Araújo Mota, um estudante de 16 anos morto em uma escola ocupada em Santa Felicidade, também em Curitiba. O vídeo com o discurso dela e as respostas que deu aos deputados que tentaram silenciá-la viralizou na internet e foi reproduzido em vários veículos de comunicação nacional e internacional, como El País, CNN e BBC. A jovem foi considerada pela revista Forbes como "o rosto da juventude brasileira".

[1] Doutoranda da linha de Políticas de Comunicação e de Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. É mestra em Comunicação pela mesma instituição, com o trabalho "As representações das populações indígenas na TV Brasil nas perspectivas da pluralidade e diferença cultural" (2017). Graduou-se em Comunicação Organizacional, também na UnB, em 2014. Foi aluna de Iniciação Científica no período de 2012 a 2013. É parte do grupo de pesquisa "Laboratório de Políticas de Comunicação – LaPCom". Tem interesse nas áreas de radiodifusão pública, cidadania, questões de gênero e étnico-sociais. E-mail: luisambmontenegro@gmail.com

[2] Doutoranda da linha de Políticas de Comunicação e de Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação Organizacional e estudos de pluralidade e diversidade étnico-racial. Mestre em Políticas de Comunicação e de Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Possui graduação em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília. E-mail: nataliarots@gmail.com

[3] Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás (2008). Pós-graduada em Ecologia e Perícia Ambiental, pela Faculdade de Meio Ambiente e Tecnologias de Brasília - Famatec. Atualmente cursa graduação em Comunicação Organizacional e mestrado em Políticas de Comunicação e de Cultura, na Universidade de Brasília. Profissionalmente atua em projetos culturais, nas áreas de gestão e planejamento, produção logística e em arte-educação, em exposições de museus e galerias de arte, em Brasília-DF. E-mail: ferreiraluana44@yahoo.com.br

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

O papel dos movimentos sociais é justamente o de criticar esse modelo de sociedade em que vivemos, criticar nossa democracia e tentar transformá-la a partir do povo, fazer pressão nos governos e politizar a galera: acredito que esses são os principais papeis dos movimentos sociais. A partir desses dois papeis principais, os movimentos sociais pegam as pautas e encaminham as demandas. Se houve mudanças nos últimos tempos? Teve, sim, muita mudança, até na maneira como esses movimentos sociais estão se organizando, quais são as pautas, a forma como cada um está se construindo. A gente pode até mesmo ver a questão de horizontalidade dentro de movimentos sociais mais atuais, e isso é muito positivo.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais do meu país são muito criminalizados pela mídia – extremamente criminalizados, na realidade. Porém, há uma diferença no tratamento entre veículos de mídia alternativa e mídia tradicional. A mídia tradicional quase sempre criminaliza os movimentos sociais e faz um jogo para que a população fique contra esses atores. Um exemplo são as matérias na mídia tradicional sobre as ocupações, muitas vezes trocando a palavra "ocupações" por "invasões". Isso transmite uma imagem criminosa desse movimento, uma impressão de que a galera que está lá ocupando está errada.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

A imprensa do meu país contribui, sim, para uma imagem estereotipada dos movimentos sociais. A mídia sempre representa as pessoas que fazem parte desses movimentos como vândalos, vagabundos, gente que não trabalha, que não estuda. Sei que são termos bem chulos, mas escuto isso bastante. A mídia tradicional constrói toda uma narrativa de criminalização dos movimentos sociais, e, a partir dessa narrativa e da forte influência da mídia, fica muito difícil quebrar estes estereótipos. Por exemplo, vou narrar a experiência das Ocupas, que é o movimento social do qual participei. Era muito difícil a gente sair do estereótipo de que somos baderneiros, uma galera que não quer estudar, não quer trabalhar, não tem o que fazer, que quer depredar o patrimônio público. Os movimentos sociais são sempre associados à depredação do patrimônio público, então, a partir do momento em que você está ocupando um patrimônio público, na luta por uma causa, você carrega todos os estereótipos com você. Quase sempre esses estereótipos se

relacionam a preconceitos direcionados a uma pessoa com pouco poder aquisitivo, ou que de alguma forma pertence a uma minoria. E, seja qual for a minoria (de raça, etnia ou orientação sexual, por exemplo), a mídia sempre adotará um discurso de que essas pessoas estão exagerando em suas lutas e demandas ou fazendo o famoso "mimimi"[4].

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Os veículos de comunicação internacionais que acompanho ajudam os movimentos sociais no Brasil, no sentido de que fazem matérias que muito mais nos apoiam do que nos associam a algum estereótipo ou nos criminaliza. Porém, não sei se no país desses veículos eles também desempenham esse papel – e, é claro, estou falando aqui de mídias internacionais que acompanho, que não são muitas e que são veículos que tendem a pensar na mesma linha que os movimentos sociais. Bem, há uma diferença muito grande entre a cobertura que a mídia nacional e a internacional dá aos movimentos sociais. A mídia nacional vai ter uma visão muito externa, vai ver o movimento apenas pelos seus aspectos externos e padronizá-lo de acordo com outros movimentos sociais. A mídia internacional, muitas vezes por não conhecer a realidade do país, quer mostrar para quem está de fora o que é esse movimento, como ele é por dentro, quais as suas pautas. Isso muitas vezes consegue trazer uma visão de dentro para fora, o que é muito positivo para os movimentos sociais.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A importância da imprensa para os movimentos sociais é absurdamente grande, porque, na realidade, são os meios de comunicação que nos abrem as portas para expor ao resto da população as pautas do movimento, as ideias e a construção que esses movimentos vêm fazendo. A mídia é um fator muito importante, e por isso a briga é tão grande, porque temos no país meios de comunicação que estão nos colocando para baixo, que estão tentando nos diminuir, enquanto a gente precisa deles para avançar. Então, recorremos à mídia alternativa, que tem um diálogo mais próximo da população e que assume posturas de alguém que realmente quer entender, de alguém que realmente quer transparência, que quer mostrar a verdade dentro dos diferentes movimentos, o que é muito importante. Quando a mídia se coloca em uma posição de quem

4 "Mimimi é uma expressão usada na comunicação informal para descrever ou imitar uma pessoa que reclama. O mimimi tem uma conotação pejorativa, sendo muitas vezes utilizado para satirizar alguém que passa a vida reclamando". Fonte: https://www.significados.com.br/mimimi/.

realmente quer mostrar a verdade – não por um interesse econômico, mas sim pelo simples prazer em noticiar, de levar a comunicação, a notícia até o outro –, ela colabora muito para que os movimentos sociais populares consigam dialogar com esses veículos e transparecer o máximo de coisas que puderem.

Considerações finais

Eu achei essas perguntas incríveis, porque não tinha falado muito sobre o assunto da criminalização dos movimentos sociais pela mídia e nem tinha tido outro espaço para falar sobre mídia, comunicação e estereótipo. Sempre respondi a uma pergunta ou outra sobre o assunto, mas nunca em um espaço que realmente me levasse a pensar sobre isso de maneira um pouco mais profunda e fazendo essa análise conjunta de, por exemplo, cobertura nacional e internacional. Muito obrigada!

“A criminalização dos Movimentos Sociais que vem ocorrendo na atualidade brasileira que gera notícias cotidianas de associação dos interesses dos Movimentos Sociais e Sindicais à partidos políticos de esquerda sendo que estes movimentos e organizações sindicais são mais produtos do modelo capitalista do que de governos de esquerda.”

ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE

Identidade, reivindicações e diálogo

Rodolfo Ward[1]

Aninho Irachande é natural de Moçambique e se radicou no Brasil tornando-se Professor Adjunto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB, do Instituto de Educação Superior de Brasília - Iesb, da Universidade Católica de Brasília - UCB e do Centro Universitário de Brasília - Uniceub. Sua visão de origem africana, esse distinto olhar, se imbrica com a temática plural proposta pelo livro. Irachande é Doutor em Política e Gestão Ambiental e Desenvolvimento pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) na Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (1996) e Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) na Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (1993). É Consultor de projetos de Desenvolvimento Local e Meio Ambiente, Consultor de elaboração de Programas de Governo e de Cooperação Internacional. Coordenador do Curso de Relações Internacionais do IESB de 2002 a 2012. Membro do Núcleo de Pesquisas em Ciência Política (NP3-CEAM), integrante do Centro de Altos Estudos em Governo (CEAG), do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Políticas Públicas (GIPP). Atualmente é Vice-Diretor do Instituto de Ciência política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB).

[1] Mestrando em Artes Visuais pela Universidade de Brasília- UnB, Pós-graduando em Análise de Políticas Públicas pelo IPOL/UnB, Graduado em Comunicação Social, Autor da obra Wawekrurê: distintos olhares, editado pela Editora do Senado Federal, e do livro Narrativas e Representatividades: a interdisciplinaridade na Comunicação, editado pela Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT. E-mail: rodolfoward.unb@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os Movimentos Sociais sempre tiveram como papel fundamental servir de veículos e formas de expressão da sociedade civil. Durante séculos após a instituição do Estado-Nação predominou a visão de que o Estado era o ator principal e determinante para a organização e condução da vida em comunidade e, consequentemente, cabia a este, e somente a ele, a tarefa de indicar e realizar os anseios das sociedades. A Revolução Liberal não só derruba o absolutismo europeu como também inaugura uma época das liberdades individuais cuja essência está no reconhecimento e exercício da condição de cidadania expressa pelas manifestações dos indivíduos, seja isolada ou coletivamente em organizações que estes constituíssem, diferentes das instituições oficiais do Estado. Assim emergia a sociedade civil na qual estão inseridos os movimentos sociais. Portanto, por definição, os Movimentos Sociais são canais de expressão dos indivíduos na sociedade mediante organizações civis e diversas do Estado.

O advento da revolução das comunicações, por um lado, e a complexificação das sociedades modernas por outro lado, geraram novos canais de expressão das vontades dos indivíduos e que em algumas sociedades têm funcionado de forma relevante. São casos típicos as movimentações sociais que ocorreram no norte da África e no Oriente Médio, apelidadas de "Primavera Árabe", e que resultaram em profundas mudanças nos sistemas políticos, em alguns países, e na remodelação controlada em outros.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Infelizmente nem todas as sociedades percebem a importância dos Movimentos Sociais. Isto é agravado ainda mais pelo fato de governos liberais de extrema direita perceberem os movimentos sociais como perturbadores da ordem ou inibidores de interesses, assim como os governos de extrema esquerda entendem que a livre manifestação deve ser contida nos limites da ação do Estado e, por conseguinte, aceitos sempre que organizados a partir dos parâmetros dos governos e não da sociedade civil. Obviamente, como os veículos de imprensa são, de algum modo, associados às tendências deste ou daquele tipo de governo, acabam reproduzindo o viés ideológico das elites dominantes e de suas preferências ideológicas para tratar, classificar e noticiar as ações dos Movimentos Sociais.

O Brasil não foge à regra, uma gama de veículos é claramente identificada com o posicionamento ideológico de direita, e outra com a ideologia de esquerda. Isto gera percepções e, consequentemente, noticiário parcial, tendencioso, alienado e alienador. Uma clara demonstração é a criminalização dos Movimentos Sociais que vem ocorrendo na atualidade brasileira, que gera notícias de associação dos interesses dos Movimentos Sociais e Sindicais a partidos políticos de esquerda, quando na verdade estes movimentos e organizações sindicais são mais produtos do modelo capitalista do que de governos de esquerda.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Claramente. Ao desqualificar os interesses e propósitos colocados pelos Movimentos Sociais ou associá-los a tendências político-partidárias, transferem as lutas dos movimentos sociais em contestação a desmandos ou a políticas públicas dos governos para o terreno da disputa política entre grupos com interesses na conquista e exercício do poder. Exemplos eloquentes são as pautas de combate à corrupção que estão postas hoje pelos movimentos sociais e que são noticiados por veículos de imprensa como sendo originadas de interesses político-partidários. As manifestações dos Movimentos Sociais contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária em curso no país são noticiadas como sendo manipulação dos Movimentos Sociais por parte dos partidos de esquerda, ignorando convenientemente que estas foram sempre pautas defendidas pela sociedade civil.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Historicamente no Brasil os principais veículos de imprensa estão associados a grupos econômicos com claros interesses e a agentes políticos. Não existe impedimento legal para que a concessão dos direitos de exploração dos meios de comunicação beneficiem homens públicos com estes ou aqueles interesses e inclinações ideológicas. A consequência disso é que o uso desses meios tem sido feita para atender a esses interesses ou preferências ideológicas sem que se possa fazer qualquer controle social sobre eles. Para citar um exemplo, a concessão da TV Globo no Estado da Bahia é historicamente da família Magalhães, do influente senador Antônio Carlos Magalhães. Neste veículo, num determinado período durante o mandato do falecido senador, no noticiário local era reservado um bloco inteiro para tratar da “Agenda do Senador”.

Consequentemente, como os principais grupos de comunicação e da imprensa inclusive são dominados por grupos econômicos identificados com interesses e preferências ideológicas de direita, existe clara e repetida pauta de criminalização e deslegitimação das pautas e das lutas dos Movimentos Sociais, procurando colocar estes contra outros setores da sociedade e gerando imagens negativas e estereotipadas das verdadeiras raízes das reivindicações dos Movimentos Sociais.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Constantemente podemos acompanhar divergências de como são noticiados os acontecimentos que ocorrem no Brasil pelos veículos de atuação nacionais e os internacionais. Durante as

manifestações populares encabeçadas por algumas organizações sociais contra a então presidente Dilma Rousseff, que culminaram com a sua derrubada, no Brasil, os veículos de grande projeção nacional, como a rede Globo, se colocavam favoráveis e apoiadores acríticos aos movimentos. No noticiário internacional, diversos veículos, como por exemplo o ”Le Monde Diplomatique” noticiavam a inadequação das alegações do pedido do impeachment e denunciavam os perigos para a estabilidade democrática que este isto representava. Hoje podemos perceber claramente a forma acrítica com que se posicionaram os principais veículos nacionais, incluindo as relações obscuras que estes estabeleceram com algumas agremiações partidárias.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Nas sociedades modernas mais complexas e plurais, a imprensa tem um papel fundamental de difusão de ideias além do simples noticiário de eventos. A penetração dos Movimentos Sociais nos diversos segmentos da sociedade depende muito da divulgação da imprensa. Esta é a razão que justifica o fato de muitos veículos serem tomados por agentes políticos, porque eles entenderam que o domínio dos meios permite uma maior exposição de seus interesses. Mas estas sociedades complexas são dinâmicas e vão criando outros formatos de difusão de ideias, além de que novos arranjos de poder geram mudanças de orientação editorial dos próprios veículos que, de tempos em tempos, podem defender uns e outros interesses que parecem paradoxais.

Novas estratégias de comunicação para os Movimentos Sociais nos dias atuais são, sem dúvida, os meios eletrônicos de compartilhamento de informações, as chamadas Redes Sociais, essencialmente por ainda gozarem de poucos controles sociais e representarem redes mais universais, portanto não aprisionadas a interesses locais dos governantes e dos poderosos políticos. Como já referido antes, a Primavera Árabe foi possível porque se valeu destes mecanismos.

Considerações finais

Alguns aspectos precisam ser referidos neste caso dos Movimentos Sociais e suas relações com a imprensa, considerando que no nosso país esta está associada aos grandes grupos econômicos e de Poder Político. Existe um dilema posto aos Movimentos Sociais: ficarem distantes do poder para se manterem fieis às suas identidades pode dificultar a realização de seus desejos já que nas democracias os caminhos do diálogo levam necessariamente aos detentores do poder formal; por outro lado, manter uma relação muito próxima ao poder e aos meios dominados por este poder, leva ao perigo real de relativizar a pauta de suas reivindicações ou mesmo se descaracterizá-los, considerando que o poder corrompe, coopta e fascina. Para os organizadores dos Movimentos Sociais está posto o desafio de procurar sempre manter as identidades de seus

movimentos e as reivindicações dos seus integrantes ao mesmo tempo em que deixam abertas as possibilidades de diálogo e composição com os representantes do poder formal responsáveis por viabilizar as transformações que a Sociedade Civil reclama.

“A primeira estratégia de criminalização é calar os criminalizados. Interditar o acesso do sujeito à comunicação. Ele é apenas o “objeto” da matéria, não é ouvido.”

BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE

Em defesa da regulação da mídia

Bruno Lara[2]

Mineira da cidade de Tombos, Beatriz Vargas é professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB), onde se doutorou em 2011. A sua participação é ativa no campo dos direitos humanos e sociais. Entre outras atividades, ela integra a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, o Grupo Candango de Criminologia, o Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação, o Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança, todos ligados à UnB. Foi membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça. Recentemente, um manifesto de mulheres e coletivos sociais lançou-a como anticandidata à ministra do Supremo Tribunal Federal, em protesto contra nomes que circulavam como possíveis indicados do presidente da República. O documento teve a adesão de mais de 5.000 pessoas, entre professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas, políticos, juízes e advogados. Defensora da comunicação pública, ela publica textos na imprensa alternativa.

[2] Jornalista da UnBTV e doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT). E-mail: bruno.lara@yahoo.com.br

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Não é uma pergunta fácil de responder, porque não se refere a certos e determinados Movimentos Sociais, como também não faz um recorte temporal mais preciso. Então, antes de definir o meu recorte, vou falar de uma maneira mais conceitual, mais geral. A partir da observação dos Movimentos Sociais no Brasil, levando em consideração as análises sociológicas sobre o tema, penso que o papel desses movimentos pode ser descrito, genericamente, a partir dos eixos dos direitos fundamentais e as suas "gerações" – para usar a expressão de Norberto Bobbio, que se tornou "clássica" no campo jurídico. O primeiro eixo é representado pelas lutas de reconhecimento e conquista de direitos, enquanto que o segundo diz respeito às reinvindicações de distribuição/redistribuição de renda ou riqueza.

Bobbio relaciona o primeiro eixo aos direitos civis, direitos fundamentais de primeira geração (vida, liberdade e igualdade), que surgiram e se desenvolveram como mecanismos contra o poder discricionário do Estado. Portanto, aí também estão incluídos os direitos políticos, direitos de participação na esfera política estatal, enfim, direitos de integração do cidadão ao Estado. Aqui se situam as demandas das chamadas minorias, que são pautas sexuais, étnicas, raciais e outras relacionadas às "novas identidades" e às diversas "tribos culturais", como as formadas por mulheres, indígenas, negros, LGBTs, portadores de sofrimento mental, deficientes físicos, crianças e idosos, grupos religiosos, prostitutas, enfim, uma extraordinária gama de identidades particulares. O que hoje em dia caracteriza o papel desses movimentos é a fragmentação de identidades, a afirmação e o fortalecimento de diversidades, o respeito à diferença. Nada têm de universalistas. Nesse primeiro eixo, também podemos inserir as pautas dos direitos de terceira e quarta geração, como a de preservação do meio ambiente, direitos do consumidor, proteção do patrimônio genético e a bioética.

No segundo eixo estão as pautas distributivas ou redistributivas ligadas aos direitos sociais, os de segunda geração na classificação de Bobbio, que são os direitos materiais, as demandas do cidadão ao Estado. Estão relacionadas ao trabalho, à previdência e assistência social, educação, saúde, moradia, transporte etc. Eu gosto muito da forma como o sociólogo Bernardo Sorj, no livro "A democracia inesperada", define os direitos civis, políticos e sociais em seu processo de criação e desenvolvimento. Ele diz que, "*do ponto de vista sociológico, essa dinâmica de formação de direitos foi um processo de institucionalização de mecanismos de integração daqueles grupos sociais que o capitalismo, inicialmente, condenara à subordinação e/ou à pobreza*".

Os Movimentos Sociais têm atuação nesses eixos, não necessariamente vinculando os dois. Podem ou não aliar as demandas de reconhecimento com as demandas de redistribuição ou demandas materiais. Hoje em dia, é possível afirmar que, em geral, é pequeno, ou até mesmo nulo, o impacto desses movimentos na distribuição material direta ou indireta, via trabalho e

renda ou pelo acesso a bens e serviços públicos, com exceção de dois movimentos importantes no Brasil: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), destaques pela atuação direta na luta por direitos sociais ou distributivos.

Estou falando de Movimento Social como algo distinto de outras organizações ou entidades civis. Quero me referir a formas coletivas de organização social diferentes das associações comunitárias e das ONG's (organizações não-governamentais), distintas das associações civis sem fins lucrativos ou dos chamados conselhos (instâncias formadas por representantes do poder público e da sociedade civil). Então, refiro-me ao Movimento Social como tipo específico de coletivo ou grupo organizado para a ação social, visando objetivos ou resultados determinados que têm a ver com o interesse comum desse grupo ou coletivo.

Estou apenas apresentando alguns esclarecimentos o que, de certa maneira, é uma simplificação, porque a discussão teórica é mais complexa. Entender os Movimentos Sociais ou o papel por eles desempenhados é um desafio. Essa discussão passa pela análise de elementos de definição dos movimentos, pela dificuldade de reconhecimento de características comuns nas ações desses atores coletivos, como origem, forma de atuação, autonomia, independência, institucionalização, democracia na base organizativa e outros. Só quero destacar que os Movimentos Sociais participam dessa multiplicidade de organizações da sociedade civil, entre as quais estão também os sindicatos e mesmo os partidos políticos, além daquelas outras organizações antes mencionadas. Movimentos Sociais e sociedade civil são conceitos relacionados, sendo que o primeiro está contido no segundo. Nenhum deles se confunde com o Estado ou com o mercado.

A partir desse panorama de configuração de Movimentos Sociais em referência à classificação dos direitos, e embora seja possível reunir todos eles na chave maior de "direitos humanos ou direitos fundamentais", a conclusão é a de que o seu objetivo varia em função da natureza do direito e o seu papel também vai mudar de acordo com o contexto histórico.

Tentando refinar um pouco mais a resposta e realizar alguns recortes, de maneira geral, penso que podemos afirmar que o papel dos Movimentos Sociais no Brasil desde o final da década de 1970 e, sobretudo, na redemocratização, foi por reconhecimento e conquista de direitos, inclusive de direitos distributivos, cuja concretização é sempre mais difícil e encontra grande resistência por parte dos detentores do capital, a classe dominante.

Em 1982, houve eleição direta para governadores em todo o país. Os anos de 1983 e 1984 foram marcados por grandes manifestações populares por direitos políticos, notadamente as "Diretas Já" (a emenda Dante de Oliveira foi derrotada na Câmara dos Deputados, o que adiou a realização de eleições diretas para a Presidência da República). Os Movimentos Sociais que vinham se organizando desde a década de 1970, na última fase da ditadura militar, tiveram participação ativa no período da Assembleia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição de 1988. A própria Carta Cidadã abriu espaço para a regulamentação da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Aliás, a década de 80 no Brasil coincidiu com o crescimento das ONG's e do chamado "terceiro setor". Surgiram novos movimentos urbanos, como os feministas e ecológicos, novo sindicalismo urbano e rural e as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base),

organizadas por ativistas católicos. Se você consultar a bibliografia das ciências sociais sobre o período, verá que o tema dos "novos sujeitos e movimentos" dominou a discussão. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos faz essa observação no livro Pela Mão de Alice, de 1999. De lá para cá, o neoliberalismo ou, como diz Alain Lipietz, o capitalismo expansionista de mercado, foi ganhando terreno. Esse período (1970/1980) coincidiu, na Europa e nos Estados Unidos, com a crise do *Welfare State Keynesiano*, o Estado de bem-estar social, desmontado gradualmente até os anos de 1990. Esse processo representou grandes transformações na economia mundial capazes de solidificar o fenômeno da globalização.

A minha área de pesquisa está mais concentrada na relação entre Movimentos Sociais e segurança pública. Posso dizer que esses movimentos foram muito ativos a partir dos anos de 1990. Ao final da década, é mais visível o aumento da violência policial contra jovens negros das periferias dos grandes centros urbanos, como observa Fernando Luís Coelho Antunes, em sua tese de doutorado defendida recentemente na Faculdade de Direito da UnB, intitulada "Criminologia e movimentos sociais: a participação da sociedade civil nas políticas de segurança e de direitos humanos dos Conselhos nacionais".

Acompanho mais de perto, também, o MST. Nos últimos tempos, principalmente depois da ruptura democrática em que a presidenta Dilma Rousseff sofreu *impeachment* por meio de processo sem fundamento constitucional, a violência no campo aumentou de maneira drástica. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra, houve 60 mortes de trabalhadores rurais em 2016. Foi o ano mais violento desde 2003, quando esse índice chegou a 71. É a partir desse mesmo marco, em função do desmonte de direitos sociais, que o MST se junta a outros movimentos, no exercício de um papel que mais se identifica, agora, com o de luta pela preservação de conquistas e resistência às perdas no campo dos direitos materiais. É uma ação reativa, seguindo a tendência dos movimentos dos países centrais, onde o desmonte do Estado Social produziu esse tipo de reação

Em 2013, ocorreu uma mudança significativa no cenário político desde a redemocratização. Os movimentos que tomam conta das cenas públicas são, num primeiro momento, atores de esquerda sem vinculação com o Partido dos Trabalhadores (PT), como é o caso do Movimento Passe Livre (MPL) e dos Comitês Populares dos Atingidos pela Copa (COPAC's), aqueles que convocaram as primeiras manifestações. Numa fase mais adiantada dos protestos, entram em cena também atores conservadores que não apareciam nas ruas desde 1964. Esses movimentos emplacaram a bandeira "anticorrupção", praticaram o que Jessé Souza chama de "fulanização da corrupção", atribuindo-a a um determinado partido ou pessoas desse partido, dando a tônica de oposição aos governos petistas. Uma grande quantidade de jovens participou dessas dinâmicas, declarando não possuir filiação político-partidária. Em várias ocasiões, bandeiras de partidos ou centrais sindicais foram proibidas. Essa é a grande mudança. Desde a fase de redemocratização, a participação social estava vinculada a um determinado campo político. Em 2013, essa ligação é quebrada. Rompe-se o que Leonardo Avritzer chamou de "monopólio do fato da participação", com movimentos e atores sociais ligados ao PT. Avritzer descreve essa ruptura desde 2011, final do período Lula, pela acumulação de conflitos de movimentos sociais com o governo federal, sobretudo os movimentos ambientalistas e indígenas, "impasses da democracia no Brasil".

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Essa é outra pergunta que também requer um esclarecimento inicial. Liderada pela Rede Globo, a comunicação brasileira é dominada pela mídia privada conservadora, que abrange tanto emissoras de TV, rádios, jornais, revistas e até a internet. A chamada mídia alternativa, em alguns momentos, consegue pautar a mídia tradicional, mas até o espaço comunicativo da internet ainda é dominado pelos veículos tradicionais. Isso não quer dizer que a mídia independente não dispute esse espaço, conseguindo quebrar a lógica da narrativa única e apresentando versões dissidentes do discurso hegemônico. Avritzer revela que no dia 06 de junho de 2013, o site interagentes.net indicou que os endereços mais acessados foram o portal do Estadão (do jornal O Estado de S. Paulo), os perfis de redes sociais do Movimento Passe Livre (MPL), o Anonymous Brasil, Mídia Ninja, Carta Capital e o site do jornal O Globo.

Eu percebo que, geralmente, a mídia tradicional não é "amiga", digamos assim, dos movimentos sociais. A ênfase é nos boletins policiais, não há uma preocupação com as versões dos envolvidos. Há uma tendência na formação de opinião negativa contra esses movimentos. Isso fica muito claro, por exemplo, em relação ao MST ou ao MTST, que são os mais "condenados" pela imprensa tradicional. Predomina nas matérias um modo de narrar que é criminalizador.

O noticiário sobre os movimentos sociais dos últimos anos, desde 2013, é um bom caso a ser explorado nessa pergunta. Na primeira fase das manifestações em São Paulo, com o MPL à frente, a TV Globo e os jornais Estadão, O Globo e Folha de S. Paulo, entre outros veículos, só falavam em "caos e vandalismo". Os atores eram descritos como sendo jovens estudantes baderneiros ligados ao PSOL, ao PSTU e ao MBL. Essa narrativa predominou nas manifestações que ocorreram nos dias 6, 7 e 11 de junho. Na sequência, foi possível observar a transformação na análise dos fatos nos próprios editoriais dos jornalões, que passaram do "vandalismo" à defesa da liberdade de manifestação. Arnaldo Jabor, por exemplo, na TV Globo e também na rádio CBN, chegou a comparar os manifestantes aos membros de organizações criminosas, perguntando o que poderia provocar um "ódio tão violento contra a cidade", ressentindo-se dos apedrejamentos contra os policiais. Questionou o porquê daqueles jovens "revoltosos de classe média" não lutarem contra a PEC 37, ao invés de brigarem por causa de vinte centavos no preço das passagens. Disse que os manifestantes eram a "caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende". A vinculação entre o vandalismo e a esquerda persistiu, embora de forma não tão explícita, na cobertura da TV Globo sobre as manifestações de rua contrárias à PEC 55[3] e, mais recentemente, contrárias às "deformas" trabalhista e da Previdência.

Mas... voltando a junho de 2013, os protestos contra o aumento das tarifas se disseminaram para outras capitais brasileiras, até como reação à repressão policial, e ganharam outras bandeiras

[3] Proposta de Emenda à Constituição que trata sobre o corte de investimentos públicos por 20 anos.

locais não muito diferentes daquelas que caracterizam os movimentos sociais desde a redemocratização. A reação da polícia, no dia 13, foi brutal. Há registros de que houve muita gente ferida, inclusive jornalistas atingidos por balas de borracha, um fotógrafo atropelado pela PM, um saldo de 300 prisões, incluindo a de jornalistas e outras para "averiguação". Detenções ocorreram até por conta de "porte de vinagre". Começou, então, a mudar a forma como a grande mídia passou a noticiar os protestos. A mídia tradicional partiu para a condenação do excesso de violência, enfatizando o direito à manifestação, além de reportar as críticas de organizações internacionais sobre a hostilidade contra os jornalistas.

A partir de 17 de junho, a proporção do movimento aumentou significativamente, saindo do escopo de liderança do MPL ou dos COPAC's. As bandeiras começam a mudar e os noticiários já revelavam total empatia com os manifestantes. No mesmo dia, Arnaldo Jabor admitiu na CBN ter errado em seus comentários do início de junho. Disse que o movimento "é muito mais do que 20 centavos". "*O Movimento Passe Livre tinha toda a cara de anarquismo inútil, e temi que toda a energia fosse gasta em bobagens, quando há graves problemas no Brasil. Mas desde quinta-feira, com a violência policial, ficou claro que há uma inquietação tardia*")[4].

O aumento das tarifas de transporte foi sumindo das reivindicações. No dia 20 de junho, quando o preço das passagens já havia sido reduzido, 1,4 milhão de pessoas foram às ruas de mais de 10 capitais brasileiras. Naquele momento, a imprensa já havia feito as pazes com os manifestantes, cujas pautas se converteram na defesa da PEC 37[5] e no fim da corrupção. Já havia, então, uma mescla de bandeiras de mais de um matiz ideológico ou mesmo de nenhuma vinculação político-partidária. Já sem controle sobre os movimentos, o MPL divulgou uma nota afirmando que não convocaria mais manifestações dali em diante.

A grande mídia publicou algumas análises mais diferenciadas sobre os acontecimentos, mas a narrativa, a partir daí, começou a se distinguir muito entre a imprensa tradicional e as mídias alternativas. Leonardo Avritzer destacou, no livro Impasses da Democracia no Brasil, que "*as manifestações de junho foram o primeiro evento público que questionou na raiz o controle do espaço midiático*". E isso não apenas porque os participantes criticavam a postura da imprensa em relação aos movimentos, mas principalmente porque os participantes passaram a se orientar e a se informar pelas mídias alternativas. O site Mídia Ninja se destacou na cobertura dos movimentos. Outro elemento novo que surgiu nesse período no ambiente das redes de comunicação foram os sites de perfil conservador, como o Movimento Contra a Corrupção e Acorda Brasil. No dia 21 de junho, no campo da internet, a mídia tradicional perdeu lugar para as mídias alternativas. O site *interagentes.net* identificou que os veículos mais acessados foram o Anonymous Brasil, seguido do Movimento Contra a Corrupção, o site do jornal Última Hora, Isso é Brasil, A Verdade Nua & Crua, A Educação é a Arma para Mudar o Mundo, Rede Esgoto de

---

[4] Conteúdo disponível em: http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm

[5] Proposta de Emenda à Constituição que previa a retirada de competência do Ministério Público nas investigações criminais.

Televisão e, por último, o Estadão. Essa informação está no mesmo livro do Avritzer, já mencionado.

Na sequência, a pauta dos grandes veículos foi dominada pela questão da corrupção e da política institucional. Aliás, o que não é notícia da política oficial, dificilmente está na mídia. Figuras como a de Eduardo Cunha, o deputado que recebeu a denúncia contra a presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, ganhou muito espaço na grande mídia, assim como o candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves. Já no curso do *impeachment*, jornais, TV's e rádios chegaram ao ponto de ignorar as cenas públicas de oposição ao processo. Quando as manifestações não podem ser ignoradas, a sua importância é reduzida. Até o tempo de cobertura das manifestações é maior ou menor, a depender do campo político de onde provêm. Tem sido conferido um tratamento jornalístico muito diferenciado aos dois polos das manifestações. Os movimentos ligados às pautas sociais tradicionais são desqualificados como representantes do "povo". O povo que foi para as ruas vestia verde e amarelo, eram ordeiros, pacíficos.

É mais difícil comentar sobre diferenças de noticiários entre os veículos, porque uma resposta mais segura exigiria uma análise aprofundada. De cara, eu afirmaria que os grandes veículos têm uma postura parcial em relação a um determinado campo político, um viés conservador. A Globo, além de hegemônica, também influencia outros veículos. Então, considerando a mídia tradicional, vejo semelhança na posição editorial. Existem algumas diferenças sobre o posicionamento dos veículos tradicionais em relação a algumas pautas de direitos que, de qualquer modo, integram a pauta liberal. É o caso da Folha de São Paulo, que já manifestou sua posição pela descriminalização do uso de droga, por exemplo. Essa é uma demanda da classe média, uma demanda inserida na categoria da liberdade, dos direitos de liberdade. Os veículos dominantes perdem a empatia quando se trata da pauta por direitos materiais, sociais. Em comparação com O Globo e o Estadão, a Folha tem uma política diferenciada de abrir um espaço mais plural de comentários ou artigos de opinião, mas não é diferente dos demais veículos no tocante às coberturas e reportagens, nas escolhas e modos sobre o que vai repercutir, se de forma negativa ou positiva. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, por exemplo, é citado três vezes mais do que o juiz Sérgio Moro, segundo o manchetômetro (http://www.manchetometro.com.br/), e de forma negativa. Se você considerar o grupo Abril, essa viés negativo aumenta ainda mais. As capas da revista Veja são um exemplo disso.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim. Penso que a grande imprensa brasileira contribui bastante para isso, o que não quer dizer que a forma como a mídia lida com os movimentos seja imutável ou retilínea. Outra coisa é que a imprensa tem que manter, para sua própria credibilidade, um lastro mínimo de coerência com os fatos.

A imprensa mais silencia do que noticia os movimentos. Não historia os fatos, não os contextualiza e não dá voz aos atores sociais. O MST e o MTST são exemplos típicos desse

estereótipo, cujas imagens transmitidas destacam uma atuação marginal, fora da lei, por parte desses grupos. Os eventos noticiados são preferencialmente ocupações e conflitos violentos em assentamentos. As versões normalmente apresentadas para os conflitos são as oficiais, fornecidas pelas forças policiais envolvidas. A visão quotidiana do conjunto desses eventos é muito pobre, até pela ausência de interlocução com seus porta-vozes. Na resposta anterior, há outro exemplo desse estereótipo, no tratamento conferido pela imprensa ao MPL no início das manifestações de junho de 2013. O movimento foi vinculado à esquerda radical e os seus integrantes foram igualados pelo rótulo de "vândalos" e "baderneiros".

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Ninguém mais acredita na imparcialidade jornalística, não é? A neutralidade é um mito. Para assinantes ou mesmo leitores menos frequentes de jornais e revistas, para espectadores de TV ou ouvintes de rádios não é difícil identificar essas vinculações. Os principais veículos brasileiros de informação estão ideologicamente identificados com a direita ou com o centro, todos alinhados com as propostas políticas chamadas neoliberais, dado o caráter mercantil e o interesse privado dos grandes grupos. Ora, são empresas capitalistas na área da comunicação. Eu estou chamando de "principais veículos" aqueles da grande mídia privada, os que dominam o mercado da comunicação. Esses principais veículos foram os grandes críticos e opositores das reformas sociais defendidas pelos movimentos no período da Constituinte. Eram utilizados argumentos contra os direitos sociais (trabalhistas, previdenciários e de assistência) semelhantes aos que usam hoje em favor das reformas propostas pelo governo federal, contra o "atraso econômico" e "em favor do desenvolvimento".

Os direitos seriam uma "catástrofe à produção, pois representariam desestímulo ao investimento do capital com aumento do desemprego", ou "seriam inócuos, porque não seriam respeitados pelo mundo real da economia" ou, finalmente, "ameaçariam os direitos já conquistados", conforme aponta Francisco Fonseca em artigo publicado na revista Scielo. A licença-maternidade remunerada, por exemplo, funcionaria, na prática, no discurso daqueles jornais, como restrição do mercado ao trabalho feminino. Hoje, esses mesmos grupos e veículos investem fortemente no discurso da responsabilidade fiscal, das reações do mercado, da necessidade de "modernizar" as relações trabalhistas, enfim, nas mudanças necessárias para "tirar o Brasil do passado" e inseri-lo nos "novos tempos". É claro que essa linha ultrapassa os limites editoriais e dá a tônica das matérias, das coberturas, dos comentários. Essa vinculação política e ideológica forma um discurso que colide com as reivindicações dos Movimentos Sociais contrários à política neoliberal, e reforça a desigualdade na distribuição do poder de comunicação e de participação no debate público sobre assuntos de interesse da maioria da população brasileira. A imprensa hegemônica é antidemocrática.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

É difícil oferecer uma resposta conclusiva sobre essa questão. Consigo identificar algumas situações em que o mesmo fato ocorrido no Brasil teve uma repercussão diferente na mídia nacional e na internacional. Aliás, no geral, eu penso que a grande mídia tem um padrão muito semelhante, tanto no Brasil como no exterior, em países europeus ou nos Estados Unidos. São empresas alinhadas com o mercado, têm interesses próprios a defender.

A agência *Associated Press* e, por intermédio dela, jornais como o *New York Times* e *Washington Post*, deram destaque à greve geral do dia 28 de abril deste ano no Brasil. Eu não tenho condições de medir o peso dessa mesma notícia nos veículos nacionais, mas, veja, o conteúdo das matérias não foi muito diferente. O *Wall Street Journal* se referiu ao sistema previdenciário brasileiro como "generoso" e disse que a política econômica dos últimos anos "acabou com a receita fiscal" brasileira. Esses comentários impõem uma visão unilateral do assunto, como se não houvesse outra opinião. Se você ler o *Le Monde*, um dos principais jornais conservadores da atualidade, poderá observar semelhanças com o estilo de outros jornais da mesma linha, inclusive os brasileiros. Seriam muito bem-vindas pesquisas sobre esse tema. Falar de "imprensa internacional", por outro lado, é algo muito genérico, muito amplo. A *Al Jazeera*, por exemplo, é diferente da BBC. Seria preciso refinar isso, ou seja, fazer comparações e análises pontuais.

No curso do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, por exemplo, o que eu observei foi uma cobertura mais "substancial" e menos "adjetiva" da imprensa internacional, se comparada à abordagem nacional. Os veículos brasileiros mostraram uma tremenda má vontade em relação às "ruas", quando as manifestações eram contrárias ao processo ou mesmo durante a tramitação da PEC 55. Os manifestantes contrários ao *impeachment* ou à emenda constitucional do teto de investimentos públicos, que a internet batizou de "PEC do fim do mundo" ou "PEC dos banqueiros", não eram "povo", eram ativistas da CUT, do PT, da esquerda e ponto final. A grande mídia brasileira simplesmente ignorou parte importante dos Movimentos Sociais no período pós-*impeachment*, nem chegaram a entrar na pauta desses jornais uma boa parte das mobilizações, manifestações, debates, seminários, muitos deles realizados dentro das universidades ou em outros espaços públicos. Não divulgaram uma única nota e não compareciam nem mesmo quando eram convidados. Há uma barreira em relação a notícias cuja divulgação não interessa aos jornalões.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A imprensa é importante porque é comunicação, é informação, é, em última análise, poder. Ter acesso à imprensa, como a outros meios de comunicação, é condição essencial para a transformação de relações de poder e atuação política. Os Movimentos sempre se comunicaram com a sociedade, seja por meio de panfletos, publicações próprias, rádios etc. Para Manuel Castells, a internet é particularmente adequada para "a autonomia comunicativa da qual os movimentos sociais dependem". A internet não é a única estratégia que pode ser adotada pelos Movimentos Sociais para dialogar diretamente com a sociedade, mas, sem dúvida, propicia essa "autonomia comunicativa" como nenhum outro meio. Esse recente modelo de comunicação tem, inclusive, uma vantagem sobre os veículos tradicionais: ultrapassa imediatamente as fronteiras de um território.

Quais são as estratégias, inclusive discursivas e linguísticas, de parte da grande imprensa para criminalizar os movimentos sociais? Cite exemplos.

Esse é um processo complexo. A primeira estratégia de criminalização é calar os criminalizados. Interditar o acesso do sujeito à comunicação. Ele é apenas o "objeto" da matéria, não é ouvido. As estratégias discursivas, não só a construção linguística, mas também a paralinguística (os elementos não verbais da comunicação), trabalham com representações sociais, aproveitam-se de compreensões prévias, fazendo circular ideias "naturais" impregnadas de sentido, como "essa descrição você já conhece, já sabe do que estou falando". Omitir alguns dados e destacar outros, apresentar informações incompletas ou defeituosas, "errar" na indicação de informações, sustentar opinião sobre falso entendimento do campo específico (como no caso de conceitos jurídicos, por exemplo), enfim, uma série de estratégias de construção de um discurso que estabelece sentido, para convencer sobre determinada conclusão. Isso quando o discurso é mais sofisticado, porque há situações em que a incriminação é explícita.

Um exemplo desse tipo de estratégia foi usada pelo portal G1, no dia 30 de novembro de 2016, em matéria sobre a manifestação contra a PEC 55 em Brasília. Naquele dia, houve atos de depredação, ações de dano patrimonial. A resposta da polícia foi excessiva e indiscriminada sobre todos os manifestantes. O G1, no entanto, se concentrou na "ação de grupos que praticaram danos e depredações". O balanço final da reportagem foi um julgamento sobre o conjunto dos manifestantes, expondo um juízo de valor a respeito do caráter da manifestação. Os integrantes foram apresentados como "estudantes" e "ativistas políticos", como se não houvesse outros atores sociais presentes. Apaga-se todo o contexto, e dessas ações sobra apenas a depredação. Por outro lado, a violência policial foi completamente omitida[6].

Outro exemplo de discurso de criminalização foi o editorial do Estadão de 24 de outubro de 2016 ("STJ decreta a prisão de três integrantes do MST"). Nesse caso, eu apresentei, com a concordância do MST, uma resposta ao editorial. O texto circulou em algumas mídias na internet,

---

[6] A matéria "Ato contra PEC no DF deixa placas destruídas e prédios pichados" pode ser lida através do link http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/ato-contra-pec-no-df-termina-com-placas-arrancadas-e-predios-pichados.html?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar.

como no Jota Info, no GGN e em outros meios[7]. Concluí que o "Estadão não entendeu nada". Não sei se entendeu. O fato é que distorceu. Segue um trecho da resposta apresentada que ilustra bem a questão da pergunta:

"1) Não é exata a afirmação de que a Sexta Turma do STJ "decretou a prisão de três dos integrantes do MST". Aqui há dois erros. O primeiro é de narrativa do fato. As quatro ordens de prisão partiram de um juiz da Comarca de Santa Helena de Goiás e foram mantidas pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás. Essa é a razão pela qual foi impetrado habeas corpus no STJ. Segundo, há erro jurídico na informação, pois, em julgamento de habeas corpus, a prisão pode ser mantida ou revogada, mas nunca decretada. Não se decreta prisão em julgamento de habeas corpus, que é ação constitucional de defesa da liberdade de ir e vir (art. 5º, inc. LXVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil).

2) Errou também o Estadão ao afirmar que as "invasões" ocorreram numa fazenda de propriedade do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Não. A fazenda relacionada à decisão comentada no editorial nada tem a ver com a propriedade registrada em nome do senador, denominada Agropecuária Santa Mônica, próxima aos municípios de Alexânia, Abadiânia e Corumbá de Goiás, região autodeclarada improdutiva e parte integrante de um complexo de mais de 21 mil hectares. A fazenda Santa Mônica foi, no ano passado, ocupada por mais de três mil famílias Sem Terra. Fruto dessa mobilização, acompanhada de denúncias contra desmatamento ilegal e especulação fundiária, é o processo de assentamento de certa de 500 famílias em diferentes regiões do Estado e a inserção de mais de duas mil e quinhentas no programa de assentamento até o início de 2017. As famílias Sem Terra seguem firmes na reivindicação de que a Agropecuária Santa Mônica seja destinada à reforma agrária.

O habeas corpus citado no editorial tem relação com outro latifúndio localizado no município de Santa Helena de Goiás. Reocupada por cerca de mil famílias de trabalhadores rurais Sem Terra, a fazenda Várzea das Emas está na mesma propriedade onde se situa a Usina Santa Helena – atualmente em processo de recuperação judicial e parte de um conglomerado de empresas pertencentes ao grupo Naoum, dono de outras usinas falidas em Mato Grosso e de hotéis em Brasília e região. A dívida total da Usina gira em torno de 1,2 bilhão e o imóvel já foi adjudicado em ação de execução fiscal promovida pela União, para quitar parcela insignificante de dívida de seus proprietários com a Fazenda Pública Federal. Após a adjudicação, a Fazenda Pública expressou interesse em destinar o imóvel ao INCRA para a realização da reforma agrária.

3) Outro equívoco contido no editorial é a afirmada oposição entre o Código Penal e a Lei n° 12.850/2013, passando a falsa ideia de que uma lei teria sido superada pela outra. O Código Penal é apresentado como "anacrônico", enquanto a Lei de 2013 é saudada como "inovadora". Nesse ponto, o editorial desinforma e comete uma sucessão de erros cuja gravidade denota verdadeiro desprezo pelo campo jurídico, como se esse fosse "terra de ninguém" a ser explorada por qualquer aventureiro, despreocupado com o grau de ignorância, alheia ou própria, a respeito dos conceitos legais. Esse é o principal erro do editorial, pois, ao contrário do que dá a entender, a

[7] O texto pode ser acessado através do link http://jornalggn.com.br/noticia/beatriz-vargas-sobre-habeas-corpus-e-editoriais-do-estadao .

Sexta Turma do STJ decidiu, por unanimidade, que a Lei n° 12.850/2013 não se aplica ao caso, quebrando a espinha dorsal da própria denúncia que o Ministério Público de Goiás ofereceu contra os quatro integrantes do MST.

O ministro Rogério Cruz destacou que "participar de movimentos sociais, entre eles o MST, não é crime". A ministra Maria Thereza de Assis Moura se referiu à "importância dos movimentos sociais". O ministro Antonio Saldanha também se manifestou sobre a importância dos movimentos sociais no cumprimento da Constituição da República e no contexto democrático. Todas as falas estão registradas em gravações e notas taquigráficas, documentos que podem e devem ser consultados pelo jornal Estadão. A manutenção da prisão de três entre os quatro militantes do movimento não teve, portanto, relação alguma com a tese da organização criminosa que, ao contrário, foi afastada pela Sexta Turma.

A decisão de manter a prisão preventiva em desfavor dos outros três acusados está amparada em outros argumentos e fatos que não a "organização criminosa" e se baseiam em relato incipiente da polícia local. Enquanto o habeas corpus tramitava no STJ, os militantes acusados eram ouvidos pela primeira vez no juízo onde corre o processo. Uma série dessas acusações já se mostrou infundada. Os advogados do MST estão esperançosos de que as prisões remanescentes sejam anuladas no Supremo Tribunal Federal, em consequência de novos elementos de prova já colhidos no juízo da acusação.

O editorial do Estadão, ele sim, distorce os fatos e interpreta mal o sentido da decisão do STJ, ao sugerir a ideia de que a manutenção de três das quatro prisões está fundamentada na acusação de prática do crime de "constituir ou integrar organização criminosa" (art. 2º combinado com art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013). Na ação penal que tramita perante o juízo criminal da Comarca de Santa Helena de Goiás, quatro ativistas do movimento são acusados de constituírem e integrarem organização criminosa. Nos termos da denúncia, essa organização seria o próprio MST.

Por que não interessa a parte da grande imprensa dar legitimidade e voz aos movimentos sociais?

Essa questão vai depender da natureza da pauta do movimento. Pode ser que haja interesse da grande imprensa em dar visibilidade a determinados fatos. Em geral, o que explica essa falta de interesse da grande imprensa em dar legitimidade e voz aos movimentos sociais é a natureza da pauta, se coincide ou não com o interesse da empresa. Quando a bandeira do movimento é por direitos sociais, materiais, em dissonância com o interesse capitalista, neoliberal, a barreira é frequente. É o caso da luta pela distribuição da terra.

Como as pesquisas acadêmicas lidam com essa representação pública dos movimentos sociais? E como as universidades podem contribuir para esclarecer melhor essa questão?

A representação pública dos movimentos não é uma coisa rígida, imutável, porque depende da existência de condições para a criação do debate, do desencadeamento da discussão com vistas ao convencimento. Varia de acordo com o contexto, com a natureza da pauta, com o maior ou menor interesse social pelo tema. Essa representação depende da circulação de ideias, de argumentos, das condições do espaço comunicativo. Os movimentos sociais disputam esse espaço comunicativo porque querem atingir a opinião pública, chegar ao centro decisório do poder e produzir transformações.

Esse quadro deve ser considerado na pesquisa acadêmica sobre a representação pública dos movimentos sociais. Eu estou entendendo por representação pública a "imagem" desses movimentos na esfera pública. Isso também pode ser a representação dos próprios movimentos sobre si mesmos, sobre as suas ações, estratégias e objetivos, sua percepção ou sua "visão de mundo" que, de alguma forma, está materializada em suas demandas e reivindicações. As pesquisas acadêmicas vão definir a forma de entrada nesse campo da representação, definir o problema, recortar tempo e espaço de análise, enfim, oferecer perguntas e respostas que auxiliem a compreensão do objeto delimitado.

Há muitas formas de entrada nesse campo. Na área do direito, interessa estudar os mecanismos de participação, com vistas, eventualmente, a testar a importância das regras de participação popular na implantação de políticas públicas, por exemplo. Aquele trabalho de mestrado que eu mencionei antes, de autoria de Fernando Luís Coelho Antunes, é um caso desses. É um trabalho situado entre o direito e a criminologia. Ele vai falar da participação da sociedade civil nas políticas de segurança e de direitos humanos dos Conselhos nacionais respectivos. A criminologia aí é importante, porque estabelece o referencial a partir do qual será feita a análise e a crítica das políticas. A contribuição das universidades é pela via da pesquisa, pela compreensão das condições de produção da representação dos movimentos sociais. Os resultados dessas análises podem ser úteis aos próprios movimentos, podem ser apropriados por eles.

Considerações finais:

Eu quero destacar a importância da regulação da mídia no Brasil. A sociedade brasileira precisa fazer esse debate, entender o que é regulação, até mesmo como condição para o efetivo exercício da liberdade de expressão. Quanto maior o poder e a influência de uma determinada empresa de comunicação, maior a necessidade de um sistema legal regulador. Regulação não tem nada a ver com censura, mas com o fluxo da pluralidade de ideias, com a abertura de espaços para comunicação dos dissensos. Essa é a própria essência da democracia. Trata-se de uma questão urgente e necessária. A regulação contribui para o amadurecimento da experiência democrática. Eu diria que precisamos abrir mais janelas para enxergar melhor o horizonte.

“Os governos autoritários em todo o mundo se colocam contra a tendência de oposição global, que é a oposição via Movimentos Sociais e esses ditadores parecem ter consciência plena da eficiência de minar esses Movimentos.”

BRUNELA VINCENZI

Pelas narrativas dos refugiados

Gabriela Santos Alves[1]
Pâmela Rocha Vieira[2]

Brunela Vincenzi é advogada, professora do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes/Brasil) e militante na área dos Direitos Humanos. Fez mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e empreendeu algumas reflexões sobre o ambiente elitista e excludente da Academia, sentindo-se impulsionada a estudar o Direito como um fundamento de melhora na vida das pessoas, que poderia servir para a paz e pacificação social, por exemplo. Em seguida, passou dez anos na Alemanha, onde cursou Doutorado e trabalhou em uma associação de apoio às mulheres estrangeiras, principalmente imigrantes brasileiras. Brunela afirma que o “estalo” para seu engajamento em defesa dessas mulheres aconteceu quando uma delas afirmou que preferia as condições de vida numa penitenciária alemã que a liberdade em seu local de origem, em periferias do Brasil. Desde então, desenvolve um trabalho junto aos refugiados que chegam ao Espírito Santo.

[1] Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES e pós doutoranda em Comunicação e Cultura (Eco-UFRJ). É feminista e no campo da realização audiovisual dirigiu e roteirizou o curta metragem C(elas), que trata da relação entre maternidade e ambiente prisional; atualmente desenvolve roteiro de longa metragem sobre o mesmo tema e coordena equipe que desenvolve documentário sobre a condição dos refugiados no Espírito Santo. Áreas de interesse acadêmico: cultura audiovisual, feminismo e memória. E-mail: gabriela.alves@ufes.br

[2] Jornalista e mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Poscom Ufes). Tem como objeto de dissertação, especificamente, a misoginia sofrida por Dilma Rousseff no contexto do processo de impeachment. E-mail: pamelarochavieira@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Parece-me que houve sim, muitas mudanças, e há ainda uma mudança em curso. Se formos pensar no primeiro Movimento Social, no sindicalismo do início do século XX, temos aqui o primeiro modelo de Movimento organizado e estudado. E aqui percebemos dois atores: o proletariado, oprimido, que precisa se unir para ter uma voz única, com certa possibilidade de paridade e o dono do capital, que diante de um grupo organizado sente certa pressão, no sentido de se ver obrigado a negociar alguma coisa. O importante do Movimento Social nesse momento era ter um grande número de pessoas organizadas, para fazer frente ao poder opressor do capital. Algum tempo depois, o debate cresce e passou a tratar da ampliação de direitos. Os direitos das minorias, das populações perseguidas, até mesmo como os refugiados e também as mulheres, o movimento negro, o movimento estudantil. Percebemos uma ebulição, que explicita vários atores, com uma espécie de subdivisão dentro dos Movimentos. A partir daí, passamos a conviver com várias pautas e desde então há uma ideia de muita dispersão. O cenário é de caos aparente, mas na minha visão isso é mesmo fruto da Pós-Modernidade. É um caos aparente e ao mesmo tempo ordenado e que carrega um propósito: a desconstrução de vários discursos anteriores. Isso dá aos Movimentos a possibilidade de se unirem em algumas lutas e também garante a chance de um debate democrático entre todos esses Movimentos.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Atualmente, quando os Movimentos Sociais parecem ser uma força de oposição ao governo atual, principalmente depois da mudança de governo, os Movimentos são vistos como “aqueles que são fora da lei”. Há uma tentativa da mídia de criminalizar as atividades dos Movimentos, simplesmente por agirem contra o governo. Os governos autoritários em todo o mundo se colocam contra a tendência de oposição global, que é a oposição via Movimentos Sociais e esses ditadores parecem ter consciência plena da eficiência de minar esses Movimentos. No Brasil, por exemplo, em alguma manifestação de rua, a imprensa veicula as imagens de vidraças dos bancos quebrados, ou das bombas de gás lacrimogêneo, mas se recusa a explicar o contexto daquela manifestação e até mesmo a levantar razões de termos chegado a tal ponto. Quanto às diferenças entre os veículos, parece-me um problema geral: há a mídia alternativa, como a Mídia Ninja, a Carta Capital tenta retratar o outro lado, mas sinto que também pesa para esse “outro lado”. Muito do que temos de informação chega por meio das redes sociais, mas a mídia tradicional também continua tendo poder naquele espaço. Eu continuo acompanhando jornais europeus e acho que eles dão algumas abordagens diferentes, acompanho também o El País e percebo uma abordagem mais rica e menos caótica que a da imprensa nacional.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim. Existe uma tentativa de marginalização dos Movimentos e também de seus grupos simpatizantes. Aqui no Espírito Santo, por exemplo, os alunos da Ufes são frequentemente associados ao estereótipo de vândalos e destruidores do patrimônio. Eu observo um interesse em desmantelar o ensino público, por meio da rotulação dos alunos como "vagabundos" com o objetivo de desmoralizar a própria Universidade pública e valorizar as faculdades particulares. Com relação aos refugiados, que acompanho de perto, percebo a construção de estereótipos menos no Brasil e mais na Europa. Por exemplo, o caso dos sírios: vêm de uma área de conflito, a maioria é muçulmana. E o que chega na imprensa? Que as mulheres muçulmanas são oprimidas e essa sociedade é atrasada, portanto se nosso país começar a receber muitos sírios, podemos nos tornar uma sociedade opressora de mulheres. Esse nível de argumentação é simplista pois não respeita a cultura nem a religião de outras pessoas. Então muitos enxergam a proteção aos refugiados como o endosso daquelas práticas. Para mim os refugiados são seres humanos. Independente de suas origens e raízes culturais, merecem ser respeitadas como tal. Dentro da Universidade já fui chamada de contraditória por amparar pessoas que não garantem direitos às suas mulheres e muito disso decorre da atuação da imprensa, na criação de estereótipos. Outra preocupação é a abordagem economicista da imprensa sobre a questão dos refugiados, o que transforma as pessoas apenas em um dado financeiro.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Os veículos tradicionais aqui do Brasil têm medo de usar a liberdade de imprensa como deveria ser. Para além de estar entre "esquerda ou direita", a mídia quer sempre estar no centro das relações de poder. A imprensa está muito mais preocupada em ser bem aceita pelo grupo político detentor de poder naquele momento do que em informar com compromisso e responsabilidade. Por isso, às vezes, fica tão difícil até criticar a imprensa, porque há a adoção de discursos momentâneos, num jogo de poder do qual a imprensa participa. Isso remonta a várias coisas, porque há sempre um grupo no poder, muito além de ideologia política e essa lógica parece confirmar que todos os setores da sociedade querem se beneficiar. Então, vigora a prática do "se eu falar mal do governo, vou ser prejudicado" e aí todo mundo quer entrar nessa lógica, inclusive a imprensa. A gente percebe a existência de algumas pautas progressistas mas é preciso buscar entender qual é o interesse por trás disso. Por exemplo: a nova lei de imigração, com aspectos muito mais humanitários e que não faz sentido com o atual governo do Brasil. A imprensa também está defendendo essa lei, com qual interesse? Na verdade, houve a preparação de um discurso externo para a ONU e o Brasil buscou fazer uma cortina de fumaça quanto aos refugiados, para ocultar violações dos Direitos Humanos desse mesmo governo. Então, a narrativa é muito mais complexa que "esquerda *versus* direita".

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

A imprensa do Brasil está sempre preocupada em estar ao lado do poder e a cobertura é sempre na ideia de marginalizar, destruir o patrimônio público. É um argumento financeiro, é isso que repercute. Por exemplo, a Greve Geral do dia 28 de abril: a imprensa estrangeira mostrou que o país parou, que houve uma organização e não esse caos social que foi relatado aqui no Brasil. A abordagem é tão diferente que parece uma outra realidade.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A imprensa é importante para qualquer iniciativa política. Se a gente for observar os Movimentos Sociais como forma de expressar a oposição política, que é o que eu acredito como a forma certa, a imprensa teria que dar aos Movimentos a mesma voz e o mesmo peso que dá para as opiniões políticas institucionalizadas. Mas como há um interesse na manutenção do poder, é muito difícil conseguir que os Movimentos Sociais tenham um canal de expressão. A solução me parece ser a busca por canais que o próprio Movimento Social possa escrever sua narrativa, como é possível por meio da internet. Eu acho que a principal solução é o uso dos meios virtuais, que também permite a união de forças entre os Movimentos. Uma ideia que eu acho legal é a do Fórum Social e também outros tipos de organização paralela, em plataformas globais. A ONU tem privilegiado muito isso: sempre que há uma conferência grande, existe também a reunião de grupos da sociedade civil. Aqui no Brasil, o enfraquecimento dos Conselhos Comunitários aponta para a redução de um canal de comunicação dos Movimentos, que seria independente desses meios institucionalizados.

Considerações finais

Gostaria de pontuar a participação dos estrangeiros nesses Movimentos Sociais. Todo ser humano é um ser político e quer opinar e os estrangeiros que chegam aqui são os menos escutados. Esse grupo também poderia se formar como uma espécie de Movimento. Quero também agradecer pela oportunidade da entrevista, visto que esse é um debate essencial e que pode colocar os estrangeiros como uma categoria de Movimento Social. Atualmente, para a formulação de uma lei que vai regulamentar a vida dos estrangeiros do Brasil, eles sequer são ouvidos. O Movimento Social pode blindar a perseguição pessoal por meio da identidade de uma militância coletiva, até que haja uma melhora na qualidade de vida.

“Em Portugal, o passado ditatorial tem repercussões muito visíveis quando os movimentos sociais tentam colocar determinadas agendas na esfera pública, governamental e midiática”

CARLA CERQUEIRA

Marcas da ditadura em Portugal

José Cristian Góes[1]

Depois de passar por uma das mais longas ditaduras da Europa, Portugal ainda sente seus reflexos, mesmo 43 anos depois, em especial nas temáticas que envolvem os Movimentos Sociais, as mídias e a igualdade de gênero. Essa é uma das percepções da professora Carla Cerqueira, da Universidade Lusófona do Porto, e que realiza pós-doutoramento na CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade) na Universidade do Minho. Ela colabora com vários movimentos sociais de direitos humanos, integra o Conselho de Opinião da RTP (Rádio e Televisão de Portugal) e foi vice-presidente da Secção de Gênero e Comunicação da Associação Europeia de Investigação em Educação e Comunicação. Carla diz que Portugal ainda se constitui uma sociedade com histórico machista, e com pouca compreensão qualificada nas mídias sobre os movimentos de igualdade de gênero. Apesar de avanços, o espaço midiático português visibiliza desigualdades sociais e as legitima, com discursos sexistas, xenóbofos, racistas.

[1] Jornalista, mestre em Comunicação/UFS (Criminalização da pobreza no jornalismo) e é doutorando em Comunicação na UFMG, com estágio doutoral na Universidade do Minho, em Braga, Portugal. É militante social no campo da Comunicação e investiga sobre jornalismo, identidades e a construção do visível e do invisível. E-mail: cristiangoes_brasil@yahoo.com.br

Como você entende o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos?

Na minha leitura devemos olhar para os movimentos sociais enquanto expressão organizada da sociedade civil, que visa colocar determinadas questões no espaço público, que luta contra diversas desigualdades e exclusões. Hoje em dia, a reivindicação pública em torno de determinadas questões parece estar mais presente, mas partilho da ótica que uma coisa são movimentos sociais, outra são protestos sociais. Estes últimos ocorrem de forma esporádica, muitas vezes até mobilizam muitos manifestantes e têm a presença de alguns movimentos, coletivos, ONGs e cidadãos anônimos. Alguns protestos, mobilizações e marchas sociais e políticas dão origem a movimentos ou inserem-se/inscrevem-se em movimentos sociais. Um exemplo que já tem sido muito analisado é a *Slutwalk*, Marcha das Galdérias em Portugal, e Marcha das Vadias no Brasil, que começou através das redes sociais digitais e se estendeu a todos os continentes, constituindo um movimento global com especificidades locais de luta contra a cultura do estupro e a legitimação da violência de gênero. Esta também é uma das caraterísticas dos movimentos mais recentes, o fato das tecnologias potenciarem a sua extensão a diversos contextos, sem ignorar as lutas locais que necessitam de ser travadas. Pode-se falar aqui de movimentos "glocalizados", que utilizam mesmo as formas de ação coletiva que divergem de local para local, como é o caso dos movimentos contra a precariedade laboral e econômica, ou mesmo dos movimentos ambientalistas. Nesse contexto, é importante mencionar ainda que várias situações sociais mais recentes têm acentuado o panorama de desigualdades sociais que levam à emergência ou ressurgimento dos movimentos e lutas sociais.

O que é a Marcha das Galdérias em Portugal? E, no geral, como a mídia portuguesa noticia esse movimento?

A *SlutWalk*, tal como mencionei, consiste em um movimento transnacional que surgiu no Canadá, em 2011, com o intuito de erradicar a cultura de violação, combater a (auto) culpabilização das vítimas de violência sexual e reafirmar a autodeterminação das mulheres sobre os seus corpos. Em 2011, foi alargada a 40 países e a 200 cidades. Nesse ano, Portugal também se juntou à vaga de indignação, através da organização da *SlutWalk Lisboa* e da *SlutWalk Porto*, movimento que também ficou conhecido como Marcha das Galdérias. Este visa, portanto, a reivindicação pela apropriação dos discursos do corpo, da cidadania e dos espaços e foi isso que marcou o movimento em Portugal, que fez sobressair a necessidade de ressignificação de determinados termos considerados desfavoráveis para as mulheres, procurando descaracterizar as situações de violência sexual e de gênero. Desde o início que tem forte expressão nas redes sociais digitais, mas também tem ocupado as ruas. Em termos de cobertura noticiosa pela mídia *mainstream* pode-se questionar até que ponto a mensagem inscrita nos cartazes e corpos despidos contribui para ressignificar determinado termos e discursos, até que ponto o corpo funciona como um instrumento politico e não é passada novamente a mensagem da objetificação, em uma ótica de

veiculação dos estereótipos. Algo parece falhar na midiatização porque se perguntarmos na rua quais são os objetivos do movimento a maioria das pessoas não sabe dizer e aquilo que fica é mesmo a vertente mais visual em detrimento da mensagem.

Em um mundo hiperconectado, a internet parece ter algum papel importante junto aos Movimentos Sociais, não é?

Sim. A internet potencializa o debate público e a criação de sentimento de coletividade através de espaços como as redes sociais digitais, e o *modus operandi* dos novos movimentos sociais é completamente diferenciado, encontrando-se presentes numa pluralidade de plataformas que antes era impensável. A fluidez da horizontalidade no seu funcionamento também é uma constante. Podemos referir ainda que as formas de manifestação contemplam quase sempre o digital, mas também o presencial, a ocupação das ruas, em que a participação cidadã revela a necessidade de novas formas de democracia participativa, em que se confrontam os poderes econômicos e estatais. Assim sendo, considero que o papel de discussão pública e alargada de determinadas problemáticas está muito presente nestes novos movimentos sociais, os quais são também atravessados pela junção de diversas causas. Hoje em dia vemos que os protestos e mobilizações públicas não são apenas em prol de uma causa nem integram um movimento só, mas congregam vários em simultâneo porque as lutas pelas diversas desigualdades sociais e políticas não se encontram separadas. A título de exemplo, percebemos a junção do movimento feminista, LGBTI, ambiental nos vários protestos por melhores condições de vida e contra a precariedade laboral.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Existem diferenças entre os veículos?

Em termos gerais, a imprensa e o rádio conferem maior amplitude às coberturas dos movimentos sociais do que a televisão, já que esta destaca ações dos movimentos que vivem muito através da imagem. Poderemos dar como exemplo as manifestações que desembocam em confrontos e que acabam por ser alvo de maior midiatização, o que isso ocorre na maior parte dos *media mainstream*. Há obviamente diferenças de acordo com a politica editorial dos meios de comunicação, pois alguns tratam mais sobre as temáticas relacionadas com os direitos humanos e outro tipo de reivindicações sociais do que outros. Muitas vezes, difere em termos de enfoque, mas se olharmos para as fontes escolhidas e as imagens, nomeadamente das manifestações, que são os momentos com maior midiatização, não são muito diferentes. Podemos dar o exemplo da manifestação da Marchas das Galdérias ou mesmo da "Geração à Rasca", esta última se constituiu de grandes mobilizações populares em 2011, convocadas basicamente pela internet e que reivindicava, sobretudo, trabalho, melhores condições laborais, e isso fora de institucionalização e das grandes mídias. Ou seja, o que vale destacar são as grandes mudanças em termos de narrativas discursivas que se encontram nas mídia alternativas.

De alguma forma a imprensa portuguesa contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais?

A relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação social nem sempre é fácil e há vários autores que têm trabalhado nessa linha em muitos contextos. No que concerne a Portugal, em primeiro lugar, não nos podemos esquecer do período ditatorial que o país viveu durante 48 anos e que deixou marcas profundas na forma de mobilização social, no apagamento da memória histórica de determinados movimentos, como é o caso do movimento de mulheres e que tem sido analisada por diversas pesquisadoras portuguesas, como é o caso da historiadora Manuela Tavares. Também é do movimento de mulheres e/ou feminista que mais posso dar exemplo porque é aquele que tenho pesquisado desde 1975. É de sublinhar uma grande dificuldade do movimento em concentrar a atenção midiática no que diz respeito às suas reivindicações e ações, sendo muitas vezes necessário causar impacto e mesmo conflito para que haja cobertura noticiosa. No dia a dia da informação as pautas do movimento têm pouca visibilidade, a não ser quando colidem ou coincidem com pautas governamentais. A midiatização ocorre mais ligada a temáticas de violência, nomeadamente nas relações de intimidade, sendo que o enfoque dado à temática acaba por privilegiar um viés sensacionalista e aquilo que pode ser designado como uma "narrativa das coitadinhas". Além disso, se na década de 1970 e 1980 do século passado o movimento e as suas ações tinham um enfoque mediático enquanto coletividade que luta pela igualdade de direitos e oportunidades, atualmente a tônica é em ações esporádicas, sendo que o tratamento noticioso é bastante episódico e pouco substantivo. De mencionar também que muitas vezes os estereótipos estão presentes, mesmo que de forma cada vez mais sutil, o que acaba por ser extremamente pernicioso e difícil de combater.

Existe algum exemplo marcante de como a imprensa portuguesa constrói os Movimentos Sociais?

Sim. Um exemplo que ficou bem marcado no contexto português e que demonstra essa estereotipação dos movimentos foi o chamado "episódio do Parque Eduardo VII". Em 1975, o Movimento de Libertação das Mulheres decidiu manifestar-se no Parque Eduardo VII, em Lisboa. No comunicado anunciava que queriam queimar objetos que fossem exemplos da opressão advinda de todo o período ditatorial e que prejudicava as mulheres. A imprensa portuguesa transformou o comunicado do movimento nos seguintes títulos: "Strip-tease de contestação do MLM organizado no Parque Eduardo VII" (Expresso, 11/1/1975) e "Auto de Fé Feminista" (Diário de Lisboa, 13/1/1975). Esta cobertura noticiosa levou mais de 2000 homens ao local do evento, os quais procuraram insultá-las. Foi a midiatização que contribuiu para uma situação de extremo machismo, sinal de uma sociedade que privilegia valores sexistas e que tem arraigado o conservadorismo. Este é apenas um exemplo da estereotipização que ficou a marcar o movimento feminista ao longo de décadas e que ainda hoje em dia é preciso desconstruir quando se fala de manifestações em prol de uma sociedade que vise a igualdade de gênero. Em suma, no

que concerne ao processo de midiatização das ações de vários movimentos sociais, os estudos apontam para o fato de que é nos momentos de confronto e violência que existe uma maior cobertura, mas o enfoque que é dado pode contribuir para que as causas que estão a ser defendidas fiquem ofuscadas. Essa estereotipação que associa os movimentos e ativistas a violência é extremamente prejudicial para colocar determinadas agendas no espaço público e para mobilizar a opinião pública. Além disso, em certas situações o pouco tempo de preparação para a elaboração do trabalho jornalístico também reflete diretamente na cobertura que é feita, sobretudo através das imagens escolhidas, a quem se dá voz enquanto fonte, quais as citações diretas apresentadas, entre outros aspectos.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

É muito interessante analisarmos diariamente os vários meios de comunicação social e a forma como dão expressão a determinadas questões e como silenciam outras que comentadores escolhem. Isso mostra claramente quais são as vinculações politicas e ideológicas que estão por detrás, mesmo que essas não sejam admitidas sob a capa de uma "objetividade" jornalística. O mito da objetividade continua a ser a justificação para o trabalho que é feito, mesmo quando a escolha de determinada linguagem verbal e visual são fortes armas de veiculação de discursos ideológicos. Obviamente que isto é prejudicial para determinados movimentos sociais, pois estes visam ao questionamento da ordem social vigente e muitas vezes as mídias acabam por contribuir para cristalizar estereótipos em vez de fomentar os discursos de resistência social.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Houve momentos em que a cobertura noticiosa do movimento de mulheres e/ou feminista foi prejudicial para colocar as agendas e lutas no espaço público. Um exemplo foi em torno do referendo pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez, em que as mídias ou silenciavam a questão ou davam voz aos grupos opositores. Isto levou a que a mudança social/de lei demorasse muitos anos. Este é um exemplo que demonstra que o passado ditatorial tem repercussões muito visíveis quando os movimentos sociais tentam colocar determinadas agendas na esfera pública, governamental e mediática.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade?

De modo extremamente sucinto, pode dizer-se que os meios de comunicação social são fundamentais para os movimentos sociais, uma vez que permitem dar-lhes voz no espaço público, colocar as suas iniciativas, objetivos e causas, bem como contribuir para granjear apoiadores e mobilizar a opinião pública. São espaços de (in)formação e, por isso, a midiatização acabar por potenciar uma discussão mais alargada sobre determinado tipo de questões e reivindicações. Claro que muitos movimentos sociais não têm visibilidade nos meios de comunicação social e quando a têm não contribui para a legitimidade das causas defendidas e para que se consiga a tão almejada mudança social. Quando me refiro aos meios de comunicação social estou a focar-me nos *media mainstream* ou corporativos (dependendo da designação utilizada), que se encontram subjugados a diversas lógicas de poder, as quais influenciam fortemente a cobertura noticiosa que é feita de determinadas temáticas.

Nesse caso, existem saídas possíveis para enfrentar os media mainstream?

Sim. Penso que sim, mas é fundamental que os movimentos sociais definam claramente uma estratégia de comunicação que lhes permita criar aquilo a que Van Zoonen (1992) apelidou de "identidade pública" para se referir aos movimentos de mulheres, mas que pode ser transposta para qualquer movimento social. Esta estratégia de comunicação passará por criar uma mensagem articulada para os *media mainstream*, mas também utilizando outros espaços que lhes permitam chegar a um espaço público cada vez mais fragmentado e colocar as suas agendas na discussão pública. Com a proliferação das plataformas digitais verifica-se uma transformação do paradigma da comunicação, permitindo que a midiatização também possa ser exercida pelos cidadãos e pelos movimentos sociais de outra forma. Há, por isso, uma maior participação cidadã no espaço público e as estratégias de comunicação passam, em muitos casos, pelo digital, devido às suas potencialidades, nomeadamente por serem de fácil acesso e manuseamento, gratuitos e permitir chegar a diversos públicos.

Claro que muitas vezes a comunicação só atinge determinados nichos, isto é, pessoas que já possuem um posicionamento crítico face a determinadas questões e que já apoiam os movimentos e a palavra fica em circuito bastante fechado. Todavia, é através destas plataformas que também se colocam questões no espaço público, que se denunciam situações e que se pode dar a conhecer os movimentos e as suas múltiplas agendas. Insisto na necessidade de definir uma estratégia de comunicação consertada que permita esse diálogo direto com a sociedade, utilizando as várias plataformas digitais, uma vez que um dos grandes problemas é não saber comunicar adequadamente mediante as plataformas que estão disponíveis. Em certas situações é melhor não aderir a determinadas plataformas do que não saber comunicar através delas e essa noção tem ainda de ser trabalhada.

As dificuldades em termos de recursos humanos e econômicos de muitos movimentos sociais levam a essas situações de “amadorismo” na forma de comunicar e que podem ter repercussões na imagem que se cria. É importante mencionar igualmente a importância da emergência e da proliferação das mídias alternativas e ativistas, os quais assumem um papel fundamental para visibilizar os movimentos sociais. Estes caraterizam-se não só por apresentar uma outra visão/versão do mundo e dos acontecimentos, mas por transmitir múltiplas visões/versões, tal como tem explicado nos seus trabalhos Chris Atton, um estudioso desta área.

Qual sua avaliação sobre os Movimentos Sociais em Portugal: mais retrocessos ou mais avanços?

Considero que atualmente estamos numa fase que demonstra claramente os avanços e os retrocessos, e estes ocorrem simultaneamente. Por um lado, assistimos à proliferação de plataformas digitais consideradas alternativas, ou melhor, daquilo que é designado como jornalismo alternativo e crítico e que nos possibilita o contacto com discursos completamente diferenciados da ordem social dominante. Por outro, assistimos a uma midiatização de certos acontecimentos, temáticas e movimentos que contribui para visibilizar discursos que acentuam as desigualdades sociais e ainda as legitimam. O chamado “politicamente correto” convive com discursos sexistas, xenóbofos, racistas e estes têm espaço midiático. Quando isto acontece percebemos que há uma tensão muito grande no espaço público e que a opinião pública está muitas vezes mal informada e isso vai colocar em causa a consecução da democracia.

“Enquanto a grande mídia não abrir espaço para os movimentos sociais e não promover a interlocução com a sociedade, a luta sempre será mais árdua, mais penosa e duradoura”.

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

Luta árdua, penosa e duradoura

Priscila Santana Caldeira[1]

Caroline Kraus Luvizotto é uma pesquisadora que vem se destacando nos estudos sobre cidadania, movimentos sociais, ativismo, participação política e social e os meios de comunicação. Socióloga, doutora em Ciências Sociais pela Unesp (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), atua como docente na mesma instituição, integrando o corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Autora de artigos, livros e capítulos de livro que abordam a temática, é líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov, tendo orientado pesquisas científicas sobre esses temas nos últimos anos. Num Brasil repleto de conflitos políticos, sociais, ideológicos e culturais, onde movimentos sociais e ativistas são marginalizados e criminalizados, é fundamental ouvir pesquisadores que se dedicam a compreendê-los e ressignificá-los. A entrevistada pode contribuir para uma reflexão interdisciplinar e atual sobre os movimentos sociais na contemporaneidade.

[1] Jornalista, mestre em Comunicação pela UNESP. Na dissertação pesquisa o enquadramento do movimento grevista dos professores do Paraná nos jornais Brasil de Fato e na Folha de S. Paulo. É membro do grupo de pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais da UNESP. E-mail: priscilasantanacaldeira@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais se configuram como fontes de inovação, geradoras de saberes, e possuem caráter democrático e cidadão, justificando a realização de análises que privilegiem o foco sobre as redes de articulações e de comunicação estabelecidas pelos sujeitos em sua prática cotidiana. Eles promovem a democratização das relações sociais e são capazes de redefinir papeis sociais, discursos e identidades. O Brasil é marcado por uma história recente de ditadura militar. Estamos aprendendo a viver em democracia e esse não é um processo rápido, tampouco simples. É verdade, porém, que hoje o povo brasileiro tem maior possibilidade de participação, mas a herança da ditadura ainda se faz presente, contrastando com a busca pela democracia efetiva. Neste sentido, pode-se dizer que o ativismo e os movimentos sociais são mecanismos de fortalecimento do convívio em sociedade. Observa-se uma mudança na configuração do ativismo e dos movimentos sociais na atualidade, em grande parte, atribuído ao papel dos meios de comunicação, especialmente, da internet. Estudiosos do tema por todo mundo apontam que estamos vivenciando uma nova fase dos movimentos sociais, caracterizados pelo agrupamento de milhares de pessoas em torno de objetivos difusos e coletivos. Exemplo disso, podemos citar as manifestações populares ocorridas desde 2010 em países como Tunísia, Islândia, Egito, a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos EUA e no Brasil, em junho de 2013.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Podemos observar que o espaço destinado para os movimentos sociais nos veículos de comunicação ligados à grandes empresas midiáticas ainda é pequeno e as coberturas frequentemente criminalizam os movimentos sociais e seus integrantes. Essa é uma prática histórica. É possível verificar que, de forma recorrente, um movimento social vira notícia quando suas ações possuem ressonância nacional e, por vezes, a imprensa apresenta uma perspectiva unilateral, ligada aos interesses políticos, econômicos e ideológicos dos grupos que detém a concentração do poder e dos veículos de comunicação.

O componente ideológico está presente na maneira como os fatos são apresentados, não contemplando a multiplicidade de sujeitos envolvidos no processo, numa tentativa de interferir na opinião pública, privilegiando determinados grupos sociais em detrimento dos cidadãos que reivindicam mudanças. Essa prática é prejudicial aos movimentos sociais e, como exemplo,

podemos citar o Grupo Globo e o Grupo Folha. O monopólio ou o oligopólio dos meios de comunicação presta um desserviço para a democracia.

Na contramão, algumas iniciativas aparecem ligadas a veículos de comunicação independentes das grandes corporações midiáticas. Nesses veículos, é possível perceber uma presença maior dos movimentos sociais em interlocução com a sociedade. Mas o alcance desses veículos de comunicação é pequeno e, por vezes, regional. Aqueles que possuem alcance maior também não conseguem superar o da grande mídia. Como exemplo, podemos citar a TVT, uma emissora de TV que se intitula educativa, ligada à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho, mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região. Sua programação concentra conteúdos ligados aos direitos humanos, cidadania e movimentos sociais.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

A mídia tem um papel importante na construção da opinião pública e é capaz de atribuir visibilidade aos fatos e descrevê-los a seu critério, sendo ela a maior – e muitas vezes a única – fonte de informação da população. Por essa razão, influencia na formação simbólica, ideológica e política dos indivíduos, sendo representativa na mobilização ou desmobilização dos movimentos sociais. Nesse sentido, sim, ela contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos movimentos sociais e dos ativistas. Isso pode ser observado a partir do exemplo das matérias veiculadas sobre o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que constroem um estereótipo de vandalismo e destruição no ato das suas ocupações. Esse mesmo estereótipo foi atribuído aos manifestantes que participaram das manifestações de junho de 2013, no Brasil.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

A mídia e os mais diversos veículos de comunicação contribuem para a construção e sustentação de uma consciência e de uma identidade, seja individual ou coletiva. É um elemento estruturante de subjetividades e possui influência na constituição de uma esfera pública política, atuando na produção de sentidos e na configuração de narrativas que transmitem o capital simbólico. Neste sentido, sim, é possível identificar vinculações políticas e ideológicas nos meios de comunicação. Os veículos de comunicação de massa, representados pelos conglomerados de mídia criam e disseminam conteúdos e representações muitas vezes pautadas em interesses de indivíduos ou grupos privados, interesses industriais e financeiros e de classes sociais, influenciando drasticamente os processos políticos e sociais em nosso país. A consequência dessas vinculações para as reivindicações dos movimentos sociais é bastante danosa.

Observa-se que os principais veículos de comunicação brasileiros não são plurais, não dialogam com a diversidade social e cultural brasileira e, portanto, marginalizam e criminalizam os movimentos sociais e não integram os discursos e narrativas da multiplicidade de sujeitos e atores sociais que compõem a sociedade brasileira. Ao não dar voz aos movimentos sociais, não permite ao cidadão formular opinião ou identificar-se com as demandas do movimento. Não permite que ocorra a relação de pertencimento de classe, de etnia, de gênero, entre muitas outras relações que são ceifadas pela grande mídia. Resta aos movimentos sociais e aos ativistas recorrer a outros veículos de comunicação, aqueles não ligados aos governos ou às grandes empresas de mídia. Destacam-se aqui as TVs e Rádios comunitárias, universitárias e a própria internet, que, apesar de ainda não estar ao alcance de todos e de ter vínculos com grandes corporações midiáticas, possibilita, a uma pluralidade de sujeitos manifestar-se e, aos movimentos sociais, apresentar e disseminar as suas demandas.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Não é raro identificar as diferenças entre as coberturas da imprensa brasileira e da imprensa internacional quando se refere aos movimentos sociais e à mobilização popular no Brasil, mas essas coberturas estão ligadas a acontecimentos de ressonância nacional. A democracia, a cidadania e a participação política e social são processos históricos e, neste sentido, possuem significados simbólico e político diferentes de país para país, de povo para povo. Fatos recentes ocorridos no Brasil mereceram atenção internacional e algumas agendas de movimentos sociais foram abordadas por veículos internacionais, exemplo disso foram as manifestações de 2013 e 2015. Mas uma observação mais atenta sugere que, de modo geral, as agendas dos movimentos sociais não são tratadas pela grande mídia nacional ou internacional.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Os movimentos sociais são ações coletivas caracterizados pelo ajuntamento de pessoas que se identificam em torno de uma causa ou demanda específica. Possuem uma estrutura, uma sociabilidade e mecanismos de ação próprios de acordo com cada época e circunstância. É por meio das ações empreendidas pelos movimentos e pelos ativistas que suas demandas, ideologias, críticas ou denúncias são apresentadas para a sociedade. A opinião pública é um elemento importante para os movimentos sociais, pois eles precisam que a sociedade compreenda sua gênese, sua razão de ser.

A sociedade precisa discutir, debater, manifestar-se sobre as demandas do movimento social para que ele tenha legitimidade e seja reconhecido como uma mobilização cidadã. Neste sentido, a imprensa é um elemento importante na relação entre a sociedade e os movimentos sociais, pois ela confere visibilidade aos mesmos, difundindo suas informações e promovendo o fortalecimento dos vínculos identitários e de pertencimento entre os cidadãos e as causas do movimento social, possibilitando a participação e o engajamento. Diante disso, é fundamental que a imprensa reconheça a diversidade, a pluralidade de sujeitos sociais da nossa sociedade. É preciso dar voz aos movimentos sociais para que eles atuem como protagonistas das suas histórias e para que não sejam mais retratados em narrativas que não considerem a subjetividade dos sujeitos e os sentidos simbólico e político que a luta tem para cada um deles.

Um primeiro passo é não criminalizar os movimentos sociais e reconhecê-los como um processo histórico e necessário para a sociedade contemporânea, uma vez que impulsionam transformações sociais. Movimentos sociais produzem conhecimento. Esse conhecimento deve estar acessível a todos os cidadãos e a imprensa pode ajudar nesse processo. Dialogar e estabelecer uma rede de colaboração com TVs e rádios comunitárias, universitárias e com material produzido pelos ativistas e divulgado na internet, em blogs, websites e redes sociais também pode colaborar para aproximar a sociedade dos movimentos sociais, estabelecendo interlocuções e aprendizagens.

Você mencionou a internet algumas vezes. Qual seria o seu papel para a visibilidade dos movimentos sociais contemporâneos? E quais críticas podem ser feitas sobre a sua utilização?

Com a internet e as mídias digitais, as formas de comunicação e o consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais e passaram a ser mais participativas. Mesmo que de maneira limitada, considerando os problemas de acesso à rede, acessibilidade, usabilidade e conhecimento do usuário, a internet possibilita participação e interação entre os cidadãos, permite que todo indivíduo possa produzir conteúdo, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas. As mídias digitais possibilitam a participação online, uma vez que a estrutura de conectividade da internet permite derrubar a barreira do tempo e do espaço, possibilitando a qualquer cidadão se manifestar sobre os mais diversos assuntos e contextos sociais. É possível, por exemplo, fazer parte de grupos virtuais que possuam uma motivação, uma identidade coletiva e ali se auto representar, discutir, propor, aprender e organizar ações.

A internet tem possibilitado a formação de redes dentro dos movimentos, redes entre movimentos e redes entre movimentos e sociedade civil. Também é possível participar de modo off-line, uma vez que, fazendo parte de um grupo social com vínculo identitário, o cidadão pode participar de manifestações, atos, reuniões, assembléias e pode utilizar os recursos da internet para postar vídeos, fotos e todo tipo de conteúdo informacional em tempo real e tornar público aquele momento que somente os participantes presentes teriam condições de conhecer, mas

com o uso da internet passa a ser de domínio público, instrumentalizando a participação e o engajamento de outros cidadãos.

Este cenário pode parecer bastante motivador e propício para a atuação dos movimentos sociais. Entretanto, precisamos analisar criticamente o universo digital, uma vez que ele reproduz todas as tensões, conflitos e disputas de poder do universo off-line. Reproduzem-se no meio digital todo preconceito, intolerância, racismo, homofobia, xenofobia e discursos de ódio do universo off-line. É preciso considerar, também, dois outros fatores: a concentração midiática e o controle exercido por empresas privadas no universo online. Isso sugere que a internet não é um meio tão democrático quanto parece. Devemos estar atentos a sua utilização.

Considerações finais

É lamentável que os movimentos sociais e as reivindicações populares sejam, por muitas vezes, criminalizados em nosso país. O apoio da sociedade, da opinião pública para as agendas e demandas dos movimentos sociais é fundamental para sua legitimidade e para sua representatividade. Identificar-se e reconhecer-se em um movimento social produz um sentimento de pertencimento que dá força para o cidadão indignado lutar pelos seus direitos, pela sua emancipação, pela superação da sua condição de oprimido ou marginalizado. A imprensa e a mídia, de modo geral, são essenciais nesse processo. Enquanto a grande mídia não abrir espaço para os movimentos sociais e não promover a interlocução com a sociedade, a luta sempre será mais árdua, mais penosa e duradoura. E neste sentido, restam as iniciativas independentes, comunitárias, universitárias, o bom uso das ferramentas online, como das redes sociais na internet, por exemplo, que podem estabelecer o diálogo entre movimentos sociais e sociedade. Aprender a viver em democracia e exercer a cidadania é um processo longo e talvez não tenha fim.

"Em qualquer situação de descontrole, imediatamente aparecem jargões como "baderneiros", "vândalos", "grupelhos" na intenção de desqualificar as manifestações."

CICILIA M.KROHLING PERUZZO

Movimentos populares entre a omissão, a superficialidade ou a criminalização da mídia

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer[1] [2]

Cicilia Peruzzo é graduada em Comunicação Social, habilitação Relações Públicas, pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi, fez mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1991). Realizou pós-doutorado na Universidade Nacional Autônoma do México (2009). Dedica-se especialmente aos estudos da comunicação popular, alternativa e comunitária, da mídia regional e local e suas interfaces no processo de ampliação do exercício da cidadania. Investiga também temas de Relações Públicas relacionados às transformações no capitalismo e sua inserção no chamado terceiro setor, com ênfase na perspectiva crítica e comunitária. Sempre buscando ultrapassar os limites das conjunturas, ela acompanha as transformações nas manifestações comunicacionais procurando perceber as novas feições de comunicação forjadas pelos segmentos subalternos organizados. Foi assim que Cicilia não deixou escapar o surgimento das emissoras de rádio e de televisão comunitárias enquanto meios capazes de democratizar a comunicação e contribuir para ampliar o exercício da cidadania. É autora dos livros Relações públicas no modo de produção capitalista; Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania; e Televisão comunitária: a participação cidadã na mídia local, além de organizadora de diversas coletâneas de Comunicação. Publicou muitos artigos em revistas científicas no País e no Exterior.

[1] Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2001). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: Teorias da Comunicação, Televisão, Telejornalismo e Gêneros Jornalísticos. Líder do Grupo de Pesquisa Televisão e Cidadania da UFG. Autora dos livros 'Para entender as teorias da comunicação' e 'A televisão em busca da interatividade'. E-mail: anacarolina.temer@gmail.com

[2] Entrevista realizada com o apoio dos discentes ligados ao Laboratório de Leitura Crítica da Mídia, e revisado pela discente do PPGCOM Ana Maria Moraes.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais populares, vinculados às classes sociais subalternizadas, desempenham importante papel na sociedade porque representam forças que contribuem enormemente para o avanço do reconhecimento dos direitos de cidadania. Os movimentos sociais populares são articulações civis que se mobilizam, do ponto de vista organizativo, da consciência social e política, e da ação visando à transformação da realidade opressora da dignidade humana e das condições que afetam negativamente as condições da vida (humana, animal, vegetal, ambiental) no planeta. Sem eles os direitos civis, políticos e sociais, incluindo os direitos culturais e comunicacionais, demoram muito mais tempo a serem reconhecidos como legítimos pelo Estado e pela própria sociedade. Os movimentos sociais populares desempenham tripla função: trabalham para equacionar os problemas de seus próprios participantes, denunciam as desigualdades e injustiças, e externam suas reivindicações na sociedade e perante os poderes de Estado. Nesse bojo de ações contribuem no processo de conscientização social, de mobilização e na articulação de pessoas para que se organizem em defesa de seus direitos e possam conquistar respostas dignas às suas necessidades e demandas por transformação.

Contudo, esclareço que me refiro aos movimentos sociais populares, diferenciando-os das grandes manifestações públicas e protestos. Movimentos sociais populares são organizações (estruturadas do ponto de vista institucional / legal, mas incluem também aquelas de formatos menos formalizados) da sociedade civil constituídos autonomamente e de modo horizontal com a finalidade de somar forças, conscientizar e lutar por direitos de segmentos da população. As estruturas mais sólidas, em geral institucionalizadas, dos movimentos sociais permitem a existência de ciclos de vida mais duradouros. Já as grandes manifestações públicas ou protestos são fluídos, ocasionais e momentâneos. Em geral são convocadas por movimentos sociais populares e organizações afins, como o Movimento Passe Livre -MPL em 2013. Também ocorreram manifestações públicas recentes convocadas por sindicatos de trabalhadores, Centrais Sindicais, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Frente Povo sem Medo -que agrega cerca de 30 organizações, e a Frente Brasil Popular– composta por cerca de 80 movimentos sociais e entidades - etc. que convocaram grandes manifestações de protesto a favor da ordem democrática e contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, em 2015 e 2016, e mais tarde aglutinaram as manifestações no dia da greve geral – 28 de abril de 2017 – nas principais cidades brasileiras. Também a manifestação pública reivindicando a saída de Michel Temer da presidência da República, em 24 de maio 2017, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, convocada pelas centrais sindicais e movimentos sociais, contra as reformas trabalhista e da previdência social, servem de exemplo desse tipo de manifestação e protesto que ocupam o espaço público urbano. Contudo, grandes manifestações públicas de caráter conservador também ocorreram no Brasil, como fruto de convocações de organizações menos sólidas (como o Movimento Brasil Livre -MBL e o Vem para Rua), mas aliadas a forças econômicas e políticas conservadoras. Manifestações desse tipo tendem a funcionar desde que os apelos persuasivos que as convocam encontrem ressonância em termos de identidades político-ideológicas e dependendo das circunstancias políticas do momento e do clima criado pelos meios de

comunicação e redes sociais virtuais. É o caso das manifestações públicas em favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2015 e 2016.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

No Brasil há três posturas dos grandes meios de comunicação convencionais frente aos movimentos sociais populares. Ignoram ou omitem a informação sobre os mesmos, tratam os mesmos de modo superficial e parcial, ou deturpam e criminalizam os movimentos sociais de base popular. A omissão ocorre quando os movimentos, apesar de insistirem na difusão de informação sobre suas ações e propostas, não veem suas notícias nas páginas dos jornais ou nos noticiários radiofônicos, televisivos ou nos portais na internet. Quando publicam algo, em geral a matéria é superficial e tendenciosa ao enfocarem apenas parcialmente os aspectos que o movimento tem a dizer sobre sua razão de existir e suas reivindicações. Prevalece a visão editada do jornalista e do próprio meio de comunicação que difunde a informação. Quanto à deturpação e à criminalização dos movimentos sociais, essas se tornam evidentes ao se informar sobre determinados acontecimentos que os envolvem enfatizando apenas aspectos que afetam negativamente sua imagem. É o caso do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH. Sempre que ocorre algo que viola direitos da pessoa humana (maus tratos em prisões, execuções, tortura, trabalho escravo, acolhida de refugiados etc.) e os defensores dos direitos humanos se manifestam denunciando e pedindo a proteção aos mesmos, logo aparece alguém para rebater e criticar. Dizem que o pessoal dos direitos humanos só quer preservar direitos de criminosos, de bandidos, de usurpadores e assim por diante. Trata-se de uma situação que permeia os discursos das mídias, principalmente, os noticiários policialescos, mas está também na boca de pessoas e ganha mais repercussão nessa época de atuação em redes sociais virtuais. Outro movimento que é muito visado em coberturas parciais e difamatórias é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terrra (MST), cujos membros são taxados de invasores, intransigentes, baderneiros etc. o MST tem sido tratado como movimento da "esquerda com raiva", "Marcha dos Radicais" etc. Suas contribuições à produção de alimentos e à melhora das condições de vida de famílias assentadas não são levadas em conta.

O mesmo processo ocorre quando da cobertura jornalística de grandes manifestações públicas, pois os meios de comunicação tradicionais tendem a desqualificar as manifestações quando são "sem tendência política definida" (junho de 2013) e de esquerda (manifestações contra o impeachment de Dilma em 2015 e 2016 e contra as reformas trabalhista e da previdência em 2017). Em qualquer situação de descontrole imediatamente aparecem jargões como "baderneiros", "vândalos", "grupelhos" na intenção de desqualificar as manifestações. Tendem a cobrir e filmar o início das manifestações para justificar os ditos sobre sua inexpressividade. As origens e razões das manifestações não são tratadas ou o são superficialmente. Busca-se o inusitado e o trágico, pois a cobertura jornalística da grande imprensa está impregnada do sensacionalismo. Contudo, as manifestações de tendências conservadoras, tal como aquelas de 2015 e 2016, a favor do impeachment da presidenta eleita pelo voto popular, foram enaltecidas

pela grande mídia brasileira, como justas, pacíficas, de grande expressão em termos de quantidade de participantes etc.

No que se refere à pergunta sobre se há diferenças entre as mídias, sim, existem. No contexto das mídias convencionais hegemônicas, no sentido de alcance e poder de informação, as tendências são essas já referida acima, com poucas exceções, como no caso de alguns programas (de rádio e televisão) ou matérias jornalísticas nos jornais. Mas, existem algumas mídias impressas (jornais e revistas) e online (principalmente blogs) de tendência progressista que fazem coberturas e matérias mais aprofundadas e menos desfavoráveis aos movimentos sociais populares e manifestações públicas, a exemplo das revistas Carta Capital e Piauí, além das agências de notícias como a Carta Maior, e de blogs de jornalistas independentes. Mas, um dos contrapontos também é feito pelas mídias alternativas de esquerda tais como as brasileiras *Mídia Ninja, Jornalistas Independentes*, Revista Fórum, *Adital-Agência de Notícias da América Latina e Caribe*, além da comunicação produzida por dezenas de coletivos populares em comunidades periféricas, e as internacionais como *Global Voices, Revista Pillku, Media Leaks etc.* Estes são exemplos de mídias alternativas recentes que vêm se recriando no Brasil e no exterior e passam a representar canais de informação fieis aos princípios e valores cívicos, que conjugam coberturas ao vivo e a posterior produção de documentários, modos colaborativos de produção de notícias etc. Se não fossem as mídias e as redes sociais alternativas online no Facebook, Twitter, Instagram etc. não saberíamos da magnitude e das muitas das facetas reais das grandes manifestações públicas e protestos.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Os meios de comunicação são canais de expressão criados e desenvolvidos pela sociedade ao longo do tempo. Historicamente existe a supremacia de alguns setores sobre o controle dos meios de comunicação (jornal, rádio, televisão, cinema, revistas, provedores de internet, portais eletrônicos etc.). Ou seja, segmentos das classes dominantes sempre dominaram e dominam os principais meios de comunicação no país. As mídias de propriedade privada, permitida por lei, pertencem a grandes grupos econômicos e políticos que os operam como empresas de um negócio altamente lucrativo. Sobrenomes como Marinho, Frias, Sirotsky, Lindenberg, Câmara são exemplos de proprietários de grupos midiáticos que dominam os principais meios de informação do Brasil e das regiões brasileiras. Se observarmos bem, veremos que os mesmos grupos detêm a propriedade de redes de televisão, emissoras de rádio, jornais, provedores de internet etc. simultaneamente, o que amplia o seu poder de influência e sua posição lucrativa no mercado. Tendo como origem os interesses de classe da burguesia, em suas diversas vertentes, e a função de zelar por seus interesses, usam esses canais para difundir os acontecimentos e os demais serviços que prestam, mas o fazem segundo a sua visão político-ideológica, própria desses grupos, mas que se coaduna com as concepções de mundo e de política dos segmentos defensores da livre iniciativa e do conservadorismo político. Os interesses dessa ordem de concepção de

sociedade se alinham aos segmentos políticos no Parlamento e no poder de Estado, razão pela qual apoiam esse ou aquele governo segundo às circunstancias e o jogo de interesse mais amplo. O que interessa mesmo é preservar os mecanismos de preservação, reprodução e atualização do modo de produção capitalista.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Sim, há diferenças. Recentemente elas foram evidenciadas quando das grandes manifestações públicas brasileiras nos anos 2015, 2016 e 2017. Muitas matérias críticas da situação brasileira publicadas por órgãos da imprensa internacional circularam nas redes sociais virtuais, por ocasião dos avanços do golpe parlamentar que tirou a presidenta Dilma do poder, em contraposição a adesão às propostas favoráveis ao impeachment de Dilma pelas mídias convencionais no país, a começar pelos veículos da Rede Globo. Posteriormente, as grandes manifestações de protestos contra o governo Michel Temer e contra as reformas trabalhista e da previdência no dia da greve geral (28 de abril de 2017) em várias cidades brasileiras, tiveram mais repercussão internacionalmente do que no próprio Brasil. A imprensa noticiou parcialmente as manifestações, caracterizando-as como de baixa expressão e adesão e destacando os atos de violência, como os ocorridos no Rio de Janeiro, mas a greve de fato foi de importância histórica, a primeira desde 1996, e paralisou, por exemplo, o transporte público da cidade de São Paulo, a maior cidade do país, e até as escolas privadas e públicas aderiram à greve. A Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT) fez um balanço positivo da mesma. Uma chamada da revista Fórum, uma publicação existente desde 2001 de caráter independente e progressista, reflete bem essa situação: "Abafada pela mídia brasileira, greve geral é destaque nos principais jornais do mundo". A reportagem[3], que tem como fonte a *Opera Mundi, comenta a cobertura feita por jornais e outros meios de alguns países, entre eles o The Guardian*, do Reino Unido, o *New York Times*, dos Estados Unidos, o *Le Monde*, da França, o jornal *Clarín*, da Argentina, e o *La Tercera*, do chile. Todos admitiram a importância da greve e a paralisação parcial que provocou em muitos setores da vida nacional enfatizando que os protestos foram dirigidos contra as reformas no mercado de trabalho e da previdência social assumidas pelo governo Temer.

---

[3] Ver http://www.revistaforum.com.br/2017/04/29/abafada-pela-midia-brasileira-greve-geral-e-destaque-nos-principais-jornais-mundo/

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Por um lado, os movimentos sociais populares e organizações civis congêneres disputam espaços nos meios de comunicação convencionais, pois existe consciência de sua importância enquanto canais para se comunicarem com a sociedade, tanto para difundir reivindicações, ter visibilidade, se legitimar, interferir nas decisões dos poderes constituídos a fim de atingir seus objetivos, quanto para divulgar a visão dos setores subalternos sobre as condições de existência de determinados segmentos sociais, e para conquistar a adesão e apoio público às lutas sociais de interesse coletivo. Por outro lado, como sabem que a relação com os grandes meios de comunicação envolve riscos de omissão, parcialidade e deturpação, criam seus próprios meios, formas e canais de comunicação - alternativos, populares e/ou comunitários - como forma de expressão. Desse modo, garantem o efeito de externar suas próprias vozes, desde seus próprios valores, concepção de mundo e suas autênticas reivindicações no conjunto da sociedade e diante do Estado, do Parlamento e demais instituições que têm o potencial de atender suas demandas, além de procurarem atingir as suas finalidades relacionadas aos públicos destinatários das suas ações. Nesse processo incluem tanto a comunicação presencial dialógica face a face quanto o uso de táticas e canais tecnológicos próprios (sistemas de som, vídeos, pequenos jornais, emissoras de rádio em FM, canais televisão comunitários na TV a cabo, sites, portais, blogs, comunidades virtuais, grupos e perfis nas mídias sociais como o Facebook, Instagram, Twitter e YouTube, plataformas colaborativas, produção de WebTV por celulares e depois postadas nas plataformas digitais, WebRadios, redes do WhatsApp, coberturas ao vivo de atividades e atuações de movimentos populares e posterior produção de documentários pelas mídias alternativas a exemplo do *Mídia Ninja*[4] e *Jornalistas Livres* e assim por diante). Dessa forma demonstram um processo de empoderamento comunitário da comunicação e das tecnologias de informação e comunicação para se exercer o direito de comunicar também dos setores empobrecidos e subalternizados da sociedade.

[4] *Narrativa Independente, Jornalismo e Ação*, setor de comunicação do *Coletivo Fora do Eixo.*

“Na imprensa brasileira, os movimentos sociais não são ouvidos. Por outro lado, os representantes do capital falam o que querem o tempo todo e assim transmitem sua visão de mundo. Há muita omissão de fatos relativos aos movimentos sociais e sindical”

CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI

Síndrome do pensamento único

Carlos Henrique Demarchi[1]

Claudia Santiago Giannotti é jornalista e historiadora. Carioca, nascida em 1962, é destacada jornalista sindical – foi assessora de comunicação da CUT-RJ por 20 anos. Entre 1983 e 1984, foi assessora de comunicação para assuntos comunitários nas Prefeituras de Petrópolis (RJ) e Vila Velha (ES). Nos anos 90, ao lado de Vito Giannotti, fundou o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), organização cujo objetivo é incentivar e melhorar a comunicação de movimentos sociais e sindicatos. Coordenadora do NPC atualmente, Claudia produziu jornais e escreveu livros, como “Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje”. É consultora da Livraria Antonio Gramsci. O trabalho desenvolvido por Claudia Giannotti à frente do NPC a coloca em contato permanente com uma ampla rede de movimentos sociais de todo o país. Por meio de boletins, redes sociais e do curso anual do NPC, as lutas e a criminalização dos movimentos sociais são temas frequentes de crítica e debate. Em síntese, a entrevistada atua para capacitar a comunicação comunitária na disputa pela hegemonia, contribuindo para o combate à exclusão de setores populares da sociedade.

[1] Doutorando e mestre em Comunicação na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru. Estuda a democratização da comunicação no Brasil, atuando na linha de pesquisa “Gestão e políticas da informação e da comunicação ”. E-mail: carlosdemarchi@faac.unesp.br

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

A imprensa no Brasil tem um grande problema: o pensamento único. Com raras exceções, como acontece agora na atual crise política, quando as organizações Globo, dona do Jornal O Globo, se posicionam pela saída do presidente Michel Temer, e os jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* tentam segurá-lo no cargo, na grande maioria das vezes, a cobertura é idêntica.

Especificamente no caso dos movimentos sociais, a cobertura é sempre desfavorável a estes. Os jornais defendem a propriedade como valor absoluto. Assim, uma ocupação de terras ou de prédios vazios na área urbana é tratada como casos de polícia. A vida das pessoas que faz as ocupações não merece linhas nas páginas dos jornais. O mesmo se dá com os moradores da periferia. Se um traficante de classe média ou alta é preso, este é tratado como jovem ou até como empresário de armas. Se for pobre, é bandido e seu rosto é exibido sem nenhum pudor. Se moradores protestam por atos violentos da polícia, são associados ao tráfico de drogas.

No ano de 2007, um jornalista que não pode ser identificado por ser morador da favela do Jacarezinho relatou em carta enviada à Rede Nacional de Jornalistas Populares (Renajorp), que, no dia 6 de novembro daquele ano, devido a uma operação da PM no bairro onde vive, "os moradores passaram todo aquele dia sob terror". Diz trecho da carta: "Não se podia sair de casa. O veículo intitulado "Caveirão", que é assustador, não deixava que ninguém passasse aos acessos de saída. Sabemos que são importantes as inserções para prender/repreender os traficantes, mas se faz necessária a humilhação aos moradores? Isso é justo? É legal? Isso é correto? Será que aumentar o contingente de policiais é mesmo sinônimo de segurança? A sociedade tem outra conotação sobre estas investidas, pois na favela para eles só existem marginais, traficantes e viciados. Do que adianta levar uma vida corrida entre trabalho e estudo se no fim somos tratados como "bugres", como no início da colonização do Brasil? Ainda temos uma polícia que carrega marcas da ditadura militar, que tortura física e psicologicamente as pessoas. Por que no "asfalto" eles devem apresentar um mandato judicial para adentrar as casas e nas favelas chutam as portas e humilham as pessoas?"

Não é impossível encontrar algo do gênero deste desabafo nas páginas dos jornais, mas é raro. Na imprensa brasileira, os movimentos sociais não são ouvidos. Por outro lado, os representantes do capital falam o que querem o tempo todo e assim transmitem sua visão de mundo. Há muita omissão de fatos relativos aos movimentos sociais e sindical.

Um congresso nacional de uma central sindical como a CUT, que há cerca de 10, 15 anos teria cobertura da imprensa, pelo menos da imprensa paulista, hoje não tem mais. Mesmo jornais de outros estados enviavam repórteres para esses momentos. Um exemplo de omissão trata-se de do Fórum Social Mundial. O evento que chegou a reunir mais de 100 mil pessoas do mundo todo

em suas últimas edições no Brasil foi omitido por parte da imprensa e quem a cobriu o fez parcialmente. De maneira nenhuma se retratou o evento.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

A cobertura do MST e do MTST quando existe é negativa. Cria-se o estereótipo de vagabundos, usurpadores, violentos e gente que não quer trabalhar.

O movimento sindical só aparece em grandes greves como agentes que perturbar a ordem, o trânsito e a produção. Nunca são feitas matérias que revelem o que é o movimento sindical brasileiro. Cria-se o estereótipo de que quem mora em favela é bandido.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Menos de dez famílias recebem do Estado outorgas de rádio e TV e transmitem conteúdo jornalístico e cultural a partir do olhar dos dominantes, sem espaço para as múltiplas vozes existentes na sociedade. Chegam a mais de 90% das casas todos os dias. As vinculações ideológicas incluem a ideologia liberal, de direita, religiosa. As vinculações econômicas são com o capital nacional e estrangeiro, rentista e industrial, o latifúndio. Vinculações políticas acompanham os espectros econômicos e ideológicos. No caso das rádios, as vinculações políticas são muito grandes com políticos conservadores. O mesmo se dá com as repetidoras de TV dos canais nacionais.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

A imprensa internacional, pelo que eu saiba, não cobre o movimento social brasileiro. Uma matéria ou outra sobre o MST, na década de 1990,sobre a CUT na década de 1980, e uma ou outra no auge das privatizações no país. Recentemente, somos notícias em função dos escândalos palacianos. Nesse caso, a cobertura estrangeira foi diferente. Houve as escutas dos lados envolvidos no processo, o que a imprensa nacional não fez.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Embora haja, no movimento social, vozes que defendem que a imprensa está ultrapassada e que se deve investir nos meios digitais, eu defendo o contrário. Acredito que os jornais, panfletos e revistas são os melhores meios para se chegar perto das pessoas e conversar com elas. Quando digo isso, revelo que entendo que a atuação política dos movimentos sociais deva se dar junto às pessoas diretamente, no contato corporal, olhos nos olhos, em reuniões nas favelas, bairros, locais de trabalho, sindicatos.

Agora, essa é uma forma de se comunicar. A comunicação dos movimentos sociais tem amplas possibilidades e as estratégias mudam de movimento para movimento. A base social determina as formas de comunicação que serão definidas. A estratégia dos movimentos sociais para falar com a sociedade depende de quem se quer atingir. Não se deve render a apenas um meio. A estratégia passa pela construção de veículos dos próprios movimentos contando para a sociedade quem são, de onde veem, o que querem. Além disso, precisam trabalhar em rede de forma que notícias de um determinado movimento circulem pelos outros movimentos.

Você coordena o NPC (Núcleo Piratininga de Comunicação), organização sediada no Rio de Janeiro que tem como um dos objetivos melhorar a comunicação dos Movimentos Sociais em todo o país. Como a questão da criminalização dos Movimentos Sociais tem sido debatida pelo NPC?

A criminalização dos movimentos sociais e defensores de direitos humanos é pauta constante nos cursos do NPC. Questionamos a relação do Poder Judiciário com os movimentos sociais, a violência contra lideranças. Propomos aos sindicatos que incluam na pauta dos seus materiais de comunicação a denúncia dos métodos do agronegócio para combater movimentos sociais rurais: prisões, assassinatos, agressões e casos de tortura de trabalhadores rurais. As prisões atingem os povos tradicionais, trabalhadores rurais sem-terra, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, pescadores, trabalhadores rurais. Propomos aos movimentos sociais o debate e esclarecimento de sua base social sobre mecanismos usados seletiva e simultaneamente contra os movimentos sociais e o papel dos meios de comunicação na formação de uma ideologia contrária à existência dos movimentos sociais. Fazem isso construindo diariamente a imagem de atores dos movimentos como bandidos, aproveitadores, ladrões e até assassinos.

Quais são os desafios dos Movimentos Sociais em nosso país hoje e como o NPC tem trabalhado para melhorar a comunicação dessas organizações?

O desafio imediato na atual conjuntura política é continuar vivo. Não sucumbir pela criminalização que tem jogado militantes nas cadeias e, provavelmente, vai tentar criminalizar os movimentos através de CPIs, inquéritos e afins. E o desafio histórico é trabalhar para a construção de uma sociedade justa e solidária. Para isso, é preciso cumprir os passos básicos: trabalho de base, formação, análise, ação e comunicação. O NPC tem três pernas: uma é a formação do movimento sindical, outra é a formação popular, e a terceira a produção de materiais próprios de formação como livros, agendas, cartilhas e cadernos temáticos.

Nos cursos de formação, nós trabalhamos a história dos trabalhadores e das lutas sociais, ideologia, questão de gênero, teoria da comunicação, comunicação alternativa, comunicação popular, comunicação sindical, redação, oratória, vídeo e mídia digital. Damos cursos para o movimento sindical em todo o país, desde 1994. Umas 10 mil pessoas já fizeram nossos cursos. Só em maio de 2017 estivemos em Aracaju (SE), Feira de Santana (BA), Florianópolis (SC) e Curitiba (PR). No total, participaram dos cursos umas 200 pessoas.

Para o movimento popular, o curso acontece no Rio de Janeiro todo ano, de março a setembro.

Na sua avaliação, de que maneira a imprensa brasileira pode contribuir para a divulgação das ações e atividades dos Movimentos Sociais sem criminalizá-los.

Fazendo matérias que cumpram os requisitos básicos do jornalismo: apurar, ouvir os movimentos sociais, contextualizar, relatar e deixar claro quando é informação e quando é opinião do veículo. A imprensa brasileira se diz neutra. Ela não é. Ela é aliada e parte do capital. Defende seus interesses de classe dominante e não os interesses da sociedade, como tenta fazer crer. A imprensa brasileira emite opinião dizendo que é notícia. Seria ótimo ter jornalistas que entendam o assunto. Outro dia descobri que uma jornalista de um grande jornal de São Paulo, com 35 anos de profissão, não sabia o que era a Rota ou Bope. Em que mundo ela vive?

Considerações finais

Boa parte dos jornalistas que atuam na imprensa brasileira foram ganhos pela ideologia que eles divulgam. O NPC é um caso típico de omissão da mídia. É uma entidade que existe há mais de 20 anos. Neste período, publicou vários livros, promoveu inúmeros cursos, abriu uma livraria marxista e só saiu na imprensa uma vez. Já trouxemos ao Brasil intelectuais do porte de Tariq Ali, Ignácio Ramonet, James Petras, Francisco Louça, Pascoal Serrano. Nem uma linha sai na imprensa. O que isso significa? Que os movimentos sociais, o movimento sindical e os pobres só saem nos jornais nas páginas policiais.

“A mídia tradicional tende a confirmar aquela visão dos direitos humanos que convém à manutenção do poder estabelecido”.

DÁRIO BOSSI

Direitos ambientais são direitos humanos

Mikaell de Souza Carvalho[1]
Roseane Arcanjo Pinheiro[2]

Padre Dário Bossi[3] *chegou à cidade de Açailândia-MA, distante 550 km da capital maranhense, no segundo semestre de 2007. O padre católico da congregação dos Missionários Combonianos, junto com outros membros da igreja, foi trabalhar numa localidade assolada pela migração e a pobreza. Desde os anos 80, a mineradora Vale e outras empresas levavam minério de ferro, unindo Parauabepas-PA ao Porto de São Luís-MA. Essas ações estavam gerando poluição, mortes e devastação ambiental nas comunidades cortadas pelos trilhos. Bossi foi um dos personagens centrais de uma ampla mobilização em favor das comunidades impactadas, sobretudo através da rede Justiça nos Trilhos, fundada com a colaboração dele ainda em 2007. Em dez anos de atuação já denunciou o Estado brasileiro na ONU e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos por violações de direitos decorrentes das atividades do Programa Grande Carajás e conseguiu afirmar na justiça o processo de reassentamento comunitário do bairro industrial de Piquiá de Baixo. Bossi é blogueiro e militante da justiça ambiental. Atua na defesa dos direitos humanos em organizações do Brasil e da América Latina.*

---

[1] Jornalista graduado em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. E-mail mikaell_carvalho@hotmail.com

[2] Professora adjunta do Curso de Comunicação Social - Habilitação Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação pela PUCRS. Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: roseane.ufma@gmail.com

[3] Foi pároco da Paróquia São João Batista, em Açailândia, entre 2007 e 2013, e atuou na Paróquia Santa Luzia, morando no bairro Piquiá de Cima, entre 2013 e 2016.

A fundação da Rede Justiça nos Trilhos surgiu com o objetivo de trabalhar junto com as comunidades impactadas pela mineração e siderurgia no Pará e Maranhão. Isso ocorreu em 2007 através de uma campanha que foi levada ao Fórum Social Mundial em 2009? Como aconteceu esse processo?

Não podemos dizer o dia exato em que fundamos a Rede Justiça nos Trilhos. O que aconteceu é que em 2007 o irmão Antonio[4] e eu estávamos em Açailândia; em São Luís viviam o padre Luigi, nosso provincial, e o padre Cláudio, secretário de evangelização. Eles nos ajudaram muito a definir os princípios pastorais e as linhas políticas de nossa presença missionária em Açailândia. Naquele ano recebíamos muitas visitas de Luigi e Cláudio, ou nós os visitávamos em São Luís. Foi como um período fundacional, não só da Justiça nos Trilhos, mas da nova missão que tínhamos de construir no Piquiá, em Açailândia. Então fazíamos reuniões para tentar entender qual o papel dos Missionários Combonianos no contexto de poluição, de devastação ambiental e das consequências sociais desse modelo que estava instalado na região. Quem nos ajudou muito, no início, foi também o professor Marcelo Carneiro, docente de Sociologia na UFMA, em São Luís, pesquisador e profundo conhecedor do sistema minero-siderúrgico instalado em nossas regiões. Foi no final de 2007 que dissemos: “vamos tentar lançar uma campanha?”. Pensávamos num projeto pontual, não tínhamos ideia de que isso se transformaria de algo permanente. Era uma tentativa de lançar uma provocação para ver se havia chão para agregar mais os movimentos e as comunidades que se mostravam ativos no território, porém cada um no seu campo, com poucas interações entre si; sete atores (entidades e movimentos sociais do Maranhão) foram os primeiros membros da campanha. E foi assim que nasceu a Justiça nos Trilhos.

Ainda sobre a Rede Justiça nos Trilhos, hoje, em 2017, são dez anos de existência. Você pode fazer um balanço da importância de uma rede como essa atuando na Amazônia?

Sinto orgulho do fato de hoje a Justiça nos Trilhos ser um ator conhecido em nível nacional e internacional. Não é um orgulho pessoal e sim coletivo, pelo grupo que construiu essa entidade, que ainda o compõe e que conseguiu pautar, por exemplo, o tema dos atropelamentos em nível estadual (*se refere à série de reportagens veiculada pela TV Mirante/Rede Globo, em maio deste ano, sobre os danos, atropelamentos e morte de moradores causados pela estrada de ferro ao*

[4] Ir. Antonio Soffientini é outro missionário comboniano, italiano, que atuou no bairro de Piquiá de 2005 a 2015. Pe. Luigi Codianni, italiano, foi Provincial dos Missionários Combonianos entre 2004 e 2010. Pe. Claudio Bombieri, naturalizado brasileiro, é missionário comboniano e ainda hoje vive e trabalha em São Luís-MA.

longo do Corredor Carajás, que transporta minério do Pará ao Maranhão), porque é difícil "furar" a imprensa estadual.

Em geral, a Justiça nos Trilhos pauta não só a imprensa estadual mas também a nacional e internacional sobre um território como Carajás, onde as operações estavam acontecendo de maneira avassaladora e num silêncio ensurdecedor. Era muito estranha a desproporção entre a intensidade dos negócios que aqui aconteciam e a total ausência desses territórios, das comunidades e de seus gritos nas cenas nacional e internacional. Acho que a Justiça nos Trilhos está conseguindo colocar mais equilíbrio na balança entre essas duas dimensões, a agressão e a revolta. Isso não significa que encontramos solução ou vitórias tão consistentes quanto os danos que estão sendo provocados.

Ainda hoje há uma desproporção total entre as violações e as reparações. Porém, diminuiu a desproporção, como estou dizendo, entre o grito, as denúncias e as violações. É confirmado isso, ainda mais porque a Justiça nos Trilhos é um ator relevante na boca das comunidades que são vítimas e na sociedade civil organizada. Há movimentos, redes, pessoas do nosso campo no Brasil que nos conhecem. Conseguimos também ser conhecidos no mundo político e no mundo das instituições. Mas o mais significativo é que somos um ator relevante também aos olhos dos nossos oponentes, ou seja, das empresas: recentemente o Sindicato das Empresas de Ferro Gusa do Maranhão voltou a nos atacar; frequentemente a Vale se refere a nós de uma forma acusatória e criminalizadora, outras vezes de uma forma relacional, mas nos vendo como oponentes. Isso é importante.

Quando o teu oponente te reconhece como um ator significa que não é mais eficiente a estratégia de ignorar-te. Ou seja, entramos oficialmente na cena como alguém que não pode mais faltar quando se fala desse território. Claro que não podemos garantir que a Rede Justiça nos Trilhos seja um ator permanente. Não somos o Estado e não temos o capital das empresas, continuamos com a nossa fragilidade. Também não é nosso objetivo em si nos eternizar, nosso objetivo é encontrar sempre a melhor maneira para que as comunidades nesse território tenham voz e autodeterminação. Se um dia, para terem autodeterminação, for preciso uma outra entidade, uma outra maneira de nos organizarmos que não seja a Justiça nos Trilhos, não temos que preservar a rede. Mas até agora tenho orgulho da Rede Justiça nos Trilhos ser um ator relevante nesse sentido.

A respeito da missão da Rede Justiça nos Trilhos, nós nos compreendemos como um articulador: primeiro somos uma entidade que articula forças, que tem como horizonte e inspiração os direitos humanos em sua compreensão mais completa: ambientais, econômicos, culturais e sociais. Temos um forte pé no chão no território, trabalhamos em contato direto e permanente com as comunidades, colocando continuamente em discussão nossas prioridades a partir do diálogo com elas e visando juntos uma transformação do modelo econômico de enclave, que foi imposto ao corredor de Carajás pela mineração e a siderurgia, defendendo a autodeterminação das comunidades em seus territórios.

Quais foram os principais obstáculos no enfrentamento dos grandes empreendimentos econômicos, capitaneados pela indústria mineradora e o pólo siderúrgico, no Maranhão?

A Rede Justiça nos Trilhos, no começo, não era um ator conhecido, então não existia uma oposição do pólo siderúrgico ou da mineradora. Não enfrentamos, logo no começo, um boicote deles porque a gente ainda "não existia", aos olhos deles. Então os primeiros obstáculos foram a desagregação dos movimentos e entidades que já atuavam no território. Cada uma atuava de maneira relativamente isolada e o corredor de Carajás não tinha sido identificado como um contexto comum de atuação. Então, tínhamos percepção que podíamos agregar mais. O segundo desafio era uma resistência das pessoas e até da igreja com respeito a esses temas, uma resistência também interna. Mas graças a Deus nosso provincial nos deu o maior apoio. Era algo novo e tínhamos a necessidade de cavar espaços, de ter credibilidade, de ajudar as pessoas a darem voz ao seu descontentamento. Era compreender as conexões entre os vários desafios que as comunidades sofriam e como que essas relações, de que eram vítimas, faziam referência aos mesmos autores do projeto que chamamos de Grande Carajás. É claro que, na medida em que iam se processando as nossas denúncias, começaram os ataques mais diretos para nos deslegitimar e isso não demorou muito, porque durante o Fórum Mundial Social, em Belém, fomos atacados com calúnias, inclusive através das mídias. Portanto, já em janeiro de 2009, pouco tempo depois que a campanha tinha sido fundada e já estávamos adquirindo uma dimensão internacional, recebemos os primeiros ataques públicos através de calúnias no jornal O Liberal (*de Belém-PA*): foram ataques aos combonianos, em especifico, e indiretamente à Rede Justiça nos Trilhos.

Nesse debate que se inicia sobre os grandes empreendimentos e como isso afeta as populações, como se deu a mobilização da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, para começar a luta pelo reassentamento e por reparação de danos?

Nós estávamos presentes há muito tempo em Açailândia. Se não estiver errado, deste 1991 a comunidade lá estava instalada, e foi por um período uma comunidade de formação. Os jovens que queriam verificar sua vocação comboniana moravam na casa do Piquiá. Eram acompanhados pelo padre Fausto à época. Também já naquela época havia uma assistência pastoral à comunidade Piquiá de Baixo, e não se ignorava o que a população sofria. Talvez eu possa dizer que não se focava especialmente a poluição, a nossa presença e da Igreja Católica estava voltada para o contexto de extrema pobreza daquela comunidade em todos os sentidos. Era uma comunidade que sofria o desemprego, as condições de urbanização eram as mais precárias, a

instabilidade social da comunidade era grande. Era a comunidade urbana mais distante do centro da cidade. Nossa presença missionária estava atenta a todas essas dimensões.

Quando eu e outros combonianos, em 2007, chegamos ao Piquiá tínhamos a missão de abrir uma nova frente de defesa do meio ambiente. Portanto, quando o seu Edvard (*presidente à época da Associação de Moradores de Piquiá*) nos estimulou e pediu ajuda respondemos com entusiasmo e direcionamos nosso trabalho nesse foco mais socioambiental: tínhamos quase que um dever de priorizar essa dimensão. Tudo foi devido à provocação do seu Edvard, porque nós não tínhamos intenção de trabalhar especificamente com uma comunidade específica, com um território tão delimitado. Tínhamos o desafio de montar um processo territorial mais amplo, agregar as comunidades ao longo do Corredor Carajás. Estávamos amadurecendo essa questão da campanha, mas a insistência do seu Edvar foi como que inserindo a prioridade do Piquiá de Baixo dentro do contexto territorial mais amplo do Corredor de Carajás. E, portanto, desde o começo a Rede Justiça nos Trilhos adquiriu essa dimensão dúplice: de um lado uma rede articulada e de outro uma presença específica no território. Isso foi obra do seu Edvard: nos obrigou a não pensar só nos máximos sistemas, na organização do movimento e da campanha. Tínhamos que fazer algo para um território bem concreto.

A Missão Comboniana também investe em mídias próprias e espaço nos meios de comunicação hegemônicos. Por exemplo, teve um jornal impresso, Nossa Voz, de 2005 a 2014. E há muitos anos coordena o programa diário Kairós na Rádio Marconi FM. Por que investir nessas mídias na cidade de Açailândia?

Na verdade, são coisas que a gente herdou. Nada disso a gente criou pessoalmente. Eu acredito e gosto do mundo da comunicação. Fiquei muito contente em ver que essas iniciativas existiam e as assumi, injetando minhas energias. O jornal *Nossa Voz* estava mesmo começando, padre Cláudio teve um papel essencial com respeito aos primeiros números de *Nossa Voz*. Depois eu iniciei, não me lembro bem, com o número três ou quatro. O programa Kairós já existia há muito tempo e era bem estruturado porque o padre Fausto tinha assumido com muita dedicação. Foi ele quem cuidou disso antes que nós chegássemos. O que fizemos foi uma remodelagem desse programa, a partir de assessorias externas que nos ajudassem a requalificá-lo.

Tivemos também a oportunidade do Ponto de Cultura, cujo financiamento permitiu realizar por dois anos cursos de capacitação para locutores e comunicadores, e também da assessoria do padre Aléssio, um comboniano que tinha competência em transmissão radiofônica. Fizemos os primeiros cursos com nossos locutores, isso também nos ajudou a montar uma estrutura de programação mais coerente, também mais plural, que conseguisse colocar em diálogo a missão pastoral e a Palavra de Deus com uma dimensão social e urbana, o acompanhamento da política local: isso funcionou muito. A prova é que o sr. Edvard chegou até nós através da comunicação, do programa Kairós: nos disse que não sabia que a Igreja se interessava por esses temas e

começou a nos buscar logo após ter escutado um de nossos programas. A decisão de incluir temas mais sociais deu fruto na experiência concreta.

A partir essa experiência de mobilização social, comente sobre as coberturas local, nacional e internacional a respeito da atuação da igreja nas comunidades e dos Movimentos Sociais.

Eu sempre tive a impressão que, em nível municipal, havia um investimento muito forte dos representantes políticos, financiados largamente pelos fazendeiros e, em parte, pelos empresários, em meios de comunicação. Havia uma conexão direta entre a mídia e o sucesso político. Não é indiferente o fato de muitos vereadores terem vindo da comunicação, do rádio, da TV etc. Havia muita personalização da política, com destaque não tanto para ideias e propostas quanto para o carisma de uma personagem de destaque na comunicação. Surpreendeu-me muito o fato de a cidade de Açailândia ter tantos meios de comunicação ao seu dispor: jornal impresso, duas rádios muito ativas, várias televisões locais, o que era surpreendente para uma cidade de médio porte. Isso foi um dos motivos que nos provocou a estarmos presentes no mundo da comunicação, porque víamos que era um mundo muito disputado, no qual se investia muito e que havia muito espaço também. Nesse sentido, dentro da cidade de Açailândia não tivemos muita dificuldade em pautar nosso ponto de vista, porque havia tanto espaço e a mídia precisava de assunto, do que falar e de interlocutores.

Talvez possa ser um pouco ingênuo dizer isso, levando em conta quem as estava financiando. Porém, posso testemunhar que quase sempre quando tínhamos algo a dizer em Açailândia encontrávamos espaço. A TV Mirante (*afiliada da Rede Globo no Maranhão*) nos entrevistava, conseguíamos estar nas páginas, nas reportagens, nas rádios e televisões locais. Creio que conseguimos isso talvez porque era a igreja, e era uma novidade que ela se posicionasse sobre esses assuntos. Havia um respeito por nós sermos padres, por uma questão de audiência numa população muito católica, apesar da competição com o mundo evangélico nas mídias. Para manter a audiência talvez fosse necessário ter um bom relacionamento conosco, os padres.

Não senti hostilidade da mídia; o que acontecia, em alguns casos, eram réplicas e comentários depois. Lembro de quando publicamos a carta aberta contra a mídia que ostentava imagens extremamente violentas, de corpos, de mortos e esfaqueados, imagens desrespeitosas, das pessoas presas, das vítimas de acidentes ou da violência urbana. Aí a mídia nos atacou. Havia um contraponto, mas nunca sentíamos um boicote.

Agora, ao contrário, na imprensa em nível estadual, temos mais dificuldades, com a distância do centro de comunicação, que é São Luís, pelo controle maior político da televisão. Conseguíamos espaço quando a TV Mirante publicava matérias locais em rede estadual, porém era difícil uma comunicação mais ampla. Isso também mudou porque recentemente diminuiu a autonomia local

da emissora da TV Mirante, a Rede Globo, em Açailândia, então hoje temos mais um pouco de dificuldade.

Em nível nacional, em relação à mídia, conseguimos mais através dos canais da imprensa alternativa, aqueles mais próximos da nossa sensibilidade. Creio que nos ajuda muito o fato de estarmos integrados em redes de atuação nacional, como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, mais tarde o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração ou ainda a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, que fundamos entre 2009 e 2010. Estar nessas redes nos projetava automaticamente ao diálogo com as mídias nacionais, que consideravam essas entidades como atores fortes no campo da justiça ambiental, então conseguíamos espaço em entrevistas e reportagens. Em seguida, a Rede Justiça nos Trilhos se afirmou como um ator internacional ao participar de eventos importantes, como as audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no diálogo com a ONU ou em outros eventos, como os Fóruns Sociais Mundiais.

Sempre sentimos muita dificuldade em conseguir espaço na mídia, digamos, oligárquica no Maranhão, que era aquela que na nossa compreensão poderia influenciar mais a política nacional, o Ministério das Cidades e as decisões do governo. Tentamos fazer contato em alguns casos com jornalistas mais ligados aos canais mais clássicos de comunicação, como a TV Globo, *Folha de S. Paulo*, jornais do Sistema Globo de Comunicação, mas não foi tão fácil. Quase nunca conseguimos, a não ser com algum jornalista da *Folha*. Tentamos aproveitar também a parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, em Açailândia, que tinha conseguido matérias relativas ao trabalho escravo. Mas nesse campo da mineração, pelo fato provavelmente que nomeava explicitamente empresas próximas aos poderes políticos nacionais, não conseguimos “furar” a imprensa oficial.

Em nível internacional, ao contrário, conseguimos mais facilmente. Pelo fato de sermos de uma congregação internacional, temos contato com alguns jornalistas de fora. Interagir com entidades com visibilidade internacional, como o Greenpeace, Survival etc, e a nossa conexão com a Igreja Católica ou o próprio Vaticano, nos permitia vinculação com a mídia. Por exemplo, todas as vezes que um de nós ia ao Vaticano, conseguíamos uma cobertura com a mídia ligada à igreja católica. Quando íamos à ONU, conseguíamos artigos na mídia graças ao apoio das entidades que trabalhavam fazendo *advocacy* na ONU. Uma certa visibilidade internacional nos chegou através disso.

Na sua opinião, qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos anos?

É uma pergunta ampla. Respondo começando com algumas impressões sobre a igreja. A igreja católica teve diversos ciclos: com respeito à primeira etapa do governo do PT (parece-me um

certo apoio participativo), uma segunda etapa ainda no governo do PT (distanciamento, esfriamento), e um terceiro ciclo na etapa do golpe (crítica contundente).

Creio que tenha sido um ator relevante no mundo político e na sociedade brasileira. Em algum momento, a igreja recuou com respeito à sua compreensão e vontade de ter um papel político relevante. Isso tem sido paralelo a uma certa volta para dentro, para seus espaços institucionais, um movimento de priorização da instituição, da organização interna, um retorno a um foco voltado ao acompanhamento dos fiéis em sua caminhada especificamente religiosa, com menor compreensão da religião a serviço da vida integral do ser humano.

Mas houve a provocação de Papa Francisco sobre a "igreja em saída". A igreja no Brasil portanto vive de um lado uma tendência forte a esse fechamento, do outro lado um despertar provocado pelo testemunho de Francisco. Nesse despertar se reafirmam de uma maneira mais consistente aquelas forças, que nunca faltaram à igreja, e a levaram a ser um ator relevante no diálogo social, na promoção da justiça social.

Sinto que estamos num processo em que se consolidam brechas e aberturas para assumir um papel social relevante, porque o processo político atual está negando evidentemente alguns dos valores da tradição da igreja. Portanto, a igreja se sente no dever de se posicionar. Esse recente posicionamento coletivo de muitos integrantes da CNBB com respeito à reforma da previdência foi um exemplo, mas teve outros nesse último tempo. Sinto que a igreja está despertando novamente em seu papel. Isso porém é um elemento extremamente forte de conflito interno, porque, por outro lado, há uma série de bispos em posições hierárquicas e há muitas pessoas na base da igreja que criticam as recentes aberturas e gostariam que permanecesse uma visão mais doutrinal, que volte a retirar do discurso religioso o posicionamento político-social.

Quanto aos movimentos sociais, o tema é bem amplo. Com relação às ONGs, a questão é financiamento: as grandes ONGs têm financiamento ligado à sua própria imagem, ao seu próprio perfil. As ONGs internacionais, com atuação no Brasil, têm financiamentos que não dependem do território ou de atores brasileiros, então têm uma certa liberdade maior de movimento e uma menor vinculação política e, portanto, em alguns casos, têm tido maior liberdade de se posicionar, como Greenpeace e Survival Internacional[5], ou como a Federação Internacional dos Direitos Humanos[6]. Esse tipo de entidades tem tido uma posição mais livre, portanto, continuam suas denúncias contra o Brasil. O limite delas é que estão desenraizadas, não têm atuação no território.

[5] É uma organização internacional que defende os interesses dos povos indígenas em todo o mundo. Foi fundada em 1969 e atua com objetivo de impedir a aniquilação desses povos e ajudá-los a denunciar genocídios, formas de escravidão e o preconceito.

[6] É um movimento mundial, atuante desde 1922, de defesa dos direitos humanos, que agrupa 184 organizações em 112 países. Está comprometida com a defesa de todos os direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Depois tem o campo das ONGs nacionais, que estão no território, cujo financiamento é internacional, vem de fundos públicos do Brasil ou depende de financiadores privados nacionais. Essas ONGs dependem muito de quem as está financiando. Com respeito a isso, se sente que as organizações estão cada vez mais preocupadas com a sua sustentação e, portanto, têm a necessidade de diminuir seu campo de atuação e, em alguns casos, a possibilidade de radicalizar nos discursos. Algumas vezes isso acontece por oportunismo político, outras por falta de forças, fundos e tempo, para atuar com precisão e profundidade na pesquisa e na denúncia, ou para fazer mobilização popular consistente.

Por outro lado, as ONGs que têm financiadores privados. Aqui no Brasil podem ter demonstrado cada vez mais uma mudança de política a partir da necessidade desses financiadores. Penso, por exemplo, no campo em que atuamos: toda essa tendência atual de maquiar, com o adjetivo "sustentável", as empresas, projetos e processos que nem sempre de fato o são. Então, tem ONGs que se prestaram ao jogo do oportunismo político dessas empresas que sentem necessidade de um diálogo maior com a sociedade civil organizada. Não se trata de corrupção, mas de uma amenização do conflito, a partir da busca de um campo comum, que visa diminuir a radicalização do posicionamento de algumas entidades em diálogo com as empresas em vistas da gestão do território. São campos em que a princípio não pactuam com o modelo que o Estado e as empresas querem afirmar. Mas esses atores envolvem em seu jogo algumas ONGs, que carimbam isso como sustentabilidade.

Os movimentos sociais em alguns casos, pela questão da autossustentação, passaram, na época do governo popular do PT, de uma estratégia de oposição crítica direta a uma estratégia de colaboração e de busca de afirmação, de políticas afirmativas. Tem diminuído progressivamente o poder de crítica por terem facilitado uma certa assimilação do discurso governamental, e, em alguns casos extremos, houve até silenciamento. Em alguns casos, tem reduzido o conflito.

Houve um processo de absorção dos quadros ativos e dinâmicos dos movimentos sociais, que passaram a fazer parte do sistema de governo; isso por um lado enfraqueceu a atuação desses movimentos, por outro vinculou cada vez mais essas organizações ao governo. Esse processo tem sido perigoso.

Na recente etapa do desmonte dos direitos construídos durante anos com muito esforço, por parte do governo golpista, estão surgindo novas formas de agregação dos movimentos, a partir de pautas mais pontuais, de uma necessidade menor de pertença prolongada a uma identidade. Em nome de uma operacionalidade mais rápida das pautas sociais, as pessoas se agregam de forma mais volátil, mais focada em objetivos específicos ou em inimigos específicos. Depois se desagregam, depois se agregam de novo. Isso é bastante típico das mobilizações que ocorrem nas grandes cidades. É obvio que o processo de urbanização crescente do Brasil também influencia o perfil dos movimentos sociais. Outra coisa é falar dos movimentos sociais do campo ou dos movimentos indígenas, que por sinal continuam fortes. Porém cresce o desafio de

compreender qual o papel dos movimentos urbanos, que são imprevisíveis, em contínua evolução. É difícil padronizar os movimentos urbanos.

A cobertura jornalística, especificamente a mídia tradicional, numa análise mais geral, cria estereótipos e criminaliza os Movimentos Sociais?

Sem dúvida, o tema é extremamente manipulado ainda hoje. A princípio, há um discurso que constantemente tenta confirmar uma compreensão estereotipada dos direitos humanos, que no geral se associa a toda a esfera dos movimentos, dos grupos e das entidades que trabalham em defesa dos direitos humanos. É evidente que a mídia tradicional tende a confirmar aquela visão dos direitos humanos que convém à manutenção do poder estabelecido. É uma visão que afirma que os direitos humanos são uma característica de pequenas minorias, que deveriam ser defendidas quase como numa política conservacionista que se ilude, no caso dos direitos indígenas, de garantir um passado que não faz mais parte das perspectivas de desenvolvimento do Brasil.

A mídia tradicional tende a alimentar a ideia que os direitos humanos defendem minorias que, ao contrário, deveriam ser cada vez mais silenciadas. Refiro-me de novo às minorias étnicas, mas também às minorias rebeldes, cujo protesto estoura em violência urbana. Se deveria conter a rebeldia de camadas que não se conformam com a situação social e acabam por entrar também numa dimensão organizada do crime, que é algo que devemos combater. Entendem o conflito e o protesto como algo a ser eliminado e não como algo a ser transformado. Então os direitos humanos seriam "defensores de bandidos", isto é, defensores de categorias que a maior parte da sociedade gostaria de eliminar.

Isso vale também no direito ambiental, quando se diz "um pequeno grupo de pescadores do porto de São Luís está se colocando contra o progresso", ou -como dizia o Lula- "o bagre da Amazônia está bloqueando a instalação da maior hidrelétrica do mundo". Quase sempre se faz uma comparação entre uma minoria "insignificante", defendida por um grupo de entidades que, por algum motivo, se põe do seu lado, e uma maioria que, supostamente, pode se beneficiar do modelo de sociedade que está querendo se afirmar.

Na verdade, o modelo de sociedade e de economia capitalista é um modelo em degeneração progressiva, um modelo que cria cada vez mais vítimas.

Eis o paradoxo: esse modelo cria as vítimas que o mundo dos direitos humanos tenta defender, cria uma forma de autodefesa que ataca os grupos que promovem os direitos humanos e, ao mesmo tempo, pede a eles ajuda na hora de socorrer ou acalmar suas vítimas.

Nós, dos movimentos sociais, somos apreciados enquanto reparadores de danos, promotores de uma política assistencialista, de negociação, de ajustamento de conflitos. Mas somos fortemente criticados quando, ao contrário, questionamos quem está provocando esses danos. É muito importante que as entidades continuem olhando para o todo e não para as pequenas

consequências, evitar de entrar na jogada de sermos vistos como “consertadores dos problemas”, mas sim continuarmos apontando às causas dos problemas.

Qual a importância dos meios de comunicação para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade, contornando os interesses econômicos e políticos da imprensa tradicional?

Eu não descarto termos aliados e construirmos espaços na mídia tradicional, porque ela ainda mantém e alimenta a pauta política. Por exemplo, é evidente como foi necessário o artigo do Lauro Jardim, em *O Globo*, para fazer estourar a política sobre Temer e Aécio. Há alguns canais institucionais que são usados para fazer acontecer a vida política do dia a dia e acho que ainda temos que disputar esses espaços também. Não podemos simplesmente ignorá-los e dizer que nosso campo é outro.

Por outro lado, esses campos são muito dominados, porque são eles que constroem o apoio ou o protesto popular. Por isso, temos que valorizar e também educar para a leitura e uso de caminhos alternativos. Consideremos a eficácia e o grande crescimento que tiveram ações populares promovidas através das redes sociais, de alguns corredores de repasse de informações e também de algumas “praças” de discussão que se criaram nesses espaços alternativos das redes. São ferramentas extremamente poderosas. É como se abríssemos uma realidade virtual paralela à que o poder consolidou, isso é riquíssimo.

Talvez as redes sociais também não favoreçam a reflexão, pelo volume de informação que mobilizam, mas eu vejo que também estão se constituindo em espaços de convergência, alternativos, favorecidos pela internet, que ajudam as pessoas. Por exemplo, eu sei onde buscar pessoas que podem me ajudar a pensar mais sobre o que está acontecendo. É urgente trabalharmos para uma reeducação popular para o uso político, de forma consciente, desses instrumentos. Há muito espaço na escola, na educação popular informal etc.

Você, além de padre, é militante e blogueiro. Esse é um exemplo de colocar informações que não estão nos meios de comunicação tradicionais e incentivar a reflexão? Como surgiu a ideia de fazer os blogs, quais os nomes e objetivos?

São dois blogues: um se chama “Missione *é”* (http://padredario.blogspot.com.br/), em italiano, e outro tem como título “Vida e Missão neste chão” (http://dariocombo.blogspot.com.br/), em português. Eu os considero como uma forma de fixar meus pensamentos e reflexões. É um tipo de diário que coloco aberto ao público. Quando alguma coisa acontece comigo ou há uma reflexão importante que faço, eu a escrevo para não esquecer, porque pode servir para outros e

coloco, então, ali. Na verdade, não sou muito bom em fazer propaganda disso: quando escrevo, aviso os principais amigos nas redes sociais.

Não tenho o objetivo de fazer disso um instrumento que influencie o pensamento de outros, mas seria interessante. Admiro muito e conheço alguns padres que conseguem refletir, escrever com maior frequência que a minha e divulgar bem seu pensamento. Isso é poderosíssimo, tem um efeito bem significativo. São pessoas que eu respeito muito e também respeito seus leitores. Conseguem fechar o ciclo: viver, refletir, escrever e divulgar. Isso seria o ideal.

Por que eu mantenho os blogues? Servem para dizer aquilo que eu penso, eu não consigo chegar às pessoas, mas se uma pessoa quiser chegar a mim, eu digo leia lá, lá está meu pensamento. São artigos que falam de justiça socioambiental ou igreja. São os dois campos sobre os quais me posiciono mais frequentemente.

Notamos o surgimento de algumas redes de religiosos preocupados ainda mais com temáticas que envolvem os direitos humanos e ambientais. Você fez parte da formação de duas como a Rede Eclesial Panamazônica, a Repam, e a Rede Igrejas e Mineração, com atuação na América Latina. Como você analisa essa inserção do movimento religioso nessas temáticas, o que isso tem feito de positivos para pessoas e comunidades acompanhadas por essas redes?

Estou muito contente com o nascimento dessas redes. Sobre a Repam, acompanhei quase desde o começo, mas não me considero um ator relevante na fundação da Rede. Entrei para aprender e oferecer nosso ponto de vista. Tenho prazer e alegria em fazer parte do processo desde o começo. Na rede *Iglesias e Minería* tenho um papel um pouco mais proativo. Nasceu no contexto do *Observatório de Conflictos Mineros em América Latina*, mas também graças a uma provocação que veio de Misereor[7], uma entidade que nos apoia financeiramente e politicamente e nos inspira muito. Sinto que é um passo muito importante. Diferente da rede Justiça nos Trilhos, que não é uma rede eclesial, mas que integra o mundo da igreja. Justiça nos Trilhos nasceu antes, num período em que a igreja custava mais a compreender a urgência desse tipo de trabalho. Houve então mais dificuldade em agregar atores de maneira motivada. Mas, agora, REPAM e *Iglesias y Minería*, mais recentes, estão conseguindo apoio e dialogando mais fortemente com o mundo eclesial. Também porque são explicitamente eclesiais. A REPAM é católica e *Iglesias y Minería* é ecumênica e muito aberta a outras teologias, como a indígena.

Para as comunidades são redes muito importantes porque a igreja na América Latina, apesar de suas mil contradições (em alguns países ainda hoje bem evidentes) é, em geral, um ator que

[7] É uma obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha comprometida com a luta contra a pobreza na Ásia, África e América Latina. Atua há mais de 50 anos no financiamento de projetos em países que estão em desenvolvimento.

desperta confiança em muitas pessoas, em muitas categorias. Por exemplo, no Brasil, é a instituição pública mais respeitada. No Brasil, tem dado sinais concretos de sensibilidade a respeito da pauta socioambiental, com posicionamentos críticos frente ao governo quando há decisões contrárias aos direitos das comunidades. Existe um posicionamento sócio-político da igreja com respeito à mineração ou à defesa da Amazônia. Isso dá um amparo maior às comunidades.

Uma característica típica da igreja é que ela é um ator ao mesmo tempo presente num nível de base, porque bastante capilar nos territórios, mas também estruturado em nível hierárquico, chegando até os níveis mais altos de organização. Portanto, a igreja consegue ao mesmo tempo dialogar e fazer uma incidência política com as esferas políticas e institucionais, onde se debatem questões que têm a ver com os direitos humanos e ambientais e favorecer interações, a partir de sua experiência de base, entre a base e a instituição. Isso é bastante raro em outras entidades. Umas entidades fazem só *advocacy* em nível institucional, outras fazem um trabalho de educação popular, na base. A igreja está presente em todos esses campos. É um ator com potencial incrível nesses canais, podendo afirmar a todos os níveis os princípios da defesa dos direitos humanos. Isso pode permitir o vai e vem de informações, pressões, denúncias, com acompanhamento a todos os níveis. Por isso que é importante esse trabalho de rede.

A partir da sua trajetória e agora da tarefa de coordenar a Missão Comboniana no Brasil, poderia nos explicar como é ser padre e construir uma jornada de enfrentar interesses econômicos, ou seja, de conciliar fé e conflito?

Precisamos refletir sobre o que significa ser padre, porque dentro da igreja tem muitas visões com respeito ao sentido da fé e da religião, portanto também sobre o papel do padre: temos desde os padres cantores até os padres hiper-hierarquizados, que se sentem no centro de poder, num território que se compara a um pequeno reinado. Em minha compreensão, o padre é uma pessoa de convergência na comunidade, que favorece encontros e processos comunitários cristãos. É uma pessoa que estimula a agregação de uma comunidade ao redor do Evangelho, ao redor da mensagem de Jesus Cristo.

Isso seria minha compreensão de padre. Depois vem o adjetivo “comboniano”, que ao meu ver deve ter uma característica a mais, assim como os franciscanos têm outra, os diocesanos têm outra... Qual o papel dos combonianos? Nossa identidade é bastante evidente, a escolha, como dizia Daniel Comboni (*fundador da congregação no século XIX*), é pelos mais pobres e abandonados.

É nosso ponto de partida. Óbvio que os padres, a princípio, estão com todos, mas, como combonianos, sentimos que nosso ponto de vista, nossa convivência e interlocução é com os mais pobres e abandonados. São eles nossos companheiros de caminho. Mas nem sempre é assim. Em

termos de definição, para não esquecermos de quem nós somos, nós somos para os mais pobres e abandonados. É uma identificação de campo.

Por último, uma reflexão recente que gostei muito: não é suficiente estar com os pobres, mas é essencial estar nas lutas dos pobres. Existem outras congregações, que fazem a escolha da convivência com os pobres, o que é superadmirável, chamada de inserção, de "viver com". É um modelo bonito e importante que não deixe abandonadas essas pessoas e lhes mostre que são pessoas dignas. Religiosos e religiosas que saem dos seus contextos de vida para viver junto aos pobres anunciam uma esperança. Porém, nossa escolha comboniana é estar nas lutas dos pobres. Como elemento transformador da fé.

Não estou dizendo que uma escolha é melhor que a outra, mas que devem estar juntas. Como dizia antes: pelo fato de termos essa compreensão transformadora, esquecemos no começo de ouvir o seu Edvard, que veio até nós e disse: "somos uma comunidade concreta, não adianta vocês ficarem somente numa visão de modelo, de mudanças políticas e sociais. Nos ajudem como comunidade". O foco de ser padre comboniano, para mim, é associar-se aos processos transformadores, às lutas dos excluídos, sem distanciar-se deles.

A expressão "pobre" é uma linguagem teológica, que no Evangelho significa "pessoa que foi excluída dos seus direitos". Então é nesse sentido que entendemos. Estar, de forma transformadora, ao lado dos que foram excluídos dos seus direitos.

“Los medios de comunicación propios son un importante elemento en la estrategia de avance de las transformaciones sociales necesarias. Son elementales para los procesos locales, territoriales”.

DEOLINDA CARRIZO

A importância dos meios de comunicação dos movimentos sociais

Lizely Borges[1]

Indígena de Santiago Del Estero (Argentina), aos 19 anos passou a integrar o setor de comunicação de movimentos indígenas na Argentina e colaborou na juventude para criação de 06 rádios comunitárias. Responsável pelo setor de juventude da Via Campesina Internacional (2004-2012), em 2013 assume a coordenação nacional da Associação Mundial de Rádios Comunitárias, com forte papel na discussão e aprovação da Ley de Médios Argentina. Integra o setor de comunicação da Via Campesina desde 2013 - articulação com 84 organizações campesinas, indígenas e de trabalhadores rurais de todo continente americano. Deolinda é um exemplo de olhar e prática de comunicação de forma orgânica. Com ensino médio completo ela coordena a política de comunicação da Via Campesina internacional e faz denúncias da atuação dos meios na criminalização de lideranças, lutas sociais e movimentos populares.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (2016), linha Políticas de Comunicação e Cultura. Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico (2014) e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo (2005), ambas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua com movimentos populares desde 2003. Desenvolve pesquisas sobre participação política, instituições democráticas e políticas de comunicação. E-mail: lizely.borges@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Los movimientos sociales, particularmente el movimiento campesino, ha tenido un rol fundamental en estos años al poner en el tapete el tema de la soberanía alimentaria, la función social de la tierra, el cuidado de la madre naturaleza. Desde ahí irradiamos al conjunto de la sociedad la importancia de la lucha en común para defender los derechos y seguir profundizando en cada territorio nacional para que en el campo haya campesinos, campesino indígenas que produzcan alimentos sanos para el pueblo.

En el tiempo que me voy a referir es a lo que se ha logrado durante últimos 15 años, 20 años. Una movilización unitaria contra el neoliberalismo a lo largo de América Latina, luego el surgimiento de gobiernos progresistas ha acompañado y complementando las luchas y reivindicaciones históricas, profundizándose con más fuerza en algunos países que incluso han incorporado en las reformas constitucionales las identidades de sus naciones.

Hoy, hace un año atrás, los cambios son rotundamente diferentes, ante la nueva oleada de gobiernos de derecha, golpistas, matrimoniados con las transnacionales ha provocado un retroceso abismal para el conjunto de los pueblos. Materia de políticas públicas han sido eliminadas o muy deterioradas. Creció la protesta por no perder los derechos y ante eso la represión es la respuesta de los actuales gobiernos que tienen a la justicia y medios concentrados para hacer difusión contra los luchadores y luchadoras de los pueblos.

En Argentina, el presidente Macri al asumir se da el record de decretos presidenciales. Con esos decretos una baja y perdidas de derechos ha tenido que ver con el desarme del AFSCA - fruto de la lucha historia de los medios de comunicación populares y alternativos - desarmó la ley de comunicación de servicio audiovisual. Lo que ha significado la re-reconcentración de los medios de comunicación y más la entrega sin audiencias públicas de la internet en mano de los privados. Ante los diversos reclamos, solo hubo represión y detenciones arbitrarias.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Movimientos sociales y especialmente los campesinos en mi país son estigmatizados por la prensa hegemónica, en el caso de que se haga alguna publicación. Sino, simplemente se invisibiliza. Pero en un caso muy sonado, en la detención arbitraria de la militante social Milagro Sala. A ella y a la organización que pertenece se le ha hecho una campaña mediática y judicial sin precedente alguno. Hoy ella es una presa política, pero para esos medios hegemónicos es una "ladrona". La poca prensa alternativa que hay, se solidariza y esta en la campaña nacional e internacional de la

militante y parlamentaria del PARLASUR, para que sea liberada. Ayer se han cumplido 500 días de su detención.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Si la profundizamos se trata de esa estereotipi... Milagro Sala es una militante popular y todo lo popular tiene que ser del *kirchnerismo*, segun la prensa hegemónica, eso es símbolo de estafa al Estado, de organizaciones para delinquir. A partir de la detención de la militante social, muchas organizaciones han sido intervenidas con el fin de investigarles los balances sobre proyectos que han recibido entre el periodo de gobernanza del Nestor Y Cristina Kirchner.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

La cobertura de los medios de prensa internacionales mas que nada se acopla a los medios hegemónicos cuando se trata de la gestión anterior. Sin embargo cuando atacan a los organismos de derechos humanos, hay quienes han reproducido planteos sobre la corrupción de los mismos. Sin embargo, a la hora de decir que los actuales funcionarios nacionales están implicados en las cuentas offshore, *Panamá Peper* etc, no dicen nada porque el pacto es atacar, demonizar lo más que se pueda a los gobiernos que han realizado distribución de las riquezas un poco más justa para todos, porque no vaya ser cosa que eso genere un revuelo mundial y se levanten, más voces contra el poder impuesto.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

En Argentina la experiencia concreta del movimiento campesino de Santiago Del Estero empezó con la creación de sus propios medios de comunicación radial hace 14 años. Por que? Porque era imposible que se le de derecho a réplica cuando sacaban notas en la prensa escrita, con malicias contra la lucha del movimiento. Hoy, en Santiago Del Estero, hay 6 radios FM instaladas y funcionando, una de ellas con paneles solares, y pertenecen a un movimiento campesino indígena y a nivel nacional se han instalado otras, inspiradas en la experiencia del MOCASE VC. Así, es que el Movimiento Nacional Campesino Indígena, en varias províncias, tiene un total de 11 radios gestionadas y puestas en marcha por el colectivo de comunicación de sus organizaciones. En el

país en los últimos años se han abierto muchos medios de comunicación radial, campesino indígenas, comunitarios, sin fines de lucros, radios escolares, etc, que con algunas se coordina en los territorios para hacer más visible la lucha por otra mirada del mundo.

Considerações finais

Hubo una mayor conciencia de la importancia del control de los medios de comunicación, y administración de los mismos, y sobretodo en las organizaciones campesinas indígenas tenerlos en la visión de proyección política, porque los medios de comunicación propios son un importante elemento en la estrategia de avance de las transformaciones sociales necesarias, son elementales para los procesos locales, territoriales.

"A mídia tem lado e não é o lado dos oprimidos. E isso, para mim, é um desrespeito ao contraditório"

EDNA CALABREZ MARTINS

Enfrentamento da invisibilidade das mulheres

Isabella Mariano[1]

Edna Calabrez Martins nasceu em 19 de maio de 1965, é capixaba, natural de Cachoeiro de Itapemirim, interior do Espírito Santo – um dos estados com os maiores índices de feminicídio do Brasil. Ela é militante dos movimentos feminista e popular há mais de 30 anos e é, hoje, uma das representantes do Fórum de Mulheres do Estado – instância que anualmente realiza, entre outras, ações em referência ao dia 8 de março, bem como está presente nos conselhos estaduais e dá apoio a mulheres vítimas de violência. Ela também faz parte do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (Cedimes), do qual foi presidente durante os anos de 2014 e 2015. Edna é ainda funcionária do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Serviços Similares no Estado do Espírito Santo (SINDILIMPE-ES), filiado à Central Única de Trabalhadores (CUT) e também integra a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

[1] Jornalista e mestranda em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Em sua pesquisa, estuda as relações entre gênero e mídia e, mais especificamente, o discurso sobre a violência contra a mulher. E-mail: isabellasfm@gmail.com

Para começar, Edna, gostaria que você me contasse um pouco sobre a sua trajetória de militância no movimento de mulheres do Espírito Santo. Como foi que essa história começou para você?

Eu começo a militar na década de 80, a partir do processo de redemocratização do Brasil, no movimento estudantil, ainda de forma clandestina. Ainda estávamos em processo de reorganização do movimento social e eu era secundarista ainda. Na época, o movimento estudantil tinha uma característica mais ampla, porque ele discutia a situação da escola, da educação, mas ao mesmo tempo lutava no movimento geral pela volta da democracia, pela reorganização das entidades. Estávamos ali ajudando a organizar associações de moradores, sindicatos e também junto ao movimento reivindicatório do povo, como na luta das Diretas Já.

Em Cachoeiro de Itapemirim, éramos orientados pela entidade nacional União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e participávamos de tudo. Nesse movimento, eu conheci o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que não era legalizado ainda e tinha uma atuação dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). E também militava na União da Juventude Socialista (UJS), que no movimento estudantil, à época se chamava VirAção.

Em 1984, convidaram as meninas do movimento estudantil para participar de uma atividade no Centro Integrado da Mulher (CIM) em Vitória. Foi uma marcha que reuniu quase 2 mil mulheres para reivindicar que o estado tivesse ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ela aconteceu muito amparada em um movimento nacional pelo fim da violência contra a mulher. Era a campanha "Quem ama não mata, não humilha, não maltrata". E uma das reivindicações desse movimento era a criação de delegacias para mulheres, de conselhos; que tivéssemos políticas públicas para enfrentar. Eu lembro que, naquela época, eu não compreendia ainda bem a luta das mulheres. Mas eu pensei que quando eu saísse do movimento estudantil, eu iria militar na luta das mulheres.

Vim morar em Vitória com meu companheiro em 1985. Aqui, fiquei um tempo no movimento estudantil, mas depois saí. Mesmo assim acompanhava muita coisa, mas me foquei mais na organização da juventude. Comecei me dicar muito à organização do PCdoB. Fui da direção estadual, da municipal. E também participava, como disse, dos movimentos de massa. Em 1989, não queria mais militar na juventude, porque a idade foi chegando e eu já era mãe nessa época. Então, conversei com os companheiros dizendo que queria militar em alguma coisa que tivesse relação com as mulheres.

Foi aí que me indicaram para fazer um curso sobre feminismo e a luta das mulheres em São Paulo. Eu fiquei dias lá, estudando toda essa perspectiva de construção da luta das mulheres, da teoria crítica e a relação dessa luta com o socialismo. Ao voltar, fiquei com a tarefa de organizar um pouco a luta das mulheres. Porque tinha essa ligação, que hoje os partidos perderam muito, de

que ao mesmo tempo em que se tinha uma militância partidária, tinha uma militância na base, junto do povo.

Por isso, eu comecei a procurar os grupos de mulheres que se organizavam. Nessa época, descobri as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que organizavam as mulheres para poder lutar por questões relacionadas à moradia e às condições de vida em seus bairros. O que acontecia era que os grandes projetos de desenvolvimento como a Vale e a CST estavam se instalando na região metropolitana e, por isso, muita gente de fora estava vindo pra cá e indo para os bairros de periferia. A igreja, através das comunidades eclesiais de base, começou a organizar essas mulheres para reivindicar calçamento, unidades básicas de saúde, saneamento. E eu passei a me relacionar com esses grupos também.

Ainda em 89, eu conheci a Gilsa Helena Barcellos, hoje professora da UFES. Ela era vereadora em Vitória pelo Partido dos Trabalhadores (PT). E nós fomos procuradas, porque morreu Maria Cândida Teixeira e a tia dela era advogada, e conhecia Gilsa. E ela foi assassinada pelo marido, num prédio ali no Parque Moscoso, segurando a filha dela de 4 anos na mão. A tia dela queria punição, porque o rapaz era filho de um oficial de justiça, então havia a perspectiva de impunidade. Foi aí que nós, juntas, começamos a organizar a retomada dessa discussão sobre violência contra a mulher. Fizemos diversas atividades, retomamos um pouco a história lá de 84. Já que o CIM acabou conquistando, com aquela manifestação, a criação do Conselho da Mulher Capixaba, em 1986, e a primeira Delegacia de Mulheres de Vitória, que foi inaugurada logo depois. Só que depois o CIM acabou se desestruturando, então ficou a política, mas não teve mais organização das mulheres. O que havia de organização estava nas comunidades eclesiais de base. Muitos dos avanços em termos de política pública no que se refere à moradia, a atenção a saúde, a melhoria da infraestrutura dos bairros, à acessibilidade, está relacionado a essas mulheres.

Mas não existia a discussão de feminismo nesses grupos. Eu já tinha estudado sobre isso, só que não se podia falar, porque era muito estereotipado, tinha muita rejeição. Tanto que elas falavam que se tratava de um movimento de mulheres e não feminista. Elas se organizavam nos bairros da Grande Vitória e falavam também de direitos, mas tudo muito sem embasamento teórico.

A partir daí, nós começamos a organizar os eventos do 8 de Março também, quando juntávamos todo mundo e íamos pra rua. Isso em meados de 1990. E a questão da morte da Maria Cândida fez com que a gente ficasse até 1991 discutindo a violência contra a mulher com o governo do Estado. Já tinha um movimento nacional maior de quem a gente foi pegando orientações sobre como debater a questão. E uma das nossas tarefas era solicitar a criação de delegacias de mulheres no Estado. Hoje, nós temos 11 delegacias de mulheres e essa conquista foi fruto da luta das mulheres.

Em 1992, a gente organizou o Fórum de Mulheres do Espírito Santo com o objetivo de reunir todas as organizações que a gente tinha aqui. Porque víamos que cada organização tinha seus princípios e área de atuação, mas precisávamos de uma entidade que reunisse todo mundo e

discutisse algo que fosse comum a todas, na perspectiva da luta. E um dos assuntos comuns era a violência contra a mulher. Durante muito tempo, e até hoje, o foco do fórum foi fazer um enfrentamento e discutir com o Estado políticas públicas sobre violência contra a mulher. Fomos organizando articulações nacionais, vimos que o Conselho Estadual era um instrumento para monitorar políticas públicas.

Continuei militante um tempo no PCdoB, depois saí e hoje não tenho mais militância partidária. Fui vendo a dificuldade de militância dentro do partido, porque as relações de poder são muito hierárquicas. As mulheres têm muita dificuldade. Os partidos não investem na formação das mulheres, não dão espaço e aí isso foi me desanimando.

Participei de todo o processo de redemocratização no Brasil e muitas vezes na clandestinidade, mesmo já estando no período de transição. Porque a gente não sabia como seria essa transição, tanto que em 1979 houve a morte do Herzog. Tinha muita greve geral e, em algumas, corríamos da polícia. Não muito diferente em relação à hoje, só que naquela época eles estavam amparados em uma realidade ditatorial mesmo.

Com a criação do Fórum, começamos a ter uma relação maior com as mulheres camponesas através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fui diversas vezes colaborar na organização das mulheres do MST e era uma dificuldade, porque a visão do MST na época da década de 1990 era que a luta pela emancipação das mulheres era uma luta que atrapalhava a discussão da luta de classes. Eles não conseguiam enxergar a realidade das opressões, que as opressões incidem sobre a exploração. E nós fomos lutando por dentro para modificar essa visão e mostrar que as questões de gênero e de raça estruturam o sistema de exploração.

Fomos fazendo esse trabalho de base e de enfrentamento à violência e, ao mesmo tempo, procurando conhecer a realidade do Espírito Santo, discutindo desenvolvimento, justiça socioambiental, elaborando pautas de reivindicações para o governo, aprendendo o que é política pública, gestão pública e seus meandros. Foi um momento de aprendizado também. E estou até hoje nessa luta pela emancipação do nosso povo e das mulheres. São 36 anos.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade, especialmente no Espírito Santo, com uma das maiores taxas de feminicídio do país? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Eu acho que o movimento feminista, em especial aqui no Brasil, precisa existir porque há ainda uma situação real de opressão e de exploração das mulheres. E isso com a grande diversidade que nós somos, porque não dá para falar em uma única mulher, são várias mulheres. Algumas sofrem um grau menor de exploração e outras muito maiores. Algumas de nós somos até privilegiadas em algum sentido e precisamos assumir que temos privilégios e buscar o foco do que queremos transformar essa realidade.

Não dá para ver a luta das mulheres como uma coisa isolada da sociedade. Os sistemas político, econômico, social e cultural incidem sobre a nossa vida. Mas existem especificidades, existem questões que a gente precisa trabalhar com as mulheres. No nosso caso, precisamos desconstruir o sistema patriarcal que está aí. E que é muito utilizado pelo sistema econômico de exploração. Ele se firma no patriarcado para nos manter em processo de submissão e de manutenção do nosso papel de mulher nessa sociedade, que é o papel de cuidar das pessoas humanas. E isso incide, lógico, sobre o sistema de exploração.

Têm-se um sistema de produção que gera exploração, temos também quem mantenha os trabalhadores nesse sistema de exploração para que eles sejam explorados com mais facilidade. Então, por exemplo, a nossa responsabilidade do cuidado é totalmente desvalorizada, não é reconhecida enquanto trabalho, é um fardo muito pesado. Nossa jornada de trabalho é sempre muito mais extensa do que a do homem.

Eu vejo que há especificidades, por isso a gente tem que trabalhar com as mulheres no sentido de desnaturalizar esse papel, de mostrar para elas que elas podem ser sujeitos de si, já que uma coisa que perdemos com o patriarcado é o domínio da nossa vida, do nosso corpo, perdemos nas relações de poder. Fomos perdendo ao longo da história humana a vivência igualitária, então precisamos tratar isso com as mulheres e com os homens. Mas isso é difícil de debater com as mulheres, porque há muitas construções de mitos, de estereótipos, de conceitos, de concepções. E como discutir isso? Não pode ser de forma violenta. Temos que ter estratégias e quem constrói essas estratégias é o movimento.

Não adianta só se dizer feminista. Hoje vemos muitas mulheres se assumindo feminista, mas como que se luta para transformar a realidade? Só através de uma organização. Então, é preciso estar no movimento feminista, para construir a estratégia orgânica de como transformar essa realidade, porque o que transforma é a luta. A teoria crítica é importante para explicar todos esses processos e fenômenos, mas por si só ela não consegue dar conta de transformar nada. A gente precisa da prática política e a prática política se coloca na luta cotidiana do movimento. É olhar esse nosso mundo a partir do capitalismo, do patriarcado, do racismo e da heteronormatividade, de como a exploração e as opressões incidem nas relações sociais.

Nós conquistamos muitos direitos nos últimos 200 anos no mundo, mas eu sempre digo que nós derrubamos as paredes, só que o alicerce do sistema de opressão ainda está aí. Porque nós não transformamos radicalmente a vida das mulheres para elas serem autônomas, emancipadas, para que decidam sobre seu corpo e sua vida. Olha a discussão do aborto, por exemplo, que polêmica que é! Há ainda um domínio muito grande sobre o nosso corpo. Nós somos responsáveis pela vida reprodutiva e se a gente resolve romper com essa realidade, como que se vai manter a propriedade privada?

Nós não queremos acabar com a família, o que queremos é transformar essa realidade, porque na relação familiar há um sistema de opressão. E a família dos trabalhadores se espelhou na

família burguesa, só que os trabalhadores não têm propriedade. O que eles têm é a força de trabalho. O molde, porém, foi a família burguesa, por isso seguem as normas, os valores e as tradições que a burguesia foi colocando para o funcionamento da vida em família. Discutir isso com os trabalhadores e trabalhadoras é muito difícil, com as mulheres principalmente. E isso é um grande problema, porque discutir a opressão das mulheres significa ter que mexer num âmbito privado.

Tem certas coisas que conseguimos discutir com facilidade, mesmo que tenha alguma rejeição, mas outras coisas não. Por exemplo, a questão do direito de decidir sobre seu corpo e sua sexualidade nós vamos demorar muito a mudar, porque isso resguarda a propriedade privada. Nós continuamos posse, objeto.

Algumas igrejas, por exemplo, topam discutir orientação sexual, ainda que haja muito conservadorismo aí. Mas vai falar sobre legalização do aborto. E tudo isso incide sobre o processo de exploração. Se a gente desconstrói a perspectiva de que a família é uma unidade econômica, como que o capitalismo vai manter sua exploração?

Para a gente transformar essa realidade, tem que ser um movimento geral e específico, pari passu. Não dá para isolar a luta das mulheres da luta geral. Porque ao mesmo tempo em que a gente tem que tratar com as mulheres diversas questões específicas da vida dela, dessa naturalização da sua responsabilidade nesse mundo, a gente também tem que estar na luta geral pela emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, porque ela está nesse mundo, não vive isolada.

A reforma da previdência é um exemplo. É uma luta geral, pela manutenção do sistema previdenciário. Mas existem as especificidades das mulheres e isso precisa ser colocado. Na Greve Geral do dia 28 de abril, eu ouvi muito pouco sobre essas questões específicas das mulheres. Quem foi falar? O movimento de mulheres ou as mulheres do campo? Não se fala onde será o maior impacto. E o nosso papel também é trazer esse debate. O maior impacto vai ser nas mulheres, nas mulheres do campo, nas mulheres negras. Temos que apontar. Se as mulheres não colocarem, não serão os homens que vão colocar.

Ainda se tem muita invisibilidade sobre a questão da jornada de trabalho das mulheres, porque o trabalho doméstico não é considerado trabalho. Então, quando a gente utiliza o argumento de que temos uma dupla ou tripla jornada isso é desvalorizado no discurso. Porque vêem que é a nossa responsabilidade, a de cuidar. Tem um dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que nós mulheres trabalhamos, em média, 7,5 horas a mais que os homens. Se você coloca esse dado o povo fica meio assim, como se você estivesse falando algo irreal e não é. Está na vida das mulheres.

Nós temos, no Brasil, segundo dados de 2014, 39,8% de mulheres chefes de família, isto é, mulheres que são responsáveis tanto pelo cuidado, quanto pelo provimento. Aí imagina essa mulher que tem que dar conta de duas responsabilidades e ainda não ter dinheiro para ter acesso

à previdência. Então, eu acho que não há como buscar a transformação fora dessa luta geral. E não tem uma luta mais importante que a outra.

Por exemplo, o movimento sindical, que fala da realidade dos trabalhadores. Mas ~~n~~esses trabalhadores tem sexo, tem raça, tem orientação sexual, então a gente vê que as opressões incidem muito no processo de exploração. Só que, no geral, isso é invisibilizado.

O que vai acontecer: na roça, as mulheres ainda não são consideradas produtoras, mesmo sendo sujeito em todos os processos de produção. Se na cidade a responsabilidade do cuidado tem como parâmetro o cuidado da casa e das pessoas humanas, na roça o cuidado se dá também na produção de subsistência. Então, a horta, as galinhas, os porcos, as vacas, o leite, ovos, tudo isso é responsabilidade da mulher para cuidar. Isso é para a subsistência da família. Ela, além de cuidar da casa, lavar, passar, tem mais esse trabalho. E isso é geralmente muito desvalorizado. Quando qualquer coisa dessas é valorizada é porque passou para o homem no processo de produção.

Além de fazer tudo isso, a mulher vai para a grande produção. No Espírito Santo, com a monocultura, geralmente a produção é de café. E essa produção fica um pouco mais distante de casa, no território camponês. Mas a mulher também vai lá. Ela conhece a terra, sabe quando tem que plantar, sabe como tratar, acompanha todo crescimento da planta, poda, colhe; mas na hora de fazer a venda da produção quem faz é o homem. E quem fica com o dinheiro, resultado da produção, é o homem. Ela não tem acesso a esse dinheiro. Tanto que a fala de quem trabalha com agricultura é sempre sobre "o homem do campo". A mulher é sempre invisibilizada nessa realidade.

Então, quem detém o controle financeiro da produção é o homem. Quando a mulher tem algum dinheiro é porque o excesso dessa produção de subsistência fica com ela, aí vende. Ou então ela faz crochê e vende na região, ou vende produtos de beleza sem direitos sociais. Mas esse dinheiro é muito pouco, por exemplo, para ela pagar 25 anos de INSS. Hoje esse valor é de 11% do salário mínimo, o que daria cento e tantos reais. Ela não tem esse valor todo mês. Olha que situação específica e que precisa ser debatida. Porque ao discutir essa realidade vamos ~~vai~~ discutir a questão da produção, da responsabilidade do cuidado, do papel dela nessa sociedade.

As mulheres têm se organizado como movimento e executado não só ações de protesto como marchas e greves, mas também eventos e criação de coletivos. Para você, como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa brasileira? Há diferenças entre os veículos nacionais e capixabas, por exemplo? Cite exemplos.

Eu acho que nós temos esse *boom* hoje por causa das mídias sociais, não por conta da imprensa em si. Raramente, conseguimos discutir em jornais, em rádios, as questões relativas às mulheres. Nós tivemos um pouco de debate sobre a cultura do estupro. Mas eu acho também que fazem um debate por um viés que mantém a culpabilização das mulheres e numa situação de muita

invisibilidade ainda. Quando a gente consegue dialogar com a imprensa é muito esquematizado, dentro do que eles querem.

E, em outras vezes, a gente fala muito da situação, porque conhece a realidade, vivencia, está com as mulheres, e é como se estivéssemos dando o caminho, as explicações para eles, mas eles seguem o roteiro deles, não estão nem aí. Tem alguns órgãos de comunicação que eu nem dou entrevista mais, porque você fala, você coloca e eles não publicam, não há perspectiva do contraditório. Porque a gente sabe, a mídia tem lado e não é o lado dos oprimidos. E isso, para mim, é um desrespeito ao contraditório.

Eu acho que a mídia no geral mantém todo o processo de opressão das mulheres, porque ela faz parte dessa estrutura de exploração e opressão. Então, conseguir falar alguma coisa em relação às mulheres é extremamente hierárquico e machista. E as próprias mulheres que trabalham nos jornais estão nesse processo.

Quando teve esse *boom* da cultura do estupro, um jornal daqui fez um debate sobre o assunto e eu fui lá para ouvir. Fizeram um caderno especial e duas jornalistas que escreveram. Elas relataram a dificuldade que tiveram para obter as informações, para discutir. Mas na própria matéria não teve a visão do movimento feminista. É uma invisibilidade muito grande.

Do ponto de vista da manutenção da exploração e das opressões, a imprensa é instrumento. As redes sociais quebram um pouco isso hoje, mas a imprensa, escrita e falada mantêm porque é a sua forma de sobrevivência. Temos na imprensa a mercantilização do corpo, reafirmação de estereótipos, com manchetes horrorosas. Por exemplo, nos casos de feminicídio, eles nunca vão a fundo. É sempre uma matéria colaborando no sentido de culpabilizar as mulheres.

Na grande maioria dos casos de feminicídio, as mulheres são culpadas de traição. Todos os assassinos, no geral, falam da traição. Quando perguntam o que aconteceu, eles dizem "ah, ela me traiu". Eles já dizem que foi por isso. Os jornalistas não vão pesquisar se realmente foi isso, se ela já sofria violência ou não. Vira verdade absoluta. Eles corroboram com o assassino, na perspectiva de que a vítima vire ré. Há uma reafirmação da mídia do nosso papel, do que é traçado pelo patriarcado. Todos os dias eles reafirmam isso. Faz parte, eu acho do papel deles. E a gente não consegue romper essa barreira.

Você acha que a imprensa contribui de alguma maneira para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais, mais precisamente do movimento feminista?

Eu acho que sim. Primeiro porque invisibiliza. Nós não existimos enquanto movimento que luta, que está ali e conhece a realidade. E quando é ouvido, não aparece. Isso é real. Nas ações do 8 de Março, a gente consegue no máximo uma notinha. Só quando a gente faz um estardalhaço que

aí temos espaço. De certa maneira, a imprensa foi assumindo um discurso que reconhece as conquistas das mulheres enquanto pretensa liberdade, reconhece o acesso ao mundo público, mas questiona em partes essas conquistas quando não pode transformá-las em objeto de consumo. Ou seja, ela nunca é vista como sujeito das suas decisões e ações, mas como um elemento da sociedade capitalista.

Antigamente, a imprensa se referia às questões da mulher como "feminina" ou “a luta das mulheres” ou “pelo direito das mulheres”. Feminismo não aparecia de jeito nenhum, a não ser em matérias de revista, em cadernos especiais, algo mais focado na luta feminista. E ainda hoje, na grande mídia, temos muita dificuldade de tratar do movimento feminista. Porque ele é o contraditório dessa situação toda de opressão e exploração. Vão visibilizar o contraditório? Não, porque querem manter essa condição, esse sistema.

No caso da violência contra a mulher, tem sido muito constante eles perguntarem ao final se a gente conhece alguma vítima que conseguiu sair disso. É impressionante. Porque eles não têm os contatos e eles sabem que a gente tem. Antes de perceber essa situação frequente, a gente passava os contatos. Depois decidimos não passar mais. Porque não interessa o que falamos. Eles querem um caso para colocar no jornal, e depois na matéria fazem uma elaboração do discurso extremamente genérica, sem aprofundar nada, sem questionar nada.

Muitas vezes a nossa fala vai contra a ação governamental. E sabemos que a nossa imprensa vive muito em função do recurso de publicidade, que é muito dinheiro. Mas nós fazemos o contraditório, nós questionamos o porquê de as mulheres estarem morrendo. Uma das contradições está nas políticas públicas, já que não temos políticas públicas que enfrentem essa realidade de forma eficaz.

Quando acontecem eventos como a Marcha das Vadias, geralmente o discurso é mais voltado para a culpabilização e para reforçar a discriminação do que para ouvir quais as reivindicações das mulheres. A própria negação do direito das mulheres de mostrarem o seu corpo é um exemplo disso. Eles não dizem que as mulheres são putas, vagabundas, mas constroem um discurso subjetivo que leva o leitor a pensar isso. Nos casos de feminicídio também é essa realidade. Eles vão procurando desconstruir a culpa do criminoso naquele cenário. Como se ele tivesse razão em ter feito aquilo.

Ainda nesse assunto, uma das pautas do movimento de mulheres é justamente tentar quebrar alguns estereótipos que estão colocados há anos, como o da mulher que nasceu para ser mãe e cuidar da casa. Você acha que a imprensa brasileira mais reforça ou mais desconstrói esse padrão de ser mulher com suas abordagens? Explique

Nas notícias, procuram sempre um caminho que reafirma a situação de opressão que temos que vivenciar. Então, às vezes você vê uma matéria sobre maternidade e está lá a reafirmação do mito da maternidade. Um dia, um jornal daqui do estado me ligou, porque queria falar sobre as mulheres que deixaram seu trabalho para cuidar dos filhos. E queria saber o que eu achava disso. Eu respondi afirmando o princípio feminista de que nós achamos que a mulher tem que decidir sobre sua vida, tudo bem. Mas eu quis colocar uma questão. Que mulheres são essas? Qual a condição econômica dessas mulheres? Essas podem até ter escolha, mas tem uma condição econômica que as sustentam nessa escolha.

E eu disse para a repórter que essas mulheres têm condições de fazer escolhas, mas e as outras mulheres que não têm essas condições? Que às vezes queriam poder ficar em casa só cuidando dos filhos? Porque a gente sempre fala que quer desconstruir a relação de obrigação e isso não quer dizer que a mulher não possa escolher cuidar. Às vezes, a mulher queria ter a condição de fazer essa escolha, mas ela não pode. Dei exemplo para ela das mulheres chefes de família. Ou cuidam ou provêm, e elas são obrigadas a cumprir os dois papéis. Mas elas podem deixar de prover para cuidar? Não podem, elas não têm essa opção.

Até saíram algumas coisas que eu falei na matéria. Mas a pauta na verdade era para enaltecer essa situação, enaltecer a mulher voltando ao papel de cuidadora, dentro de casa, do lar. Como se fosse preciso que as mulheres voltem para casa para exercer de fato seu papel.

E você pensa que essa abordagem por parte da imprensa poderia melhorar? De que forma?

Eu acho que poderia melhorar. Por exemplo, essa coisa da mercantilização do corpo que se vê constantemente. Se a gente pudesse reconstruir a ideia do próprio papel da mulher, desconstruir os mitos. A imprensa acaba reafirmando essas questões e acho que teria um papel importantíssimo se colaborasse para desconstruir toda essa realidade de opressão e exploração que nós vivemos, porque a mídia incide sobre o pensamento e esse pensamento incide sobre o olhar no mundo, sobre seu lugar nesse mundo. E essa mudança poderia colaborar no sentido de construir novas relações incidindo sobre a desigualdade de gênero. Não digo que acabaria com ela, mas ajudaria muito.

Hoje a gente tem muito cuidado ao dar entrevista. Nós, do Fórum, sempre nos comunicamos antes, para saber se alguém conhece a repórter, se realmente vai sair alguma coisa. Porque já aconteceu, por exemplo, de dar entrevista e sair uma coisa totalmente ao contrário.

Eu não sou da área da Comunicação, mas fui muito amiga de jornalistas na década de 80, 90, e naquela época era um trabalho de muita investigação. Era como se eles fossem detetives, iam atrás, pegavam esse processo das contradições, colocavam essa realidade, quebravam um pouco as normas. Mas esse discurso de que a mídia é neutra, não existe.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Ah, sim. Muito. Eu acho que as consequências são nefastas, porque é um espaço onde não conseguimos nos inserir para dialogar com a sociedade. Penso nos meios de comunicação como um instrumento que poderia incidir sobre a consciência, um instrumento de emancipação humana. E os meios de comunicação nesse sistema não têm esse compromisso. Tanto que a esquerda de um modo geral sempre mantém seus meios de comunicação, e isso é estratégico. São meios muito pequenos, não dão conta, mas é um espaço importante.

Para mim, os meios de comunicação que servem ao sistema são contrários aos movimentos sociais. Eles servem mais para a criminalização dos movimentos sociais. Agora mesmo nessas últimas marchas, de 2013 e 2015, de lutas mais gerais da população, eu vi muito mais a mídia criminalizando e colaborando na formação de um pensamento contrário aos movimentos sociais. E, inclusive, construindo a ideia da não necessidade dos movimentos sociais. Não tenho ilusão nenhuma de que vão defender os movimentos sociais, mas pelo menos deveriam dizer que eles existem e qual o seu caminho, com honestidade intelectual. Mas é sempre uma perspectiva de criminalização. E aí colocam todo mundo no mesmo balaio e está tudo certo. São vagabundos, vândalos, etc.

Nesse sentido, as redes sociais podem funcionar como um contraponto ao que a imprensa hegemônica apresenta?

Nas redes sociais, a gente consegue colocar mais informações sobre o que é mesmo a nossa luta. Acho que é um espaço para isso. O que eu acho é que a gente ainda não sabe lidar com isso. São poucas as companheiras do movimento feminista que sabem lidar com essa realidade. Mas eu considero um mecanismo importante, porque traz novas situações. Você tem uma informação mais rápida também. Lógico que tem também muito do contraditório. E tem também muita desinformação e ignorância. É um espaço que se abre para as pessoas colocarem suas opiniões, pensamentos, subjetividades. E muitas vezes de forma até violenta. É muito ódio, tem umas coisas que eu não consigo nem ler.

Eu que sou mais velhinha tenho muita dificuldade com as redes sociais. Eu prefiro ler o jornal, mesmo sabendo que é da burguesia. Eu prefiro ler o jornal a ler uma página na rede social. Mas é um espaço que temos que aprender a utilizar.

Há também uma perspectiva das pessoas de acharem que a rede social vai fazer movimento, vai construir consciência, vai organizar por si só. Isso é um debate que a gente tem no movimento

feminista com as jovens. Por exemplo, temos um método de reunião no qual a gente lista as pessoas, liga, fala, senta junto para pensar a atividade, o objetivo final. E hoje querem fazer tudo isso pela internet ou pelo Whatsapp. Querem fazer mobilização para a lutar pela internet, pelo Facebook.

Bom, é um espaço importante, mas tem pessoas que não têm acesso. E aí, no nosso ponto de vista de luta mais popular, essa massa não tem acesso total às redes. As pessoas ainda estão usando um celular lá que mal conseguem olhar o Whatsapp. A gente estava até conversando sobre isso e uma companheira perguntou "mas como é que vocês faziam mobilização antigamente?", aí fiz um resgate das formas utilizadas no passado.

No 8 de Março, discutimos um pouco isso. Não podemos confiar só no Facebook, temos também que ligar para algumas pessoas. Sair e ir lá fazer uma reunião. Com as mulheres de periferia, por exemplo. Elas não têm tempo de ficar olhando o celular como outras de nós, e muitas vezes nem condições do ponto de vista do conhecimento para lidar com essa tecnologia. Existe uma grande parcela da população que está à margem desse avanço.

Penso que hoje o feminismo já não causa tanto medo assim, como no passado. E também não é um movimento do passado, segue atuante e tem atraído muitas jovens para essa luta. O que para mim é uma dificuldade é ver que parte dessas feministas não se colocam como militantes, ativistas. Existe uma dicotomia entre o se assumir feminista e o compromisso em construir o movimento feminista. A gente até se encontra, se reúne para realizar algumas ações, mas não se insere na organização de um movimento, o movimento feminista, que tem a responsabilidade de ser um movimento político que enfrenta a opressão de gênero, que elabora estratégias para transformar a realidade. Que assim busca acabar com patriarcado, com o racismo e com a heteronormatividade. Muitas vezes um cotidiano de movimento é o que faz a diferença. Cotidiano de movimento pressupõe que você pense aquela realidade, que elabore estratégia para mudança e ações para enfrentar aquela realidade.

Aí acho que tem uma coisa da militância mesmo, do compromisso. Porque isso dá trabalho. E eu acho que a própria tecnologia hoje às vezes atrapalha nesse sentido. É muito mais fácil digitar sua opinião e deixar ali do que organizar a luta para construir a transformação de uma realidade opressora. Isso dá trabalho. É muito difícil. Aí é preciso dedicação e compromisso.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Eu acho que tem sim diferença. Hoje, internacionalmente, a gente consegue ter muito mais espaço para debater e colocar as coisas do que no Brasil. Tem uma coisa que a gente aprendeu

ainda na época da ditadura que era assim. Para saber as notícias sobre a realidade brasileira, a gente lia os jornais internacionais, a gente ouvia as rádios internacionais. Porque eles colocavam muitas informações que a mídia daqui não colocava, já que de certa forma algumas eram coniventes e outras sofriam censura. E os próprios grupos iam passando essas informações uns para os outros.

Eu tenho dificuldade com inglês, sei um pouco de francês e leio bem o espanhol. E dá para ver que sai muito mais informações lá fora. Ano passado, na questão das mulheres, tivemos vários movimentos internacionais. Na Polônia, na Espanha, na Rússia. Agora, em Janeiro, nos Estados Unidos. Aqui não sai uma linha. Até porque quando vão falar do mundo os jornais daqui dão meia página. E nós também tivemos vários movimentos aqui que não ganhava espaço na imprensa tradicional, como exemplo a própria marcha contra o PL 5069 e contra o Cunha. Tivemos um acesso muito grande nas redes sociais, mas o que saía na grande imprensa? Quase nada! Parece que não estava acontecendo nada. Já lá fora, aparecia a ação das mulheres do Brasil. Então é um processo cruel, de invisibilizar mesmo, até porque a conjuntura para um golpe necessitava dessa realidade.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

As estratégias adotadas são os nossos próprios materiais, não tem jeito. Por isso que eu falo que é fundamental a organização. As reuniões com as mulheres, o diálogo com elas. Temos jornalzinho, página nas redes sociais, mas também vamos até as mulheres, levamos textos de estudo, informação, fazemos análise de conjuntura. Até porque nós não temos dinheiro, né? Aí buscamos alternativas para que a informação chegue às mulheres com nossos materiais.

Com essa questão da reforma da previdência, por exemplo, tem muitos grupos de mulheres indo dialogarem com as mulheres nos bairros. Porque não se consegue furar esse cerco se não for desse jeito. E no Espírito Santo então a situação é pior ainda, porque pelo menos no Fórum de Mulheres nós fazemos um enfrentamento ao atual governo. O governo do Paulo Hartung tem uma perspectiva de política familista, onde o papel da família passa a ser revigorado à medida que aumenta a crença difundida pelo discurso neoliberal, da impossibilidade e inoperância do Estado como provedor de bem estar, e reafirma a ideia das possibilidades do mercado. E isso ignora que nessa relação familiar tem também várias realidades de opressões. E isso faz com que se mantenha a opressão, em vez de desconstruir ou colocar a mulher como sujeita da sua própria vida e das suas decisões.

O atual governo também tem uma perspectiva de política assistencialista. Não é uma política pública transformadora. Por exemplo, nós estamos nos conselhos estaduais, mas estamos nesse

mecanismo de controle social para fazer enfrentamento e não para ser conivente. E, às vezes, também, para ter acesso às informações que não conseguiríamos enquanto movimento. Como o conselho de mulheres é um mecanismo de controle social, e nossa legislação permite, eles são obrigados a repassar as informações. Então, na análise da realidade, isso contribui para montar as estratégias de enfrentamento com muito mais segurança.

O Fórum sobrevive com os nossos recursos, com o que a gente busca de finanças, mas a gente não capta recurso de governo nenhum para não ficarmos amarradas no processo de crítica. E crítica essa que tem que ser fundamentada e sem amarras.

Em muitas situações, somos até ouvidas, mas nossa voz não é colocada porque ela traz esse contraditório. Ela traz uma avaliação mais real. No ano passado, aconteceu isso. Uma rede de TV Nacional fez um especial sobre violência contra a mulher e vieram aqui. E aí ouviram a UFES através de uma professora. Ouviram todos os representantes governamentais. E acabou chegando ao Fórum de Mulheres. Aí a jornalista me falou: "gente, mas pela fala das pessoas daqui está tudo uma maravilha neste estado".

Ela fez um monte de pergunta e eu fui respondendo desconstruindo inclusive esse discurso de que estava tudo uma maravilha. Pergunta se saiu alguma coisa? Nada, nada, nada. A maioria das falas que apareceram na matéria foi só fala do governo. Aí eu acho que deve ter tido verba orçamentária do governo nessa matéria. Então, por conta de coisas como essa, é que a gente encontra muita dificuldade em se inserir na mídia. Nesse ponto as redes sociais ajudam, mas não podemos só ficar nisso.

"A maior disparidade entre o enquadramento negativo dos movimentos sociais presente na cobertura da grande imprensa na França e no Brasil se refere à recepção da informação, à força de assimilação que ela encontra no Brasil, onde grande parte da classe média e alta despreza os mais pobres".

ERIKA CAMPELO

Desconstrução dos estereótipos sobre as minorias

Janaina Cardoso da Silva[1]

Érika Campelo milita há 15 anos no terceiro setor na França junto a movimentos sociais franceses e brasileiros. Por sete anos, foi uma das coordenadoras do Fórum Internacional de Mídias Livres pela ONG de solidariedade internacional Ritimo. Em 2002, fundou a ONG Autres-Brésils, que viabiliza uma cobertura jornalística e cinematográfica analítica acerca da complexidade social brasileira, longe dos clichês e do reducionismo habitual dos meios de comunicação hegemônicos franceses. A ONG publica traduções de artigos produzidos pelas mídias e jornalistas independentes, intelectuais e integrantes de movimentos sociais brasileiros acerca da conjuntura política e social do Brasil. Além disso, desde 2005, realiza anualmente o único festival de documentário social brasileiro na Europa, o Brésil en Mouvements. Desde janeiro de 2017, Campelo atua na ONG VoxPublic, com um trabalho de apoio a associações e movimentos sociais que lutam contra o racismo, discriminação e injustiça social na sensibilização de políticos e da grande mídia francesa, transformando lutas em leis e fortalecendo vozes, por vezes abafadas, em ecos com alcance da opinião pública.

[1] Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Sua pesquisa acadêmica aborda o trabalho de desconstrução de uma percepção estereotipada do Brasil, na França, através das temáticas e debates promovidos pelo festival de cinema documentário social brasileiro, Brésil em Mouvements. E-mail: janacard36@hotmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Acredito que muitas foram as conquistas dos movimentos sociais nos últimos 20 anos. A mudança está, sobretudo, no fortalecimento da articulação provocada pelas novas tecnologias que propiciam um incremento no impacto de suas ações. Um exemplo seria o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Brasil, mundialmente emblemático, um dos maiores movimentos sociais do mundo. O MST cresceu e mudou muito nos últimos anos. O trabalho de base localizado, iniciado em 1984, no Rio Grande do Sul, com a brilhante tarefa de educação e emancipação de famílias de pequenos agricultores através do estímulo de uma visão crítica acerca das injustiças presentes nas relações de poder com os grandes latifundiários, foi se modernizando em formato, linguagem, imagem e ações. O MST, assim como diversos movimentos sociais pelo mundo, teve que se adaptar à velocidade e a voracidade do contexto neoliberal e suas grandes transnacionais ligadas a diferentes grupos financeiros com poderes que ultrapassam a supremacia dos Estados Nações. Foi necessário manter o trabalho de formação de suas bases, porém, inserindo novas ferramentas e desenvolvendo estratégias mais eficazes de sensibilização da opinião pública, políticos, parcerias e adesão de novos membros.

Inspirado pelo movimento mexicano Zapatista [2], o MST decidiu se apropriar da própria comunicação e da narrativa sobre si mesmo, se libertando da restrita cobertura da grande mídia, construindo e divulgando a sua própria mensagem sem mediação, fortalecendo, assim, sua capilaridade e imagem nacional e internacional, principalmente através da internet. Movimentos de base, como o *Droit Au Logement* (DAL)[3] na França, muito enraizados com a população que compõe o público alvo, assim como o MST, também aderiram às possibilidades digitais como as redes sociais para se articular com outros movimentos, influenciar a opinião pública e pressionar congressistas, sem, claro, olvidar suas ações nas ruas.

Através da soma de forças entre as ocupações, acampamentos, passeatas e a agilidade de interconexão, o DAL conseguiu aprovar a *loi* DALO (*Loi au Logement Opposable*),[4] que legitima o direito de moradia, permitindo a todo cidadão regularizado, francês ou imigrante, que não conseguir moradia, mover uma ação na justiça contra o governo a fim de garanti-la. Aos poucos a rede, aliada a outras ações, vai criando e apontando novos caminhos que viabilizam a transformação de pautas de lutas sociais em leis e resoluções, desenvolvendo um contraponto na mediação com a opinião pública. Além disso, as novas mídias livres e alternativas que atuam

---

[2] O **Movimento Zapatista** é formado por camponeses e indígenas mexicanos que defendem uma gestão mais democrática do território. Criado em 1994 na região de Chiapas, no México, o movimento, apesar de se apresentar como guerrilha, não usa de violência em suas ações. Sua luta é a defesa de uma gestão mais democrática do território, a participação direta da população nas decisões do país, a promoção da partilha da terra e da colheita, além da preservação do passado e da tradição indígena do povo mexicano. São declaradamente antiglobalização.
Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/movimento-zapatista> Acesso em: 28 de maio de 2017.

[3] Direito à Moradia. Tradução nossa.

[4] Lei da moradia obrigatória. Tradução nossa.

na França, em plataforma 100% digital, com boa audiência como o site *Basta!*[5] e o *Mediapart*[6] igualmente, contribuem para a consolidação e construção de uma outra representação dos movimentos sociais graças a uma cobertura em grande angular.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

A dominação e hegemonia ideológica da grande imprensa é similar em todos os lugares do mundo. No Brasil, contudo, ela é extrema devido a um Estado Democrático, por vezes, impotente, e a pouca regulação da mídia por parte dos órgãos públicos. A legislação brasileira no que diz respeito à comunicação é, ainda, muito frágil. É preciso restruturação no setor levando em conta as reivindicações da sociedade civil brasileira e dos movimentos sociais por um efetivo direito à comunicação. Na França, dez famílias milionárias[7], algumas com representação no Senado, são detentoras dos principais veículos de comunicação franceses.

Um recente episódio ilustra perfeitamente o pilar ideológico da grande mídia francesa. Um CEO, representante da família Bouygues, proprietária do canal de televisão mais popular da França, o TF1, afirmou há alguns anos que a finalidade deste negócio é manter os cérebros dos telespectadores tranquilos, sem reflexão, para que a Coca Cola possa vender seus produtos. Isso é emblemático.

Contudo, a cobertura dos movimentos sociais na França pela grande mídia, ainda assim, é menos tendenciosa que no Brasil, mesmo que continue errônea, como demostra a narrativa divulgada acerca das manifestações de 2016, contra as reformas[8] da lei do trabalho propostas pelo governo do presidente François Hollande. Mais de 2 milhões de pessoas foram para as ruas do país inteiro em sete manifestações durante o ano, mas a grande imprensa privilegiou destacar os atos de vandalismo cometidos por pequenos grupos de Black Blocks[9] (não representavam 1% do total dos manifestantes). O objetivo foi desacreditar o movimento, vinculando a imagem geral das

---

[5] https://www.bastamag.net

[6] https://www.mediapart.fr

[7] Bouygues, Xavier Niel, Dassault, Bernard Arnault, Bolloré, Pierre Bergé, Patrick Drahi, François Pinault, Matthieu Pigasse et Lagardère. Disponível em : < http://osonscauser.com/medias-pourquoi-10-milliardaires-controlent-ils-notre-information> Acesso em: 28 de maio de 2017.

[8] A reforma da lei do trabalho proposta pelo governo do presidente François Hollande previa o aumento de três anos no tempo para a aposentadoria e flexibilização das formas de demissão.

[9] *Na França, milhares de pessoas fazem parte do movimento conhecido como Black Blocks, que integra um movimento maior denominado Autonomes* (Autônomos). Os integrantes se consideram anarquistas e participam de todas as manifestações por causas referentes às consequências negativas da globalização. Geralmente, se vestem com roupas escuras, tampam o rosto de forma a não serem identificados e cometem atos de vandalismo durante os protestos. Tradução nossa. Disponível em: <http://www.liberation.fr/societe/2014/02/23/qui-sont-les-black-blocs_982388> Acesso em: 28 de maio de 2017.

manifestações a simples baderna, diminuindo a legitimidade da luta e manipulando a opinião pública a favor das reformas.

Já o tratamento da informação acerca das ações dos movimentos sociais apresentado pelas mídias livres e alternativas na França, que atingem um grande público, é mais crítico, analítico, baseado em um jornalismo investigativo de qualidade. Essas mídias independentes se utilizam de plataformas 100% digitais com sites, rádios, canais web entre outros, com bons índices de audiência. Além disso, os franceses contam com uma educação de qualidade e gratuita, aguçado senso crítico, e são muito habituados a defender coletivamente os direitos conquistados. Portanto, apesar de coberturas tendenciosas, as atuações da grande mídia na França são menos desastrosas que no Brasil em termos de produção de sentidos.

O que me impressiona na narrativa preponderante da grande mídia brasileira acerca dos movimentos sociais desde os anos de 1990, quando eu ainda morava no Brasil, é o viés criminalizante que reflete o monopólio do discurso ideológico simbólico que solidificou uma opinião negativa e individualista do povo brasileiro a respeito dos condutores das lutas sociais.

A vida inteira ouvimos e lemos nas entrelinhas que estruturam as notícias em páginas de jornais, revistas, no rádio e na tv que os movimentos populares brasileiros são criminosos, compostos por vagabundos, liderados por partidos de ideologia comunista e centrais sindicais corruptas. Esse discurso estereotipado parte do pressuposto de que as pessoas que ocupam terras, prédios, param estradas e vão para as ruas se manifestar são pessoas que tiveram as mesmas oportunidades de educação que a classe média e possuem as mesmas chances profissionais de assegurar uma vida estável.

E, infelizmente, o Brasil ainda é um país onde a maioria das pessoas se informa pela televisão, que habitualmente se utiliza da força das imagens para assegurar esse ponto de vista tendencioso e reducionista. Isso nem precisa ser mais provado. Isso é um fato averiguado até mesmo cientificamente pela academia brasileira. Mas, na minha opinião, A maior disparidade entre o enquadramento negativo dos movimentos sociais presente na cobertura da grande imprensa na França e no Brasil se refere à recepção da informação, à força de assimilação que ela encontra no Brasil, onde grande parte da classe média e alta despreza os mais pobres. Há uma percepção destituída de humanidade, uma espécie de retirada do fator humano do pobre no Brasil, fruto de uma sociedade extremamente hierarquizada e desigual. Por isso, as classes mais abastadas se sentem no direito de tratá-los mal, de agredi-los, humilhá-los, assassiná-los, de achar que são preguiçosos e, obviamente, isso impede a comoção e a identificação das classes altas e médias com os problemas e misérias das classes baixas. Um terreno fértil para a consolidação de uma sintaxe discursiva que criminaliza as lutas dos desfavorecidos.

Na França, ao contrário, há um respeito humano maior e uma percepção distinta do mais pobre, que não é visto como vagabundo ou pobre por escolha pessoal. Os franceses possuem um entendimento mais profundo a respeito do contexto social do “outro”, o que no Brasil eu não

consigo enxergar. O pobre francês não tem vergonha de ser pobre. Há uma compreensão geral politizada que trata a pobreza como consequência de políticas públicas e econômicas malconduzidas, resultando na discrepância de oportunidades, o que torna a luta coletiva e bem menos dependente da classe social.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

A concepção sobre a construção social do “outro” é carregada de simbolismos que, frequentemente, criam estereótipos sobre o “outro”. As consequências da visão estereotipada de pessoas, classes sociais e culturas são negativas e diversas. Na França, este “outro” estereotipado é, muitas vezes, o imigrante ou seu descendente, já que como o Brasil, é um país de imigração.

Nos últimos 40 anos, a França recebeu diferentes ondas de imigrantes vindos de regiões da África – principalmente das antigas colônias francesas no Norte do continente africano, como a Argélia -, da África subsaariana e do oriente médio, que vieram tentar uma nova vida na Europa fugindo da miséria, da fome e de guerras. Passados mais de 40 anos, estes imigrantes (re)construíram suas vidas formando famílias na França, contudo sempre foram alvo de vários tipos preconceito racial, social e cultural pela sociedade francesa. Atualmente, vivemos uma estigmatização enorme, por exemplo, em relação aos descentes de árabes muçulmanos que são constantemente confundidos, no imaginário coletivo, com a imagem de terroristas.

O terrorismo noticiado pela grande mídia, muitas vezes de forma sensacionalista, alimenta no inconsciente coletivo uma imagem que associa o Islã ao terrorismo, quando, na verdade, sabemos que os atos terroristas são realizados por grupos radicais que adotaram o fundamentalismo religioso para conquistar poder político e econômico. Assim, existe um estereótipo preconceituoso consolidado e difundido pelos meios de comunicação que gera um paradigma equivocado disseminador de ódio, segregação e variados aspectos de discriminação.

O senso comum não leva em conta que algumas pessoas envolvidas em atos terroristas são, constantemente, jovens franceses da periferia, radicalizados pelo Estado Islâmico; alguns, até mesmo, sem ascendência árabe. Esse tipo de estereótipo que invade o olhar da sociedade influencia negativamente as ações dos movimentos sociais cujas pautas são a defesa das causas dessas minorias estigmatizadas e excluídas, seja o jovem francês negro da periferia, seja o francês muçulmano descendente de árabe, o imigrante sem teto, o refugiado que chega ao país em péssimas condições e todos aqueles que são diariamente massacrados e condenados a viver em situações que ferem os diretos humanos. Precisamos lutar sem trégua pela desconstrução desses estereótipos que afastam a opinião pública das lutas das minorias.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

As elites econômicas e políticas, sejam da França ou do Brasil, se utilizam da mídia que elas mesmas controlam na difusão de uma ideologia que as mantenha no poder. Por que distribuição de renda se elas podem acumular quanta riqueza desejarem? Por que mudar a ordem econômica do mundo, visto que elas são as classes favorecidas? Os meios de comunicação sempre e constituíram em uma das ferramentas mais eficazes de conquista e manutenção de poder na história mundial – vide o forte emprego em sistemas autoritários.

Em um contexto de hegemonia ideológica capitalista e neoliberal em que há necessidade de garantir a concentração de poder e renda a qualquer custo, os movimentos sociais deixam de concretizar várias reivindicações à medida que são marginalizados, desacreditados, criminalizados. A essência de suas reivindicações muitas vezes, não emplaca entre a classe política e não conquista a opinião pública, sobretudo, porque as narrativas midiáticas são desfavoráveis ou superficiais. Na França, apesar do DAL (*Droit Au Logement*) ser um movimento social muito ativo e reconhecido pela população engajada, a maioria dos franceses possui raso conhecimento acerca das bandeiras erguidas pelo movimento. Grande parte da cobertura sobre as ações do DAL na imprensa abordam apenas as ocupações de prédios em Paris e a consequente falência que estas formas de luta promovem nos negócios do proprietário dos imóveis. Às vezes, o proprietário possui sete prédios fechados na cidade para fazer especulação imobiliária e forçar o aumento de preços mas, na visão da mídia, são 250 famílias com crianças morando na rua, no frio que vão fazer o empresário quebrar. Há sempre ruído ideológico na comunicação produzida pela grande mídia. Não há uma apuração detalhada das causas das ocupações.

A mídia francesa, mesmo se constituindo em parte como pública, defende apenas os interesses econômicos ou de manutenção política do grupo que está no poder. Os jornalistas hoje, geralmente pressionados pela indústria da comunicação e pela velocidade imposta na produção de "notícias-mercadoria", não verificam as fontes com o tempo e esmero necessários para elaboração de matérias que deem voz aos dois lados, que ressaltem o fator humano dos acontecimentos, que se constituam em narrativas que suscitem reflexão. Precisamos debater cada vez mais sobre o sistema midiático de suporte ao poder capitalista no mundo contemporâneo. Um estudo[10] divulgado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelou que 1% das pessoas mais ricas do planeta detêm 46% das riquezas mundiais. Como promover, então, a justiça social neste caso?

---

[10] Disponível em : < https://www.voxpublic.org/Les-Nations-Unies-paraphrasent-VoxPublic.html?lang=fr> Acesso em: 28 de maio de 2017.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Sinalizo na primeira parte da resposta um exemplo recente de cobertura midiática equivocada e claramente comprometida com os interesses da elite vigente, que foi o enquadramento noticioso dos meios de comunicação hegemônicos brasileiros realizado em 2016, no período que antecedeu a destituição da presidente Dilma Rousseff.

A angulação geral da cobertura midiática brasileira disseminou uma ideia de opinião pública favorável ao *impeachment* da presidente, baseada em discurso conservador e autoritário camuflado pela bandeira anticorrupção associada a imagem da população de verde e amarelo nas ruas. O que não era verdade, já que havia um grande número de pessoas que também foram às ruas contra a destituição de Dilma, mas que eram definidas na mídia apenas como apoiadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) e não como cidadãos que lutavam contra o risco que um *impeachment* com bases legais tão frágeis representava à democracia brasileira.

O resultado dessa mensagem generalista da grande mídia contra o mandato da presidente e o discurso midiático tendencioso a respeito das leis que estruturaram a ação de destituição do mandato presidencial foi desastroso para o país. Já a imprensa internacional realizou outro tipo de relato sobre o tema se mostrando, inclusive, indignada com a preponderância da cobertura pró-*impeachment* efetuada pela mídia brasileira. *The New York Times, The Guardian, El País, Le Monde* criticaram veementemente a legitimidade do *impeachment* em várias matérias, realizando análises políticas, legais e históricas sobre o assunto. Um exemplo disso foi o jornal *Le Monde* que, mesmo sendo um jornal considerado centrista na França, com forte tendência para a direita, divulgou editorial no dia 26 de agosto de 2016, intitulado "A triste ironia da queda de Dilma Rousseff"[11]. O texto denuncia o *impeachment* sofrido pela presidente Dilma, eleita democraticamente pela maioria do povo brasileiro, como um golpe de estado orquestrado por seus adversários políticos envolvidos em corrupção, pela mídia e pelas elites em uma tragicomédia cuja maior vítima seria o povo brasileiro.

Até eu fiquei surpresa com o teor do texto do editorial do *Le Monde*. Já, na França, além das mídias independentes como o Basta!, o Reporter e Mediapart que elaboram textos mais analíticos e investigativos sobre os movimentos sociais franceses, as rádios da mídia pública como a *France Inter, France Info, France Culture, Rádio France Internationale* (RFI) também exibem bons relatos sobre as pautas dos movimentos sociais. Contudo, hoje, posso dizer que o melhor trabalho realizado na mídia pública francesa, com análises mais complexas e assertivas do contexto

[11] Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/08/26/la-triste-ironie-de-la-chute-de-dilma-rousseff_4988341_3232.html> Acesso em: 28 de maio de 2017.

político-social do país, é o desenvolvido pelos humoristas com indagações que revelam aspectos que dificilmente encontramos em material produzido por jornalistas.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Acredito que a imprensa também precisa ser pautada pelos próprios movimentos sociais e ONGs. Fazemos isso na ONG na qual atuo no momento, a *VoxPublic*[12], cujo foco do trabalho se relaciona com temas como racismo, discriminação e injustiça social na França. A *VoxPublic* apoia outras ONGs, associações e movimentos coletivos a realizar o que denominamos "*lobb*y cidadão", conjunto de ações estratégicas que visa concretizar reivindicações em forma de leis, resoluções e/ou decisões favoráveis pressionando e sensibilizando governos, políticos e a grande mídia através de um trabalho amplo e bastante prático.

Jean Marie Fardeau, fundador da ONG, constatou, em anos de atuação no terceiro setor, que as ONGs e movimentos sociais possuíam dificuldade em pressionar políticos e comover a opinião pública. Entendemos que uma das ferramentas fundamentais para esse tipo de "lobby cidadão" é pautar a grande imprensa, incentivando, através de argumentos mais convincentes, uma abordagem das reivindicações e causas dos movimentos sociais menos tendenciosa, mais aprofundada. Ou seja, nossa intenção é provocar a mídia a nos retratar da nossa maneira.

Foi com esse objetivo que, recentemente, nós realizamos um trabalho coletivo junto a várias associações, ONGs e movimentos sociais franceses criando e lançando uma carta interativa com objetivo de contrapor a narrativa hegemônica veiculada pela grande mídia de que os franceses não são favoráveis ao acolhimento de imigrantes e refugiados. Narrativa encarnada e apreendida pelo discurso xenófobo da candidata à presidente da França nas eleições de 2017, Marine Le Pen, de que os franceses culpabilizam os imigrantes pelas suas misérias. A carta colaborativa, escrita digitalmente, contou com a participação de vários movimentos e iniciativas sociais cidadãs do país e se constituiu em uma alternativa de sensibilizar a opinião pública com um discurso distinto: de que o povo francês é, ao contrário, muito solidário com os imigrantes. A partir daí, criamos um *hastag* no T*witter* e *Facebook*, enviamos *e-mails* para centenas de pessoas na França inteira convidando a participar, contando as suas experiências e iniciativas de cidadãos em favor dos imigrantes. Levantamos mais de 1.000 iniciativas cidadãs de solidariedade aos imigrantes e refugiados por todo o país. Consolidamos o documento interativo em plataforma *web* livre, divulgamos para a grande imprensa e, paralelamente, enviamos a carta, via *Twiter*, para vários jornalistas chamando atenção para o conteúdo que relatava uma França incrivelmente solidária.

[12] www.voxpublic.org

Essa foi uma excelente via encontrada para pautar a grande imprensa. Tínhamos dados concretos. E o resultado da ação foi a divulgação de várias matérias sobre a solidariedade do povo francês com o imigrante em diversos veículos da grande mídia, como o Le Monde[13]. Uma vitória para nós.

A rádio France Inter, por exemplo, exibiu mais de 1h de programa[14] sobre o assunto. Outra iniciativa que exemplifica um caminho que visa ampliar e dar voz a movimentos sociais brasileiros é a *Autres Brésils*[15] (Outros Brasis). A ONG foi criada há 15 anos na França, por mim e pelo professor de Literatura Portuguesa da Universidade de Caen, Jorge da Costa, com o objetivo de divulgar uma narrativa crítica e analítica das realidades política, social e cultural brasileira aos franceses. Além de um site, onde são publicados, semanalmente, artigos traduzidos para o francês produzidos pela mídia livre, intelectuais e integrantes de movimentos sociais brasileiros sobre a conjuntura do país, a ONG promove anualmente, desde 2005, um festival de cinema documentário social brasileiro, *o Brésil en Mouvements*[16] *(BEM)*, que, ainda hoje, é a única vitrine desse tipo de cinema do Brasil na Europa.

A *Autres Brésils* se tornou uma referência na França sobre os movimentos sociais brasileiros e, ao mesmo tempo, se inspira nas causas e lutas contemporâneas destes movimentos para definir as temáticas da programação do festival de cinema. A ONG pauta atualmente, com muita frequência, a mídia francesa em sua cobertura sobre o Brasil. Além de amplificar a voz dos movimentos sociais brasileiros na França, a *Autres Brésils* atua também com educação popular, promovendo debates sobre o contexto brasileiro na tentativa de explanar e discutir minuciosamente os acontecimentos políticos e sociais do país, contribuindo para uma melhor compreensão dos fatos pelos franceses, longe dos clichês e reducionismos dos conteúdos sobre o país veiculados pela grande mídia.

Você identifica diferenças entre os movimentos sociais brasileiros e franceses? Exemplifique.

Quando pensamos em movimento social na França e no Brasil é preciso refletir sobre das diferenças nas concepções de cultura e de organização social das sociedades francesa e brasileira. A palavra movimento social no Brasil evoca o imaginário coletivo comum de um país extremamente desigual, com estrutura de classe social piramidal muito bem definida em que os membros não se misturam. Já no contexto francês, raramente enxergamos os movimentos sociais sob essa perspectiva. Por quê? Porque a França é um país que, apesar de todos os problemas

[13] Disponível em: <http://www.lemonde.fr/chronique-des-communs/article/2017/05/03/une-carte-participative-des-initiatives-de-solidarite-avec-les -migrants_5121720_5049504.html?xtmc=erika_campelo&xtcr=1> Acesso em 28 de maio de 2017.

[14] Disponível em: <https://www.franceinter.fr/societe/une-carte-interactive-pour-mettre-en-avant-les-initiatives-en-faveur-des-migrants?xtmc=inticiative_citoyen&xtnp=1&xtcr=12> Acesso em: 28 de maio de 2017.

[15] *www.autresbresils.org*

[16] Brasil em Movimentos. Tradução nossa. Disponível em: <https://bresilenmouvements.org/> Acesso em: 28 de maio de 2017.

sociais que são cada vez mais visíveis - como nas últimas eleições presidenciais de 2017, quando a extrema direita chega ao 2º turno com Marine Le Pen, sustentada por um discurso que encontrou eco na perda do poder econômico das classes médias mais baixas e das populações semi-rurais – é bem mais igualitária que o Brasil.

Além de tudo, o Estado democrático francês é sólido, ao contrário da democracia no Brasil, que se mostrou muito frágil, sobretudo após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. As bases históricas, político-econômicas e culturais não são as mesmas na França e no Brasil e, portanto, há reflexos discrepantes nas pautas sociais e coletivas reivindicadas pela população de cada país. Na França, temos movimentos, organizações e associações militando em causas estritamente relacionadas à cidadania, que, na maioria das vezes, não advêm de contextos de infraestrutura básica como comida, teto, terra, muito frequentes nas bandeiras de lutas sociais no Brasil.

Exemplifico com um movimento social francês forte, de muita repercussão, que foi a luta simbólica por mais de 15 anos contra a construção do aeroporto Notre-Dame-de-Landes nos arredores da cidade de Nantes, na região de Loire Atlantique, noroeste francês. O presidente François Hollande havia prometido em seu governo viabilizar esse empreendimento, um projeto que, segundo as pessoas que são favoráveis, é um vetor de crescimento econômico e turístico vital para a região. Contudo, já existe um aeroporto internacional na região classificado no contexto desse argumento, como insuficiente no atendimento às demandas comerciais e industriais da cidade. As pessoas que lutam contra a construção desse novo aeroporto são militantes ecológicos que foram muito presentes na COP21 (Encontro das Nações Unidas contra as mudanças climáticas realizado em Paris, em dezembro de 2015) com o discurso da necessidade urgente de mudança no paradigma de desenvolvimento econômico mundial, que deve estar em harmonia com a sustentabilidade do planeta.

A instalação desse megaprojeto de construção vai destruir todo um ecossistema de um tipo de vegetação que se encontra em extinção na França, o *bocage* (bosque típico da Bretanha), que ainda está muito presente nessa região. Desde 2008, um grupo de centenas de militantes se instalaram em cabanas de madeira no *bocage*, a fim de resistir ao projeto do aeroporto, enfrentando todo tipo de batalhas, inclusive com a polícia. A área ocupada, denominada de ZAD[17], Zona a Defender, sem dúvida, se constitui em dos maiores centros ocupados da Europa. Porém, em junho de 2016, foi realizado um referendo com a população local, que aprovou por 55% de votos favoráveis a instalação do empreendimento. Os grupos ativistas contestaram o referendo, já que apenas certas regiões (as que se mostravam a favor da obra) puderam participar. Foi uma atitude claramente hipócrita do governo.

Há, portanto, um movimento social francês que talvez tenha maior semelhança com os movimentos sociais do Brasil, o DAL, movimento *Droit Au Logement* (Direito à Moradia) que existe

[17] *Zone à Défendre*

há 20 anos. É um movimento de base, que, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) brasileiro também realiza ações de ocupação de prédios vazios. Contudo, envolve principalmente imigrantes, em sua maioria, ilegais, que são as pessoas mais afetadas pela precariedade social na França.

Considerações finais

O grande desafio contemporâneo dos movimentos sociais, das mídias livres e dos movimentos progressistas no mundo é a desconstrução de estereótipos e a construção de novos paradigmas para vivermos em democracia, em sociedades mais justas, mais igualitárias e em sintonia com o desenvolvimento sustentável do planeta. Precisamos destruir visões de mundo arcaicas, impregnadas por ideias escravagistas, coloniais, imperialistas, machistas, e viabilizar novos paradigmas para tornar o planeta um lugar mais solidário, em paz e em harmonia. Os movimentos sociais têm papel fundamental neste novo cenário de senso comum social a construir. Por isso, devem manter-se firmes em suas lutas, inovando em linguagem e estratégias de ação e comunicação para a conquista da opinião pública e para a transformação de posicionamentos tendenciosos e redutores sustentados pela grande mídia. Um novo mundo é possível!

"Querem nos reconduzir ao medo. Por isso insisto que a libertação das mulheres é um processo constante, contínuo. O que alcançamos hoje será a plataforma para repensar o ontem e avançar até amanhã".

FRANCESCA GARGALLO

Feminismo como ação política

Flora Daemon[1]
Natascha Castro[2]
Rafael Mondragón[3]

Escritora, caminhante e feminista autônoma. Francesca Gargallo é filósofa formada pela Universidade de Roma "La Sapienza" e busca entender o feminismo como ação política desenvolvida entre mulheres a partir de elementos próprios de cada cultura. Italiana, vive no México desde os anos setenta e foca sua atuação com especial atenção às expressões e mobilizações feministas de Nuestra América. É mestre e doutora em Estudos Latino-americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México. Atua, na condição de pesquisadora e de mulher autônoma feminista, no desenvolvimento de redes políticas entre mulheres. Fundou a Sociedad de Estudios Culturales de Nuestra América y de Afro-América. Atuou como professora da Academia de História das Ideias da Universidade Autônoma da Cidade do México (UACM) e publicou mais de vinte livros, dentre os quais se destacam Ideas Feministas latino-americanas e Feminismos desde Abya Yala. Recebeu diversos prêmios por conta de sua atuação acadêmica e política, tais como: dois Premios Libertador al Pensamiento Crítico (Venezuela) e Premio al Pensamiento Caribeño (México). Francesca Gargallo é

[1] Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É pós-doutora em Comunicação (UFF) e autora do livro "Sob o signo da infâmia" (Garamond/Faperj). Atualmente desenvolve pesquisa a respeito de mobilizações populares femininas e feministas. E-mail: floradaemon@gmail.com

[2] Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e jornalista formada pela UFRGS. Trabalhou na imprensa alternativa focando em reportagens sobre movimentos sociais. Desenvolve pesquisa sobre a violência do desaparecimento forçado de pessoas na América Latina. E-mail: nata.enrich@gmail.com

[3] Professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México. Pós-doutor em Letras (UNAM), pesquisador e colaborador de círculos de leitura, oficinas de educação popular e trabalho cultural comunitário. E-mail: mondragon.rafael@gmail.com

considerada uma das maiores pensadoras e ativistas feministas da América Latina da contemporaneidade.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Tomando em conta que a ideia mesma de movimento social é fluida e que apela ao social de diversas formas – seja como coletivo que se agrupa para difundir uma doutrina, defender uma demanda ou manifestar um desconforto, seja como conjunto de pessoas que compartilham uma cultura e interagem em seu interior com a finalidade de mudar de lugar o que percebem como fora de foco, alheio, pesado ou incômodo –, não é fácil identificar seu papel (sobretudo definir apenas um) na atualidade. Não obstante, creio que hoje se está gerando um novo movimento feminista, plural, que incorpora experiências de mulheres de povos distintos, de correntes ideológicas e ações diferentes. É um feminismo de movimento social, um feminismo que se transformou – evoluindo, mudando de lugar, diversificando-se – a partir das ações e teses do movimento de libertação feminina da década de 1960.

É claro que o movimento feminista teve desde sempre características de movimento social, apenas abandonou essa natureza quando algumas feministas com privilégios de classe, raça e educação decidiram encabeçar a institucionalização de algumas de suas demandas. Elas literalmente sequestraram o feminismo e se aliaram aos governos e financiadores de políticas públicas. Tentaram silenciar as mulheres que seguiam lutando por uma economia que tomasse em consideração os aportes dos cuidados e dos trabalhos reprodutivos, dos espaços coletivos e das produções comuns, a democratização das relações interpessoais, o fim dos papeis familiares e a estética de desapropriação; em outras palavras, tentaram invisibilizar as feministas que haviam assumido uma ação de libertação grupal.

Na década de 1990, e até o começo da década de 2010, essas feministas da Academia, as grandes ONGs e as instituições estatais para a equidade de gênero se esforçaram em institucionalizar o feminismo, em "des-movimentá-lo". Seu feminismo institucional se alinhou ao neoliberalismo, se enfocou na igualdade das mulheres e dos homens e apelou à competência no mercado. O que não pôde prever foi a violência da reação patriarcal, os assassinatos de mulheres por serem mulheres, o ódio de gênero, as desqualificações dos valores de solidariedade e as reflexões feministas sobre a sociedade em geral. Não pôde prever nem soube reagir diante das consequências da crítica e da tentativa de desativação dos valores binários, construídos pelas normas da heterossexualidade compulsória reprodutivista.

Por tanto, reativou-se um movimento social feminista que responde à indignação coletiva frente ao aumento da violência feminicida. Este movimento recupera muitos dos fios que o feminismo institucional soltou: o diálogo antirracista com as mulheres dos povos originários, com as migrantes e com as afrodescendentes, para começar. Também resgata a situação de classe das mulheres no processo de libertação. E a transformação cultural das sociedades.

Lamentavelmente se trata de um movimento feminista reativo, pois reage ao perigo que vivemos as mulheres por sermos mulheres. Protesta contra nossas limitações na liberdade de movimento, expressão, e de despertar político-social em favor dos direitos humanos e do meio ambiente. Nos aspectos positivos, o movimento incorpora as novas gerações que não cresceram com valores religiosos nem com sentimentos de culpa por não quererem ser mães, mas que também se sentem esmagadas pela "repatriarcalização" do Estado e de seus agentes, a crise educativa, a pauperização dos setores médios, a falta de trabalho e o cancelamento de alternativas. Frente aos feminicídios, este renovado movimento social feminista organizou marchas da Argentina ao México com o grito "*Ni Una Menos*". Da mesma maneira, propôs greves de mulheres. Apropriou-se de ações estéticas de confrontação com o sistema, desde batucadas feministas até grupos de grafiteiras e grupos de performances. Exigem o respeito às sexualidades não estereotipadas nem reprodutivas. Frente ao extermínio ecológico e ao assassinato dos dirigentes ambientais e dos povos originários que enfrentam os megaprojetos desenvolvimentistas, as feministas *nuestroamericanas* planejaram ações de autodefesa e economias de autoprodução e trocas.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do México? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

A imprensa no México, ou melhor, a indústria da comunicação mexicana, esteve sempre a serviço do regime ou da ideologia de Estado vigente. Desde essa perspectiva, censura abertamente as ideias e as ações dos movimentos sociais mexicanos pela vida, contra o desaparecimento forçado de pessoas, pela paz com justiça, contra os megaprojetos devastadores do ambiente. As televisões, as cadeias de rádio e os grandes jornais nem sequer os mencionam. Ou apenas fazem referência ao impacto no trânsito da cidade provocado pelas manifestações para criar um sentimento de repúdio entre os motoristas contra as marchas dos movimentos sociais. Difundem notícias difamatórias contra a integridade moral e econômica das mães e pais de desaparecidos. Fomentam o repúdio aos diferentes, aos pobres, aos estudantes e sustentam abertamente a criminalização dos protestos. Paradoxalmente, no entanto, fazem grande alvoroço e difundem notícias sobre os movimentos sociais que enfrentam os governos progressistas na América Latina e no mundo. Por exemplo, nos últimos meses deram muita difusão à crise venezuelana e à repressão das marchas da oposição naquele país.

Contudo, no México, sempre existiram jornais e revistas, assim como poucas rádios comunitárias, que se situam como oposição democrática, aberta, contra a cultura econômica e política dos governos. Na atualidade, este tipo de imprensa é progressista. Da mesma maneira, jornalistas independentes se agrupam para informar sobre o que acontece no país. Estas agrupações de jornalistas organizam plataformas de difusão na internet e fundam jornais ou meios alternativos de comunicação. O grupo "*Periodistas de a pie*" reúne grandes investigadores e repórteres que acompanham respeitosamente as vítimas das violências que sacodem o país inteiro. São

jornalistas que trabalham para descortinar a repressão, a corrupção, o narcotráfico, o tráfico de pessoas, em particular de migrantes e mulheres. Jornalistas que contrapõem até as ideias das feministas institucionais sobre a "legalização" da prostituição.

O "jornalismo a partir de baixo" criou condições para o surgimento de meios como *Desinformémonos.org*, *Animal Político*, *Somos el medio.org*, para mencionar apenas alguns. *Desinformémonos.org* se define como "um espaço de comunicação global sem fins lucrativos, baseado na união de muitas e diferentes vontades. Um espaço que se une no esforço de meios autônomos que, afortunadamente, já existem e seguem crescendo".

De alguma forma a imprensa do México contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Certamente, é inevitável que a imprensa influencie na construção da imagem coletiva do que acontece no país. Segundo a televisão e os jornais oficialistas, por exemplo, todos os atos de desaparecimentos, assassinatos e feminicídios são atribuíveis ao grande fantasma do narcotráfico. Por isso, é comum escutar das pessoas que só recebem as notícias dos telejornais ou da imprensa sensacionalista que as vítimas da violência, de alguma maneira, estão envolvidas em situações ilícitas, ou pouco claras, ou desafiantes da moral comum. Por exemplo, divulgam que as vítimas de feminicídio são mulheres que bebem cerveja, que têm uma vida sexual ativa ou que são más estudantes. Isso faz com que as pessoas se desinteressem pelo delito de que foram vítimas, deixando uma margem de manobra para os agentes que omitem a procura por justiça. A impunidade que gozam os perpetradores dos crimes está intimamente ligada à apresentação feita pela imprensa das vítimas como responsáveis pela violência a que são submetidas.

Contra os movimentos de mulheres, o rádio chegou a utilizar palavras como "feminazis"; na imprensa escrita se encontram artigos de opinião contrários às decisões das mulheres que não querem ser mães; enquanto que a televisão só focaliza mulheres com poder, para dizer que já se avançou na igualdade com o homem e um movimento feminista na atualidade é totalmente desnecessário.

Contudo, no caso dos feminicídios, o número de mulheres assassinadas e as formas sempre mais cruéis com que se levam a cabo as execuções fazem com que as pessoas busquem informar-se através dos meios alternativos sobre o que acontece. O mesmo ocorre no caso dos desaparecimentos forçados e dos assassinatos de dirigentes sindicais, ambientalistas, defensores e defensoras de direitos humanos, etc. Como Rita Laura Segato estudou no próprio México, os feminicídios são também mensagens que se lançam a toda população contra sua liberdade e seus direitos: os corpos das mulheres são veículos de propaganda do medo e da impotência social.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do México? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Qualquer pessoa que tenha um pequeno conhecimento sobre a organização da indústria da informação e do espetáculo no México sabe que as duas grandes empresas televisivas e de rádio estão ligadas aos partidos políticos que respaldam os setores industriais, extrativistas, turísticos, agroindustriais e comerciais do país. Alguns jornais, como *La Jornada*, têm interesses nos partidos de oposição e difundem, em algumas ocasiões, notícias de organizações indígenas com capacidade de autogoverno, como em Cherán e em Chiapas. Algumas revistas mantém um perfil crítico, como *Proceso*. Não obstante, fora dos meios alternativos, é difícil encontrar um jornalismo que dê a conhecer as ações e propostas de coletivos de produção comunitária, de movimentos críticos ao sistema econômico e de busca por alternativas educativas.

A jornalista Carmen Aristegui, por exemplo, conhecida internacionalmente e respeitada no México por sua autonomia e por se negar à autocensura, reporta movimentos sociais de forma esporádica. Foi uma das poucas jornalistas que fez uma cobertura dos movimentos de autodefesa contra a delinquência em Michoacán e denunciou as ações repressivas do exército e da polícia contra comunidades rurais. Contudo, ela não é particularmente favorável aos movimentos sociais mais críticos nem difunde posições alternativas à defesa de direitos e deveres da democracia capitalista. Ainda assim, isso não a impede de dizer, com todas as letras, que o movimento de mães de desaparecidos e desaparecidas não confia nas autoridades nem que existem denúncias de um suposto financiamento ilegal das campanhas políticas do partido no governo.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do México e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Em geral há uma tendência de alienação da cobertura da imprensa sobre certos acontecimentos internacionais, como o risco de uma guerra nuclear, o "terrorismo" e a retórica anti-islâmica que o acompanha, as eleições nos países centrais, toda crítica a Trump, seu medo do avanço de "populismos" (entendendo com esta palavra as tendências nacionalistas de caráter não neoliberal, sejam progressistas ou xenófobas, quase comparando Maduro a Le Pen), a crítica ao "Brexit" e ao autogolpe e encaminhamento ao autoritarismo de Erdogan na Turquia.

Com relação aos movimentos sociais, no México a televisão quase não os aborda. Mencionou sim os movimentos contra a corrupção no Romênia, especialmente nos momentos em que o governo se sentiu encurralado e teve de sacrificar alguns de seus agentes quando sua corrupção foi demasiadamente evidente. Uma manobra conservadora, quase como uma reafirmação de que a

corrupção é um mal comum em todo o mundo. Igualmente tem dado muita visibilidade aos movimentos antigoverno da Venezuela, porque procura dar a entender que todo progressismo no México desembocaria na mesma situação.

Os movimentos sociais feministas foram reportados apenas pelas agências de imprensa e jornalísticas especializadas (*www.mujeresnet.info*, *CIMAC Noticias*, *Fundación Internacional de Mujeres en los Medios*, *Palabra de Antígona* de Sara Lovera, *Las Caracolas*, *Suplemento feminista* de *El Imparcial* de Oaxaca). Estas realizam esforços para difundir imagens mais realistas e objetivas das mulheres, trabalham temas de direitos humanos, saúde reprodutiva e experiências de vida, embora quase sempre desde a perspectiva das instituições, suas políticas de "empoderamento" e a denúncia das violências sexual, trabalhista e obstétrica. Os movimentos indígenas e ambientalistas são pouco abordados, a não ser por suplementos especializados ou meios alternativos.

Um importante trabalho de difusão das ações, ideias e conquistas dos movimentos sociais no México é realizado pela televisão por internet *Rompeviento TV,* que oferece programas semanais a grupos de jornalistas e informadores/as críticos como *Periodistas de a Pie*. Interessa-se pelos movimentos de migrantes, os movimentos de defesa dos direitos humanos, os movimentos para a aparição com vida das pessoas desaparecidas, os movimentos de ativistas em favor da paz com justiça, os movimentos em defesa da educação, os movimentos contra o *fracking* [4], os movimentos em defesa das sementes nativas e contra o milho transgênico e o movimento feminista, sobretudo contra a violência de gênero.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Os meios de difusão e formação de opinião são fundamentais para as transformações sociais que pregam os movimentos. Uma imprensa crítica que põe em jogo ideias sobre os acontecimentos e sobre as noções de Estado, sociedade, liberdades civis e alternativas econômicas, revela a liberdade de um sistema. Lamentavelmente, em um dos países mais mortíferos do mundo para o exercício da informação, a liberdade de imprensa e a formação de opinião são muito reduzidas. Segundo a *Fiscalía para la Atención de Delitos Cometidos contra la Libertad de Expresión (FEADLE)*, entre julho de 2010 e 31 de dezembro de 2016 foram registradas 798 denúncias por agressões contra jornalistas. Destas, 47 foram por assassinato. No entanto, a *FEADLE* só tem registro de três sentenças condenatórias por estes delitos: uma, no ano de 2012 e outras duas em 2016. O que significa que 99,7% das agressões contra os jornalistas no México ficaram impunes.

---

[4] Referência a perfurações para extração de gás ou petróleo.

Apenas para salientar estes dados que revelam quanto da situação da imprensa é um reflexo da sociedade: *SDP Noticias.com* reporta um Índice Global de Impunidade realizado pelo *Comité para la Protección de Periodistas (CPJ)*, segundo o qual, entre 2004 e 2013, México ocupou o sétimo lugar no nível mundial e o primeiro na América Latina de 13 países onde os jornalistas são assassinados e os autores intelectuais não são presos ou processados legalmente. Os primeiros seis lugares são ocupados por Iraque, Somália, Filipinas, Sri Lanka, Síria, Afeganistão, e depois o México.

Nestas condições, o diálogo imprensa-sociedade é muito difícil. No entanto, os esforços para estabelecer canais de comunicação existem. Dispersas e difusas se multiplicam as rádios comunitárias, rádios bicicleta, redes informais de informação, jornais digitais, cinema documental, folhas informativas.

Você acredita que é possível formar espaços de diálogo com o poder sem incorrer no risco da institucionalização e/ou sequestro do feminismo?

Eu acredito que o diálogo com o poder nunca está a salvo desse risco. Jamais. Existem poderes que são mais perigosos do que outros por conta da forma como se exercem, mas o poder sempre pode sequestrar nossas ideais para colocá-las a seu serviço. Mas, à margem disso, existem poderes com os quais necessitamos pactuar para avançar em certos aspectos. Hoje em dia, se um poder instituído se abre ao diálogo e nos propõe o que fazer para acabar com a violência contra as mulheres, eu me arriscaria a dialogar sabendo que não participaria dele, mas poderia ajudar com alguma estratégia para o *buen vivir*[5] das pessoas. Por exemplo, com Michel Temer eu nunca dialogaria. Com Peña Nieto, atual presidente do México, não dialogaria jamais. Mas em algumas situações como quando na Guatemala a população depôs o presidente e a vice-presidenta eu, neste momento, teria intercedido para falar sobre as possibilidades de construir um espaço onde o feminicídio seja dificultado e onde se pudesse estruturar uma prática de reeducação dos homens violentos, sem passar, necessariamente, pela aplicação de penas de encarceramento que não servem de nada.

Não temos a força para promover mudanças em grande escala no mundo atual. Mas às vezes, podemos construir espaços que são uma interrupção de outro mundo neste mundo. O que você pensa sobre esse poder compreendido como um "poder-fazer" e

---

[5] A entrevistada trabalha com a expressão-conceito de *buen vivir*. Segundo o pesquisador equatoriano Alberto Acosta (2012), "o *Buen Vivir* é parte de uma grande busca de alternativas recuperando a cosmovisão dos povos e nacionalidades autóctones. O *Buen Vivir* constitui uma categoria central da filosofia de vida das sociedades indígenas".

.

a construção de uma autonomia, que também é material, e que implica, por exemplo, na construção de espaços onde se podem desenvolver projetos para o buen vivir em meio a um mundo que não o permite?

Debati muito sobre isso com minha professora, Graciela Hierro. Há vinte e cinco anos eu não confiava no poder. Eu preferia pensar em uma força coletiva porque ela produz trabalho e senso de comunidade. Graciela me dizia que o poder é também *poder-fazer*. Esse poder não é substantivo, mas ativo. Essa força de ação é real. Há um *poder-fazer* que pode significar também poder fazer uma casa para as mulheres ou poder fazer uma rede para cura, como fizeram as mulheres mayas na Guatemala, para sobreviver ao estigma que lhes foi conferido. Durante a guerra muitas delas foram estupradas e sequestradas pelos militares que as obrigaram ao trabalho doméstico. Uma vez terminada a guerra, após serem estupradas e sequestradas, tiveram que construir uma rede para sobreviver e superar o estigma. Isso é um *poder-fazer* que mudou a relação das pessoas porque construiu diálogos e encontros. Estas mulheres não tinham liberdade para se encontrar em suas comunidades porque as perseguiram, subjugaram seus espaços, não as deixaram em paz para encontrar-se e libertar-se. Assim, elas fizeram um esforço coletivo para realizar certas coisas. Neste caso, foram algumas mulheres mayas e feministas brancas e, às vezes, mulheres brancas estrangeiras que entraram em diálogo com elas não a partir de uma situação de poder, mas desde uma perspectiva de horizontalidade.

Para mim isso é muito importante porque há um certo entendimento da decolonialidade de que se sua voz não parte dos espaços marginalizados ela é desautorizada. E eu sou contra essa visão. Isso significaria negar às mulheres a possibilidade de entrar em um diálogo horizontal, e elas são capazes de criar horizontalidades que no mundo tradicional hegemônico não existem. No caso da Guatemala, elas se uniram e conseguiram realmente curar-se.

Eu creio que este *poder-fazer* é muito importante e deve ser reconhecido. E este reconhecimento pode nascer de uma pessoa que nos diga que podemos fazer certas coisas, mas deve ser assegurado por todas ou não construiremos horizontalidade e voltaremos ao poder como domínio. Quando é horizontal o poder é realmente uma força comum. Quando, ao contrário, há uma ordem a ser obedecida, estamos diante do poder no substantivo. Porque se a horizontalidade é real não pode surgir uma líder, isso é muito importante. Uma líder é sempre alguém que acredita que tem uma força superior às demais. E a força só pode ser horizontal. Por isso é importante baixar quem queira subir como líder. Mas sem ofender, mantendo o lugar da outra no coletivo porque a outra é parte dele também. “Você não pode falar porque é branca”, “você não pode falar porque é heterossexual”, “você não pode falar porque tem cinquenta anos”, “você não pode falar porque tem quinze anos”, etc. Nessas situações há uma discriminação que não constrói a força das mulheres. Ainda que, com certeza, seja necessário reconhecer todos os espaços de hegemonia e de construção. Isso é a força. Eu não posso deixar de reconhecer que ser branca me dá um privilégio. Mas eu devo lutar contra esse privilégio, devo negá-lo, devo não exercê-lo.

A respeito dos últimos governos protagonizados por mulheres na América do Sul, como os de Dilma Roussef, no Brasil, Cristina Kirchner, na Argentina, e Michelle Bachelet, no Chile, é possível dizer que elas atuam de forma conservadora e distante das agendas feministas?

Certamente. Acredito que das três, a que menos se distanciou da possibilidade de um diálogo com as feministas institucionais foi Dilma. Bachelet é, pra mim, uma antifeminista, e Cristina Fernández é abertamente antifeminista. Creio que Cristina Fernández era pior do que Bachelet. Ela jamais teve realmente um grupo de diálogo no governo conformado por mulheres; sempre esteve rodeada por homens. Era uma abelha rainha. Diferentemente, Dilma fez um esforço para garantir um gabinete composto por metade homens e metade mulheres. Mesmo assim, não se atreveu, por exemplo, a encampar uma lei a favor da maternidade livre e voluntária; nunca aceitou nem o aborto nem o fim das esterilizações forçadas de mulheres indígenas da Amazônia.

Você considera que as agendas complexas dos movimentos femininos, que carregam uma força moral muito forte como a descriminalização do aborto ou a legalização do trabalho das profissionais do sexo, fazem com que seja difícil vislumbrar uma união dos movimentos feministas como movimentos sociais?

Eu creio que as feministas não estão divididas sobre a maternidade livre e voluntária. Não se pode ser feminista se não se está de acordo com que as mulheres possam decidir se serão mães ou não. Ou seja, não é certo que exista um feminismo anti-aborto. Existem movimentos de mulheres cristãs, católicas, muçulmanas, mas não são feministas. No entanto, eu acredito que temos um debate muito forte e muito atravessado por questões de classe e de mercado sobre a suposta liberdade que significaria para as mulheres prostituir-se. Isto é muito delicado porque todas as pessoas que defendem o direito das mulheres de prostituir-se, o direito das mulheres de trabalhar na pornografia, que dizem que as mulheres são pagas e que, portanto, aceitam voluntariamente serem maltratadas em um filme pornográfico ou em uma cena de violação real pelo dinheiro, não entendem a condição de classe das mulheres que se prostituem. Logo, estão fazendo um discurso de classe ao defender algo que não envolve a liberdade das mulheres.

As mulheres que se prostituem por si mesmas são mais personagens literários do que personagens socialmente reais. Haverá uma, duas, talvez dez mulheres no mundo que hoje possam dizer que sentem vontade de ser violadas por desconhecidos. A maioria absoluta das mulheres não entra em um jogo de prostituição com algum traço de liberdade, por exemplo, sem proxeneta e sem um círculo, são pouquíssimas. Quase a totalidade delas chega nessa situação por conta de problemas econômicos insustentáveis. Portanto, na verdade, a prostituição é a reconstrução de uma relação de dependência e escravidão sexual.

Na Espanha, quando digo estas coisas, me olham como se eu fosse a mais moralista e a mais insuportável. Não é verdade. Sexo livre e prostituição não são a mesma coisa. Eu defendo o sexo livre e a desaparição da relação de casais se for possível. Que tenhamos o número de relações que quisermos, quando quisermos e apenas se quisermos. Entretanto, o sexo livre não equivale à prostituição e ao trabalho na pornografia. O sexo livre é liberdade, a pornografia é a transformação de um ser humano em uma coisa.

Pensando nos muitos feminismos possíveis, poderíamos dizer que há um feminismo nuestroamericano, distinto do feminismo da Europa ou dos Estados Unidos? Em que, exatamente, são diferentes?

Eu acredito que na América Latina não há um feminismo, há múltiplos feminismos. Há feminismos desde os anos de 1940, 1950 e 1960 que apostavam a nos conhecermos como mulheres. E esses feminismos foram interrompidos brutalmente pela ONU em 1975. No México havia pessoas como Sol Arguedas, costarriquenha, assim como antropólogas, artistas, pintoras mexicanas que estavam pensando o feminismo. Em 1971 se realizou uma marcha de quarenta mulheres que fizeram uma performance contra o dia das mães reivindicando a maternidade livre e voluntária. E tudo isso foi interrompido em 1975 quando a ONU chegou e decidiu que nós queríamos nos libertar da forma como eles definiram.

Antes disso, sem dúvidas, as mulheres feministas da América Latina planejaram muitas coisas que, depois, as estadunidenses disseram que não havíamos estudado. Já em 1967, na América Latina, Sol Arguedas afirmava que não se pode separar gênero de classe. Ou seja: todas as mulheres têm uma classe e a partir de sua condição de classe e de mulheres constroem um horizonte de libertação. Isso que hoje chamam de interseccionalidade é uma ideia latino-americana. Nunca, jamais, as pensadoras feministas latino-americanas se pensaram de maneira alheia às suas realidades.

Você afirma que nos últimos anos o feminismo foi capturado pela institucionalização, por políticas de equidade de gênero etc. Acredita que há, também, um risco de que a captura ocorra, hoje, por uma estética dos movimentos feministas baseada na cultura do consumo?

Desde sempre. A estética está na base de todas as nossas relações sociais. Absolutamente todas terminam inscrevendo-se como algo que nós gostamos ou não e, por isso, culminam no âmbito estético. Por esse motivo, a estética sempre foi a "publicidade de". Dizer que nós mulheres éramos feias e éramos feministas, como fizeram nos anos 60 e 70, era um jogo estético. Dizer que hoje devemos ser muito magras para demonstrar que somos saudáveis, perfeitas e capazes de

nos movermos no mundo é uma imposição estética. O fato de termos mudado a nossa voz: minhas tias, assim como minha mãe, falam de forma infinitamente mais aguda do que as mulheres de hoje. Há uma ideia de que devemos falar o mais parecido com os homens, ou não seremos levadas em consideração. Isso é uma imposição estética.

No entanto, as mulheres também tiveram contrapropostas estéticas. No que se refere à pilosidade, as mulheres que decidem não depilar-se, viver bem e enxerga-se como belas sem depilação são mulheres que promovem uma rebeldia estética frente ao sistema hegemônico. Quando já não te importa responder a uma imagem que vem de fora, aí sim você estará em franca rebeldia estética. Não é tão fácil. Às vezes nos damos conta de que estamos muito rebeldes frente a certas coisas e não a outras. Ninguém é muito linear; ninguém se liberta de uma vez por todas. Sempre estamos em *processo de*. A libertação é um caminho, não uma meta.

Como o movimento feminista pode atuar de uma maneira não reativa diante das violações cotidianas relacionadas à cultura do ódio e à misoginia?

É cada dia mais difícil, mas creio que na realidade existam dois caminhos: um é o caminho do estudo sincero e o outro é o caminho da criação. E os dois devem se juntar. Ou seja, necessitamos formular uma resposta à violência que não nasça de mais violência. Isso quer dizer que nós não vamos acabar com a violência contra as mulheres, as piadas contra elas, os estupros, a pornografia agressiva que converte os corpos das mulheres em coisa, através do encarceramento. Porque na verdade apenas os pobres e aqueles que não têm apoio político ou econômico vão para a prisão; vão apenas as pessoas afrodescendentes, os membros de povos indígenas e os mestiços pobres das periferias urbanas. E não somente estes são violentos com as mulheres. A violência vem das classes mais altas e essas também devem ser reeducadas. Ou seja, precisamos criar.

Os protestos recentes, principalmente na Argentina, sob as palavras de ordem "Ni Una Menos", são exemplos de boa reação de mobilização social feminista?

Essas marchas foram superimportantes porque elas surgiram na Argentina quando as mulheres descobriram que o feminicídio crescia. Hoje em dia, nesse país, acontece um feminicídio por dia, quando há três anos ocorria um a cada dez dias. No México são sete feminicídios ao dia. No Brasil ocorrem treze feminicídios diariamente. Estamos diante de uma situação de violência generalizada que vai crescendo e, além disso, é completamente normalizada. Como se nos matassem pelo fato de sermos mulheres.

Eu acredito que as respostas que se deram em cada país foram distintas: aconteceram manifestações em setenta cidades latino-americanas, algumas massivas como na Argentina em

que participaram um milhão de pessoas, e outras, como no México, onde compareceram trinta mil. A diferença é enorme. Mas no México se deu em treze cidades, não somente na capital.

Então eu acredito que esta sensação de que todas estamos fartas nos dá a ideia de que algo precisa mudar a partir desse sentimento para não nos deixarmos derrotar pelo medo. Necessitamos criar algo a partir de um lugar que não seja o medo e que tenha relação com tudo: desde as brigadas de mulheres nas ruas às organizações de bairro para sua proteção, para que, se uma mulher for agredida em casa, outras cheguem arrombando a porta em sua defesa porque a polícia não o fará. E teremos que lidar com o fato de termos invadido uma residência. Sim, vamos, e o faremos. Vamos tomar em nossas mãos a segurança das demais mulheres. E ao mesmo tempo vamos exigir estudo psicológico, trabalho nas prisões, atividades nos bairros, reeducação, leitura, criação, pintura etc. É a partir da criação que vamos acabar com a violência.

No México a representação das mulheres assassinadas se dá da mesma forma que na Argentina, por exemplo, no sentido de nomear publicamente as vítimas?

Na Argentina sabemos que se chamava Lucía, sabemos quais eram os nomes das vítimas. Sabemos quem são as primeiras em despertar a indignação de toda sociedade. Além disso, na Argentina os homens marcharam massivamente com as mulheres, aceitando estar em um segundo lugar, sem reivindicar um lugar de proeminência. No México não. Na última marcha, dia 8 de março, um homem de esquerda bateu em uma mulher porque ela não o deixava passar com seu carro. Quer dizer, estamos frente a um machismo espantoso, inquestionado, e onde graças ao discurso de pessoas como Temer, como Trump, hoje, os machos se sentem novamente empoderados. Eles já não sentem vergonha de dizer o que dizem. Por um período muito pequeno tiveram vergonha, agora já não a tem. Você faz um discurso "x" e eles respondem que você é uma separatista dos movimentos, uma essencialista, uma exagerada. É vergonhoso como os discursos destes golpistas como Temer ou gente que chegou a uma votação de uma maneira absolutamente manipuladora como Trump, são politicamente incorretos, mas ainda assim, se empoderam. Eles se empoderam de imediato porque os homens lhes dão poder. Os homens hegemônicos e as mulheres hegemônicas também, que são poucas. Na verdade, é um discurso masculino. As mulheres reproduzem os discursos dos homens, não os questionam, mas não os produzem.

Há, aqui no Brasil, e acreditamos que em outros países também, a prática de agregar aos protestos dos movimentos sociais, incluindo feministas, elementos associados à religiosidade. Como você enxerga essa forma de fazer protesto?

Eu creio que existam expressões espirituais muito importantes e profundas das mulheres, mas há também uma grande manipulação por parte das igrejas neo-evangélicas. Temer é um homem que está no poder por um golpe neo-evangélico. Os neo-evangélicos estão em toda a América Latina. Existem comunidades em que 70% da população atual é neo-evangélica. E eles são terrivelmente conservadores, terrivelmente moralistas, terrivelmente castigadores e eu, a respeito de sua religiosidade, não acredito. Pessoalmente não. Talvez outros creiam.

Existe algum caso de feminicídio que tenha ganhado uma repercussão que se possa comparar, por exemplo, com a repercussão nacional e internacional do desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa em 2014?

As mães da cidade de Juárez denunciaram os desaparecimentos e assassinatos de suas filhas em 1993. Há vinte e quatro anos que no México se denuncia política e culturalmente a violência contra as mulheres. Em determinado momento as denúncias dos feminicídios tiveram visibilidade. Jane Fonda chegou até a fronteira entre o México e os Estados Unidos e disse que como ela era branca, se lhe acontecesse alguma coisa a polícia a procuraria, enquanto que as mulheres pobres ninguém busca. Em determinado momento houve repercussão, mas algo semelhante a um movimento de pais buscando estudantes homens nunca existiu. Não há uma indignação semelhante porque as mulheres seguem sendo pessoas de segunda categoria.

A atuação nos movimentos sociais passa por especificidades geracionais e confrontos com ressentimentos e a necessidade de encontrar formas de elaborar a dor diante do medo e das injustiças. Nos espaços femininos de militância se tem discutido muito a questão da dor causada pela impunidade a partir da visibilidade das denúncias de feminicídio. Como podemos trabalhar a frustração nos movimentos sociais?

O que fazer para trabalhar o medo? Nos mandam todos os dias mensagens que incutem medo. Se você se rebela, se começa a se sentir um pouco melhor, imediatamente mandam pra você coisas piores. Fazem com que chegue até você formas de pornografia que passam pela tortura e a desestabilização dos corpos das mulheres. No México, por exemplo, foi muito forte o dia 10 de maio, o dia das mães. Nesta data mataram a mãe de uma mulher desaparecida que tinha encontrado o cadáver de sua filha em uma fossa comum. É essa mulher, um exemplo para todas as mexicanas, que mataram no dia das mães. É muito claro que querem nos reconduzir ao medo todos os dias. E se ficarmos no medo individual simplesmente enlouquecemos. Não podemos ser nada, nos paralisamos. Então eu não sei o que devemos fazer. Como reconstruímos estes sentimentos? Talvez o melhor fosse tendo um medo coletivo tão forte que tenhamos de sair dele

à força. Por isso eu insisto que a libertação das mulheres é um processo constante, contínuo. O que alcançamos hoje vai ser a plataforma para repensar o de ontem e avançar até amanhã.

A ideia de um movimento social é a de um espaço de reeducação coletiva a partir do qual construímos um saber. Você tem se dedicado a recolher saberes e colocá-los em diálogo. Quais os vínculos entre este poder-fazer que você chama de força comum e a construção de espaços de reeducação coletiva ou de construção de saber?

Faz muitos anos Margarita Pisano, feminista chilena, falava sobre a importância da rebeldia. Há trinta anos ela dizia que a rebeldia é muito mais importante do que a revolução. E agora estou encontrando jovens feministas de toda América Latina que se reúnem fora das universidades para pensar a rebeldia como um elemento comum da cultura das mulheres. É a rebeldia das mulheres que manifesta a não conformidade com o mundo do poder hegemônico. É muito interessante ver isso acontecendo hoje porque Margarita organizava oficinas com mulheres de classes sociais distintas. É verdade que algumas não iam porque as classes mais altas não querem dialogar com as classes populares, mas Margarita sempre tentava fazer com que as oficinas fossem misturadas. E agora eu encontro essas mulheres universitárias que trabalham a rebeldia em seminários horizontais a partir de diferentes disciplinas. Desde a medicina, a literatura, os estudos culturais, etc.

Precisamos pôr em jogo os nossos saberes. Eu leio muito os trabalhos sobre reeducação que Rita Segato produziu nas prisões masculinas. Também me encontro com um grupo de companheiros chamado *La Lleca* que trabalha na prisão da Cidade do México. Ambos chegam às mesmas conclusões: as pessoas não têm consciência de que a violência contra as mulheres é um delito. Porque é algo tão normalizado que é necessário que tomem consciência de que não podem fazer o que fazem. Mas muitas vezes os homens são presos sem entender o porquê ou sabendo que cometeram um delito, mas sem entender qual o nível de delito nem como ele os afeta. O trabalho, tanto do grupo *La Lleca,* como o de Rita Segato, é de uma reeducação a partir de uma conscientização. Todos os encarcerados passam a repensar suas condições.

Com relação a universidade e as intelectuais feministas, você acha que existe um papel específico para estas mulheres desempenharem? Ou o caminho é sair desses lugares protegidos e estar nas ruas com as outras mulheres fazendo um feminismo que não seja apenas da esfera do pensamento?

Eu acredito que hoje as acadêmicas e as estudantes retornaram às ruas. Principalmente as estudantes. Existiu uma geração de universitárias que tentou hegemonizar o feminismo e foi o

pior momento para o movimento. Pior porque era esquemático, decretava linhas, dizia o que deveria ser feito, dizia quem era feminista e quem não era. Hoje as pessoas estão nas ruas. Os movimentos de jovens, muito jovens, estão novamente forjando pequenos grupos de encontros nas ruas como nos anos 1960. A partir das ruas é que estes grupos vão para as universidades. Houve um tempo que isso não existiu e nos anos 1990 a tendência dessa movimentação era de desaparecer.

Considerações finais

O Brasil tem como referencial político e cultural histórico os Estados Unidos e a Europa, quase que exclusivamente. Sempre estivemos, em muitos sentidos, de costas para a América Latina. Você acha que o feminismo é capaz de romper essas fronteiras culturais?

O feminismo é um movimento internacional e internacionalista. Certamente ele pretende romper com isso. E o que ele precisa é ser cada vez mais plural e aceitar as diferenças. Não reduzir-se. Quanto mais diferenças puder incorporar e trabalhar em conjunto, quanto menos fechado estiver, mais poderá trabalhar a realidade das mulheres. E claro que não há apenas um feminismo, não podemos falar de *um* feminismo, mas dos movimentos de mulheres, das rebeldias das mulheres, assim no plural.

“Sempre foi assim, primeiro tentam nos desqualificar, depois criminalizar. Mas apesar de tudo que já nos fizeram, seguimos em frente, firmes, porque temos uma causa e nela está a nossa força.”

FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN

Temos uma causa e nela está a nossa força

Cláudia Herte de Moraes[1]
Marcos Antonio Corbari[2]

Sua história de vida se confunde com a história dos movimentos sociais no Brasil, em especial os camponeses. O menino que já muito jovem sofreu com a violência de classe, aprendeu a ser um peleador e, mais tarde, levou a luta social para dentro da Igreja e também a Igreja até a linha de frente da luta social. Frei Sérgio Antônio Görgen anda junto com o povo camponês, tanto dos que empreendem a luta para ter um pedaço de terra para plantar e abrigam-se sob a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quanto dos camponeses que enfrentam a lógica nociva do agronegócio produzindo diariamente comida sem veneno em pequenas unidades produtivas, estes abrigados sob a bandeira do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Desconsidera o rótulo de líder, não aceita a referência nem no campo espiritual, nem no campo político. Suas palavras reproduzem sonhos, esperanças, projetos, perspectivas de uma coletividade que nunca se furtou a estar na vanguarda das lutas populares, avançando contra forças desiguais e construindo conquistas que geram benefícios a toda sociedade brasileira. Para enfrentar o preconceito e a criminalização dos movimentos nas mídias, propõe uma aliança popular, a resistência e a construção de uma nova sociedade. Vamos conferir o que nos

[1] Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutora em Comunicação e Informação, líder do Grupo de Pesquisa Midiação - Educomunicação e Ambiente (CNPq), jornalista e professora com atuação nos temas da comunicação, cidadania e movimentos sociais. E-mail: chmoraes@gmail.com

[2] Jornalista pela UFSM, mestrando em Letras - Literatura Comparada pela URI. Atua como comunicador popular e voluntário no Coletivo de Comunicação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). E-mail: corbari.marcos@gmail.com

conta este lutador popular, franciscano por vocação, camponês por vinculação, socialista por convicção.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

No Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) estamos chegando a 20 anos de organização e luta num dos momentos mais críticos da história brasileira. É uma crise política, mas é também uma crise do sistema político, com a elite burguesa que retoma o poder de qualquer forma, a qualquer custo. Isso ameaça os direitos conquistados ao longo do tempo e a própria democracia. Nosso papel, como movimento de luta pelos direitos e pela identidade dos camponeses, é construir a resistência a partir da base.

Relembrando, temos como elementos fundamentais para o nascimento do MPA a crise do modelo sindical rural e seca no sul do Brasil, com seu ápice em meados da década de 90. Nascemos à beira de estradas, pela sobrevivência de pequenos agricultores que foram banidos das terras. Em 1996, no auge do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, conseguimos mobilizar e conquistar o Cheque Seca. Nos anos seguintes, com mobilizações e greves de fome conquistamos o Pronafinho e o Pronafinho Investimento. Começamos a luta pelo crédito moradia, e as primeiras foram construídas em 2002. A partir de 2003 trabalhamos conjuntamente na construção e implantação do Programa de Aquisição de Alimento - PAA do Governo Federal, que tinha como meta enfrentar a situação de fome e miséria no Brasil. Infelizmente, vimos recentemente a criminalização deste projeto, com a prisão injusta de vários camponeses, neste cenário que se construiu após a implantação do golpe jurídico-parlamentar de 2016.

Voltando aos anos 2004, a ampliação do crédito e o seguro agrícola melhoraram as condições de trabalho e renda do camponês. Depois vieram os projetos de sementes crioulas, com assistência técnica. Um marco importante para o MPA e para todo o povo brasileiro foi o anúncio da saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU, em 2014. As conquistas do nosso movimento são também conquistas dos governos populares, que ajudamos a construir. Como um movimento nacional, articulado em 19 estados do Brasil, inicialmente tivemos a luta pelo crédito, mas ela se transformou na luta por direitos, por políticas públicas na área da agricultura, também na educação, na moradia, na saúde, na defesa de semestres crioulas. É na defesa de um modelo de produção camponesa que nos afirmamos na luta diária. O golpe de 2016 tem continuidade contra o povo brasileiro com objetivo de dominar os mais pobres, inibir a participação popular, cortar os direitos trabalhistas e de aposentadoria, privatizar educação, saúde, terra, água. E tudo isso com repressão às forças populares. Acredito que o momento pede ainda maior organização, mobilização e resistência.

O grande dilema do Brasil neste momento é esse embate em que os movimentos sociais estão misturados, disputando. Os movimentos do campo não são uma novidade no Brasil, que surgem com a luta dos sertanejos, em Canudos (no final do século XIX), quando foram massacrados e ressurgem nos anos 50/60 do século XX com as Ligas Camponesas, e voltam a se manifestar

depois da ditadura até hoje como uma força popular importante. Continuam sendo criminalizados e massacrados, mas são o fator visível de que a história não regrediu. Hoje o campesinato se recusa ao papel de se aliar à burguesia para ajudar a história a regredir. É um papel novo e todos têm protagonismo.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

A criminalização dos movimentos acontece pela linguagem, com os estereótipos. Por exemplo, muitas vezes falam dos acampamentos do MST como favela, para trazer a imagem de gente faminta, de alcoolismo, criminalidade, drogas, de miséria e vidas degradadas. Esse preconceito acontece contra as favelas urbanas também. A mídia no Brasil passa a ideia de que os acampamentos são favelas rurais. Com apoio do lobby latifundiário, de políticos e governantes, os meios de comunicação repetem esta mentira para fazer crer que seja verdadeira. Eu vivo nos acampamentos porque escolhi lutar pela reforma agrária e pela melhoria das condições de vida no campo. Essa convivência nos movimentos sociais e lutas é feita de forma solidária. A luta pela terra fez surgir no Brasil um sujeito histórico coletivo e poderoso, o MST. Mas a elite e os latifundiários querem destruir tudo isso, então alimentam a desinformação e o preconceito contra os movimentos camponeses. Sempre foi assim, primeiro tentam nos desqualificar, depois criminalizar. Mas apesar de tudo que já nos fizeram, seguimos em frente, firmes, porque temos uma causa e nela está a nossa força.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim. Os meios de comunicação, os instrumentos de construção simbólica, são instrumentos estratégicos na mão da classe dominante. Elas são a criação de símbolos universalizados, que controlam a população através das ideias, criminalizam as ações que poderão ser práticas de oposição ao capitalismo e justificam a violência que talvez venha a ser necessária para impedir que os pobres se rebelem contra o sistema presente. O maior erro que os movimentos sociais e a esquerda podem cometer é quando não combatem esse modelo de comunicação e quando abdicamos do debate e da batalha simbólica, a batalha das ideias, porque ela é importante.

Os movimentos sociais sofreram muito na mídia nos últimos anos. Passam por um bombardeio, as pessoas estão todas arrebentadas, mas continuam em pé. Acredito que a estrutura que nos sustenta é a autenticidade da causa e enquanto isso se mantiver, teremos força. O segredo é a causa, a força humanitária da causa. A generosidade da causa. O grau de aderência com as aspirações mais profundas das pessoas. Isso faz com que adversários te respeitem. Podemos

perder tudo, mas não podemos perder o núcleo duro dessa generosidade e autenticidade da causa. Nunca teremos uma coerência completa sobre os bons propósitos que sempre temos. Temos muitas incoerências, mas o que deturpa uma causa é a traição, é abandonar a causa. Se entrou para defender uma causa ela não morre. Pode morrer aparentemente, mas renasce depois. Eu tinha muita dificuldade em acreditar na ressurreição, mas a vida nos movimentos sociais, seu renascer permanente, apesar das perseguições e mortes, me fez acreditar que a ressurreição é essência da vida, a força interior permanente que move as grandes e nobres causas em favor da vida.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Vou citar os casos do Rio Grande do Sul, que conheço mais. Em relação aos veículos do país, pelo fato de morar no interior a maior parte da minha vida, o acesso aos veículos nacionais, com exceção da TV, sempre foi muito precário. Só muito recentemente com a internet, é que este acesso se tornou possível. E quanto à TV, raríssimamente assisto, então, também, tenho pouco a dizer sobre a Globo e seu Jornal dito nacional, pelo fato de pouco assisti-lo há muito tempo. Rádio, também, quase nada ouço. Então o que posso citar são os jornais Correio do Povo e o Zero Hora, os quais tenho acompanhado de maneira assídua em todo o tempo de minha militância, mais de 35 anos.

Vi o Correio sempre alinhado com a defesa doutrinária, ferrenha e intransigente da propriedade privada rural, como princípio e o ataque virulento a qualquer tipo de ameaça à mesma. Durante muito tempo os veículos da Companhia Jornalística Caldas Junior - na década de 80 do século passado eram três: Folha da Manhã, Folha da Tarde e Correio do Povo, hoje só restando este último – eram o principal instrumento de ataque e criminalização do Movimento dos Sem Terra, das ocupações de terra ou de qualquer tipo de mobilização, dando voz aos porta-vozes do latifúndio e negando espaço ou mostrando aspectos negativos dos movimentos por Reforma Agrária.

A mudança de donos, com a falência da família Caldas e a aquisição da empresa por Renato Ribeiro, houve uma pequena mudança de inflexão, passando a defender o empresariado rural moderno e não a propriedade privada em si. A família Caldas era latifundiária, num modelo atrasado de exploração agrícola enquanto Renato Ribeiro era proprietário de uma empresa agrícola moderna (Incobrasa). Com a saída de Ribeiro do controle da empresa e a assunção do Grupo Record (do Bispo Macedo), talvez por seu perfil mais urbano e menor ligação direta com a mundo rural, há mais espaço para opiniões diversas em relação ao tema.

Já o jornal Zero Hora teve nos anos 80 do século passado uma política de visibilização das lutas pela terra no Rio Grande do Sul, defendendo a propriedade privada, sim, mas dando grande espaço às lutas, aos acampamentos, às ocupações e abrigando em seus quadros jornalistas simpáticos às lutas no campo e dando-lhes espaço para reportagens simpáticas à luta.

A partir da metade do anos 1990, o Zero Hora mudou de posição passando a uma política também de criminalização das lutas camponesas em si e de diversas formas, mas com uma forma especial e perversa: reportagens sobre aspectos em que os Movimentos mostravam fragilidades. Exemplo: destaque às dissidências, magnificação de problemas internos, destaque à pessoas com problemas policiais presentes em acampamentos, insatisfações populares em relação às mobilizações.

A avaliação que faço é que os proprietários do Zero Hora, que tinham uma visão de necessidade de modernização do campo, muito atrasado em termos de tecnologia e uso da terra no anos 1980, estimularam os Movimentos por Reforma Agrária como forma de pressionar o latifúndio atrasado a se modernizar para não perder suas propriedades, já que o latifúndio improdutivo é que poderia ser desapropriado. Quando este objetivo foi alcançado em meado dos anos 90, o Zero Hora mudou sua linha editorial.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Precisamos pensar em construir um sistema de comunicação que seja libertacionista, popular, para o povo. O povo pode se apropriar dessas mídias para falar. Precisa haver uma ética diferente, que não seja utilitarista. Sempre defendi que os movimentos sociais tivessem uma capacidade para não dependerem da mídia, que não precisem dela para defender suas ideias, sua imagem ou seu símbolo.

A comunicação é muito importante e por isso na nossa proposta, que foi construída nacionalmente, na qual montamos as prioridades do movimento, também pensamos os métodos de comunicação. Mas uma das formas prioritárias de diálogo com a sociedade está na afirmação dos camponeses como sujeitos da história: cultivamos uma identidade, um modo de viver, de ser e de querer o mundo.

Então, o diálogo com a sociedade está presente no Plano Camponês, que manifesta seis soberanias. Temos a *soberania territorial*, no controle dos camponeses sobre a terra e o território, o espaço para produção e vivência, convivência, existência, em defesa da natureza. Essa é a primeira soberania, talvez a mais importante. Depois a *soberania alimentar*: produzir alimentos de qualidade, suficientes a toda população, variados e ricos em nutrientes, sabor e consistência, que sirvam ao mesmo tempo para alimentar o ser humano e também dar qualidade de vida e boa

saúde. Na *soberania hídrica* está expressa na luta pela água de todos e para todos, acesso da água como direito fundamental. São os camponeses que podem garantir a água de qualidade para a cidade, porque se são os rios que abastecem os grandes centros, são as águas que percorrem os campos e depois vão para os rios, se forem águas contaminadas, o povo da cidade vai consumir água contaminada. Água para consumo humano, para consumo dos animais e água para produção de alimentos.

Na *soberania genética* temos os temas do controle das sementes, das mudas, das raças animais, porque hoje o controle genético de sementes e mudas agrícolas está na mão de multinacionais, não está nem mais na mão nem dos estados nem dos agricultores. A *soberania energética* busca a produção de energia própria, energia suficiente para o seu consumo e em equilíbrio com a relação sustentável com a natureza. Passa pelas várias fontes de energia disponíveis que temos. Por fim, a *soberania do saber*: cabe ao povo camponês ter o domínio sobre os saberes necessários para sua própria existência e para sua previsão de futuro. Saberes estratégicos, que ajudem a sobreviver, a viver, a produzir alimentos, conviver com a natureza, conviver entre si, também capazes de proporcionar uma visão de futuro, de preservar os recursos naturais e patrimônio cultural para as futuras gerações. Um saber fazer, saber criar, saber olhar e resgatar a sabedoria popular para que seja respeitada e reconhecida e transformada em saber estratégico para o futuro. Não ficamos esperando pela academia para construir a soberania do saber das comunidades camponesas.

Essas soberanias alicerçam um conjunto de ações, de práticas, de movimentação, de traduções em efeitos objetivos, da vida das comunidades, na classe, na disputa política. São a base para construir uma sociedade mais justa, soberana e fraterna. É evidente que essas soberanias só serão possíveis de viver de forma plena em uma sociedade socialista, porque uma sociedade capitalista prioriza o dominante, donos dos meios de produção, dos meios de informação e contra a maioria do povo. Somente com a quebra da sociedade capitalista conseguiremos construir a soberania plena do povo e uma sociedade que não seja movida pelo ter, mas sim pelo ser. Mas é possível ir dando passos concretos mesmo dentro da sociedade capitalista, abrindo espaços de transformação e consolidando posições dos oprimidos através de conquistas de suas lutas.

Hoje existe essa proposta de diálogo que o MPA apresenta como uma aliança camponesa e operária. O que pode ser dito sobre a aproximação do camponês com o trabalhador urbano?

Na verdade, essa aliança é defendida, promovida, discutida, debatida há muito tempo. Foi mote de partidos, de programas políticos, até para revoluções, mas raramente na história ela conseguiu se consolidar por várias razões culturais, pela falsa oposição da cultura capitalista e burguesa com a do campo, uma falsa oposição entre campo e cidade e também de uma certa concepção de

superioridade do operariado sobre o campesinato, por um acesso ao ensino maior do operariado ao campesinato.

O que tem de novo nessa proposta é que a recolocamos, agora com outros elementos. Primeiro elemento é a capacidade de propor um projeto que tenha laços comuns, entre operariado e campesinato. O segundo é o fato de um novo projeto de agricultura, de produzir outro tipo de alimento e de criar um elo entre o camponês e o trabalhador urbano, entre o camponês e o operário, onde o alimento e o projeto de vida fortalecem esses laços a partir da compreensão de que há uma interdependência entre os trabalhadores do campo e da cidade. Os laços de solidariedade são muito maiores do que os eventos de separação especialmente no Brasil, porque grande parte da classe operária tem origem camponesa. Então o alimento está se transformando no principal ponto de ligação, principalmente porque no sistema capitalista de produção de alimentos a comida de qualidade não é destinada ao operariado. Os ricos da cidade, que promovem uma agricultura envenenada, não consomem o veneno que eles promovem, eles vão nas gôndolas dos supermercados para consumir produto orgânico. Essas contradições que procuramos expor e consolidar na luta política, no acesso à comida saudável e no projeto de sociedade em que há uma nova união. Romper os limites, preconceitos e as separações que se construíram ao longo da história entre campo e cidade.

Vamos conseguir transformar isso num projeto real da sociedade? Não sei. Talvez não. Mas há chances de construir - e são muito maiores hoje na história do que em outras épocas. O que a gente já está fazendo hoje no Brasil - creio que em outras partes do mundo também -, está muito visível, está nos dando a impressão de que esse cimento vai colar.

Considerações finais

Minha experiência pessoal em relação às coberturas de imprensa teve aspectos diversos e, em certo sentido, contraditórios: vi jornalistas agindo de forma a salvar vidas em meio a conflitos de terra ao mesmo tempo em que vivenciei pessoalmente situações às quais, no dia seguinte, nas páginas dos jornais, o relato escrito aparecia contrário ou deturpador dos fatos acontecido, com distorções evidente. Outro aspecto era a busca de fatos específicos com caráter sensacionalista que pudesse chamar a atenção do grande público. Em muitos casos o detalhe destacado se tornava mais importante que o conjunto e, na maioria dos casos, o detalhe sensacionalista vinha cercado de invólucro negativo. Apesar disto, a mídia sempre teve suas contradições, as quais procurávamos aproveitar para passar nossas mensagens. Também fazer relação direta com a população e com as bases sociais e aproveitar ao máximo os espaços nas rádios do interior como forma de neutralizar os aspectos negativos da imprensa da capital. Acredito que a justeza da causa acabava se impondo ao longo do tempo com o trabalho formiga de comunicação direta, cartilhas, panfletos, uso de rádios locais acabava construindo na sociedade uma narrativa alternativa àquela da grande mídia. O impacto inicial era sempre profundamente negativo às lutas

sociais mas com o passar do tempo outra narrativa acabava se impondo e a simpatia às lutas crescia em amplos setores da sociedade.

** Agradecemos a estudante Letícia Stasiak (UFSM) pela degravação dos áudios desta entrevista.*

"É fundamental que a imprensa comprometida com a classe trabalhadora e os movimentos sociais faça a disputa contra-hegemônica."

GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO

Valorização da imprensa contra-hegemônica

Ricardo Borges Oliveira[1]

Professor, pesquisador e ativista político, Giovanni Frizzo compõe a direção nacional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em segunda gestão (2014-16; 2016-18). Atualmente, assume a tarefa de encarregado de imprensa do Sindicato Nacional. Também faz parte da diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPEL-Ssind) do ANDES-SN. É professor da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, com doutorado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além de militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Giovanni Frizzo coordena o Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes do ANDES-SN, que realiza periodicamente reuniões e seminários nacionais para debater e aprofundar a política de comunicação do Sindicato Nacional. Atua, principalmente, nas áreas de formação de professores, trabalho e educação, trabalho pedagógico, escola e mundo do trabalho.

[1] Jornalista da Universidade de Brasília (UnB), lotado no Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE/UnBTV), onde desempenha a função de coordenador de Programação. É mestre em Gestão Pública pela Universidade de Brasília (PPGP/FUP/UnB). E-mail: ricardoborges@unb.br

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Vivemos um momento de esgotamento do ciclo de lutas sociais que protagonizou boa parte das ações do campo classista desde a década de 1980, capitaneado pelos setores que criaram o PT, CUT, MST e outras organizações que cumpriram importante papel na conquista de direitos sociais até os anos 1990. Tal ciclo se esgotou na medida em que a ascensão desse setor ao Governo Federal não foi acompanhada de políticas que contemplassem a classe trabalhadora, senão o contrário: garantiu a manutenção e ampliação dos interesses dominantes (empresários, banqueiros, latifundiários etc) e criou programas sociais que permitiam à população acessar o consumo (aumentando também a lucratividade do capital), ao mesmo tempo em que se endividava. Tal perspectiva política não realizou qualquer mudança estrutural na sociedade brasileira que significasse melhorias nas condições de vida da população. Com o agravamento da crise do capital, o então governo federal operou políticas ainda mais prejudiciais aos trabalhadores, cortando investimentos no serviço público – retirando, com isso, o acesso da população à educação, saúde, assistência social etc - e aumentando ainda mais as medidas de caráter privatizante. Tudo isso para a manutenção de poder e governabilidade. Boa parte dos movimentos sociais (sindical, estudantil, popular) atuou no sentido de manter esse projeto de poder, inclusive defendendo as medidas do governo que atacavam a classe trabalhadora. Pelo menos desde 2012 esse cenário se modifica, pois a grande massa da população que até então vivenciava o apassivamento e a cooptação da classe agora se viu inconformada com a situação existente no país e assaltou as ruas em uma explosão de indignação. Ainda que de caráter heterogêneo e policlassista, tais manifestações de rua - conhecidas como jornadas de junho - acompanhadas de diversas lutas sociais posteriores, são expressão desse esgotamento do projeto político do Governo Federal (PT e PMDB) e do fechamento do ciclo de lutas que foi cooptado em um primeiro momento e derrotado posteriormente pelos setores ainda mais conservadores com o impeachment de Dilma Roussef. Cumpre destacar que diversos setores do movimento popular, estudantil e sindical (no qual se inclui o ANDES-SN) e alguns partidos de esquerda (destacando PCB, PSTU e PSol) não pactuaram com o projeto de governo conciliador capitaneado pelo PT; estiveram e ainda estão construindo pautas com autonomia a governos e patrões e reivindicando direitos conquistados e ampliação de outros.

Neste momento, estamos vivenciando a abertura de um novo ciclo de lutas no qual os movimentos sociais têm um papel importantíssimo para a condução desse processo. É fato que tal processo será de longa jornada, ainda que nos últimos anos estejamos vivenciando manifestações de grande porte e ações radicalizadas que surpreendem (ocupação de escolas por estudantes secundaristas, greves de garis no Rio de Janeiro em pleno carnaval, manifestações #ForaTemer em atos culturais, realização da Greve Geral em abril, depois de 20 anos e outras). Essas ações ainda têm caráter disperso e isolado. Isto é, não estão conectadas com uma agenda

estratégica que dispute a consciência da população em torno de um outro projeto de sociedade, que enfrente a classe dominante no sentido de superar a democracia burguesa e o assalto ao fundo público, que enfrente o empresariado como classe organizada e não em torno de benefícios pontuais ou amoldando-se pela agenda empreendedora que coloca trabalhador contra trabalhador.

Os rumos que os movimentos sociais darão às suas ações certamente serão estabelecidos a partir dois aspectos centrais: 1) um programa estratégico de ruptura com a ordem do capital, que contemple as pautas da classe trabalhadora organizada no sentido de enfrentar a exploração do trabalho e as opressões; 2) uma forma de organização da classe que permita realizar ações articuladas, unitárias e de caráter ascendente em torno do programa estabelecido em seus fóruns/instâncias e que possibilite elevar o patamar organizativo do povo trabalhador brasileiro.

Comente sobre a importância histórica do ANDES-SN nas lutas em defesa da classe trabalhadora.

O ANDES-SN é um sindicato com mais de 35 anos de história, forjado ainda no período da ditadura empresarial-militar e com papel importante na reorganização da classe trabalhadora nos anos 1980. Um sindicato que teve protagonismo na luta pelas Diretas Já!, pela constituinte, na definição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e tantas outras grandes lutas que a classe trabalhadora empreendeu contra a burguesia e os governos a ela subordinados. Sem perder do foco de suas ações a defesa das pautas da categoria, como a defesa e ampliação dos serviços públicos - especialmente a saúde e educação -, dos direitos de aposentadoria e assistência social, da valorização do trabalho e da carreira e do investimento público na educação pública. Além desses aspectos, tem na sua forma de organização possivelmente a maior qualidade, pois ao longo do tempo se aprofundou a democracia interna a tal ponto em que a própria direção do sindicato pode ser dirigida pela base da categoria na medida em que as instâncias deliberativas previstas e regimentais fortalecem a relação diretoria-base sem perder a perspectiva de direção das ações e das lutas construídas.

Como o ANDES-SN e os movimentos sociais em geral são noticiados pela imprensa? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Aqui há que se diferenciar a imprensa sob seu viés de classe: por um lado a imprensa caracterizada como mídia hegemônica ou burguesa, da classe dominante, cujo papel é reproduzir e naturalizar as mazelas do capitalismo - desigualdade, exploração e opressão -, difundindo e produzindo a ideologia dominante que impõe a população aceitar o mundo e a miséria como ela é. E por outro lado, a mídia alternativa ou contra-hegemônica, sob a perspectiva da classe trabalhadora, que amplia e difunde as pautas do povo oprimido e explorado com intuito de

contribuir para avançar a consciência de classe, na compreensão da realidade e na sua transformação.

Nesse sentido, o ANDES-SN e demais movimentos sociais são noticiados pela imprensa de acordo com o recorte de classe dos veículos. Há diferenças de princípios e referências fundamentais quando o sindicato é noticiado. Em momentos de greve, por exemplo, a mídia burguesa ataca ferozmente o sindicato como o causador de todos os problemas nas instituições de ensino, desconsiderando totalmente nas matérias que o governo não investe nas instituições e não valoriza trabalhadores e estudantes, ou seja, desconsidera que os movimentos de greve são, acima de tudo, defesa incondicional da educação pública e gratuita para toda a população brasileira.

Ao mesmo tempo, a imprensa contra-hegemônica noticia os mesmos fatos fazendo a denúncia do governo que não negocia, não atende a pauta dos docentes, retira investimento da educação pública, amplia o repasse de recurso público para o setor privado e aprofunda privatizações. Isso contribui para explicar à população em geral os motivos das greves docentes e a importância de somar nessa luta o conjunto das pessoas. Entretanto, é importante destacar que mesmo a imprensa burguesa reconhece o ANDES-SN como o sindicato representativo da categoria docente e, por vezes, expõe a perspectiva do sindicato para determinadas temáticas oriundas de políticas dos governos relativas à educação superior.

De alguma forma a imprensa brasileira contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos movimentos sociais? Cite exemplos.

Aqui, mais uma vez, é preciso diferenciar o corte de classe da imprensa. A imprensa burguesa, hegemônica e difusora das ideias da classe dominante contribui com estereótipos dos movimentos sociais com o intuito de aprofundar a consciência alienada da grande maioria da população. Seu objetivo é reforçar uma suposta naturalização do capitalismo como forma pronta e acabada de sociabilidade humana. Isto é, qualquer forma de contraposição à ordem, à desigualdade, injustiça, exploração e opressão é atacada pelos veículos de comunicação da burguesia com diversas caracterizações estereotipadas disseminando informações interessadas de caráter pejorativo e negativo das lutas sociais.

Nas manifestações que têm se espalhado pelo país contra as políticas dos governos, pelo menos desde as Jornadas de Junho de 2013, são recorrentes as coberturas seletivas da mídia burguesa, que destaca em suas matérias supostos confrontos entre manifestantes e polícia militar, como vandalismo e violência dos movimentos sociais contra o patrimônio público, quando na realidade a polícia militar é quem reprime as manifestações de forma extremamente violenta, utilizando-se de armamento bélico para atacar e desmobilizar as lutas sociais. Também são recorrentes os ataques às greves impetradas pela classe trabalhadora organizada, quando destacam supostos

prejuízos econômicos e políticos causados pelos movimentos de reivindicação, inclusive expressando opiniões de que a greve é um instrumento ultrapassado, quando a realidade demonstra que é a radicalização da classe ou de determinada categoria que tem sido a forma mais efetiva de conquistas sociais, tanto nas pautas específicas quanto na defesa e conquista de direitos sociais e trabalhistas.

Há diferença da cobertura dos movimentos sociais pela imprensa brasileira e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os movimentos sociais.

Da mesma forma que a imprensa brasileira, a imprensa internacional também desenvolve suas coberturas e direcionamentos de forma interessada sob o viés de classe. Nesse sentido, tanto a imprensa burguesa como a imprensa contra-hegemônica em âmbito internacional operam diferentes perspectivas dos mesmos fatos e acontecimentos. É importante destacar que mesmo dentre essas duas perspectivas, também há jogos de interesses postos no direcionamento das pautas. Isso fica mais explícito quando se trata das relações internacionais, pois os diferentes blocos imperialistas operam interesses que, mesmo intraclasse burguesa, conflitam-se nas disputas geopolíticas e econômicas em escala mundial. Isso se desdobra também no interesse de grandes corporações midiáticas, que definem suas linhas editoriais de acordo com a necessidade de disseminação de informações apelativas em torno de suas referências políticas.

Um recente exemplo que, de forma geral, teve diferenças significativas foi a cobertura da Greve Geral realizada em 28 de abril, que teve adesão à paralisação de aproximadamente 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto a imprensa burguesa brasileira, comprometida com o Governo Temer e o empresariado noticiou que as ações foram “localizadas”, “sem grande participação”, “atrapalharam a população”, “causaram prejuízos à economia” e com “violência/vandalismo”; alguns veículos internacionais vinculados à imprensa burguesa noticiaram a Greve Geral destacando a insatisfação da população brasileira com o governo federal, especialmente com as pautas das medidas impopulares que estão sendo implementadas, como a contrarreforma da previdência e trabalhista, além dos altos índices de desemprego existentes no país.

Em sua opinião, qual é a importância da imprensa para o ANDES-SN e os movimentos sociais em geral?

A importância central é a disputa de hegemonia da comunicação. A comunicação não é, nunca foi e nunca será neutra, portanto, enquanto a mídia hegemônica informa e noticia fatos e

acontecimentos sob a perspectiva da burguesia, é fundamental que a imprensa comprometida com a classe trabalhadora e os movimentos sociais faça a disputa contra-hegemônica. Tal aspecto desdobra-se em três pontos centrais:

1) além de informar e divulgar, a comunicação sindical tem a tarefa de instrumentalizar a categoria e o conjunto da classe, no sentido de apresentar os elementos de contradição de cada fenômeno noticiado com a perspectiva de sua transformação;

2) a disputa de hegemonia, necessariamente, passa também pela disputa da consciência. O trabalhador e a trabalhadora recebem todos os dias um conjunto enorme de informações, cada uma delas com um sentido diferente, ainda que sobre o mesmo fato. De alguma maneira, essas informações vão também moldando a forma como cada qual se apropria da realidade, podendo estagnar nas leituras do mundo que constituem o senso comum que naturaliza desigualdades e forja projetos de vida alheios aos reais interesses enquanto classe. Na medida em que esse trabalhador e trabalhadora acessa materiais de comunicação que expressem as contradições dessa realidade, estabelecem-se processos identitários enquanto coletivo, grupo, categoria etc, que vivenciam as mesmas desigualdades, ou seja, se identifica enquanto explorado e oprimido, não mais com o explorador e opressor tal como quer a imprensa burguesa;

3) garantia da qualidade jornalística na cobertura e nas pautas: a legitimidade da imprensa contra-hegemônica é sempre colocada em dúvida por pautar-se na contracorrente da ideologia dominante. Ter equipes de comunicação com profissionais da área, com garantia de condições de trabalho e processos de interação entre dirigentes e profissionais, fazem com que as bases da qualidade e legitimidade sejam estabelecidas de forma a tornar-se referência para as disputas de hegemonia na comunicação.

Um aspecto importante, que ajuda a compreender essa relação entre comunicação e consciência, diz respeito ao propalado papel das redes sociais na mobilização da classe. Com todas as ressalvas de que os meios virtuais não podem ser considerados formas de organização e luta, há um elemento no qual o mundo virtual contribui para o ativismo: trata-se do acesso a informações que não são peneiradas pela mídia hegemônica controlada por algumas poucas famílias e pelas agências de notícias internacionais. Imagine aquele jovem à frente do seu computador, acessando notícias de diferentes fontes sobre os debates de todo o mundo, interagindo com as divergentes posições sobre os conflitos nos países árabes, sobre a crise econômica na Europa, sobre os dados da distribuição da riqueza no Brasil, sobre a diferença do restrito investimento do PIB para a educação e saúde em detrimento do ampliado investimento no pagamento da dívida pública, no agronegócio e para o sistema financeiro. Essas informações são acessadas e permitem que se amplie o conhecimento acerca de fenômenos que passam ao largo da mídia burguesa hegemônica. Essa simples constatação permite com que algum nível de inconformidade coloque em movimento o pensamento das pessoas que vão estabelecendo relações com seus problemas cotidianos, gerando um certo descompasso entre aquilo que vivencia e o conjunto das ideias dominantes na qual foi introjetado durante a sua vida.

Essa questão nos dá pistas para compreender, por contradições, o papel que a imprensa contra-hegemônica pode cumprir no avanço da consciência, pois se a forma educativa hegemônica (aqui pontuamos o sistema de ensino e o acesso à informação) condicionasse a ação concreta de forma linear, não seria possível pensar que milhares de pessoas tomassem as ruas para demonstrar sua indignação. Também é preciso entender que simplesmente a difusão de informações não necessariamente cria condições para a ação política ou mesmo para ampliar o grau de conhecimento da realidade, porém, são espectros importantes que podem colocar em movimento a consciência.

Não era por acaso que Marx, após ser impedido de tornar-se professor nas universidades alemãs (por suas ideias serem consideradas "perigosas" ao governo de Frederico Guilherme IV), buscou criar jornais e revistas políticas nas cidades onde foi obrigado a viver em virtude dos exílios que fora submetido. Seu trabalho junto à Gazeta Renana, Anais Franco-alemães, Nova Gazeta Renana e outros jornais nos quais contribuía com seus textos, tinham a intenção de socializar o conhecimento acerca da realidade que se chocava com os interesses dominantes da época, destoava do "discurso oficial", tinha um sentido de difusão do socialismo, da filosofia e da crítica à economia política para que os trabalhadores pudessem alcançar um nível superior de abstração da realidade, o que poderia permitir um salto na consciência e na organização da classe trabalhadora.

Tamanha era a importância desse trabalho que praticamente todas as iniciativas de criação ou edição de periódicos por Marx foram combatidas pelo governo prussiano que intervinha para fechar os jornais. Marx concebia que esse veículo era um instrumento fundamental de propaganda teórica e política para a educação da classe trabalhadora e que sua distribuição junto ao proletariado se constituiria em importante forma de mobilização, cujas condições objetivas já expressavam certo grau de contradição com o conjunto de ideias produzidas pelas relações sociais de produção capitalistas.

Quais são as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Em primeiro lugar é preciso compreender que a comunicação sindical é um desdobramento da ação política da categoria. Nesse sentido, as estratégias são definidas em acordo com o plano de lutas/ações definido nas instâncias do sindicato. O necessário diálogo com a sociedade passa por definições de pautas e seus desdobramentos com o intuito de alargar a compreensão de que uma pauta da categoria tem impactos também para o conjunto da população no sentido da garantia da qualidade do serviço público, por exemplo, que as pessoas acessam na educação, saúde, assistência social etc. Embora as redes sociais sejam importante veículo a ser utilizado para disseminação de informações, os limites dos mecanismos estabelecidos pelas empresas das redes

sociais devem ser compreendidos para que sua utilização permita o amplo acesso da população aos materiais produzidos, ainda que enfrentando as restrições destas empresas.

Porém, as estratégias de comunicação que têm efetividade enquanto trabalho de base e diálogo com a população não devem se restringir aos meios virtuais. Atividades de mobilização junto à comunidade através de panfletagem, distribuição de jornal, adesivos, outdoor e outras formas, são bastante importantes na medida em que há diversos setores da sociedade que não necessariamente têm acesso cotidiano à internet ou mesmo a sua utilização por parte da população não tem objetivo de informação de lutas sociais. Ainda, tais estratégias são fundamentais para a interação entre militantes sociais e a população em geral, inclusive para mapear as questões que tocam diretamente na vida das pessoas que sofrem com as medidas e ataques operados por governos e empresários.

Em vista disso, a estratégia de comunicação para dialogar com a sociedade tem que partir dos problemas cotidianos do povo trabalhador (evasão/falta de acesso à educação pública, filas intermináveis para atendimento na rede pública de saúde, precariedade do transporte público e valor da passagem etc) e aprofundar a compreensão destes problemas no conjunto das questões gerais que envolvem a política nacional. Ao mesmo tempo, contrapor-se à informação interessada da mídia burguesa que visa mascarar os problemas sociais em prol da lucratividade do capital. Todos esses processos devem ser acompanhados também de avaliação sistemática das estratégias e materiais produzidos no sentido de verificação do impacto/resultados que tais ações têm produzido. Isso ajuda a redefinir ou aprofundar as estratégias em curso.

Comente sobre os principais desafios do ANDES-SN e dos movimentos sociais na luta contra-hegemônica

O principal desafio é "furar o bloqueio" da mídia burguesa e instrumentalizar a categoria acerca de sua vida enquanto trabalhador ou trabalhadora, fazendo a disputa contra-hegemônica da comunicação. Como dito anteriormente, isso requer a garantia das condições de trabalho das equipes de comunicação, o que permite a produção com elevado grau de legitimidade para os movimentos sociais. Atualmente, são diversas as possibilidades de produção na comunicação, porém nem sempre utilizar muitas e diferentes produções implica maior qualidade e/ou impacto. A priorização de determinados meios ajuda a investir na qualidade e na avaliação das estratégias. A disseminação das redes sociais traz um desafio importante para a comunicação sindical e dos movimentos sociais: é preciso diferenciar a utilização pessoal destes meios em relação à utilização destes por entidades e organizações políticas. Por vezes, a expectativa gerada por dirigentes e militantes por meio de suas impressões ou opiniões nem sempre correspondem às estratégias efetivas de produção de materiais de comunicação. Essa interação dirigente-profissionais é fundamental para o estabelecimento de sintonia e planejamento da comunicação. Portanto, os desafios são externos e internos: fazer a disputa da comunicação com a mídia burguesa

hegemônica e definir processos, ritmos e sintonia entre dirigentes e profissionais de comunicação para garantia da qualidade, legitimidade e impacto da comunicação contra-hegemônica.

"Precisamos chamar a atenção da sociedade. Porque, se a gente consegue convencer a sociedade de que as nossas pautas são válidas, são importantes não apenas para nós, mas também para o país, nossas lutas caminham adiante".

JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA

Convencer a sociedade de que nossas pautas são válidas

Janine de Kássia Rocha Bargas[2]
Thaís dos Santos Choucair[3]

Quilombola da comunidade de Guajará Miri, município do Acará, região Nordeste paraense, José Carlos Galiza ocupa atualmente, a função de articulador político da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e de Diretor do Departamento de Igualdade Racial do município de Acará. Desde 1999, desenvolve ações no movimento quilombola estadual, regional e Nacional, atuando também como membro da Coordenação Executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Uma das maiores conquistas que permeiam sua história de luta, foi a colocação do Pará como o estado com maior número de comunidades tituladas do país, por meio da mobilização nos municípios e associações. A experiência de Galiza como liderança quilombola, junto a pesquisadores, a outros movimentos sociais e com órgãos de Estado em todos os seus níveis, nos ajudam a compreender um pouco das lutas do movimento quilombola, suas estratégias de mobilização e o papel da comunicação dentro e

[2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, integrante dos Grupos de Pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA/UFPA). Mestra em Ciências Sociais e graduada em Comunicação Social pela UFPA. Atua em pesquisas sobre comunicação e política, reconhecimento, povos e comunidades tradicionais na Amazônia. E-mail: ninebargas@gmail.com

[3] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, integrante do Grupo de Pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Atua em pesquisas sobre deliberação e movimentos sociais, feminismo e mídias sociais. E-mail: choucair.thais@gmail.com

fora do movimento, seja na luta por direitos ou contra os retrocessos a ele impostos.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Eu acho que o papel do movimento social continua o mesmo em relação a tempos passados, porque sempre há luta em defesa dos direitos humanos, sempre há luta por direitos, por políticas públicas, contra tudo aquilo que vem contra a vida, contra tudo aquilo que vem diminuir a possibilidade de as pessoas viverem, contra tudo aquilo que causa perda de direitos. Então os movimentos se posicionam em defesa daquilo que já foi conquistado e contra o que está sendo hoje retirado, renegado. O que eu acho que hoje está mudando é a diminuição do estado democrático. O que a gente vê é que a democracia – o direito de se manifestar, por exemplo – está sendo diminuída. Diminuída pelo poder Judiciário, que vai impondo regras, pelo poder Legislativo, que vai criando novas leis e vai atropelando esse poder democrático, e também pelo Executivo. É o que eu avalio hoje: essa ação de diminuição de direitos, de diminuição do poder democrático.

Para mim, parece que as instituições estão fazendo uma força sempre contrária aos movimentos. Acho que os movimentos hoje estão sendo criminalizados por todas elas. E os meios de comunicação, também como instituições, nunca foram do lado do movimento, mas hoje parece que isso está mais forte, e eles mostram de fato de que lado eles estão, que é o lado dos poderosos, é o lado do governo, é o lado contra os menos favorecidos. Usam manobras de comunicação, principalmente as chamadas grandes mídias. Então, isso também dificulta a atuação dos movimentos.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Primeiro que as grandes mídias do Brasil estão sempre em mãos de velhos políticos. São velhos atores políticos que dominam essa grande mídia, que está sempre a serviço deles. Então, de uma forma geral, os movimentos sociais não têm acesso a elas. Geralmente, quando alguma luta do movimento é divulgada na grande mídia, ela é distorcida.

Se é, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, se é qualquer outro movimento, geralmente o grupo é discriminado pela mídia, as reportagens são distorcidas e só mostram aquilo que eles realmente querem mostrar, apresentam a parte mais negativa dos atos, das ações, e tentam com isso desmobilizar, desqualificar o movimento junto à opinião pública. É isso que eu vejo.

O que os movimentos têm feito é se apropriado é das “mídias ninjas” e das mídias sociais e essas apropriações têm ajudado muito, por exemplo, na articulação dos movimentos. Embora haja a questão das rádios comunitárias, que eu considero muito importante, elas ainda não chegaram a todos os lugares, na base dos movimentos, das comunidades. Além disso, elas são mídias com um alcance muito pequeno em relação aos grandes veículos. É difícil de combater com as grandes mídias. Então eu acho que talvez se as rádios comunitárias pudessem ter um alcance maior seriam ainda mais úteis.

Eu sei também que muitas rádios comunitárias foram fechadas por dificuldades na legalização ou na concessão da outorga e, nesse sentido, acredito que isso tinha que ser um pouco mais desburocratizado, deveriam facilitar a legalização das rádios. No meu município, por exemplo, tinha uma rádio. E era uma rádio comunitária muito interessante, que divulgada as manifestações culturais e onde os movimentos sociais tinham acesso para apresentar suas pautas, suas lutas. Mas, ela começou as atividades e depois não conseguiu se legalizar. Então, chegaram os concorrentes que foram lá e processaram; eles vão processando as rádios comunitárias, alegando que elas estão servindo para outro papel. Ainda tem muito disso também.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Exatamente. Eles tentam divulgar as lutas, as ações dos movimentos, mas de uma forma deturpada. O que mostram não é aquilo que realmente aconteceu, e isso prejudica muito os movimentos. Mas também é aquilo que eu disse, eles não estão a nosso serviço, e sim a serviço de outros grupos, e aí não interessa para eles mostrar o fato como ele aconteceu.

Um outro exemplo: a Rede Globo está com uma campanha atualmente – e eu falo muito da Rede Globo porque acho que é uma das grandes mídias que entram na nossa casa e que manipulam, não só em tempos de campanha política para votar num seu fulano de tal, mas também em outras questões – é uma chamada lá na TV, que vai ao ar a toda hora, sobre a questão do agronegócio. A propaganda fala que “agro é top”, “agro é tudo” e, no final, diz assim: “tá na Globo”.

Na realidade, essa campanha vai de encontro ao que os movimentos sociais, ao que nós defendemos. Nós denunciamos muito o uso do agrotóxico, denunciamos a devastação que o agronegócio vem fazendo, e a Globo vem e contra-ataca, dizendo que “agro é tudo”. E eles não dizem, por exemplo, que agro é tóxico, que agro mata.

Enfim, então, esse tipo de mídia que eles fazem, de certa forma distorce toda uma ideologia dos movimentos sociais. Assim como também outras campanhas ou mesmo o jornalismo é usado dessa forma sobre questões de legislação e perda de direitos, como fazem hoje com a questão da reforma da previdência e as mudanças feitas na área da educação. Sobre isso, uma propaganda do Governo Federal mostra sempre jovens, e aí muitas vezes os jovens negros, que estão lá

dizendo que as mudanças serão boas para eles, quando, na verdade, nós consideramos essas mudanças como retrocessos. Aí, a propaganda vem e usam uma estratégia que acaba convencendo pessoas de que as medidas, que as mudanças pretendidas governo, construirão a melhor forma de educação.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

É como eu falei anteriormente: eles estão a serviço ou de políticos tradicionais ou de grandes empresários – tanto da área agrícola quanto de outras áreas. Então sempre eles fazem o que podem para atacar as lutas dos movimentos, que vão de encontro à ideologia que eles pregam.

Agora, falando especificamente do movimento Quilombola e de quando uma comunidade é titulada, ou quando é criada uma reserva ambiental, essas áreas são retiradas do mercado. São áreas que depois que tituladas não podem ser vendidas, nem arrendadas. Então o que a mídia prega? Prega que isso seria um atraso para o país. E que, ao contrário, o agronegócio é o desenvolvimento do país; que, por exemplo, a instalação de barragens de hidrelétricas é o desenvolvimento do país. Então, desta forma, vai totalmente contra o tipo de desenvolvimento pensado pelas comunidades tradicionais. E aí a propaganda acaba influenciando a todos. E aqueles que têm o poder influenciam os órgãos que têm competência para titulação territorial.

Daí vem um monte de coisa: hoje, por exemplo, existe a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Incra[4] e da Funai [5]para investigar a homologação de terras indígenas e titulação de terras quilombolas. E na realidade o que eles querem não é investigar isso. Eles estão utilizando mecanismos para fazer com que os processos de titulação, que já estavam lentos, acabem parando, intimidando servidores públicos desses órgãos e pesquisadores que são aliados dos movimentos nesses processos.

Então são muitas estratégias que são usadas e a mídia incentiva. Às vezes não fala abertamente, mas prega alguma outra coisa que leva a sociedade a pensar que titular uma terra quilombola é um atraso para o país. Que regularizar uma área de ribeirinho, uma reserva extrativista, é um atraso para o país. Na realidade, eles atuam em várias frentes. E essa frente que a mídia faz, que é atuar sobre a ideologia das pessoas, sobre a ideia e as concepções das pessoas é uma delas.

Tem outra frente que luta contra nós que é no Legislativo, que é alterar as leis. Então, altera as leis ambientais, as leis de exploração mineral e outras. E essas alterações das leis vão diminuindo

[4] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. É o órgão de Estado responsável pelos processos de titulação de territórios quilombolas em terras da União.

[5] Fundação Nacional do Índio. É o órgão de Estado responsável pelos processos de demarcação de terras indígenas no país.

o acesso das comunidades tradicionais aos seus territórios, aos seus direitos e aumentando os deles, os das empresas. Há, claramente, esse ataque.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Eu diria que o ideal é que a gente tivesse um espaço dentro da grande mídia, porque ela tem um grande alcance. Vamos supor: se um movimento social conseguisse ter um programa dentro de uma mídia de grande alcance para poder mostrar a história por uma outra face, isso seria importante. Embora eu ache que estamos bem longe de chegar nisso.

O caso das rádios comunitárias, que ainda é presente nos movimentos, e eu acho que essa luta enfraqueceu muito, inclusive com a mudança de governo, nessa conjuntura atual. Mas, se continuássemos com as rádios comunitárias, se conseguíssemos, por exemplo, que essas rádios tivessem um maior alcance teríamos boas visibilidade para os movimentos, uma outra forma de mobilização e articulação também. Um programa que é, por exemplo, lá do Maranhão, que pudesse em determinado momento estar "*linkado*" com uma rádio aqui do Pará, de uma comunidade seria fundamentalmente importante para nossas mobilizações. E aí poderíamos pensar: hoje o programa vai ser transmitido do Pará, amanhã vai ser transmitido do Maranhão, depois de outro lugar, enfim, seria o espaço dos movimentos sociais, com seu diálogo, com sua visão, mostrando suas realidades, as dificuldades e as conquistas também – porque, embora sejam poucas, existem conquistas. Essa talvez fosse uma ideia interessante.

Precisamos, então, chamar a atenção da sociedade. Porque, se a gente consegue convencer a sociedade de que as nossas pautas são válidas, são importantes não apenas para nós, mas também para o país, nossas lutas caminham adiante. Puxando um pouco aqui a conversa para a questão das comunidades tradicionais, nós hoje somos os guardiões das florestas. Somos nós que produzimos alimentos sem venenos, sem agrotóxico, para nós e para as cidades. Há tanta coisa boa que as comunidades tradicionais fazem e que a sociedade precisa saber. A contribuição que as comunidades tradicionais, as comunidades quilombolas, dão ao meio ambiente, é enorme. Somos nós que fazemos o serviço ambiental tradicional, cuidados de tudo porque é nossa forma de viver, e fazemos isso sem cobrar nada, apenas o direito ao território. Resumindo, as pessoas têm que entender o bem que essas comunidades fazem para sociedade em geral, principalmente para quem está nas capitais, que precisa entender a importância de ter a floresta em pé, a importância do seu rio preservado.

Outra coisa importante: nós começamos um trabalho de tentar levar internet para as comunidades quilombolas. Eu acho que quando você coloca internet numa comunidade, primeiro você tem uma facilidade de diálogo com a comunidade, você consegue passar informações. E a

comunidade consegue também falar com o mundo. Ela consegue através da internet, das redes sociais, se comunicar para fora. O alcance do telefone nas comunidades rurais é muito restrito, as vezes nem funciona. Mas a internet, se for internet via satélite, é possível que a comunidade tenha um bom sinal. Já é uma experiência que temos inclusive em algumas comunidades. Na relação com os meios de comunicação isso também ajudaria. Então, nós temos que pensar uma comunicação para fora, que é uma comunicação para a sociedade brasileira ou para sociedade mundial, mas também temos que pensar uma comunicação para dentro, para articulação e mobilização.

E nesse sentido, falando especificamente sobre essa questão da internet e das mídias sociais, você acha que no caso das comunidades quilombolas, esses recursos quando são disponíveis, eles não são utilizados com toda sua potência? Ou você acha que eles são pouco utilizados para fortalecer o movimento?

Na experiência que eu tenho acompanhado, a internet tem ajudado bastante. Não diria bem, mas razoavelmente bem. Acho que precisa também de algumas orientações, talvez alguma formação específica de acesso a essas mídias. Porque as mídias sociais trazem muitas coisas boas, muitas informações boas, mas também muita coisa ruim. É preciso que haja filtro. Acho que precisa de mais orientação nas comunidades no uso dessas mídias, no uso da internet, para tirarmos maior proveito.

Mas hoje eu diria que já há um acesso razoável. As comunidades já conseguem acessar na maioria das vezes para uma boa causa: para se mobilizar, para passar informações. Hoje por exemplo nós temos aqui no Pará a associação dos discentes quilombolas da Universidade Federal do Pará. E eles estão em rede, numa rede social. E eles conseguem debater, se comunicar, falar dos problemas, falar das conquistas. Se mobilizar para conquistar um espaço dentro da Universidade para além da sala de aula, em mais espaços políticos, de decisões políticas. E eu acho que tem sido muito interessante. Eles têm ocupado alguns cargos de conselho, de articulação dentro. E eles se mobilizam utilizando muito essas ferramentas.

Considerações finais

Então, pensando de uma forma geral sobre os movimentos socais e suas estratégias, incluindo as estratégias de comunicação, eu acredito que temos que mudar algumas questões. Antes, os movimentos iam para as ruas, ocupavam as ruas, faziam ocupações para tentar ter visibilidade sobre alguma pauta ou para que a conquista de algum direito pudesse acontecer. E até conseguia uma abertura de diálogo, alguma negociação com os poderes, com os órgãos que têm poder para

resolver aquela determinada questão. Hoje, o que eu avalio é que o povo vai para a rua e nada muda. Você pode ficar lá gritando, fechando ruas, e nada muda.

Eu cito um exemplo recente do Pará mesmo: nos municípios de Marituba e Ananindeua, existe um aterro sanitário, um lixão, na verdade. Nesse local é depositado todo o lixo de Região Metropolitana de Belém. E fizeram esse lixão onde existem famílias. Famílias de trabalhadores rurais, de pessoas de baixa renda. E jogam o lixão no meio deles. Por conta do mau cheiro e da poluição, essa população começou a fazer uma manifestação, fechar a rua e outras ações para chamar a atenção de quem pode resolver a situação deles. Mas um juiz, simplesmente, expediu uma liminar proibindo que eles fechassem a rua. Isso é um outro exemplo do que eu falo em relação à diminuição da democracia.

Diante disso, acho que os movimentos sociais têm que mudar de estratégia. Acho que a estratégia hoje é tentar ocupar espaços de decisão, para poder fazer política para as comunidades. Porque, na realidade, se você observar, quase os todos os outros segmentos estão representados dentro do Legislativo. Você tem lá bancada ruralista, você tem lá bancada evangélica, a bancada da bala e outras, somente o povo menos favorecido – seja os trabalhadores rurais, os quilombolas, os ribeirinhos, até o povo das baixadas das cidades – esses não têm representante. Não tem representante! E outro problema que acontece também é que os poucos que a gente conseguiu colocar lá, que foram lá e falavam "ah, eu sou deputado eleito pelos trabalhadores rurais, sou defensor dos trabalhadores rurais" não nos defende mais.

Aqui no Pará, por exemplo, está muito forte a chegada dos quilombolas na Universidade. De 2012, 2013 para cá, são vários quilombolas que estão na Universidade, que estão cursando vários cursos. Tem quilombola fazendo curso de Direito, outros de Pedagogia, outros na área social. Enfim, a minha esperança é que quando essa galera se formar, ela vai fazer diferença dentro do setor que ela estiver. Se é uma pedagoga, dentro da sala de aula ou dentro das suas pesquisas ela vai trazer essa mudança, essa diferença.

Então, acho que uma estratégia que o movimento tem que fazer é essa: começar a buscar forças para ocupar tanto o Legislativo, quando o Judiciário, quanto o Executivo, se for o caso, e usar a comunicação dentro de todos esses processos, seja interna entre as comunidades, entre o movimento, ou no relacionamento com os grandes veículos e com a sociedade em geral.

“Então, na dúvida, lute, vá pra luta em qualquer momento; vale a pena se organizar e vale a pena lutar. Então, é essa nossa tarefa.”

JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ

Vale a pena lutar e se organizar

Tiago Mainieri[1]
Dagmar Olmo Talga[2]

No Brasil, a luta pela terra é secular. Os movimentos ligados aos trabalhadores rurais possuem uma trajetória de batalhas, conquistas e derrotas, expondo as idiossincrasias da sociedade brasileira. O preconceito, a marginalização e o silenciamento são algumas das armas para desarticulação dos movimentos sociais. O discurso midiático, em torno da questão da democratização do acesso a terra, reforça os estereótipos. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganha relevo por sua organização e resistência. José Valdir Misnerovicz, que teve sua liberdade cerceada em virtude da atuação no MST, concedeu parte da entrevista durante o período em que esteve preso em Goiás em 2016. A entrevista destaca a crescente ofensiva contra os movimentos sociais por meio da criminalização de sua atuação e revela as entrelinhas da construção do discurso midiático. Misnerovicz é uma liderança do MST, graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

[1] Pós-doutor em comunicação pela UFRJ e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM/UFG) na linha de pesquisa em Mídia e Cidadania. Doutor em comunicação pela USP, dedica-se ao estudo da comunicação centrada no interesse público. E-mail: tiagomainieri@gmail.com
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM/UFG). Formada em jornalismo, atua em produção audiovisual e integra a Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil e colabora na Comissão Pastoral da Terra. E-mail: ddtalga@hotmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Existem movimentos e movimentos sociais, nós estamos falando de uma categoria de movimentos sociais populares, antissistêmicos, ou seja, daqueles que se propõem a uma superação do sistema, contrariando a lógica do sistema. Atualmente, está em curso um processo de perseguição, de criminalização das organizações, forças políticas, agrupamentos e mesmo de indivíduos que se propõem colocar sua vida em prol de uma causa que contraria a lógica do sistema. Mais cedo ou mais tarde haverá alguma forma, alguma ação e tentativa de impedir o cumprimento dessa tarefa.

Os movimentos sociais de caráter popular, ou seja, os que têm compromissos com a superação sistêmica cumprem um papel fundamental, estratégico na luta de classes. Principalmente nesta conjuntura que estamos passando, em que há uma crise estrutural sistêmica profunda, em que há um acirramento na luta de classe em nossa sociedade. De um lado, as forças do capital hegemônico internacionalizado que buscam sair da crise aprofundando medidas neoliberais, como a retirada de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora e apropriação dos bens naturais transformando-os em mercadorias.

Há um processo de espoliação da classe trabalhadora e da natureza. Este processo tem como consequência um aprofundamento da desigualdade social, pois de um lado a concentração da riqueza e renda cada vez sobre o controle de um grupo pequeno da sociedade e de outro um universo de milhões de pessoas que apenas sobrevivem às margens da sociedade. Estão sendo recorrentes notícias que fazem estas denúncias sobre a concentração de renda e riquezas a exemplo do que foi publicado pela revista Forbes em 23/05 /2014 (Patrimônio das 15 famílias mais ricas do País é quase o dobro do investido em 11 anos de Bolsa Família). Não por acaso no topo da lista está a família Marinho, proprietários de meios de comunicação. Em outra reportagem sobre a riqueza no planeta fica explicitada esta contradição:

> O número de milionários no mundo, hoje, é o maior do que em qualquer outro momento da história do Homem. Mas, enquanto o número total de domicílios milionários atinge os 16,3 milhões em 2013, de acordo com a consultoria de gestão Boston Consulting Group, a *miséria* assume sua face mais desesperadora na maior parte dos países de continentes como a África, a Ásia e a América Latina. (Jornal Correio do Brasil, 10/06/2014)

Esta contradição não será resolvida na lógica sistêmica hegemônica em curso, portanto sua superação perpassa pela lógica antissistêmica, por um projeto de sociedade com outras bases e referências de valores, necessariamente pela redistribuição da riqueza e renda historicamente e socialmente produzida. Isso significa construção de uma estratégia, de projeto, de instrumentos e formas de organização e lutas sobre hegemonia da classe trabalhadora do campo e da cidade.

As iniciativas e resposta a ofensiva do capital têm sido dadas principalmente pelos movimentos sociais populares que, ao longo das últimas duas décadas, estão construindo coletivamente um Projeto Popular para o Brasil. Uma elaboração coletiva e combinada com um plano de formação política/ideológica de trabalho de base e de lutas concretas, articulando as demandas específicas de cada base social com a questão geral da classe trabalhadora. A luta econômica, juntamente com a luta política, forma numa unidade dialética inseparável.

Sendo assim, os movimentos sociais populares têm assumido um papel como sujeitos coletivos e protagonistas da organização do conflito que é fundamental para o acirramento da luta de classes e disputa de projetos de sociedade. São os movimentos sociais populares que têm protagonizado as principais mobilizações e lutas de contestação ao modelo hegemônico, ao mesmo tempo são os movimentos sociais populares que têm desenvolvido iniciativas concretas para resolver as demandas específicas de cada base social, como exemplos: a luta pelo acesso à moradia e à terra, ao trabalho, à cooperação solidária, assim como à educação, à saúde, etc. Isto é fundamental, pois esta combinação de contestação ao modelo hegemônico e a firmação de alternativa é fundamental para a consolidação da unidade dialética fundamental da negação e afirmação.

Os movimentos sociais populares antissistêmicos estão acumulando experiências nas duas trincheiras: a da contestação e a da afirmação do projeto alternativo. Este movimento combinado, da luta econômica e política, do específico ao geral, da elaboração teórica coletiva, do trabalho de base, da formação e lutas, compõe o conjunto de iniciativas e ações desenvolvidas pelos movimentos sociais populares. Desse modo, dão qualidade para a luta de classe, contribuem para formação de sujeitos críticos e ativos na leitura do mundo e na sua ação concreta para construção da emancipação humana.

Portanto, podemos afirmar que as mudanças sistêmicas nesta atual conjuntura têm como protagonistas os movimentos sociais populares, são estes que nos dão a esperança de construção da sociedade com justiça social, mesmo nesta adversidade que estamos vivendo. Sabemos que é uma longa caminhada que precisamos percorrer, mas temos a certeza de que muitos passos importantes já foram dados. É verdade que o momento ainda é de resistência ativa, de lutas com caráter de protesto/contestação, porém dando passos importantes na construção de uma articulação internacional para fazer frente a ofensiva do capital que atua internacionalmente. Não há dúvida que, num horizonte de médio prazo, os movimentos sociais populares se consolidarão como uma força política propositiva que permitirá dar passos largos na superação sistêmica. Ou seja, os movimentos sociais populares contemporâneos não estão inventando a roda, só estamos ajudando ela a girar e dando a velocidade que as circunstâncias do tempo histórico exigem.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

É fundamental compreendermos o papel histórico dos meios de comunicação hegemônicos de nossa sociedade. Assim como é fundamental caracterizá-los, sem esta compreensão não conseguimos fazer uma reflexão coerente e precisa dos mesmos. Sendo assim, é importante termos claro que os meios comunicação estão sob o controle do poder hegemônico, concentrados e controlados por um pequeno grupo da elite econômica. Portanto, são um instrumento a serviço dos interesses desta mesma elite. As forças anti-hegemônicas não podem contar nem criar ilusões com os mesmos, mas pelo contrário precisam combatê-los sistematicamente.

Não há espaço para os Movimentos Sociais Populares apresentarem suas concepções de mundo e sociedade, nem tampouco para informar sobre sua agenda propositiva. Pelo contrário, tudo que é veiculado pela imprensa burguesa sobre os movimentos sociais populares é uma tentativa de desqualificá-los, de confundir a sociedade, de deslegitimá-los. Há um esforço permanente de naturalizar a desigualdade social, de criar uma cultura do medo, da desesperança e de criar no imaginário da sociedade uma ideia dos Movimentos Sociais Populares associando-os à ameaça, ao perigo, ao violento, à "contraordem".

Não há diferença entre os vários meios e veículos de comunicação hegemônicos em relação à estratégia de combate aos Movimentos Sociais Populares, o combate é sistemático e permanente. Pois são os mesmos grupos que controlam praticamente todos, são eles que veiculam as mesmas notícias de seus interesses. A exemplo daquilo que passa nos telejornais da noite ou que no dia seguinte está nos jornais impressos e nas rádios, é a mesma notícia, a mesma interpretação dos fatos e, praticamente, os mesmos porta vozes. Os jornalistas são os mesmos que dão a notícia, comentam, julgam a partir de sua concepção e lógica, ou seja, da lógica da elite econômica. Se algum jornalista sair/fugir dessa orientação é imediatamente desligado, excluído. O jornalista não passa de um porta-voz do patrão, do dono do meio de comunicação, que por sua vez atua a partir de sua posição e condição de classe.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

A imprensa cumpre um papel determinante na construção da imagem dos Movimentos Sociais Populares anti-hegemônicos. Podemos destacar algumas que estão mais presentes, como por exemplo, de "atrasado", "dinossauro", ou seja, os Movimentos Sociais populares ao fazer a luta por mudanças estruturais são considerados atrasados, superados, contra o "desenvolvimento" e/ou "progresso". A tentativa de atrelar essa imagem aos Movimentos Sociais fica bem explícita quando os movimentos do campo, por exemplo, fazem ações contra os transgênicos, agrotóxicos, da construção de grandes hidrelétricas, de ocupação de latifúndios e monoculturas, de obras de infraestrutura do capital.

Os meios de comunicação hegemônicos, a serviço do capital, criam uma falsa ideia, ou uma concepção de "moderno", de "desenvolvimento", de "progresso" e não dão espaço para o debate do contraditório. Isso cria na sociedade uma única "verdade", uma versão que passa a ser defendida pelas pessoas mesmo que estas sejam as principais vítimas deste modelo.

Outro exemplo envolve a luta pela terra e os movimentos sociais, em especial o MST. Por ser considerado o mais articulado, nacionalmente e internacionalmente, e ousado nas suas ações, o MST é alvo permanente dos meios de comunicação que criam uma imagem que o MST só tem "vândalos", "vagabundos" e são "perigosos". Esse estereótipo vai contaminando o imaginário da sociedade principalmente aquelas camadas mais despossuídas de conhecimento, que se orientam pelo que sai na mídia.

Não sai nada de positivo na imprensa, como, por exemplo, a produção de alimentos saudáveis, a experiência das escolas do MST ou sobre a vida social das comunidades nos assentamentos. É comum ouvirmos das pessoas, quando elas têm a oportunidade de conhecer um assentamento, um acampamento, uma feira, ou ainda, participar de um evento, afirmarem não saber que era assim, que o MST é organizado, que tem propostas para resolver parte dos problemas da sociedade, que o agronegócio é tão prejudicial para sociedade, que é possível alimentar a humanidade com alimentos saudáveis. Infelizmente, a grande maioria da população pensa e age com a cabeça a partir do que sai na imprensa. A mídia, por sua vez, é ideologicamente e economicamente comprometida com o modelo hegemônico. Isso é funcional ao sistema, na verdade é o que sustenta o modo de produção capitalista.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Todas as vinculações são de caráter ideológico e político, uma vez que os meios de comunicação cumprem um papel de partido, de orientação de classe e estão a serviço da classe dominante. Ao analisar os últimos anos, em que houve um acirramento na luta de classes no Brasil e em quase todos os países, basta acompanhar seus editoriais, são eles que pautam os interesses que orientam o conjunto da burguesia.

No caso do Brasil, aonde houve uma polarização entre a direta e a esquerda, aonde as ruas foram e estão sendo disputadas; as convocações para os atos de direita foram realizadas pela imprensa. Com amplo destaque, os flagrantes eram tão explícitos, nem precisava fazer esforço para compreender que quando havia mobilizações, bastava ter meia dúzia de pessoas da direita (coxinhas) gritando que o destaque era garantido nos telejornais, enquanto as mobilizações do campo oposto podiam ter centenas e ou milhares que não eram divulgadas e ou quando eram totalmente distorcidas.

A cobertura da imprensa, assim como os editoriais, cumpre duas tarefas principais: uma de orientação de classe, que extrapola os partidos políticos (já que os mesmos têm pouco alcance, por estarem desmoralizados), ou seja, o papel de imprensa burguesa. Importante destacar que são todos os veículos de comunicação atuando de forma afinada e orientada, só mudam os porta vozes. Ao mesmo tempo, a outra tarefa dos meios de comunicação é atuar para atingir a grande massa, com o objetivo de confundir, ao mostrar apenas as consequências, sem discutir as causas dos problemas sociais e da corrupção que é o mote da vez. Os meios de comunicação fortalecem a ideologia da classe dominante, reforçando a busca de soluções individuais da tão falada meritocracia, disseminando a desesperança, superdimensionando a violência para criar uma situação de medo generalizado, tentando passar a ideia de que a saída é criar leis mais severas, estimulando o armamento da população, dentre outros.

As consequências para os Movimentos Sociais Populares são muitas. Podemos afirmar que são novos desafios e tarefas que os mesmos precisam incluir na estratégia de enfrentamento desta força tão poderosa. Uma das tarefas/desafio é o de desmistificar a ideologia da classe dominante, de desnaturalizar, trazer para o debate as questões centrais. Apontar as causas, os responsáveis, desnudar suas estratégias de dominação. Discutir soluções estruturais para os problemas, fortalecer os princípios da coletividade, da solidariedade de classes, despertar para necessidade de organização da classe e das lutas por direitos, fortalecer os protagonistas deste processo com autonomia, desafiar a criatividade nas formas de organização e lutas. Fortalecer a unidade na diversidade, alimentar a utopia. Além do que, é fundamental construir estratégias de comunicação alternativas para furar este bloqueio imposto pelos meios de comunicação burgueses. Essas são algumas das tarefas e desafios dos Movimentos Sociais Populares.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Se analisarmos as coberturas que foram feitas das mobilizações do último período, de 2012 em diante, percebemos que a imprensa hegemônica do Brasil tinha certa unidade, com suas especificidades é claro, umas mais outras menos explícitas. A cobertura internacional das agências internacionais de notícias, também controladas pela burguesia, seguia o mesmo padrão brasileiro. Já as que são autônomas ou com outra orientação ideológica, tinham outra postura. O exemplo mais clássico foi a cobertura dada pela Telesur que tem cumprido um papel importante na divulgação das notícias e ideias dos Movimentos Sociais Populares anti-hegemônicos; assim como, as redes sociais alternativas como Mídia Ninja e outras que são formadas pelas organizações populares e de classe. É importante ter clareza que os meios de comunicação estão a serviço de quem os controla.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Podemos afirmar que a importância dos meios de comunicação e da imprensa para os Movimentos Sociais Populares é de caráter estratégico. Impossível pensar em construir uma força anti-hegemônica em condição de desequilibrar a atual correlação de forças que é adversa sem que se pense e construa um plano estratégico da comunicação de massas. O que é certo é que não podemos contar com a imprensa burguesa, pelo contrário precisamos combater, entender que não atingiremos o conjunto da classe trabalhadora sem uma comunicação eficiente. O que é certo também é que não existe receita ou fórmula mágica, o que se precisa é ser criativo nas formas e meios horizontalizados para construir um conjunto de iniciativas de comunicação que possa atingir o maior número de trabalhadores, ganhar corações e mentes para nosso projeto.

É fundamental que se articule as denúncias do papel da imprensa burguesa e das suas formas de manipulação, ao mesmo tempo, em que se apresentam propostas de superação sistêmicas, ajudando o debate político do projeto e das pautas dos Movimentos Sociais Populares. Contribuindo na informação e formação crítica seja para a organização da classe e das lutas específicas quanto do conjunto da classe e da sociedade.

As redes sociais hoje, entre elas a internet, ao mesmo tempo servem para difundir e divulgar ideias e fazer o embate ideológico. Ela permite que se faça a disputa em tempo real porque cada um tem o celular, cada um pode estar gravando e transmitindo ao vivo tudo que está acontecendo e o efeito pode ser imediato. Então, cabe a nós, na forma mais criativa possível, utilizar esse instrumento para fortalecer nosso projeto. Em alguns países, quando os embates se acirram, a primeira coisa que os governos fazem é tirar a Internet, porque quando eles percebem que ela não funciona pra eles e que está funcionando contra eles tiram de circulação. E quando é funcional para eles então tá liberado, é como a "democracia representativa burguesa", enquanto ela é funcional para eles, aceitam as regras, quando elas não funcionam mais, então rompem. Com a internet temos um potencial a ser trabalhado no sentido de ser um espaço para a gente divulgar ideias, de divulgar aquilo que está sendo construído e que não será nunca divulgado pela Globo ou outros grandes meios de comunicação, porque não interessa. Agora, por esses meios nós podemos alcançar uma parte significativa da sociedade, no sentido de potencializar, fortalecer as redes, as articulações, as (re) formações, as denúncias e as construções que estão em curso. Então, eu acho que a internet é hoje um dos meios mais importantes que precisam ser trabalhados.

Misnerovicz, fale da criminalização dos movimentos sociais e de seu período na prisão, os motivos e conjuntura por detrás de seu encarceramento. A repressão e a cooptação são as formas clássicas para impedir o avanço das forças que propõem mudanças estruturais na sociedade. Na sua visão, a prisão faz parte do processo de enfrentamento?

Nossa prisão é parte deste contexto, não é algo fora, ela não é por conta de um erro nosso, coletivo ou individual, e não é por vontade apenas de um juiz. Ela é parte deste contexto que estamos vivenciando no momento atual. Há uma tendência de acirramento da luta de classe. Os trabalhadores e os pobres não são incluídos na lógica sistêmica, mais cedo ou mais tarde vão reagir, vão responder e se defender. As organizações são feitas por lideranças, por pessoas. Então, eles mapearam algumas pessoas e tomaram a iniciativa de uma forma simbólica, de uma forma de dar um recado e dizer: *nós estamos atentos*. Por que pegaram a nós do MST? A luta pela terra, não só o MST, mas todas as organizações do campo, nos últimos dois anos, cresceram muito, então eles observaram isso e houve uma pressão sobre o estado.

Então, a prisão é um mundo à parte da sociedade. Separar, apartar o indivíduo da sociedade e castigá-lo. A concepção do presídio é esta. A grade, o muro, o arame, a cerca elétrica cumprindo essa função de punição e do castigo. Viver na prisão é viver num sistema que não tem nenhuma preocupação com o sujeito, tornando-o cada vez mais animal, mais bruto, porque vai se desumanizando pelas condições que ele é colocado. Viver nesse ambiente é o que há de mais difícil para um ser humano. Imagine uma pessoa presa por conta de ter uma vida dedicada a uma causa que é justamente da liberdade... Isso é uma situação muito complicada, é um choque, é um antagonismo.

Então, você vive, na prisão, o tempo todo essa tensão, essa crise, esse questionamento; você fica vulnerável, não tem informação, não tem comida, não tem nada se alguém não te levar. Do ponto de vista psicológico tu ficas totalmente abalado porque estás em um lugar que é muito tenso, tudo pode acontecer a qualquer momento. Eu, imediatamente, procurei reprogramar e construir uma rotina e preencher o tempo com a leitura, então a leitura para mim foi fundamental. Eu viajei o mundo através da leitura, nunca tinha lido tanto na vida como nesse período. Chegava a ler 10, 12, 15 horas por dia. A solidariedade que se manifestou de formas diferentes, em todos os lugares, foi fundamental, digamos assim, para a gente conseguir sobreviver nesse período.

Meu medo na prisão é de que as minhas convicções sejam abaladas, porque a militância é uma opção de vida e uma convicção de um projeto e quando se sofre na pele a prisão e sabe que é por isso, eu temia muito que a prisão me fizesse botar em questão a convicção. Aquela história: *Será que vale a pena eu continuar fazendo isso? Será que num tá na hora deu cuidar da minha vida pessoal e já tá bom minha contribuição...* Eu tinha medo que isso pudesse acontecer. E posso garantir, com toda a tranquilidade, ao contrário, as minhas convicções saíram mais fortalecidas.

É preciso buscar força, acreditar nas pessoas, acreditar na coletividade e, acima de tudo, saber que a nossa causa é tão grande que ela não cabe numa prisão. Pode até prender o indivíduo, mas a causa não tem sistema prisional desse planeta que caiba. A gente tem que acreditar na importância da causa que estamos envolvidos e que a prisão de um ou de outro não vai nos impedir de seguir lutando por ela.

Considerações finais

Todos os sujeitos são importantes, devem ser alcançados com as propostas e ideias, mas, em especial a juventude precisa ser alcançada, pois historicamente foram os jovens que colocaram sua criatividade, energia, rebeldia e ousadia para fazer as grandes transformações que a humanidade já experimentou.

"Parece que a gente fala para a comunidade de uma forma e a imprensa vem e fala de outra forma, sempre com termos pejorativos, sempre de uma forma estereotipada"

KEILA SIMPSON

Cidadania das pessoas trans

Fernanda Martinelli[1]
Maria Léo Araruna[2]
Taya Carneiro[3]

Keila Simpson é presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a maior e mais antiga Rede Nacional de Travestis e Mulheres Transexuais do Brasil, que tem como missão mobilizar Travestis e Mulheres Transexuais das cinco regiões do país para a construção de um quadro político nacional a fim de representar esses dois segmentos na busca de cidadania e igualdade de direitos. Foi a primeira travesti a assumir a presidência do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos LGBT e também é membra da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Em 2013 foi condecorada com o Prêmio Direitos Humanos, recebido das mãos da presidenta Dilma Rousseff.

[1] Professora da Faculdade de Comunicação da UnB (Universidade de Brasília), doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ (2011) e mestre em Comunicação e Cultura pela mesma instituição (2006). É integrante do grupo de pesquisa Cultura, Mídia e Política, pesquisadora associada à CIEC (Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos / UFRJ / CNPq) e ao NEMP (Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política / UnB) e membro da International Association for Media and Communication Research (IAMCR). Atualmente coordena pesquisa sobre discriminação de pessoas trans no acesso à renda e ao mercado de trabalho. E-mail: nandamartineli@yahoo.com.br

[2] Graduanda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos, atuando principalmente, nos seguintes eixos: Gênero, Sexualidade e Juventude. É ativista dos direitos de mulheres, de crianças e adolescentes, de pessoas trans e da população LGBT em geral. Integrante da Coletiva LGBT e Projeto de Extensão Corpolítica. Atualmente participa de pesquisa sobre discriminação de pessoas trans no acesso à renda e ao mercado de trabalho. E-mail: leoararuna27@gmail.com

[3] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGFAC/UnB) e graduada em Comunicação Organizacional pela mesma instituição (2016). Pesquisadora nos grupos de pesquisa Cultura, Mídia e Política e GEPCOR (Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação Organizacional) vinculados ao CNPq, e membra efetiva da Comissão Gestora Pró-LGBT da UnB. Atualmente pesquisa moda e identidade de gênero, e discriminação no acesso à renda e ao mercado de trabalho. E-mail: carneiro.queiroz@yahoo.com.br

Qual a sua percepção sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade? E dos movimentos sociais que atuam na luta pelos direitos das pessoas trans, em particular? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

A minha percepção é que os movimentos estão disputando muito individualmente algumas bandeiras, ou por protagonismo, ou por próprio "umbiguismo". Acho que isso é uma coisa muito presente, está todo mundo correndo sem um direcionamento sério. É preciso unificar mais a luta! Se a gente realmente quer fazer algo que reverbere sobre a população brasileira, é preciso que a gente siga bandeiras não únicas, mas bandeiras pré-definidas que sejam importantes, bandeiras que defendemos comuns a todos os seguimentos, sejam qualquer dessas pessoas LGBT.

O movimento que eu faço parte, mais diretamente e organicamente, é o Movimento Trans que também tem essa mesma problemática. Tem a problemática de que ele foi iniciado muito em cima não de uma briga, mas de uma proposta de protagonizar, de fazer propriamente com que a população trans tivesse representação por ela mesma e não por terceiros. E tem uma parte de pessoas que, até hoje, quer tutelar esses movimentos. É preciso modificar um pouco, é preciso oxigenar o movimento. É preciso que a gente tenha ideais novos, de uma juventude nova que possa se somar nessa luta, e que tenha em mente os ideais das pessoas que iniciaram e fundaram esse movimento – das pessoas mais velhas que aqui transitaram. Mas que pense conjuntamente com essa mesma população, as perspectivas do futuro a que a gente vai chegar. Na verdade, é isso que a gente precisa fazer.

Houve mudanças, sim, as mudanças que aconteceram foram esses pequenos avanços, essas políticas. Parafraseando Berenice Bento, "gambiarras legais". Mas eu acho que foram importantes as mudanças que a gente teve na forma como a gente era vista na década de 80: somente prostitutas somente à noite na rua, sem poder sair de dia; e hoje, já conquistando pequenos espaços, conquistando lugares. Obviamente, que muito distante do ideal que a gente precisa ainda enquanto população trans, mas já em uma perspectiva de mudança. É nítido que muitos assassinatos, também em maior número e muito alardeadamente como é bastante noticiado agora, quase uma morte por dia, nos causa um pouco de espanto e faz com que a gente tente encontrar caminhos para minimizar essa violência. Mas, a gente não pode negar que tem avanços em muitos aspectos em relação às pessoas trans no Brasil.

Como você avalia os enquadramentos sobre as pessoas trans em produtos de entretenimento na mídia brasileira – em novelas, cinema, programas de auditório? E como são os enquadramentos sobre as pessoas trans e os movimentos sociais pelos direitos das pessoas trans nos veículos de imprensa?

Os enquadramentos que a mídia mostra, hoje, sobre pessoas trans, são, na maioria, estereotipados, quase sempre eu chamo isso de visibilidade negativa. A mídia nunca está preocupada em proporcionar uma visibilidade positiva; são sempre programas de auditórios que tendem a ser mais vistos como sarcásticos, ou nesses programas mais de “baixaria”, quando vai uma trans ser entrevistada por uma pessoa que é completamente oposta ao que a pessoa trans significa. Então, eu vejo que a mídia explora muito esse lado, explora muito um lado mais polêmico da questão, tudo para ganhar audiência e pontos no IBOPE.

Eu não acho que a mídia, nesse exato momento e nessa conjuntura, favorece a população trans. Para mim, ela ainda deixa muito a desejar, porque convida as pessoas e, quando chegam lá, tem sempre uma polêmica posta no ar. E quando não é uma polêmica por questões que envolvem ideias e conceitos, faz-se uma apologia toda da imagem, torna masculinizada a imagem da pessoa trans, desrespeitando sua identidade de gênero; e por mais que a pessoa ostente uma identidade de gênero feminina, esta é colocada de lado. E isso é muito ruim com relação a essa mídia. É preciso que a mídia e a imprensa possam, então, perceber e dialogar com os movimentos sociais constituídos. E não precisa reverberar exatamente o que o movimento social determina, mas que a mídia possa se basear um pouco no que a gente prega, no que o movimento social vem debatendo. Porque a gente vem ouvindo e tem a possibilidade de estar mais próxima dessas pessoas e de exatamente poder responder a uma parte das demandas que elas tanto almejam.

A ANTRA mandou, num período anterior, uma carta aberta orientando os jornalistas brasileiros sobre como devem tratar pessoas trans: travestis, homens trans e mulheres transexuais. Como poderiam usar os artigos, como é importante, então, a forma de chamar essas pessoas, como é que você flexiona o gênero quando se está falando dessas pessoas. Mas, obviamente, alguns veículos tendem ainda a abordar essa questão de gênero da forma que o (dicionário) Aurélio determina, eles têm o conceito do Aurélio como o conceito definidor dessas identidades e acabam escrevendo e masculinizando os termos. Mas a gente tem tentado, de todas as formas, modificar um pouco essa realidade. A ANTRA tem trabalhado muito para fazer uma ação para que possa ser modificado esse conceito do Aurélio, a fim de que as pessoas, então, possam entender como é que a população de travestis, mulheres transexuais e homens trans do Brasil preferem ser tratados.

Você identifica diferenças nas abordagens sobre os movimentos sociais na imprensa em função da causa a que se associam? Identifica diferenças de abordagens com relação a um mesmo movimento social entre os diferentes veículos? Cite exemplos.

Obviamente que eu vejo muita diferença nas abordagens entre o que o movimento prega e o que a mídia publica. Eu acho que isso é mais um complicador para que a gente avance na questão da cidadania das pessoas trans. Parece que a gente fala para a comunidade de uma forma e a imprensa vem e fala de outra forma, sempre com termos pejorativos, sempre de uma forma

estereotipada, e isso não ajuda. É preciso que a gente encontre um caminho para fazer uma abordagem única, isto é, que o nosso movimento possa facilitar e que a mídia também possa repassar essas informações de uma forma que a gente se sinta contemplada quando eles falarem. Porque a forma de utilizar os termos que está corriqueiramente publicada pela mídia não nos contempla, apenas com raríssimas exceções, e isso eles fazem muito, um veículo vai copiando o que o outro fez... Um exemplo bem claro disso é a questão da homofobia. A homofobia, hoje, é utilizada pela mídia para todas as formas de violência contra pessoas LGBT. E nós do movimento trans entendemos que esse termo homofobia pode muito bem vir como um termo guarda-chuva que vai contemplar todas as fobias que se tem contra a população LGBT, mas aí reivindicamos também que seja identificado cada sujeito que sofre a fobia: para as lésbicas, lesbofobia; para bissexuais, bifobia; para travestis e transexuais, transfobia; e para gays, gayfobia. Então, com essa forma de falar, e se a imprensa puder entender a importância de apontar e falar dos sujeitos dessa forma, para a gente também seria muito importante, e iria popularizando mais os termos que a gente reivindica.

Você acredita que, de alguma forma, a imprensa brasileira contribui para a construção de imagens estereotipadas dos movimentos sociais? Como é isso especificamente em relação aos movimentos sociais pelos direitos das pessoas trans? Cite exemplos.

A imprensa e a mídia, no Brasil, sempre criam e mostram uma forma estereotipada dos movimentos sociais. Vamos lembrar que a mídia é burguesa, é sempre da classe burguesa, abastada, e sempre viram os movimentos sociais como sendo construídos por pessoas "vagabundas", sem ter o que fazer. A mídia sempre teve essa forma estereotipada de ver os movimentos sociais, porque os movimentos se levantam, fazem ações. E essas imagens estereotipadas que a mídia cria vão muito ao encontro dessa ideia de ser de uma classe social superior que pode estigmatizar outra mais baixa que não a sua. Então eu acho que quando esse movimento social é de pessoas trans, que estão à margem da margem da sociedade, é muito pior. Se a mídia já não conhece muito dos movimentos sociais existentes, imagina então daqueles feitos por pessoas trans? Feito de pessoas que estão ali de uma forma que nem deveriam estar. Por isso, é muito mais difícil ainda se colocar enquanto movimento social e ser respeitada enquanto tal, e ser respeitada enquanto pessoa trans que é ativista e política, e que pode e deve participar de questões públicas no Brasil.

Isso tudo não será visto com bons olhos, porque essa mídia que está aí, que é parcial e burguesa, acaba sempre pensando de uma forma elitizada. Se você pensar, por exemplo, já tem 22 anos que fazemos encontros nacionais. Já tivemos diversas atividades e levamos passeatas para a rua no Brasil todo, de garantias de direitos, mesmo que pequenos, mas de direitos para as pessoas trans. E a mídia nunca se interessa por isso, nunca populariza, nunca dá essas notas, nunca dá

essas notícias como notícias importantes. O que acontece é que a gente publica na internet, hoje, a internet nos dá essa grande possibilidade. Mas na TVs só aparecem casos muito estereotipados e casos em que dá uma visibilidade totalmente negativa. O caso Dandara, por exemplo, só tomou a TV depois que as mídias menores já haviam explorados à exaustão.

Você identifica alguma diferença da cobertura dos movimentos sociais entre a imprensa brasileira e a internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os movimentos sociais.

Assim como a imprensa nacional, a internacional tem a mesma forma de atuar, não é muito diferente. Acho que com uma pequena ressalva, alguns veículos de comunicação de outros países do mundo, alguns que eu conheço, fazem uma abordagem um pouco mais suave, mas, mesmo assim, ainda têm um teor muito de estereotipar as pessoas e de desqualificar e de associar sempre essas pessoas ao que há de mais nocivo no mundo. E isso não é incomum no resto do mundo.

O diferente, nessa questão da mídia aqui no Brasil e no resto do mundo, é que no Brasil nós somos muito vidrados na TV e nas outras partes do mundo não é assim, as pessoas não ligam muito a TV, não passam horas de suas vidas com a TV ligada, não há aquele hábito de estar com a TV ligada em grande parte de seus dias. Então eu acho que aquilo que passa na TV não reverbera tanto para as pessoas quanto reverbera aqui no Brasil. Essa diferença é importante de se analisar. Mas, sobre a visibilidade negativa, não é muito diferente em outras partes do mundo, obviamente com algumas ressalvas pode até acontecer.

É importante que as pessoas não se deixem guiar exatamente por aquilo que a TV mostra, mas que elas possam buscar outros canais de informação. Acho que esse trabalho deve ser feito aqui no Brasil. Não acreditar só no que a TV e as manchetes de jornal mostram, mas buscar outras formas e fazer seu juízo de valor. Acredito ainda que os programas religiosos veiculados na TV aberta, diariamente, têm uma contribuição muito significativa para que as violências contra LGBTs, especialmente contra as populações trans, se solidifiquem, pois passam informações preconceituosas, quase o dia todo, ao venderem um Deus que eles acreditam ser o ideal.

Qual a importância da imprensa para os movimentos sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A imprensa é um meio de comunicação importantíssimo. Nós temos como exemplo o programa “Amor e Sexo”, da Rede Globo que, quando passa, quase todo mundo assiste, porque o programa

faz uma abordagem diferente e interessante que dialoga um pouco com o que a gente do movimento social faz. Mas, mesmo esses programas mais progressistas ainda não conseguem contemplar a diversidade de sujeitos que compõem a comunidade LGBT, pois sempre primam por levar pessoas conhecidas da mídia, pessoas famosas e que são, quase sempre, de classe média branca; assim se esquecem de que a maioria da população LGBT está longe dessas classes e dessas identificações. Por outro lado, há outros programas que nem isso faz. Então, a mídia tem sempre esse papel duplo, se em um programa a abordagem é interessante e intensa, em outro já deixa muito a desejar. E aí todo mundo se baseia naquilo que a imprensa dita e diz, e a gente fica muito refém dessas coisas.

Acho que a mídia como um todo poderia compreender mais dessa diversidade que a gente tem e tentar equilibrar um pouco essa questão para que não fique só o lado pejorativo e que não tenha só um programa falando disso. Ela precisa envolver mais pessoas militantes, ativistas e até a academia, para que a gente possa orientar a população. E digo que isso deve acontecer nos grandes canais de comunicação, não só nessas mídias alternativas, mas na TV aberta mesmo, que todo dia entra na casa das pessoas. Tem que levar pesquisadores e movimentos sociais para discutir de forma muito séria essas questões que se referem a todos nós. A novela das nove da Rede Globo, "A Força do Querer", por exemplo, traz uma abordagem que retrata muito as pessoas trans em seu cotidiano e as dificuldades que passam. Ela está fazendo uma abordagem interessante. O que fica por trás disso é que sempre quando aparece na mídia é a abordagem da "coitadinha", ou da "marginalizada", ou da "doente". Essa abordagem da novela está muito pautada na patologia, o que é uma temática que as pessoas trans no Brasil e no mundo já vêm tratando: a necessidade de trabalhar com a despatologização.

As pessoas trans não podem ser mais reféns de laudos psicológicos e psiquiátricos que dizem quem elas realmente são. Elas são pessoas que podem dizer sobre elas mesmas e não precisam de um laudo para atestar isso. E a gente tem, cada vez mais, trabalhado muito com isso, mas a abordagem que vem aparecendo na novela, pelo que eu tenho lido e pesquisado, é muito ainda nessa questão da patologização. É preciso trabalhar para além disso. Não só pela despatologização em si, mas também para que a pessoa trans não precise se enquadrar nos moldes que essa patologia requer. Se a homossexualidade foi retirada do rol de doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS) na década de 90, por que não retirar a transexualidade desse rol? A gente vem trabalhando com isso, nós do movimento trans estamos debatendo muito sobre isso e já temos essa opinião formada. E esperamos, agora, que a mídia possa acompanhar o que estamos discutindo com os conselhos de classe, com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), para que a gente possa, então, entender também que essa questão de patologizar a pessoa pelo que ela é e se identifica é cruel, e as pessoas trans não merecem isso. Destaco que no último dia 25 de maio, por exemplo, o CFM convocou os movimentos sociais para rediscutir a portaria 1.955 de 2010 e a ANTRA pautou essa questão da patologização, entre outros assuntos.

Considerações finais

Acho que falar sempre desse envolvimento entre população LGBT, população trans, especificamente, e mídia, é uma coisa bem importante. É importante que a academia se debruce sobre isso, é importante que a gente publique estudos sobre esse assunto, para que, então, a gente possa mostrar para a sociedade brasileira que ela também tem a responsabilidade de pesquisar e investigar aquilo que ela não considera correto, para que as pessoas possam emitir seu próprio juízo de valor, e não deixar só que a imprensa dite. A imprensa mostra uma parte, mas a sociedade tem que entender um todo. Ter outro olhar, ver uma posição contrária, encontrar outro viés. Acho que trabalhos como esse podem contribuir bastante para que a sociedade brasileira se aprofunde e se familiarize mais com esse assunto.

"Os movimentos sociais que representam o segmento de homens trans e transmasculinos/não-binários (...) também trabalha no sentido de mostrar quem realmente são essas pessoas e desmistificar o ser homem trans e transmasculino/não-binário"

LAM MATOS

Pressa de viver de forma digna

Fernanda Martinelli[1]
Bernardo Mota[2]
Taya Carneiro[3]

Lam Matos tem 34 anos, nasceu em Brasília, atualmente é morador de São Paulo, coordenador Nacional do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT-, e membro do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT do Ministério da Saúde. Dos vários seminários, conferências, congressos e encontros, destaca-se a participação nas Conferências Nacionais LGBT, de Saúde e de Direitos Humanos, representando os homens trans e pessoas transmasculinas. Lam Matos

[1] Professora da Faculdade de Comunicação da UnB (Universidade de Brasília), doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ (2011) e mestre em Comunicação e Cultura pela mesma instituição (2006). É integrante do grupo de pesquisa Cultura, Mídia e Política, pesquisadora associada à CIEC (Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos / UFRJ / CNPq) e ao NEMP (Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política / UnB) e membro da International Association for Media and Communication Research (IAMCR). Atualmente coordena pesquisa sobre discriminação de pessoas trans no acesso à renda e ao mercado de trabalho. E-mail: nandamartineli@yahoo.com.br

[2] Graduando em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). É ativista LGBT, com foco em questões Trans, Transmasculinidades e de Homens Trans no Brasil, e Coordenador Nacional do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades. Atualmente participa de pesquisa sobre discriminação de pessoas trans no acesso à renda e ao mercado de trabalho. E-mail: obernardomota@gmail.com

[3] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPGFAC/UnB) e graduada em Comunicação Organizacional pela mesma instituição (2016). Pesquisadora nos grupos de pesquisa Cultura, Mídia e Política e GEPCOR (Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação Organizacional) vinculados ao CNPq, e membra efetiva da Comissão Gestora Pró-LGBT da UnB. Atualmente pesquisa moda e identidade de gênero, e discriminação no acesso à renda e ao mercado de trabalho. E-mail: carneiro.queiroz@yahoo.com.br

participou do encontro com a Presidenta Dilma Rousseff e mais seis representantes do movimento de travestis e transexuais, para a assinatura do Decreto 8.727 de 28 de Abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sua história na militância é marcada pela luta contra a transfobia e os diversos tipos de violências físicas e simbólicas que atingem a população trans no país. Em sua trajetória trabalhou arduamente pelo direito ao nome social, pela educação inclusiva em que a escola seja um espaço mais preparado para receber pessoas trans, e pelo direito de acesso à saúde pública.

Qual a sua percepção sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade? E dos movimentos sociais que atuam especificamente na luta pelos direitos das pessoas trans, e em particular dos homens trans e transmasculinos? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais hoje têm uma importância imensa, e de grande peso e valor. São eles que levam ao poder público as demandas principais da comunidade, são fiscalizadores das políticas públicas e acionam a população quando o embate deve ser mais incisivo. Os movimentos sociais também são responsáveis por ajudar a informar a comunidade sobre seus direitos e deveres e a empoderar essa comunidade para que seja autônoma e saiba reivindicar direitos pessoais e coletivos de maneira mais eficaz.

Os movimentos sociais que representam o segmento de homens trans e transmasculinos/não-binários, para além da visibilidade desse segmento, a luta pelos direitos não garantidos, qualidade de vida, direito de ser e segurança no ir, vir e existir, também trabalha no sentido de mostrar quem realmente são essas pessoas e desmistificar o ser homem trans e transmasculino/não-binário, resignificando os corpos, reconfigurando o saber sobre os corpos, lutando contra o machismo, a heteronormatividade, a cisgeneridade imposta, a sociedade patriarcal falocentrista, fortalecendo o transfeminismo, empoderando esse segmento e fomentando os debates sobre saúde, segurança, educação, empregabilidade e outros espaços para o livre acesso dessas pessoas aos direitos de forma equânime.

Um exemplo que podemos citar sobre os avanços conquistados foi o decreto sobre o nome social, nº8727, assinado em 28 de abril de 2016 pela então presidente Dilma, durante reunião com sete representantes dos movimentos de travestis, mulheres transexuais e homens trans, no Palácio do Planalto em Brasília, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Outra conquista mais recente é a decisão do STJ de que pessoas transexuais possam retificar seus registros mesmo sem cirurgia. A decisão do STJ não

obriga outros tribunais a decidirem da mesma maneira, mas servirá de referência para novos casos em instâncias inferiores. Saber o que o Supremo Tribunal de Justiça reconhece nosso trabalho já é um sinal de que todo o trabalho do movimento social de travestis e transexuais não tem sido em vão.

Como você avalia os enquadramentos sobre as pessoas trans em produtos de entretenimento na mídia brasileira – em novelas, cinema, programas de auditório? E como são os enquadramentos sobre as pessoas trans e os movimentos sociais pelos direitos das pessoas trans nos veículos de imprensa?

A recente explosão das questões ligadas às identidades de gênero, transexualidades e travestilidades deve ser vista e usada com cautela. Deve ser acompanhado de perto pelo movimento social e utilizada com sabedoria para que possamos impulsionar ainda mais esse debate para que se elimine ou pelo menos diminua o preconceito e melhore as condições de vida dessa parte da população. Existe uma parte dessa mídia, grande parte dela na verdade, que nos usa com sensacionalismo, oportunismo e até chacota. Os homens trans atualmente são tema de novela, mesmo sendo muito superficial a maneira como tem sido abordado o assunto. Ao mesmo tempo, temos que entender que é o caminho "mais fácil" para inserirmos esse debate no meio da grande massa, não sei de que maneira conseguiríamos falar de transmasculinidades se não usarmos o texto curto e grosso de "mulher "virando" homem", cheio de aspas dentro de aspas, para aí sim, debulharmos o assunto entre nossas comunidades e meios sociais em que cada um se encontra. Temos que dar um passo de cada vez, mesmo sabendo de todos os problemas que enfrentamos e da pressa que temos em viver de forma digna. Temos que ter paciência com a sociedade no que diz respeito em nos explicar e fazê-la entender que essa não é formada apenas pelo binarismo vagina=mulher e pênis=homem. O que não podemos aceitar de maneira nenhuma é a chacota e a jocosidade que a maioria dos programas de auditório fazem com a nossa população. Um grupo de pessoas que vive em situação de violência e risco não pode jamais ser motivo de piada e tratamentos desrespeitosos.

Como somos colocados nos veículos de imprensa é outra coisa a ser trabalhada. Existe sempre um desrespeito quando se refere às travestis. Ainda hoje vemos matérias tratando não só as travestis, mas também as mulheres transexuais, no masculino e negando a identidade feminina dessas pessoas. Quanto aos homens trans, sempre nos referenciam no feminino ou como lésbicas. Isso só faz com que a sociedade continue nos tratando com desrespeito e não reconhecendo nossas identidades de gênero. Outro fato que temos que observar é o tipo de assunto que nos envolve. Na maioria das vezes, travestis, mulheres transexuais e homens trans são motivo de matéria quando vítimas de violência, morte e/ou outro fato como assalto, agressão ou outro crime. Muito raramente somos notícia de orgulho ou conquista, e quando somos não dura muito tempo. Cito aqui um canal de notícias em que somos assunto único e principal, o site

de Neto Lucon, jornalista homem, cisgênero e gay que insiste em nos dar espaço nas notícias e que de tabela sofre os efeitos da transfobia quando seu portal tem assunto 100% voltado para e sobre a população transexual e travesti, e isso o impede de conseguir um emprego.

Você identifica diferenças nas abordagens sobre os movimentos sociais na imprensa em função da causa a que se associam? Identifica diferenças de abordagens com relação a um mesmo movimento social entre os diferentes veículos? Cite exemplos.

Com certeza, as abordagens são diferentes a partir do momento que as demandas são diferentes, mas não só por isso, tratam diferente de acordo com suas vulnerabilidades, e isso pode reforçar os estereótipos impostos pela sociedade. E a diferença diante dos canais de comunicação sobre o mesmo segmento acontece, os veículos de comunicação tem o "poder" de mudar todo o sentido de uma frase, por exemplo, e quando isso acontece, as informações podem se tornar contraditórias e não levar o conteúdo ideal à sociedade.

Você acredita que, de alguma forma, a imprensa brasileira contribui para a construção de imagens estereotipadas dos movimentos sociais? Como é isso especificamente em relação aos movimentos sociais pelos direitos das pessoas trans, em particular dos homens trans e transmasculinos? Cite exemplos.

Sem a menor dúvida a imprensa contribui para essa imagem estereotipada. Ela manipula as informações para mostrar aquilo que acha que as pessoas devem saber. Primeiro fazem com que o movimento social pareça um movimento de melindres e "mimimi" e não um movimento/coletivo em busca de melhores condições para a população, ou faz com que pensem que queremos "enfiar goela a baixo" ideologias ou acabar com a sociedade "tradicional". Uma coisa que fazem é sempre reforçar que somos doentes, que nascemos no "corpo errado", dizer que somos homens no corpo de mulheres, onde na verdade vivemos nossas identidades de uma forma muito mais intensa, mesmo que o corpo nos cause desconforto, não somos ou estamos errados, não carregamos nem temos culpa nenhuma de nada que acontece. Mas infelizmente a imprensa reforça esses estereótipos.

Você identifica alguma diferença da cobertura dos movimentos sociais entre a imprensa brasileira e a internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os movimentos sociais.

Com certeza existe uma diferença enorme. Toda matéria que vejo vinda de fora, trata as pessoas transexuais de forma educada e respeitosa, mostrando que essas pessoas estão reivindicando um direito que é negado a elas, ou uma conquista, enfim, pode ser que para eles, lá no exterior, não sejam matérias tão boas, mas com certeza são melhores que as daqui do Brasil. Um exemplo disso foi quando a Dinamarca não mais classificou a transexualidade como doença mental. Lá as matérias só mostravam os benefícios dessa decisão, como a melhora na procura de mercado de trabalho e a espera pela cirurgia de redesignação sexual. Já no Brasil se falou em poucas linhas sobre o avanço e se deu destaque às opiniões de "especialistas" que achavam delicado esse tipo de decisão a partir do pressuposto de que pessoas com transtorno de personalidade *borderline* podem ficar confusas a ponto de quererem fazer uma cirurgia de redesignação, defendendo que o diagnóstico é importante. Importante mesmo é que os médicos, psicólogos e psiquiatras saibam que mais importante do que um "diagnóstico", é acompanhar e ajudar a pessoa em seus conflitos e dúvidas, e não determinar se a pessoa é ou não transexual com um diagnóstico.

Qual a importância da imprensa para os movimentos sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Como é isso especificamente em relação ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) onde você atua? Cite exemplos.

A imprensa tem um papel importante para os movimentos sociais quando ela se torna o meio mais eficaz de levar notícias, debates, informação e afins à sociedade, de uma maneira mais rápida e de amplo alcance. A imprensa consegue chegar onde os movimentos sociais geralmente não chegam. As estratégias podem ser bem simples: um diálogo sincero e a veracidade no repasse das informações já é uma grande estratégia, e também tratar os movimentos sociais e suas demandas com respeito e buscando sempre a transparência.

A grande falha da imprensa é sempre distorcer a verdade ou fornecer a informação pela metade. O IBRAT, sempre que chamado para alguma participação pela imprensa, tenta não dar brecha para a manipulação dos depoimentos e distorção do assunto. Infelizmente tem sido assim. A imprensa, no geral, quando não sabe do assunto a ser falado, principalmente quando o assunto é a transexualidade masculina, sempre vem com as mesmas perguntas fúteis e tolas sobre homens trans. Não estou dizendo que todas as pessoas devem saber de tudo, mas quando tratamos de imprensa, pensamos que pelo menos o mínimo de pesquisa tenha sido feita para abordar o assunto.

Considerações finais

Acredito que tudo o que foi falado aqui tenha sido de grande importância, que informar ainda é uma grande ferramenta contra o preconceito, mas infelizmente não conseguimos fazer isso da maneira que gostaríamos. A imprensa e todo meio de comunicação leva mais inverdades do que verdades. Com isso a informação acaba se tornando fútil e sem valor e fazendo na maioria das vezes um desserviço para a sociedade e aumentando o trabalho dos movimentos sociais. Espero que um dia toda essa tecnologia, no que diz respeito à mídia, possa ser usada de forma melhor, não só em prol dos movimentos sociais, mas a favor da sociedade. Fico grandemente agradecido por contribuir de alguma forma com esse trabalho e espero que os resultados sejam os melhores possíveis.

"As mulheres sempre foram parte importante dos movimentos, mas agora têm voz e papel de liderança que não tinham antes. Isso muda a visão dos movimentos. Um exemplo é que as lutas lideradas por elas e as novas expressões de velhos movimentos sociais são mais interseccionais."

LYDIA ALPIZAR

Defender as defensoras dos Direitos Humanos

Ismália Afonso da Silva[1]

Lydia Alpizar nasceu Costa Rica e vive no México desde 1996. Morou no Brasil por cinco anos, de 2010 a 2015. Considera-se uma mulher mesoamericana e latino-americana, região a que tem dedicado seu ativismo feminista, um trabalho de grandes desafios. O relatório Defensores em perigo, publicado em 2016, aponta a América Latina como o lugar mais violento para defensores e defensoras de direitos humanos no mundo. Dos 185 assassinatos registrados em 2015, 122 ocorreram na região. As mulheres vivenciam situação ainda mais vulnerável que os homens. Ao assumirem liderança nas lutas por seus direitos, rompem a lógica sexista – também racista e heteronormativa – e assim enfrentam diversos tipos de ameaças. Em 2010, um grupo de seis entidades de México, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua criou a Iniciativa Mesoamericana de Defensoras de Direitos Humanos, com o objetivo responder a essa violência. Lydia integrou o comitê impulsor da iniciativa, como diretora-executiva da AWID, cargo que ocupou até janeiro de 2017. Socióloga, é formada no Programa de Treinamento de Advocacy em Direitos Humanos do Centro de Estudos de Direitos Humanos da Universidade de Columbia (Nova Iorque).

---

[1] Jornalista e mestre em Gênero, Sociedade e Políticas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) Argentina. Entre 2016 e 2017, atuou como consultora de comunicação do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), organização para a qual editou o livro Bem viver para a militância feminista. E-mail: ismalia.afonso@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Temos mudanças importantes, de diferentes tipos. Vou falar principalmente, do México e América Central, mas vou mencionar alguns outros países da região, também quando for relevante. Eu acho que uma mudança importante é a liderança das mulheres nesses movimentos tradicionais, por exemplo, como o movimento indígena, o movimento sindical, movimento de camponeses. As mulheres sempre foram parte importante desses movimentos. Mas agora acho que elas têm voz e papel de liderança que não tiveram antes e que eu acho que isso muda a própria visão dos movimentos. Um exemplo excelente disso é que essas lutas lideradas pelas mulheres e algumas dessas novas expressões de velhos movimentos sociais são mais interseccionais. Berta Cárceres, de Honduras, que foi assassinada em março de 2015, identificava-se como feminista, ela era uma mulher indígena e lenca, mas também era uma mulher ambientalista. Então, você tem numa mesma pessoa, seu movimento e sua organização que fazem parte dessa luta, a intersecção de gênero, tem uma análise contra patriarcados ou sexismo e discriminação de gênero muito forte nessa luta, mas também tem uma análise da crise do planeta, da crise da Madre Terra que é muito importante, e tem também direitos humanos e as questões indígenas de maneira central.

Agora, muitas mulheres estão lutando, por exemplo, pela preservação do ambiente, pelo território de recursos naturais, contra as mineradoras, contra os projetos que estão pegando os territórios dos povos indígenas, dos povos negros e que são liderados fortemente por mulheres. Os jeitos que eles estão pegando território principalmente das populações indígenas e afrodescendentes é mais forte depois do golpe em Honduras. Têm-se uma apropriação do território por parte das transnacionais em parceria com negócios locais nesses países. As lutas pela defesa do território contra as minorias, por exemplo, são velhas, mas estão numa nova fase, num novo momento de reativação das mineradoras.

Também temos movimentos que vimos no passado e que achávamos que já tínhamos superado, por exemplo, os movimentos das mães e familiares de pessoas desaparecidas. No México agora mesmo é enorme. Você tem um país em que – a depender de qual a estatística se utiliza – há mais de 30 mil pessoas desaparecidas. Então imagina a quantidade de famílias que são afetadas por todas essas pessoas que estão desaparecidas e a maior parte das pessoas que estão se imobilizando para tentar encontrar seus familiares são as mulheres. Muitas dessas organizações são novas porque esse fenômeno da desaparição forçada no México é bastante novo, nesta época atual.

Para dar um parâmetro de comparação, nós tivemos a desaparição forçada durante o período que chamamos de "guerra suja", de um pouquinho mais de 500 a 553 durante todo o tempo da Guerra Suja, nos anos 1970 e parte dos anos 1980. Ao passo que, na nossa última década, temos

mais de 30 mil desaparições forçadas. Há muitos movimentos novos emergentes de familiares que estão procurando justiça, procurando suas pessoas queridas. E a maior parte delas são mulheres – mães, avós, filhas, irmãs. Também tem homens, mas a presença das mulheres é importantíssima, e são pessoas que nunca ou em muitos casos fizeram parte de algum processo organizativo. Você tem ali atoras novas que estão desempenhando um papel muito importante na conjuntura atual. Temos isso também na Guatemala, Honduras, El Salvador, por exemplo, que agora lidam também com um novo processo que é a migração.

Mulheres centro-americanas vêm, a cada ano, para o México em caravana durante todo o mês de novembro, para procurar suas pessoas queridas, desaparecidas, que saíram de seus países em direção aos Estados Unidos, e desapareceram no México. Essas mulheres centro-americanas vão para as cadeias, vão para o centro de refugiados, vão para todo tipo de espaços onde acham que podem encontrar seus filhos, filhas ou maridos. Todos os anos elas vêm. Então, tem um movimento com respeito à migração, particularmente com respeito à desaparição dos migrantes que faz conexões muito importantes com as mulheres do México e as mulheres da América Central. Elas se chamam de mães centro-americanas.

Essa identidade da mãe que foi superimportante na época da ditadura na Argentina,, das mães da Praça de Mayo. Os coletivos aqui no México foram os primeiros da região, o coletivo Eureka, por exemplo, foi umas das primeiras organizações de mães de desaparecidos, antes mesmo de Praça de Mayo. Essa questão do lugar da mãe, como um lugar também político, de mobilização, frente à repressão, frente à violência que estamos experimentando, representa movimentos novos. A maior parte delas não tem experiência em organização, então tem um nível de risco enorme, porque também elas se tornam objeto de violência e repressão.

Outros movimentos e considero Brasil e Chile dois exemplos importantes, são movimentos estudantis muito jovens. No Chile, como também no Brasil, há secundaristas; e isso me dá muita esperança, o poder também das meninas em particular, que tomaram as escolas no Brasil. Em todas as escolas em São Paulo, por exemplo, em outras partes do país, para questões de direito de acesso à educação. Eu me lembro que pararam as ruas e fizeram muitas aulas nas escolas. Você tem essas expressões em outras regiões, no sul da África, por exemplo, são mulheres e homens, mas as mulheres, o mesmo que eu estava falando antes, desempenham um papel muito importante de liderança para os movimentos. Dessa forma, estão fazendo também educação política. Elas se consideram feministas, o que eu acho muito interessante.

No caso do Chile, essa luta alcançou uma coisa importantíssima que foi a gratuidade da educação, uma luta durante todo o tempo da ditadura. Nós temos movimentos estudantis que talvez não tenham longevidade, porque é uma característica do movimento, mas que foram bastante massivos e que têm um impacto muito importante. Para mim, essas são expressões novas, com novos atores, mas com movimentos que historicamente têm sido importantes na região. No México mesmo, tem uma história fundamental na luta pela democracia e dos movimentos estudantis. Agora mesmo tivemos os movimentos estudantis lutando contra a violência, contra a

repressão de forma importante. Por exemplo, no caso dos 43, que são estudantes homens que desapareceram, um deles assassinado. É um caso emblemático porque mostrou como o narcotráfico afeta todos os níveis de governo e todos os partidos políticos, assim como as instituições públicas – a força federal, estatal, municipal, estadual, policia, as forcas armadas, todos os partidos mostraram o contato forte, a parceria quase, aos partidos e o narcotráfico.

Nesse caso, a mobilização estudantil nacional tem sido importante para denunciar. Precisamente por ter essas características virou um caso paradigmático na luta pela democracia e contra a violência, militarização. E gerou uma mobilização nacional muito forte. Aqui você vê uma intersecção muito importante dos movimentos mais velhos de direitos humanos, as feministas, os movimentos pela paz, com os movimentos pelos familiares desaparecidos, esses últimos, os novos atores de que eu estava falando, e com os movimentos estudantis mais novos também. E particularmente os movimentos estudantis diversos, porque, mesmo que esses movimentos sejam das escolas rurais, que têm sido historicamente espaço de formação de movimento de esquerda no país, teve uma solidariedade muito forte das escolas públicas e também das universidades privadas se mobilizando.

Obviamente se você fala de México e América Central, o movimento indígena é muito importante e cresceu bastante. As mulheres indígenas têm um papel muito forte nesses movimentos, e mesmo que alguns desses atores tenham perdido a força que tiveram em algum momento, por exemplo, os movimentos zapatistas, ainda são importantes.

Algumas das mudanças que acho muito importantes, nesse contexto tão difícil que enfrentamos, e me dão muita esperança, são dentro do movimento feminista. Estamos vendo um papel importantíssimo das mulheres jovens, mulheres não organizadas previamente, uma resposta muito forte para a sociedade. Elas não são as atoras tradicionais do movimento, mas considero que é o legado, o resultado do trabalho de muitos anos. No Brasil, elas são muito jovens. É incrível, 13, 14 anos e elas estão nas ruas. Eu acho que o país que é mais avançado nessa questão é a Argentina, como um movimento “Ni una menos”, mas no Brasil e no México também, as mobilizações são impressionantes. Nunca antes, nenhum movimento conseguiu ter tantas pessoas na rua como agora.

Nessas últimas mobilizações, a resposta contra a violência contra as mulheres que é mesmo muito terrível nas redes sociais, você vê a misoginia, o sexismo, ao mesmo tempo tem uma resposta social importante liderada pelas mulheres. Essas marchas estão sendo convocadas por mulheres bastante jovens, que estão organizadas agora mais em coletivos, que não tem esse nível de institucionalidade que muitas organizações e movimento mais tradicionais alcançaram, mas que estão injetando uma nova energia e possibilidade da organização feminista, que é muito mais complexa também porque são mais diversas.

Tem atores que ganharam muita força e visibilidade, capacidade organizativa maior e muitas coisas vão mudando ao mesmo tempo em que faz com que vozes que não ouvimos antes estão

desempenhando um papel muito importante. As mulheres negras por exemplo tem um lugar muito importante agora nos movimentos da região, não porque que não tiveram, mas o nível de visibilidade, de poder, de visibilidade, de força e de contribuições que têm alcançado é fundamental. Isso injeta uma energia e uma capacidade de mobilização diferente. A mesma coisa com as mulheres jovens, com as mulheres indígenas, e outros atores.

Então eu acho que você tem novos atores, velhos atores com uma liderança mais forte das mulheres, o que muda também a própria lógica com que os movimentos mais velhinhos trabalham. E tem mudanças internas dos movimentos tradicionais. Nos movimentos de mulheres provavelmente seja um dos melhores para olhar, porque as mudanças são muitas lá. Novos atores, novas expressões organizativas, novas capacidades de mobilização, e novas agendas. Alguns temas seguem com mais visibilidade, como o aborto e questões de diversidade sexual, outros que tem a ver com a agenda econômica. Mas temos alcançado alguns outros temas, como o da violência principalmente que até cinco anos atrás não tinha essa visibilidade e que hoje consegue mobilizar não só as mulheres, mas também outras pessoas.

Você poderia comentar o papel dos movimentos sociais na atualidade?

Bom, eu acho que na América Central e no México, é muito importante. Primeiro, pela visibilidade da situação da violência generalizada que estamos enfrentando em nossos países, que é claramente uma quebra da democracia. Tivemos uma transição para a democracia muito importante, mas essa transição nunca se consolidou. Então foram processos muito frágeis que rapidamente viraram democracias inacabadas, democracias que não estão funcionando como tais. Só democracias eleitorais e mesmo aí não estão funcionando bem. Então acho que os movimentos sociais estão desempenhando um papel muito importante de visibilizar a violência e construir informação e quais os tipos de violência, quais são as vítimas, quais os autores que estão gerando essas agressões e continuar pressionando para revisão de contas, para justiça e para a repercussão da violência. Tem uma parte que eu acho que é muito forte essa questão de aprofundamento da violência social, da repressão e da população civil que está atrapalhada em meio de toda essa violência, de todos esses autores que estão exercendo a violência atualmente, e então os movimentos sociais estão desempenhando um papel importante aí.

Nesse contexto, em que as corporações e o setor privado têm tanto poder, e o setor privado corporativo transnacional e também nacional, os movimentos estão pressionando por seus direitos, seus direitos a terra, território e desenvolvimento. E eles estão lutando para que os territórios dos nossos países, a qualidade do meio ambiente e a proteção ambiental sejam respeitados. Todos os movimentos que lutam contra a mineração, contra as mineradoras estão se confrontando diretamente com o setor corporativo, que em muitos casos estão protegidos pelos governos, e também pelos Estados Unidos. Tem uma coisa que se chama Plano do Triângulo Norte, por meio do qual os Estados Unidos querem ocupar Guatemala, Honduras e El

Salvador. Basicamente tem muito a ver com questões militares, de cooperação militar, e também de desenvolvimento. É basicamente pegar os territórios mais importantes para a produção de energia elétrica.

Então os movimentos sociais estão desempenhando um papel importante de proteção de nosso planeta e do meio ambiente, para a vida das comunidades indígenas, comunidades afrodescendentes, e da população geral, além dessas mais particulares. Como as comunidades indígenas e afrodescendentes estão em territórios muito ricos de biodiversidade e de recursos naturais, elas viram objeto dessa repressão e da violência.

Temos também a defesa dos direitos específicos pela educação, pelo direito a informação. Os movimentos de mulheres continuam como suas lutas tradicionais, e estamos perdendo a batalha. Ontem em Honduras, o Congresso legalizou a criminalização total do aborto e impôs penas de cadeia, de 8 a 10 anos, para mulheres. Já temos situações bastante precárias em El Salvador, por exemplo, então você tem os movimentos fazendo as lutas por um conjunto de direitos que são muito importantes – diretos sexuais, direitos reprodutivos, a luta pelos direitos sexuais não só os movimentos das mulheres, mas também os movimentos LGBTI.

Essas lutas não pararam, mas se tornaram muito mais complexas, nesse contexto, onde a repressão e a violência são muito mais fortes e você vira objeto de repressão muito fácil, seja por parte dos atores do governo – maiores responsáveis pelas agressões contra defensores de direitos humanos – mas você também tem o narcotráfico, os paramilitares, os proprietários de grandes terras nesse jogo, além das corporações e suas forças de segurança.

Então eu acho que os movimentos continuam tendo um papel vital na defesa da democracia, na defesa dos direitos ganhos e tentando impulsionar os ganhos dos novos direitos, além de fazer resistência e dar visibilidade a essa repressão, a esse contexto de violência fortíssima, que não vimos nunca nesse nível. Eu tenho colegas da época da ditadura e elas falam que o nível de violência atual é enorme. Nossas gerações, as dos movimentos atuais, não foram criadas com essas experiências de resistência à ditadura. Então, por exemplo, as organizações de mulheres, elas não têm bons mecanismos de proteção. E temos essa mentalidade de sacrifício, de cuidar dos outros, que também operam contra a proteção. A proteção de si mesmas é a última que as ativistas pensam.

Os movimentos em geral têm mecanismos muito precários de proteção integral e poucos recursos financeiros. Isso faz com que o nível de risco e a capacidade para enfrentar toda essa violência se torne mais complexo. Então o papel é este: defender a própria existência do movimento, defender sua capacidade. É muito claro que os ativistas viram targets da violência como um jeito de tentar acalmar a mobilização. Nós falamos de violência exemplar, capaz de dar um exemplo de que se você faz isso é isso que vai acontecer com você, com sua família, com suas pessoas queridas. Então agora a resistência tem a ver também com isso, como construir capacidade pra continuar trabalhando com os movimentos sociais.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Sim. Quando falamos de movimentos sociais, somos ativistas mais progressistas, mas você tem os movimentos sociais, uma força que é coletiva, que utiliza ações coletivas para fazer mudanças, para defender coisas que já existem. Acho que os movimentos novos também muito fortes são os movimentos fascistas de direita. Também nesse contexto, o Brasil é um exemplo claríssimo, e com esses movimentos da classe média, muitos casos conectados com a oligarquia, com o setor corporativo, com as agendas muito especificas e estão também se beneficiando deste clima de falta de segurança. Muitas pessoas ficam com medo, e o medo as mobiliza para serem mais conservadoras, para procurar ordem, para apoiar a repressão, o uso da força. Então também temos esses movimentos em muitos casos apoiados também pelas igrejas principalmente por suas agendas e que tão falando de anticorrupção, da integridade dos funcionários públicos, servidores públicos. Em diferentes países, temos expressões também diferentes desses movimentos que conseguem mobilizar muitas pessoas e que estão lá na luta para lançar suas agendas que não são as agendas de democracia, de direitos humanos, de justiça e da paz. Não podemos esquecer deles, porque quando você fala como a imprensa faz a cobertura dos movimentos sociais, é muito interessante, eu acho que de novo o Brasil é provavelmente um dos exemplos mais claros, de como os meios de comunicação têm tanto poder e beneficiam a cobertura dos movimentos sociais mais reacionários de forma muito positiva, e constroem a estigmatização dos movimentos que não são hegemônicos. Esse fenômeno é comum em toda a região e cada país muda um pouco dependendo do contexto.

No México, uma das coisas tristes e muito preocupante é que essa violência é quase normal e cotidiana. Antes, você ficava assim “todas essas mulheres estupradas pelos traficantes, todos os feminicídios”. Agora, é tanta a violência que essas notícias viraram normais, não geram a mesma indignação que geravam antes. Isso também afeta o trabalho dos movimentos. Você tem esses movimentos de desaparições, os familiares dos 43, e um montão de casos, muitos, muitos casos. Tem bastante movimento pressionando por justiça, mas tem uma cobertura muito pequena. Podem fazer greves de fome... Agora mesmo familiares dos 43 estão fazendo greve de fome numa das principais ruas da cidade e ninguém sabe porque não sai nos meios. Tem pouca cobertura e uma cobertura muito estigmatizada. Se acontece algum problema é porque estão utilizando meios violentos. Se elas são mulheres, há um preconceito muito forte de gênero na cobertura. Se havia mulheres, vão falar delas, de sua atividade sexual, sobre ter deixado filhos em casa.

Quando você estigmatiza um movimento social, afeta a credibilidade e a legitimidade frente a toda a sociedade. Se o movimento tem uma credibilidade e uma legitimidade fortes, muitas pessoas que não fazem parte do movimento estariam prontas para apoiar suas causas e defende-los, mas quando o movimento perde a credibilidade e é estigmatizado, ninguém reage. Assim, o

movimento pode ser reprimido e haver pouca reação por parte da sociedade. Na Guatemala, por exemplo, a luta das comunidades indígenas contra a mineração tem as lideranças mulheres. Nos meios de comunicação, elas são acusadas de ser bruxas. Um preconceito de gênero muito forte. Para ter a comunidade confundida, acusam-nas de ter filho e não ter marido. Tudo isso faz com que essa liderança e o grupo ao redor delas fique estigmatizado. Os meios são utilizados, muito fortemente, como exercício dos poderes fáticos, e também os poderes do governo, para isolar e estigmatizar os movimentos contrários às agendas dos grupos do poder.

Ao lado disso, muito importante também, há uma repressão muito forte das pessoas que estão trabalhando nos meios de comunicação tentando dar visibilidade a corrupção, a violência, a impunidade. Neste ano, no México, acho que foram 15 jornalistas assassinados. No mês de março, foram quatro, foi assim um, outro, outro, outro. Muitas mulheres cobrindo questões eleitorais e denunciando a conexão dos partidos políticos com o narcotráfico. Um exemplo, é o caso de Miroslava [Breach], de Chihuahua, que publicou nome e sobrenome de muitos políticos que tem vínculos provadas com o narcotráfico. Eles chegaram em casa quando ela estava saindo com seus filhos e a mataram em março. A colega que trabalhava com ela saiu do México há dois dias para outro país com sua filha, porque teve ameaça de morte. Os jornalistas dos meios tiveram que criar redes e mecanismos de proteção para responder a violência. Nós os consideramos defensores de direitos humanos e agora há uma certa aproximação das feministas e mulheres trabalhando em proteção com as jornalistas, porque muitas das pessoas que estão sendo assassinadas ou ameaçadas são dos meios de comunicação. Assim, de um lado, você tem os meios mais mainstream, mas também tem uma resistência dentro dos meios, de jornalistas que estão fazendo um trabalho incrível para documentar, para denunciar a impunidade, a violência e a corrupção. E elas jogando sua vida nisso e estão sendo mortas. Honduras é um os países onde tem o maior número de jornalistas mortos. No México de 2010 a 2014, 41 mulheres defensoras de direitos humanos foram assassinadas. A maior parte das agressões, dos ataques é do governo e entre 2012 e 2014 tiveram um crescimento de quase 300%.

Tem uma rede que se chama de “Jornalistas de pé”. Essa rede foi criada nos últimos 10 anos e trabalha muito forte pra proteção das jornalistas, então os meios estão desempenhando diferentes papeis, mas eu acho que a nível social geral, pelo poder que tem, por exemplo, na televisão, tem uma capacidade de influenciar na construção de discursos que estigmatiza nos movimentos sociais mais progressistas, e apoia as agendas mais reacionárias. Uma coisa que mudou muito a cena dos meios de comunicação são as redes sociais, porque muitas coisas acontecem aí, mesmo que não toda a população faz parte das redes sociais, aí mesmo se tem agora os novos fenômenos que são importantes de registrar. Por exemplo, de ataques digitais. Não ataques de hacker, não estou falando disso, isso acontece sim, mas ataques muito bem orquestrados, preparados de trolls. Você é uma feminista e denunciou um estupro, então já existe uma quantidade de trollers bem organizados, que vão procurar toda a informação sobre você e vão atacar você e vão estigmatizar e também vão colocar você em risco na vida real, não só na rede. Então tem isso, pra mim essa violência digital é muito importante, nós pensamos em

segurança digital, de como proteger a minha senha e como faz encriptação, mas uma das guerras mais fortes são os meios das redes sociais. É uma guerra discursiva de utilização dos meios para exercer violência e repressão também contra as mulheres, e contra outros atores que estão levantando causas importantes. É impressionante a capacidade para mobilizar milhões de pessoas atacando, fazendo insultos. É uma guerra que muitas vezes perdemos porque não temos a mesma capacidade de resposta. Acho que não estamos bem preparados para enfrentar os ataques de discurso, ataques de informação e que acrescentam a essas questões de estigmatização, de credibilidade, e que também provocam um maior risco pros atores dos movimentos, pros ativistas.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim. Um caso bastante importante, que foi dos primeiros de repressão, completou 10 anos ontem. Foi quando o presidente atual foi governador do estado do México. Eles estavam tentando construir um aeroporto, mas tinham que pegar terras que são historicamente coletivas. Tem o movimento muito forte do povo de San Salvador. Eles estavam numa resistência muito forte contra a construção do aeroporto, e elas pegaram a força pública e fizeram uma repressão muito forte. Assassinaram não lembro quantas pessoas, mas foram bastantes, mas estupraram muitas mulheres e os casos dessas mulheres se tornaram emblemáticos. Elas são um movimento muito interessante porque as lideranças que em muitos casos foram homens, estão na cadeia ainda, ou fugitivos, e elas sempre marcham com facões, porque são camponesas. Então imaginem muita gente, todas marchando com seus facões. Para os meios, eles são violentos. Agora tem líderes mulheres importantes nesse movimento ainda resistentes, ainda exigindo justiça. Todos os casos de violência sexual ainda estão impunes. Então, ontem tiveram alguma visibilidade porque foram 10 anos de repressão, mas ninguém fala. Então essas coisas que com o tempo passa perdem prioridade, mas agora mesmo tem tantos casos assim no México, é mais difícil, e aí os meios de desempenharam um papel importante de estigmatização. E justificando a repressão, acho que essa repressão marcou de um jeito muito importante, o momento de maior repressão depois disso, pois foi quando estava começando a guerra contra as drogas, que foi lançada pelo governo do presidente anterior, Felipe Calderón, e que foi esta loucura, enfrentando o México agora mesmo. Mas você tem, outro exemplo, em El Salvador a luta das companheiras pela descriminalização do aborto, principalmente para tirar da cadeia todas essas mulheres que estão condenadas a 25, 30, 40 anos de cadeia por aborto. É uma coisa horrível. Tem uma campanha forte das 17 mulheres que estão na cadeia com essas sentenças. Elas tiveram já alguns triunfos, mas você tem os meios de comunicação que apoiam a Igreja Católica, principalmente, e estavam fazendo difamação das atoras do movimento de mulheres que tem trabalhado muitos anos nessa causa. Porém tem alguns outros meios internacionais com os quais é possível fazer parceria. Nós trabalhamos muito quando eu estava na AWID com o The Guardian. Foi uma parceria

interessante porque é um veículo internacional, com bastante prestígio. Elas entraram e fizeram uma boa cobertura, incluindo um vídeo em espanhol e inglês sobre a situação. Então dependendo da estratégia, os meios locais normalmente não apoiam, porque tem muito controle da oligarquia. Esses meios difamaram muito as companheiras, mas os movimentos tiveram também acesso a outros meios, internacionais, por exemplo, que ajudaram bastante. É uma luta que ainda continua, mas elas tiveram já alguns ganhos: uma das mulheres foi liberada e a sentença foi mudada.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Sim, forte. O país que é interessante olhar é Honduras. O caso de Berta, por exemplo, a luta contra a hidroelétrica. Você teve o assassinato de Berta e a cobertura tem sido claramente um alinhamento com o governo, e o governo do golpe, mesmo que tenha havido eleições, o governo realmente é o resultado do golpe. As corporações transnacionais, os grupos de negócios do setor privado local, com os partidos políticos que têm alianças com esse bloco. A maior parte dos meios de comunicação estão alinhados desse jeito. Você tem também uma série de rádios comunitárias e alguns meios mais alternativos e pequenos, que são dos movimentos sociais, mas cujo nível de penetração na população é limitado.

Tem uma agenda muito clara de desacreditar e de atacar, de promoção da violência contra, por exemplo, o movimento e a organização de Berta. Houve um relatório da Holanda, do banco que fez investimento na hidrelétrica, eles pegaram a informação do relatório e distorceram, e utilizaram pra fazer difamação da organização da Berta. Honduras é um caso muito claro, onde você tem linhas claras ideológicas e políticas entre os atores dos meios.

México fica um pouquinho mais confuso, eu acho que pela complexidade do país. Mas aqui o nível de violações à liberdade de expressão e de informação é muito forte. Tem sido uma reivindicação importante na luta pela democracia, porque o controle dos meios foi muito central nos anos do PRI [Partido Revolucionário Institucional]. Nos 70 e tantos anos de governo do PRI, eles controlaram muito fortemente os meios. Então a reivindicação de liberdade de expressão e de informação é muito forte.

Agora mesmo tem agendas muito fortes sobre isso, por exemplo, conectado com a questão da violência dos jornalistas. Tem vozes dentro dos meios mais importantes que tem tirado de alguns meios, por exemplo, Carmen Aristegui, que é uma jornalista muito importante ela fez denúncia de corrupção com fatos sobre o presidente e sua esposa. E eles tiraram a jornalista do meio de onde eles trabalhavam, tem ações contra ela, e agora criaram uma rádio online. É um ataque constante. É muito claro que qualquer dos meios que se propõem a fazer denúncia de corrupção

e impunidade são alvos da violência, por parte desses atores. Essa violência que pode ser judicial ou cooptar o proprietário do meio para que feche o programa. Então tem de novo uma aliança entre partidos políticos mais reacionários, com os principais meios de comunicação, televisão e rádio, e oligarquia.

E tem também o narcotráfico, que essa é outra parte que é muito importante. Tenho uma amiga, essa amiga que vive no Norte e ela fala: "Todos os meios estão controlados pelos narcos". Tem estados que já não tem Estado, tem puro narcoestado, no norte temos muitos estados assim. Então os jornais, por exemplo, locais, totalmente controlados pelo narco. A independência editorial é mínima. É um fato um pouco diferente de outros países, onde você tem o crime organizado completamente controlando muitos meios. De um lado, temos os grandes meios com uma aliança forte com o governo. Mas em nível estadual, as situações de aliança mudam. Há um fator muito forte em quase todo o país, algumas partes mais fortes que outras, onde o narco determina muito a cobertura dos jornais em particular. Quem não cumpre então é assassinado. Então, você tem muitos casos onde elas entram e matam todos no editorial, equipe do jornal, o editor principal. Tem um clima de muito medo, dentro dos meios.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Sim. Eu acho que é complexo, porque todos os meios não são públicos, são corporativos, mesmo o The Guardian é uma corporação. E nós tivemos muita discussão quando fizemos essa parceria, porque na AWID e em outros fundos ninguém tem uma parceria assim com ninguém. Pra nós foi interessante, porque discutimos muito isso na corporação. Ao mesmo tempo nós achávamos que a cobertura que eles fazem é bastante progressista. Então essa parceria era interessante, porque foi progressista. Foi interessante porque podíamos fazer sugestões dos temas e frente a conjunturas particulares, podíamos fazer sugestões para falar com ativistas locais. Achávamos importante que dar visibilidade às vozes da mulher em particular. Então por exemplo, se acontecia uma situação nós podíamos mobilizar os contatos locais para que tivessem uma opinião de ativista local progressista. Então tivemos muita influência pra fazer sugestões, e eles têm toda liberdade editorial para fazer as escolhas.

Eu acho que depende muito do contexto local e das estratégias que as ativistas tenham para utilizar a cobertura internacional a seu favor. Algumas vezes a cobertura internacional pode ser um problema. Se há acusações de que você está defendendo uma agenda estrangeira, e tem muita cobertura estrangeira, isso acaba reforçando a ideia de que sua agenda é uma agenda de fora. Então acho que também a utilidade é bastante conectada com o contexto e com a luta. Mas eu acho que quando pode ser utilizada pode ser muito útil. O que eu falava, por exemplo, algumas

vezes o contato com o portal El País é muito bom, eu acho que o Brasil é excelente. Lembro-me que estava no Brasil em maio de 2015, então uma boa parte das coisas do golpe e a cobertura do El País foi uma alternativa, um meio mais *mainstream*, mas como uma cobertura muito mais interessante.

O The Guardian acho que tem um impacto importante, precisamente porque é inglês. A informação que está saindo em espanhol ou português, você coloca em inglês e chega a uma audiência global maior. Quando estávamos fazendo um trabalho importante de apoio com a campanha em El Salvador, com as 17 mulheres, ao mesmo tempo, nós fizemos uma campanha de solidariedade. Eu estava em Nova Iorque com a diretora da seção mulheres do The Guardian uns três ou quatro dias após o assassinato de Berta e nós conseguimos colocar em contato com a filha de Berta. Isso ajudou a ter informação em inglês, tivemos uma campanha global. É importante ter informação em inglês para que saia da região, porque essas coisas ficam aqui, mesmo situações e casos importantes para um contexto global. Então acho que pode ajudar bastante.

No caso de Berta, tivemos uma combinação forte para a cobertura nos Estados Unidos, porque obviamente quando estava na campanha, Hillary tinha sido a secretaria de estado quando o golpe aconteceu, ela apoiou o golpista de Honduras, e o assassinato de Berta tem a ver com o golpe. Então a cobertura entra em contato com as informações forte, CBN, World Journey, Washington Post, tiveram cobertura dos acontecimentos de Honduras. Então, mas aí tínhamos uma estratégia concertada em como utilizar a cobertura internacional para colocar pressão sobre o governo de Honduras. Eu acho que quando temos capacidade para utilizar por ser muito interessante.

Essa experiência com o assassinato da Berta, na sua avaliação, é um exemplo positivo de como usar a cobertura internacional e ganhos políticos internos?

Acho que temos muito poucos ganhos no caso Berta. E a situação em geral é muito pouco otimista, é muito difícil. Mas eu acho que deu uma visibilidade global, um assassinato que é emblemático, paradigmático. É uma das lutas mais importantes do momento atual no planeta. É uma luta pela vida do planeta, pela vida das pessoas, liderada pelas mulheres, mas por uma mulher claramente feminista e indígena, ambientalista. Uma coisa mais a outra, mais a outra, a interseccionalidade da luta, das ideias, das estratégias, das ambições, da análise, da realidade. Ela [Berta] significava tudo isso. A forma com que os meios a apresentaram foi muito boa, porque conseguiram mostrar essa complexidade. Então acho que foi importante para que a coisa não ficasse invisível, marginal, para dar visibilidade, em um caso paradigmático de muitos outros que estamos enfrentando, da repressão, de violência, e da importância da luta, das comunidades. Estão resistindo, estão lutando, para que essas situações não aconteceram, e estão pagando com suas vidas. Então acho que foi um ganho de colocar uma pressão política, mas o governo hondurenho é um dos casos mais terríveis e patéticos de que não se importam de quanta pressão

internacional tenha. Eles continuam assassinando, continuam fazendo violações de direitos humanos, continuam apoiando uma agenda que vai pra trás, de retrocesso enorme. Uma das perguntas que se faz agora para as organizações e para as pessoas que estão fazendo solidariedade com Honduras é "o que mais fazer?" porque a pressão internacional não está dando certo. O secretário geral da Anistia Internacional vai para o país e o presidente não se reúne com ele.

Então sim, acho que ajudou, acho que o ganho foi a visibilidade, o ganho foi que as ativistas se sentiram acompanhadas, acharam que essa visibilidade poderia ajudar pra maior segurança. Eu estive lá em junho com a rede das defensoras e elas falaram que a rede é fraca, que não tem muitos recursos, tem muitos casos e estão numa situação de luto permanente. Muitas pessoas estão sendo assassinadas. Estamos ainda falando de Berta, mas já temos três mais, e elas estão muito desgastadas. Tem essa parte do impacto emocional, psicológico que é muito forte.

Então sim, tem o ganho, mas a situação é que o governo de Honduras não se importa com a pressão internacional, e a cobertura internacional tem um limite também como recurso.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

É muito importante a presença nos meios tradicionais. Como eu falei antes, muito da legitimidade dos discursos sobre os atores dos movimentos sociais é construída aí. Então, acho a presença dos meios tradicionais continua sendo importante. A promoção de cobertura boa, entrevistas e visibilidade da rádio, da televisão é importante. Eu acho também que essas estratégias de meios alternativos são muito importantes. Por exemplo, em Honduras a rádio comunitária pela internet continua sendo estratégia importante, então eu acho que a rádio tem uma penetração enorme na população ainda. Não podemos deixar de ter uma presença e são importantes porque elas mesmas têm sido alvo da repressão, fechamento. Não falamos de Nicarágua, mas a situação também não é boa. Um dos programas feministas de rádio que existia há muitos anos foi fechado há um mês. Então eu acho que esses espaços alternativos, meios de comunicação, são muito importantes, não podemos deixar.

As redes sociais poderiam ser utilizadas de um jeito muito mais forte, com maior intencionalidade. Do mesmo jeito que, em muitos casos, homens ou outros atores, estão muito bem organizados, com seus trolls e bots, eu me pergunto se temos que construir a maior capacidade pra ter uma presença maior nas redes sociais. Eu acho que é um espaço de luta pela construção de discurso. É um espaço de difamação, de ataques contra credibilidade, de estigmatização muito forte, e aumenta o risco dos ativistas e das pessoas em geral. Mesmo se você não é ativista de uma

organização, mas uma jornalista que está falando ou uma blogueira, todos esses atores ficam em maior risco.

Então acho que ainda nós falamos muito entre nós, e tem muitos bons grupos de facebook, twitter, mas acho que isso está chegando a outros espaços virtuais, onde entraremos em um debate com atores que tenham abertura para debater. É o que a própria Márcia Tiburi e sua análise sobre como falar como fascistas, o que é impossível, mas eu acho que tem muitas pessoas que não são fascistas necessariamente, e que estão tendo uma influencia muito forte desses discursos. Então acho que temos que entrar em uma luta também nesse nível de discurso. As redes sociais desempenham um papel importante, então temos que ter essas teias maiores, mais fortes, de presença nas redes sociais. Aí as mulheres jovens feministas e mulheres que não são tão jovens assim estão fazendo muito trabalho nas redes sociais e são muito boas nesse aspecto. Isso também é importante para outros movimentos sociais.

Ainda acho que, sim, que as redes que nós utilizamos são muito sérias a autoreferenciais. Não são tão abertas com a população mais geral. Tínhamos que ter mecanismos para poder entrar nesses outros espaços, ter capacidade de resposta e proteção frente a violência, e conseguir permanecer nesses espaços. Finalmente eu acho que uma parte que temos que utilizar muito mais, que está lá na historia de luta de muitos movimentos sociais da nossa região. Tem a ver com a comunicação, mas não é só comunicação. São as questões da arte na cultura, teatro, expressões artísticas plásticas e música. Agora precisamente temos as redes sociais e com muitas possibilidades de fazer melhor uso de técnicas e expressões que podem se conectar emocionalmente com as pessoas. Isso os fascistas fazem muito bem: uma conexão emotiva forte.

Eu acho que teríamos que pensar como podemos utilizar mais a arte e cultura, como meios para chegar e fazer conexões emotivas e políticas com as populações que estão sendo captadas pelos fascistas e seus discursos de medo. Eu acho que isso requer muita força e requer de outra criatividade nossa.

"A naturalização da violência contra os pobres no Brasil ou aos movimentos populares organizados é o ápice do noticiário burguês."

MÁRCIO ZONTA

Emancipação da classe trabalhadora

Flávia Quirino[1]

Especialista em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora, graduado em Jornalismo e Relações Públicas, Márcio Zonta escolheu o caminho inverso ao campo da mídia tradicional no país, ao lado da classe trabalhadora do país tem noticiado ao longo dos anos as lutas dos movimentos sociais e denunciado as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista que expropria os trabalhadores em função da manutenção de uma pequena burguesia. Atualmente, atua como correspondente nacional e internacional em áreas de conflito agrário e mineral em toda a América Latina e é membro da coordenação nacional do MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração. Em 2016, o Brasil de Fato publicou uma série especial de reportagens sobre os trabalhadores da mineração no Brasil, em "Suor de Ferro" Zonta expõe a realidade da mineração no país – uma atividade que beneficia poucos e exclui muitos – ainda invisibilizada na sociedade. Na contramão do que é "comum", Márcio Zonta tem apresentado o jornalismo tal como se deve ser: com função social e junto à classe trabalhadora.

[1] Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (2017), na linha de Jornalismo e Sociedade. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: flaviaquirino@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

O papel de qualquer movimento popular é incidir sobre a realidade nefasta imposta pelo sistema capitalista. Forjar a unidade entre a classe trabalhadora e garantir a formação, a organização e mobilização das massas para sua emancipação social. Levando em consideração o sentido temporal da pergunta, é necessário o pensamento dialético sobre a sociedade em constantes transformações diante das várias faces do capital. A vida de uma organização social nunca é linear e compete a ela interpretar as realidades e transformá-la, seja o tempo que for.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

A mídia brasileira é o intelectual orgânico da direita no Brasil e ao mesmo tempo o partido de oposição à esquerda. É a mídia neste momento que planeja dentro do golpe no Brasil - orquestrado pelos setores empresarial, parlamentar, jurídico e midiático - as estratégias de como formular a imagem negativa dos movimentos sociais à opinião pública. O que observamos, diariamente, na mídia brasileira, seja na internet, rádio, jornais impressos ou televisão, é uma sistemática criminalização dos movimentos e das lutas populares, como as que aconteceram no último período no país, contrárias ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em defesa da democracia, contra as reformas propostas pelo governo golpista de Michel Temer e pelas Diretas Já. Em todos esses momentos, a mídia brasileira agiu com o único objetivo de criminalizar, desvirtuar e invisibilizar as lutas populares. O monopólio midiático no Brasil age, orquestradamente, não há diferenças nas narrativas, o que muda, por vezes, é o título e o ângulo da imagem, mas todas com o mesmo objetivo. Dessa forma, as notícias sempre serão submetidas à luta de classes, pois esses conglomerados midiáticos hoje nada mais são do que grandes empresas de capitais difusos.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

As notícias sobre o MST, sobre os movimentos por moradia, sobre os movimentos que surgiram pela crise das cidades são um exemplo concreto da construção dessa imagem estereotipada. As notícias veiculadas sobre qualquer ação realizada por esses movimentos vêm sempre acompanhadas de palavras ou imagens que destoam de qualquer realidade, como, por exemplo, o uso sistemático das palavras ‘invasão’ e ‘vandalismo’ nas reportagens. Todas as notícias dão sempre entonação ao controle social, à providência a ser tomada pelas forças repressivas diante

desses grupos quando estão rebelados. Portanto, ela evoca o estado de exceção, onde o direito e o sujeito são colocados em antagonismos, vilipendiados pela legitimação da mídia. A naturalização da violência contra os pobres no Brasil ou aos movimentos populares organizados é o ápice do noticiário burguês.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Como já dito anteriormente, a mídia nacional funciona como um partido político, um partido obviamente que dentro do seu programa político não contempla as necessidades da classe trabalhadora e age em conluio com outra minoria, a elite brasileira. Por exemplo, embora as concessões de rádio e TV sejam estatais, os interesses econômicos atuam paralelo à produção de notícias. Além destes interesses econômicos, obviamente, se observa também os interesses políticos. Em 2016, a Revista Caros Amigos apresentou um especial sobre Mídia e Política em que se destaca que ao menos 40 políticos brasileiros, entre deputados e senadores são donos ou participam de grupos de comunicações em diversos estados brasileiros. Ou seja, a propriedade dos veículos de comunicação determina a produção do seu conteúdo. Não é em vão, que as lutas são constantemente criminalizadas, por trás disso certamente existem interesses políticos, econômicos, nesta seara não existe correlação de forças favorável à disputa ideológica na sociedade.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Depende. A imprensa latino-americana, salvo em alguns países, tem o formato igual, ou seja, reproduzem o mesmo noticiário, sensacionalista, espetaculoso, chulo, onde a mente humana que o absorve é empobrecida, se emburrece, enquanto a burguesia, a mesma que formula esse tipo de veículo de comunicação se aproveita da ignorância que implanta. Veja o caso do Peru, onde os anos do ditador Fujimori, quase oito periódicos com vocabulário e conteúdo chulo foi massificado para projetar uma deseducação social à maioria das trabalhadoras e trabalhadores peruanos. Ora, não teria diferença nenhuma o noticiário internacional nessas condições. Ou seja, salvo alguns meios de comunicação internacional que noticiam algo mais real, o restante está submetida à lógica do capital midiático dominado pelas burguesias latino-americanas. Veículos internacionais como Telesur e Opera Mundi, por exemplo, estão entre os raros a noticiar as ações dos movimentos sociais de maneira a não criminalizá-los.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

O que dialoga com a sociedade é o ato político revolucionário das trabalhadoras e dos trabalhadores, dos movimentos sociais. E nesse contexto entra o papel estratégico da importância política da comunicação dentro dos movimentos sociais, as ferramentas utilizadas pelos movimentos tem que atuar para tirar do extrato da luta política algo que dialogue com a sociedade. Muitas organizações não governamentais brasileiras investem em massa em jornalistas para dialogar com a imprensa, mas que imprensa, a burguesa? Ora, essa pauta a sociedade com aquilo que convém a sua classe, a própria burguesia. Não são os jornalistas-comunicação que irão mudar a realidade da sociedade sem o ato político revolucionário da massa trabalhadora. Essa comunicação pode ser instrumento de elucidação, politização, agitação para as lutas, mas para ser completa precisa terminar com a ação da massa espoliada rumo a sua emancipação política, econômica, social e não menos importante a cultural e o poder da própria voz silenciada.

Considerações finais

Desde o surgimento do capital, as massas estão sendo espoliadas de sua base material, aquela que lhe dava o ritmo certo de transformação da natureza, além da garantia da reprodução social de suas vidas alicerçadas, sobretudo, pela garantia de um território. Atacada pelo capital em seu cerne organizador da vida, a massa transformada em trabalhadores “livres” tem na comunicação a mensagem de uma vida irreal, ilusória, abstrata aos seus anseios mais contundentes e reais. Mudar esse cenário é extremamente necessário para evolução da luta política da classe trabalhadora.

"A mídia local sempre foi muito agressiva com os movimentos porque pertence às famílias de ruralistas e especuladores que dominam a cidade. [...] Por isso essas parcerias com o pessoal das mídias alternativas são tão importantes."

MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA

Quebrando a blindagem da mídia tradicional

Vinicius Souza[1]
Maria Eugênia Sá[2]

Marcos é líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde começou a ter contato com a luta pela moradia na cidade, atualmente com cerca de 30 mil pessoas vivendo em ocupações. Sua primeira experiência nesse campo foi durante a Ocupação Ceasa, que tinha 3.000 famílias e foi destruída em 2011. Muitas dessas famílias migraram para a Ocupação do Glória, com 2.350 famílias e quase foi desocupada em 2016. Um dos motivos para a vitória foi a integração entre o Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB) e o MTST. Além da ocupação Fidel Castro, com 700 famílias, organizada diretamente pelo MTST, o movimento atua em parceira nas ocupações do Maná (1.200 famílias) e Zaire Resende (2.200). Para Marcos, o grande diferencial do MTST é a metodologia, que não se encerra na conquista da moradia, mas participa ativamente de lutas mais amplas, tem formação política e cultural e atividade midiática por meio de redes sociais como o Facebook, com mais de 100 mil curtidas. A novidade nessa área é um aplicativo de notícias por celular que está sendo testado e já tem mais de mil downloads.

[1] Jornalista, fotógrafo e professor. Tem doutorado em Comunicação pela UNIP e atualmente leciona jornalismo na Universidade Federal de Uberlândia. Membro fundador do coletivo Jornalistas Livres é ativista há décadas pela democratização dos meios de comunicação e colaborador de diversos veículos. E-mail: vgpsouza@uol.com.br

[2] Fotógrafa, documentarista e sócia da MediaQuatro (www.mediaquatro.com), onde realiza trabalhos de jornalismo independente há 20 anos para veículos como Carta Capital, Caros Amigos, Agência Pública e Jornalistas Livres. Tem dois livros de fotografia e dezenas de exposições em todo o mundo. E-mail: mge_sa@yahoo.com.br

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade, especificamente em Uberlândia? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Eu sou de Goiás, de uma cidade chamada Rio Verde, e estou em Uberlândia, para onde vim fazer primeiro a graduação e agora o mestrado em Ciências Sociais na UFU, há oito anos. Meu primeiro contato com os movimentos sociais, primeiro o estudantil e depois os de moradia, foi em 2011, quando acompanhamos a brutal desocupação da Ocupação Ceasa, que era enorme e tinha entre 3.000 e 4.000 famílias, e foi feita com os tratores passando por cima de barracos ainda com pertences dos moradores para dar lugar a um cemitério. Parte das famílias iniciaram a Ocupação do Glória, em janeiro do ano seguinte, numa área que pertence à UFU. E o movimento lá, o MSTB, foi bastante esperto em buscar apoio dentro da universidade, levando à criação de uma rede de apoio e como eu fazia parte do movimento estudantil, passei a acompanhar mais de perto a situação das famílias e ajudar na organização dessa rede. Uberlândia sempre foi caracterizada por ter vários movimentos de luta pela terra. Diferente de outras regiões, não há a hegemonia de um único movimento e muitos migraram do campo para a cidade durante os governos petistas pela dificuldade da reforma agrária, apesar dos avanços em outras áreas. Aqui, a região é muito forte no agronegócio, então, como a luta no campo estava estagnada e a luta por moradia, querendo ou não, estava pulsando, muitas dessas lideranças da luta pela reforma agrária vieram para a cidade. Foi isso na Ocupação do Ceasa, foi isso na Ocupação do Glória, onde a maior liderança que tinha lá, o Marrom, foi formado no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e depois foi Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

Outro movimento importante é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem história em ocupações urbanas como os bairros como Dom Almir, Prosperidade, Celebridades e Zaire Resende, formados a partir de ocupações nos anos 1990 e 2000. Se o Ceasa e o Glória são muito importantes como marcos na luta urbana, é também fruto disso. A CPT funciona como uma espécie de assessoria, além de ajudar na organização. O problema é que quando as ocupações viram bairro sempre tem o perigo de se perder a memória da luta, com as pessoas que moram lá não se reconhecendo mais nos movimentos. Se bem que quando começa uma nova ocupação, normalmente é desses bairros que vêm muitos que já não conseguem pagar aluguel. É uma coisa mesmo meio contraditória.

Eu vim do movimento estudantil, que foi importante, mas quando você começa a ficar mais velho na universidade começa a ver as contradições e as limitações que um movimento de classe média tem. Eu passei a me dedicar mais às ocupações, acordando domingo 5 horas da manhã para ir para a ocupação. Afinal, é um perfil de militância que exige uma dedicação maior e eu acabei gostando dessa dinâmica.

Em 2013, eu participei de quase todas as manifestações de rua na cidade e percebi uma mudança em como a sociedade estava vendo as lutas. Mesmo a periferia não tendo participado ativamente das manifestações, parece que chegou um recado de que era permitido lutar, porque até então a cultura existente era que lutar era coisa de vagabundo. As manifestações de junho questionaram isso e a própria mídia teve de ceder e começar a reconhecer a importância de se ocupar as ruas. E, pelo menos num momento inicial, a luta contra o aumento nas tarifas de transporte público deu certo, mostrando não somente que era legítima, como também que poderia ser vitoriosa. Ao mesmo tempo, o Glória começava a se consolidar. Com a rede de apoio, diálogo com a reitoria, eles conseguiram ganhar tempo e em ocupações, tempo é consolidação. E qual era a pauta concreta nas periferias? Era a questão da moradia. Você tem um boom na especulação imobiliária entre 2011 e 2013, com o aluguel subindo muito e os salários não subiam na mesma medida. E Uberlândia é caracterizada pelos grandes latifúndios urbanos. Tem famílias que têm fazendas no meio da cidade. Então, em junho de 2013, o pessoal começou a ocupar tudo o que podia. Tínhamos na época quase 20 mil famílias acampadas. Tinha família ocupando campo de futebol vazio.

Nesse contexto, por intermédio da CPT, se formou um Fórum de Luta Urbana porque teve muito movimento que surgiu de forma espontânea, como, por exemplo, a Ocupação Maná, no bairro do Morumbi. O pessoal não vinha da luta agrária, era um pessoal apertado pelo aluguel que viu o exemplo do Glória, das manifestações de rua e ocupou um vazio que existia ao lado do bairro em que morava. O fórum foi uma forma de juntar e organizar essas lutas e se constituiu uma grande força na época.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças? Cite exemplos.

Aqui, em Uberlândia, a relação da imprensa com os movimentos de luta, seja urbana ou rural, sempre foi de uma postura em grande parte agressiva. Primeiro porque a maioria das famílias que são donas das grandes corporações de mídia da cidade também são as ruralistas ou envolvidas com imobiliárias e construtoras. A expressão disso é a família do Tubal Vilela, por exemplo, que foi prefeito da cidade na década de 1950 e dono da primeira e maior imobiliária do município. Mesmo tendo assassinado a esposa pelas costas por ciúmes, segue dando nome à principal praça do centro. Seu filho, Tubal Siqueira Silva, é dono da Rede Integração, afiliada à Rede Globo com a maior cobertura no estado de Minas Gerais. O neto, Rogério Neri de Siqueira Silva, foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia e diretor da Associação Mineira de Rádio e Televisão, tendo sido por um breve período secretário estadual de Desenvolvimento Econômico.

Por mais que algo tenha mudado em 2013, uma coisa era a mídia lidar com essas manifestações, outra coisa era lidar com os movimentos populares. No final de 2013, por exemplo, o movimento

sem teto ocupou uma granja abandonada pertencente a uma fazenda dentro da cidade. Só que um dos donos da área era ligado à TV Integração e à TV Vitoriosa [afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)] e a reação foi imediata. Eles faziam reportagens quase todos os dias com acusações de que o pessoal estava vendendo lotes, imagine, a R$ 30,00, o que é absurdo. O ataque foi constante e massivo, chamando movimento de vagabundo e tal, atacando até o prefeito na época, o Gilmar Machado, do Partido dos Trabalhadores, desgastando a imagem de ambos e tornando a situação complicada. Tanto é que o movimento teve de recuar e fazer uma espécie de acordo com a prefeitura para a desocupação em troca da desapropriação de duas áreas, o Maná e o Canaã. Mas não dá para dizer que também não há contradições dentro da própria mídia.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

O retrato é sempre estereotipado. No Brasil, eu diria que a luta de classes está expressa até mesmo no uso dos termos. Não se fala em ocupação, eles chamam de invasão. Não são ocupantes, são invasores. Não chamam de manifestantes, chamam de vândalos, de terroristas. Nós tivemos uma questão mais dura, por exemplo, quando a área ocupada era dos donos da Globo, mas o mais engraçado é que a rede de TV que tem a postura mais honesta e às vezes até fala bem dos movimentos é a própria Globo, se você pega as reportagens sobre o Glória ou até mesmo outras áreas. Outra postura é a do SBT, com o programa matutino Chumbo Grosso, que tem uma pegada mais sensacionalista e personalista. Então chama os advogados, apela para um lado emocional, não vai fazer nunca a discussão. Não que a Globo faça, mas os programas têm repórteres que às vezes são dialogáveis. Piores ainda são as outras redes, Record e Bandeirantes, onde a postura é sempre sensacionalista, chamando de vagabundo pra baixo. Então é importante encontrar essas contradições e dialogar quando for possível, obviamente quando não for no terreno deles porque aí não tem conversa, e usar isso a favor dos movimentos. E querendo ou não, pela CPT ter um histórico de mais de 30 anos de luta na cidade, eles desenvolveram um respeito principalmente em relação às figuras do Frei Rodrigo e do advogado Dr. Igino, que são sempre consultados e às vezes chamados para programas ao vivo.

Outra mídia regional importante por ser impresso, mas principalmente por sua inserção na Internet era o jornal Correio de Uberlândia, que fechou em dezembro de 2016. Apesar de ser conservador sempre fez a cobertura, que variava de uma crítica mais rasteira a reportagens mais honestas. Mas nunca deixou de procurar a gente, seja sobre o Glória, seja sobre outras manifestações com pautas nacionais como fechamento de rodovias, por mais que tivesse um caráter de direita. Talvez tenha deixado um vazio na cidade, que nenhum outro órgão conseguiu ocupar.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Há sim. Mas o pior é que tentam se vender enquanto neutros. Em outros países, por exemplo, você tem jornais que são claramente de direta, outros que são abertamente de esquerda. Eles não têm vergonha de dizer o que eles são. A mídia no Brasil insiste em passar por isenta, mas em grande parte é de direita, ligada a famílias tradicionais, oligopólios, ruralistas... São poucas as famílias que administram a mídia. E, como disse antes, usam os termos como ferramenta de luta ideológica. Não chamam de golpe, chamam de Impeachment, num descompasso brutal do que a mídia internacional mostra. Se você pegar as manifestações da greve geral de 28 de abril, por exemplo, os veículos internacionais noticiaram o que aconteceu. Aqui tentaram dizer que não houve greve geral, que foi pífia, reforçando o discurso do governo golpista.

Em segundo lugar, a porcentagem da mídia privada no Brasil é enorme, é de quase 99%. Isso não significa que em outros países não existe mídia privada. Mas há um equilíbrio maior entre setor privado, setor público e setor estatal. Isso seria democratizar a mídia. A gente não quer necessariamente acabar com a mídia privada, estatizar tudo, comunismo. Não, mas deveria haver uma paridade entre esses setores e isso não acontece no Brasil. A Globo é dona de TV, de jornal, de revista, de rádio, de portal de Internet, de provedor. É dona de TV a cabo, é dona do aparelho que recebe a TV a cabo, da torre, do satélite... Isso não existe. O que existia de TV pública, com o governo golpista, está sendo eliminado. Um exemplo é a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) que está sendo destruída, acabando com a TV Brasil, que tinha um noticiário um pouco mais equilibrado.

Esses pontos, infelizmente, nunca foram tocados, nem mesmo pelos governos mais de esquerda do Partido dos Trabalhadores. Vamos ver agora, se com o Lula [Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil entre 2003 e 2010] a coisa muda. Pelo menos agora ele está adotando um discurso de enfrentamento a esses oligopólios, de combater o "candidato do Plim-Plim" [referindo-se ao som da vinheta de intervalo comercial da Globo]. Vamos ver... Agora só acredito vendo.

A mídia alternativa tem conseguido furar um pouco esse bloqueio e tem uma posição bem mais à esquerda. Aqui em Uberlândia, como eu disse, existe nossa produção própria e a Mídia Ninja e os Jornalistas Livres, que basicamente nos últimos dois anos começaram a se inserir mais na cidade e ter uma produção e divulgação mais organizadas. Isso faz a diferença porque eles conseguem dar uma projeção nacional às questões locais. Por exemplo, um problema que a gente tinha na cidade, era conseguir realizar manifestações com 15 mil pessoas ou mais [a cidade tem cerca de 600 mil habitantes] e corria o risco disso morrer aqui. Ninguém sabia, nem na cidade. Se você não está no mapa das mídias, você não existe. Deve ter cidade que está fazendo coisas interessantes, mas a gente não sabe por que não é divulgado. Em Uberlândia acontecia isso um pouco. Agora, você minimamente tem essa inserção nacional e também local. Às vezes tem uma

pessoa que é da cidade, que não foi ao ato, não viu na mídia tradicional aqui, as viu nos Jornalistas Livres, viu na página da Mídia Ninja e passa a se interessar, a querer participar do próximo. É uma coisa que você joga para o nacional e volta para o local. É importante inserir a cidade e suas lutas no cenário das mídias alternativas nacionais, atingindo pessoas que nunca saberiam disse através dos sindicatos, dos movimentos.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

A gente teve dois tipos de contato com mídia internacional. Um foi um rapaz que Suíça que trabalha numa agência ligada à ONU, que fez um minidocumentário sobre as ocupações em Uberlândia, em 2015, especialmente o Glória [considerada a maior ocupação urbana da América Latina atualmente, com 2.350 famílias e mais de 15 mil pessoas vivendo em um terreno a UFU ao lado da Rodovia Federal BR 050]. O documentário foi transmitido em conferências da ONU e teve uma repercussão legal. Isso aconteceu por um contato do Frei Rodrigo, que tem uma inserção internacional muito grande. Tivemos também contato com um rapaz da Austrália, que mora na Rússia, que está escrevendo um livro sobre o MTST e veio a Uberlândia conhecer a história do MTST na cidade. Mas nunca tivemos de outros veículos internacionais aqui. Só o movimento nacional, que aí sim o Guilherme Boulos [coordenador nacional do MTST] dá sempre entrevistas para veículos como o El País e outros. Isso geralmente fica mais centrado em São Paulo, um pouco Rio de Janeiro.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A grande novidade em termos de comunicação são as mídias alternativas como a Mídia Ninja e os Jornalistas Livres. Apesar do Fora do Eixo, berço dos Ninja, ter nascido na cidade, num primeiro momento, em 2013, eles estavam mais concentrados em Belo Horizonte e somente agora retornaram a Uberlândia. [Os Jornalistas Livres foram fundados em março de 2015 e atuam na cidade desde abril de 2016]. O MTST e a CPT têm uma produção própria para divulgação, especialmente pelo próprio Frei Rodrigo que sempre leva o celular, registra e tem bom alcance nas postagens nas redes sociais. Coincidiu de eu também trabalhar profissionalmente com audiovisual e produzir vários pequenos documentários sobre o Glória e o Maná na perspectiva de divulgar a luta. Mas conforme eu fui assumindo a coordenação no MTST, atuando na linha de frente, consumindo mais meu tempo, tenho tido dificuldades em desenvolver os dois papéis. É

impossível coordenar um ato em cima do carro de som e ao mesmo tempo fazer a cobertura audiovisual.

É essencial a parceria com a Mídia Ninja e os Jornalistas Livres porque nós nunca tivemos um nível de organização para isso. O trabalho de mídia não é somente o registro e jogar na rede. Envolve disciplina de postagem, de acompanhamento, para que haja um alcance maior na divulgação, o que exige uma equipe que a gente nunca teve. Às vezes até colocamos os jornalistas independentes como administradores de nossas redes para que possam postar diretamente seus conteúdos ou os nossos para ajudar processo de divulgação.

Ter esse processo de alguém pensando a divulgação é essencial. Um exemplo foram as manifestações de 31 de março, quando fechamos algumas rodovias e a repressão policial foi brutal. Já chegaram atirando, não houve qualquer possiblidade de diálogo. O que fez "bombar" a notícia foram os vídeos da Mídia Ninja e dos Jornalistas Livres, com a divulgação imediata, quebrando a blindagem da mídia tradicional. Antigamente, se eles não publicassem um fato, era praticamente como se esse fato nunca tivesse existido. Hoje está difícil fazer isso com uma página da Mídia Ninja que tem mais de um milhão de curtidas. O vídeo dos Ninja teve, acho, 50 mil visualizações e dos Jornalistas Livres mais de 8 mil. Imagina colocar todo esse povo na rua, manifestando? É significativo. E repercute não só nas páginas deles, porque a gente replica na página do movimento nacional, na da frente, em individuais... A repercussão é tanta que chega a causar certo constrangimento até na polícia, que teve de se reunir com a gente posteriormente e ir para a grande imprensa dizer que nós atacamos primeiro, que lançamos pedras e tal. Tiveram de se dar ao trabalho de construir sua contra narrativa, o que revela um cenário de disputa que antes não existia.

Qual o papel dos movimentos sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos?

Eu diria que sim e não. Os movimentos sociais sempre foram responsáveis pela luta, pela garantia dos direitos e pela democracia. Esses três temas permanecem. Acontece que atualmente isso está agudizado. O conflito está muito mais escancarado e num nível de contradição, que é enorme, pelo contexto do golpe de Estado. Não que o governo Dilma não viesse já atacando os direitos. A política de ajuste fiscal que o governo do PT vinha fazendo já era uma política de ataque aos direitos da classe trabalhadora e talvez até fizesse as reformas que o Temer [Michel Temer, do PMDB, vice-presidente que assumiu o governo com o golpe] está fazendo. A questão é que para os ganhos de capital na conjuntura de crise internacional, nem o governo da Dilma servia mais. Era necessário fazer rápido e fazer brutal. Por isso o Temer. Olha o que ele está fazendo e de que forma. Essa lei de terceirização que foi aprovada, por exemplo, permitindo a terceirização de qualquer trabalho, mesmo as atividades-fim das empresas e com contratos temporários de nove meses, não é brincadeira. Há, ainda, o congelamento dos gastos sociais por 20 anos, que também

já foi aprovado. Imagina o que isso vai ser. E é uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que para um novo governo mudar vai ser necessário dois terços do Congresso para reverter.

Podemos ter um presidente de esquerda que vai estar amarrado por essas mudanças. E tem também a reforma trabalhista e a da Previdência sendo votadas, que representam um enorme retrocesso ao país. O que está sendo proposto para de reforma trabalhista no campo é simplesmente a volta à escravidão, com trabalhadores sendo pagos não com dinheiro, mas com comida e casa. O que estão querendo fazer com os indígenas, brecando demarcações, é praticamente o fim da Fundação Nacional do Índio (Funai), tanto que o presidente da entidade, um pastor evangélico de direita [Antônio Fernandes Toninho Costa], foi exonerado em maio e saiu dizendo que não ira compactuar com a corrupção e ficar submetido a um ministro ruralista. É um governo tão reacionário que às vezes até o povo da direita assusta.

Então, são os movimentos sociais, os sindicatos, os coletivos da juventude que minimamente estão freando o processo e segurando as pontas. Já vínhamos denunciando o discurso golpista, mas infelizmente o golpe aconteceu devido à força que a direita tem no Congresso, no Executivo, na mídia, no judiciário. Eles não têm apoio popular, mas têm todas essas estruturas. E nesse sentido a mídia tem um papel fundamental no golpe, no processo da retirada dos direitos, fazendo propaganda a favor dessas reformas. Não há debates. Há propaganda. É diferente.

Considerações finais

O MTST em Uberlândia atualmente está acompanhando diretamente a ocupação do Glória com 2.350 famílias, o Maná com 1.200 e o Zaire Resende II com 200, num total de 30 mil pessoas. O movimento tem também uma relação bastante orgânica com a CPT, que tem um leque de atividades ainda maior, acompanhando praticamente todas as ocupações urbanas da cidade. Em novembro do ano passado o MTST organizou sua primeira ocupação própria, a Fidel Castro com 700 famílias, com a bandeira do MTST e segundo o método nacional de organização. Em 2013, na esteira das grandes manifestações, o Fórum de Luta Urbana teve uma importância enorme, conseguindo colocar dez movimentos numa mesma mesa para debater e criar ações conjuntas e de apoio mútuo.

Naquela época, Marcos percebeu a força dos movimentos locais e também a necessidade de uma inserção nacional maior. Segundo ele, a questão do Glória precisava ter repercussão nacional para proteger seus moradores de um massacre como o que ocorreu no Pinheirinho, em São Paulo, em 2012. Enquanto isso, o MTST, que surgiu em 1997, também estava num momento de maior visibilidade nacional, principalmente devido às manifestações contra as desapropriações para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Um dos sucessos do movimento foi a ocupação no bairro de Itaquera, quase ao lado do estádio construído para a abertura do torneio na capital paulista. Guilherme Boulos chegou a dar uma grande entrevista do canal de notícias da Globo, a

GloboNews, assistida também em Uberlândia. “Eles estavam fazendo em nível nacional a mesma coisa que fazíamos em nível local e vimos que podíamos juntas forças, por isso procuramos o movimento”, diz.

Em fevereiro de 2015, Boulos vem a Uberlândia, conhece o Fórum e fica maravilhado com o nível de organização local. Com isso, os movimentos da cidade passaram a fazer parte da Frente Nacional de Resistência Urbana, da qual o MTST era membro, e participar dos calendários nacionais e manifestações nacionais, principalmente para reivindicar a implantação do programa federal de moradia popular Minha Casa Minha Vida III. A visibilidade dos movimentos é ampliada, local e nacionalmente, através da divulgação de suas ações também pelas mídias alternativas, como os Jornalistas Livres e a Mídia Ninja, quebrando em parte a imagem estereotipada mostrada na imprensa tradicional.

Com 20 anos de estrada completados em 2017, o MTST aprendeu com os erros e percebeu que precisa continuar mobilizando os trabalhadores sem teto mesmo depois de conquistadas as moradias. É a ampliação da luta para uma mudança radical da sociedade, controlando a participação de seus integrantes para além da busca pela casa própria, com listas de presença em assembleias, manifestações, mutirões, para que a conquista do lar se dê pela luta e não apenas pela fila cronológica de entrada na ocupação. E nesse processo se dá também a formação política e cultural de forma orgânica. Junta-se isso à divulgação pelas mídias alternativas e à quebra dos bloqueios da imprensa tradicional que já não podem deixar de noticiar os fatos para se garantir proteção aos ocupantes e uma representação midiática mais justa dos movimentos. Oxalá assim seja para os 30 mil trabalhadores nas ocupações de Uberlândia.

"Movimentos sociais são necessária via de mobilização onde canais que deveriam ecoar nossa voz estão obstruídos"

MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA

Trabalho de base e socialização política

Mariana Ferreira Reis[1]

Num cenário de crise democrática, faz-se necessário compreender o papel das mídias no Brasil e sua relação com os movimentos sociais. Assim, torna-se pertinente um olhar a partir das chaves da Sociologia, da Comunicação e do consumo, tanto para analisar a cobertura da imprensa, em relação aos movimentos, como também, no sentido de avaliar alternativas de resistência e de intervenção na esfera pública, por parte desses grupos. Este é o ponto de partida da nossa reflexão junto a Maria Eduarda da Rocha Mota, professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Mestra e Doutora em Sociologia (USP), Maria Eduarda é jornalista (Unicap) e cientista social (UFPE) e foi professora visitante na Universidade Paris II (Panthéon-Assas). Sua tese de doutorado, A Nova retórica do capital: a publicidade brasileira em tempos neoliberais, conquistou, em 2011, o terceiro lugar no Prêmio Jabuti, na categoria Comunicação.

[1] Jornalista e doutoranda em Comunicação (UFPE). Atuou na sistematização da obra "Democracia, Participação e Movimentos Sociais" (Pnud/Secretaria Geral da Presidência da República, 2014) e na edição do livro "Comunicação e Desenvolvimento: redes de memória" (CEPE, 2016). E-mail:paramarianareis@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

A profunda crise do sistema de representação política é um fenômeno global. No caso do Brasil, pesquisa recente da CNT mostra como os partidos e o Congresso são instituições com uma credibilidade muito baixa. Desde a década de 1960 que o sistema de representação política vem sendo corroído, aumenta a percepção da distância entre os interesses da sociedade civil e aqueles que deveriam representá-la e é nesse contexto que os movimentos sociais têm importância renovada.

Mas também são movimentos sociais que estão procurando outras formas de mobilização. Se a gente pensar nos fenômenos dos *occupy*, um fenômeno global, é uma tentativa de encontrar uma voz onde canais que deveriam ecoar essa voz não estão funcionando... então se esses canais estão obstruídos, os movimentos sociais passam a ser uma via importante de mobilização. Esse para mim é o elemento mais conjuntural da relação dos movimentos sociais com a política. Eles sempre foram muito importantes e a política nunca se restringiu à política institucional, mas no contexto em que esses canais estão completamente obstruídos, os movimentos sociais são o que há para a gente mostrar o nosso descontentamento. Isso é algo que a gente vê globalmente.

No caso do Brasil, talvez o ápice tenha sido o ciclo de protestos – que não são movimentos sociais – nos quais as pessoas vão às ruas expressar seu descontentamento, desde 2013. Estes foram tão importantes que para muitos analistas marcam o início de uma nova fase de crise do lulismo no Brasil. Ao mesmo tempo em que os movimentos sociais são muito necessários hoje, parte deles sentiu o golpe de ter se distanciado talvez das suas bases durante um ciclo histórico em que suas pautas estavam de certa forma representadas no Estado. Então, isso leva um tempo. Leva um tempo para os movimentos sociais se reorganizarem. A única exceção me parece ser os movimentos feministas que, pelo contrário, vêm crescendo, alcançando cada vez mais esferas e ganhando cada vez mais adesão. Se a gente pensar o que era uma pessoa se declarar feminista há 10 anos – o tipo de reação que isso causaria, a aversão que causava essa rubrica – e hoje em dia é reconhecida a necessidade de problematizar as relações de gênero. Não é uma questão da esquerda apenas. Mesmo mulheres que não têm essas inclinações políticas, muitas vezes percebem essa questão da dominação de gênero e querem se posicionar a respeito.

Então, eu acho que a gente vive um ciclo muito complexo de certa desmobilização, cooptação pelo Estado no ciclo lulista, e também uma necessidade urgente de participação. Talvez a onda dos ciclos de protestos que a gente tem visto no Brasil a partir de 2013 seja um sintoma dessa nova ânsia de participação política. O que é de certa forma trágico é que simultaneamente precisamos reinventar os instrumentos e reinventá-los para ontem, pois vivemos um momento de retirada de direitos muito grave no país, ao mesmo tempo em que os instrumentos de

participação política estão sendo mais esvaziados, inclusive os movimentos sociais mais tradicionais, eles nunca foram tão necessários.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Existem diferenças marcantes entre os veículos. Eu gosto muito de uma sociologia da opinião pública que Pierre Bourdieu faz e inspira, que pensa os veículos a partir da função que eles ocupam dentro do mercado: a qual público leitor esses veículos se destinam? Em função do público leitor ao qual eles se destinam, guardam diferenças ideológicas importantes. A gente pode pensar no contraste entre o *Estadão*, que se autodeclara liberal, a *Carta Capital*, que se autodeclara de esquerda e um veículo como a *Folha de S. Paulo* que quer construir uma visão pluralista, mas que, na verdade, tem suas opiniões... Isso é até slogan da Folha: "a Folha tem suas opiniões, mas publica opiniões de pessoas que têm outra visão".

Eu fiz um estudo recente, em 2014, no contexto de uma grande pesquisa sobre o crack no Brasil, eu estudei o crack em São Paulo (pesquisa coordenada por Jessé Souza, no tempo em que ele era presidente do IPEA). A pesquisa mostrava claramente que, naquele momento, a F*olha de S. Paulo* tentava repercutir certa pluralidade de visões a respeito do crack. Uma primeira coisa que eu preciso dizer é que a grande questão para a *Folha*, para o público da *Folha*, não era o crack, era a Cracolândia.

Diferentemente do alcoolismo, em que as pessoas tentam se destruir de uma forma mais privada, vamos dizer assim, no caso do crack as pessoas ficam ali, *atrapalhando a rua*, atrapalhando essa relação que as elites queriam reconstruir com o centro de São Paulo, os novos equipamentos culturais. Você vai para a Sala Júlio Prestes, superchique, pensando em sair para jantar depois e estão aquelas pessoas ali lembrando que São Paulo não é a metrópole de primeiro mundo que você gostaria que fosse. Então tinha um elemento no caso da Folha que era indubitável: a assunção da necessidade de tirar aquelas pessoas da rua. A diferença se estabelecia entre a maneira como essas pessoas iam ser *varridas* do centro. Se iam ser retiradas via repressão policial ou por medidas mais sanitárias, tipo internamento compulsório, ou se iam ser retiradas com programas como o do [*ex-prefeito*] Haddad, o *De Braços Abertos*, que era um programa que pensava essa questão da reeducação para o trabalho etc.

Então, havia, sim, as diferenças ideológicas trazidas nesse debate que a *Folha* fazia, mas essas diferenças se completavam a partir de certo patamar de senso, de que aquelas pessoas não podiam ficar ali. Então é um pluralismo muito questionável também: até os limites do dizível. Todos os jornais vão ter os seus limites do dizível, o ponto a partir do qual aquilo ali é silenciado, aquilo não pode mais ser dito. Então não se podia dizer ali que o problema era tirar aquelas pessoas do centro. Isso era uma coisa que não podia ser assumida nem pela *Folha* nem pelo seu

público, principalmente, a parcela mais progressista. Uma coisa curiosa: esta parcela estava encolhendo e crescia uma parcela de leitores conservadores. Então, a *Folha* vai se reposicionando conforme seu público leitor também vai se reposicionando, de maneira a tentar manter essas afinidades.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Eu penso especialmente sobre o MST, que sofre uma campanha sistemática de desqualificação. Mas isso não se restringe ao MST. Eu posso falar a partir de uma outra pesquisa que eu fiz recentemente sobre a narrativa do golpe no *Jornal Nacional*. Eu peguei cinco edições do *Jornal Nacional* muito importantes – a da condução coercitiva de Lula; da votação [*do impeachment*] na Câmara; a da primeira votação no Senado; a da divulgação do grampo telefônico entre Lula e Dilma e a do afastamento definitivo de Dilma no Senado. Dessas cinco edições eu posso estabelecer um comparativo com os movimentos sociais – e que já havia sido comprovado em outros estudos – que é o da deslegitimação da política.

Essa pegada moralista, ou *moralizadora*, tem como consequência a deslegitimação da política, podendo levar ao que alguns analistas chamam de *cinismo político*. Quer dizer, leitores e espectadores, de tanto ouvir falar que "política é o reino da corrupção", acabam dando as costas à política, acabam se desvinculando desse assunto, como se esse não fosse um assunto relevante. Se a gente for pensar, é o que está acontecendo no Brasil hoje, em que o Congresso faz o que quer, com o respaldo da grande mídia e que, quando tentamos fazer uma análise crítica, a resposta é: "Ah, política é tudo a mesma coisa, por que você vai defender um dos lados..." E é aí que eu chego ao ponto: é como se a visão de quem vai defender os direitos coletivos fosse a visão de um dos lados.

Marx já dizia – e foi uma das conclusões importantes desse estudo sobre o *JN* – que a ideologia funciona pela universalização. Significa dizer que a ideologia funciona num momento em que determinada classe social, controla os meios de produção simbólicos, entre os quais os meios de comunicação, mas também a escola, os partidos, elementos que vão interferir naquilo que Gramsci chama de *hegemonia*, o controle dos aparelhos privados de hegemonia, como ele chamava.

Esse controle permite à classe dominante apresentar os seus interesses como se fossem os interesses de todo mundo, o interesse da sociedade como um todo. Quando a gente vê, por exemplo, um trabalhador pobre no Brasil hoje defendendo a reforma trabalhista ou a reforma da aposentadoria, a ideologia fez seu trabalho, porque conseguiu fazer com que ele aderisse a uma visão de mundo que é contrária a seus interesses. A questão toda é que um dos lados da disputa não aparece como um dos lados da disputa, um dos lados aparece como verdade absoluta.

Isso ficou muito claro na análise que eu fiz do *JN*: "Dilma defendia o PT [*ou o governo, ou seu mandato*]". A oposição "defendia o Brasil". É claro que o processo é mais complexo – eu mostro isso no artigo que escrevi –, é quase como se fosse um balaio de gatos, uma briga no jardim da infância entre governo e oposição, dentro da qual o STF aparecia como a professora apaziguadora que vinha botar ordem nas coisas. Enfim, uma relação muito perigosa que é a moderação do Judiciário, que vai favorecer a judicialização da política. Esse é outro debate que a gente não vai ver na imprensa.

Então, o que acontece é que os movimentos sociais vão aparecer com um certo particularismo. Se por um lado os interesses dessa minoria conseguem se universalizar, ser apresentados como interesse do brasileiro – vamos lembrar que as cores do golpe foram verde e amarelo, há uma captura, portanto, da própria simbologia ligada à nação – na outra ponta, estão os de vermelho, aqueles que estão lutando pelos seus privilégios... A reforma trabalhista é apresentada como se a grande questão fosse a retirada do imposto sindical, como se os sindicatos estivessem reclamando a perda da sua fonte de financiamento, a sua *boquinha*... é assim que os movimentos sociais vêm sendo retratados, como se fossem grupos que defendessem privilégios.

Eu quero dizer também que uma parte dos movimentos sociais, ao silenciarem, ao assumirem uma postura mais apática durante o período lulista, e por causa da burocratização de muitos sindicatos brasileiros, criando uma cisão entre a base e a cúpula, muito nociva do ponto de vista dos instrumentos de participação, então há um grau de responsabilidade também dessas próprias forças contestadoras, de talvez não serem o espaço de participação que elas deveriam ser, em muitos casos. Mas o fato é que, nesse contexto, os movimentos sociais nunca foram tão necessários. O que a gente está vendo no Brasil é o desmonte sistemático dos direitos coletivos apresentados como sendo, pelo contrário, a defesa da maioria; a retirada de um direito sendo vendida, alardeada, como se fosse a preservação desse direito. Esse é um processo que é muito caro à ideologia, o processo de inversão – a ideologia costuma inverter as coisas. E no caso dos movimentos sociais, que deveriam defender os direitos da maioria, são apresentados como o extremo do particularismo.

Isso é o que diz o discurso da criminalização: você não só tem um lado, mas esse lado é criminoso. Porque há uma aura e, como diz Bourdieu, o Estado antes de qualquer coisa é a monopolização do capital simbólico. Muitas vezes a história da formação do Estado moderno é vista como a crescente monopolização do poder de coletar impostos ou a crescente monopolização do poder de impor a lei. Ou seja, a dimensão fiscal e militar da centralização do Estado costuma ser destacada, mas Bourdieu vai lá e diz: olha, tem uma dimensão que de certa maneira justifica essas outras duas, que é a crescente monopolização do capital simbólico. O Estado vai aparecer no debate público como sendo o debate do universal. Então, o promotor, o juiz, eles não têm um lado, em princípio. O STF não tem um lado. Do ponto de vista da imagem que se constrói em torno dessas instituições, são instituições que capturaram o universal, capturaram o poder de falar em nome do universal.

Bourdieu vai explicar como isso historicamente acontece. Não interessa aqui a gente retomar, mas o importante é pensar o quanto essas instituições precisam ser objeto de uma crítica sistemática. O quanto a gente precisa entender que o Judiciário é composto por indivíduos que têm uma determinada origem de classe, uma determinada trajetória social, uma determinada visão de mundo. Mas o problema da dominação simbólica é justamente o fato de que uns podem se apresentar falando em nome de todos. E os outros são sempre os partidários, os que não têm neutralidade, os que não têm imparcialidade. Inclusive o jornalismo, se a gente for pensar, a imagem que é construída do jornalista é a imagem de alguém que está em defesa do bem comum. Mas o jornalista também tem uma origem social, também tem uma trajetória. E mais: o jornalista trabalha numa empresa privada, então é o instrumento de defesa dos interesses dessa empresa privada, no mais das vezes.

É, portanto, então, necessário – e esse é um pouco do projeto de Bourdieu – reencarnar essas instituições, trazê-las de volta para um lugar determinado, mas como num lugar determinado, essas pessoas têm interesses específicos tanto quanto os sindicalistas, tanto quanto os movimentos sociais. Pelo contrário, se a gente for pensar, se é para falar em nome do universal, quem deveria falar seriam aqueles que reivindicam os direitos da maioria. Qualquer grita contra esse desmonte de direitos que está acontecendo no Brasil é tachado de petismo. Essa também é uma operação ideológica. As pessoas têm dificuldade de ir a uma manifestação mesmo sendo contra a reforma da previdência porque se sentem defendendo o PT. Ora, a questão é: se o PT não é mais o representante desses direitos da coletividade – a gente pode debater se é ou não é – então a gente precisa encontrar outros instrumentos de representação. Acontece que não vamos abrir mão dos direitos da coletividade, dos direitos da maioria porque as formas de representação desses direitos, de alguma forma, nos trouxeram a essa situação. Mas esse é outro tema que você não vai ver na grande imprensa. O que você vai ver é a cobertura do dia 28 de abril [*de 2017, Greve Geral*] que, para mim, é emblemática: "Cinquenta manifestantes fecharam a rodovia". "Sindicalistas protestaram..." *Sindicalistas* significa dizer: é um lado, é uma parte, são interesses particulares, é um privilégio... Não estão defendendo o povo. Há uma disputa semântica aí em torno da ideia de "nação", em torno do interesse do povo brasileiro. Uma disputa semântica em que aqueles que defendem os direitos da maioria já saíram perdendo.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Como dizia antes, há, sim, diferenças ideológicas importantes entre os veículos, mas eu acho que uma das principais raízes da tragédia que a gente está vivendo no Brasil hoje é justamente o fato de que há um discurso muito uníssono, há uma espécie de alinhamento ideológico muito claro entre os principais grupos de comunicação no país. Eventualmente, esse alinhamento não era tão

necessário quanto se tornou agora. Os veículos têm um problema claro, que é de apoiar o projeto político de desmonte de direitos, porque os seus empresários, seus proprietários fazem parte da minoria que investe em títulos da dívida pública, que aplicam no mercado financeiro, então o Estado para eles precisa ser reformado para garantir a rentabilidade do capital financeiro... Então nesse momento é muito importante barrar discussões que levantassem suspeitas de que esse é um projeto político da minoria.

Uma questão fundamental é a tematização da corrupção, que é muito seletiva, emerge do debate público sempre em função de certos governos, não é uma preocupação onipresente da imprensa brasileira em combater a corrupção, muito pelo contrário. E o tema da corrupção aparece numa chave moralista que, na verdade, é um problema de caráter e não um problema endêmico do sistema político brasileiro. Porque se você colocar como um problema coletivo, endêmico da política brasileira, essa relação pornográfica entre capital privado e Estado, que se estabelece desde o regime militar, com o surgimento das grandes empreiteiras e tudo o mais, isso significa você pautar também o debate sobre a reforma política, que é algo que você não vê. Se você for levar a sério esse debate você vai ter que chegar ao tema da reforma política.

Por exemplo, a proposta do financiamento público de campanha, que permitiria a gente recolocar a relação capital privado x Estado em outras bases, para que os políticos deixassem de ser meras marionetes do grande capital financeiro através dos grandes grupos econômicos que o controlam, no Brasil. Então, um elemento da Sociologia que os estudos de Jornalismo têm usado muito é o conceito de enquadramento, de Goffman, que basicamente diz o seguinte: o enquadramento é a chave para a pergunta "o que é que está acontecendo aqui"? Dizer que a corrupção é um problema de caráter dos indivíduos desvia a atenção de outras questões que seriam importantíssimas para superar o tratamento do tema. Você despolitiza e moraliza e, além disso, trata de uma forma muito seletiva porque, obviamente, o PT não inventou a corrupção no sistema político brasileiro, mas há uma necessidade por parte dos grandes grupos de comunicação de reiterar essa impressão, de que o Brasil na verdade está quebrado porque o PT transformou o Brasil no país da roubalheira, quando na verdade todos esses elementos estruturais da corrupção se perdem no meio desse afã de simplesmente criminalizar um grupo político, um partido, um movimento, e todos aqueles que são seus aliados, dentro e fora do espectro político.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

O que os movimentos sociais nunca poderão abrir mão e, se abriram mão disso, precisam reconstruir o mais rápido possível, é o trabalho de base, um trabalho de educação de base. Todo movimento social é um processo de socialização política. E esse processo de socialização política

precisa ser um processo continuado, de debate, de crítica e de autocrítica. Então esse debate plural, o espaço do dissenso, que eu cobrava, da grande imprensa, de certa forma tem que ser parte da nossa própria formação como sujeitos políticos. A gente tem que estar aberto para dialogar com diferentes visões e ao mesmo tempo fazer disso um processo educativo, formativo, nos seus espaços de base.

A gente sabe a força que a Igreja Católica tem, a importância da tomada de posição de uma parte expressiva da Igreja a favor das manifestações e contra as reformas. Uma das coisas fundamentais que esse aprendizado traz para a gente é a importância desse trabalho de base. A convivência, as relações de confiança estabelecidas em grupo são elementos muito importantes no processo de formação de opinião. Isso pode explicar por que 30% da população brasileira ainda não aderiu a essa visão monocórdica a respeito das reformas. Porque justamente ainda há forças sociais se movimentando e essas forças sociais encontram elementos na realidade das pessoas. O discurso tem que fazer frente ao que é uma experiência direta das pessoas.

Todo movimento social é um movimento de educação, em certa medida, é um processo de formação humana. E essa dimensão tem que ser supervalorizada cada vez mais. Agora, paralelamente a isso, tem que aprender com quem faz comunicação. Tem que se aproximar dos poucos instrumentos discordantes que a gente tem nesse contexto. A gente vai ter que ocupar os espaços que existem, disputá-los e criar novos espaços. A pauta da democratização da mídia precisa ser a pauta de todos os movimentos sociais porque todos sentem o peso desse processo de criminalização.

Qual a importância da comunicação pública e da mídia independente na produção de narrativas em contraposição às mídias tradicionais?

Esses meios nunca foram tão necessários. Um dos erros muito graves do PT foi não ter feito a reforma política, outro erro muito grave foi não ter enfrentado a questão da democratização da mídia. Apostou até certo ponto na construção de um sistema público de comunicação que rapidamente pôde ser silenciado. Isso é um aprendizado para todos nós. Deveria ficar claro para todos os movimentos sociais progressistas no Brasil que o tema da democratização da mídia é um tema de todos eles, não é um tema só do *Coletivo Intervozes*, do *FNDC* [Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação][2]. É um tema estratégico para todo e qualquer movimento social progressista no Brasil.

Retomar essa bandeira da democratização da mídia é uma questão urgente. Claro que a gente não deve esperar até lá para buscar as nossas formas de expressão. A gente tem o jornalismo independente desempenhando um papel importantíssimo, mas é importante que se diga: uma

2 Nota da Autora: Movimentos nacionais de defesa da liberdade de expressão e pelo direito à comunicação.

parcela grande da população brasileira ainda assiste o Jornal Nacional. Então são lutas que são complementares. A gente precisa produzir conteúdo alternativo, e é isso que a gente tem tentado fazer no *Programa Fora da Curva*[3]., produzir um jornalismo crítico, que traga elementos que estão fora da pauta ou que, pelo contrário, às vezes são enquadrados de uma maneira muito enviesada, e a gente vai trazer uma visão alternativa sobre esses fatos, sobre essas mesmas questões.

Porque simplesmente isso foi silenciado. Se o leitor quiser ter um sintoma do quanto o jornalismo brasileiro da mídia corporativa tem conseguido produzir consenso, veja a dificuldade que a gente tem para utilizar a palavra *golpe*. Veja o tipo de censura e até mesmo de autocensura que a gente sofre por tentar usar essa palavra. Existe um efeito de conformidade aí que, em parte, explica uma intolerância crescente em relação às bandeiras progressistas. Porque as pessoas não estão sendo confrontadas com uma visão alternativa a respeito das coisas. Então quando emerge uma fagulha de um contra discurso, isso precisa ser extinto, combatido, intolerado. Eu acho que isso é muito danoso. E uma parte dos que sentem um cheiro de protofascismo no Brasil argumenta justamente o pouco espaço para a dissonância, para o dissenso, que a gente vê na mídia brasileira hoje. Quando o discurso do sindicalista já é enquadrado como a defesa da *boquinha*, contrário ao grande interesse nacional; quando essa voz uníssona da nação parece que se impõe como uma voz conservadora a calar qualquer outra possibilidade de contra discurso, de visão alternativa.

No âmbito mais local, vivenciou-se, em Pernambuco, mais recentemente, o Movimento Ocupe Estelita. Quais os aprendizados desta experiência, especialmente, no campo da comunicação?

O Estelita foi uma experiência muito interessante do ponto de vista de política de comunicação porque, apesar de ter a presença de diversos setores ligados a movimentos populares, com a temática moradia popular, o Estelita surgiu da convergência de vários profissionais com alto capital cultural, aquilo que Bourdieu chamaria de “a fração dominada da classe dominante”, que são basicamente artistas e intelectuais. O Estelita contou, por exemplo, com a participação expressiva de muitos urbanistas, de muitos advogados especialistas em direito urbano, cineastas importantes do campo audiovisual pernambucano e de jornalistas. Cada um ia trazendo seu conhecimento específico como ponto de construção ou de conquista de capital político.

No caso do jornalismo, houve uma feliz coincidência que foi a Copa de 2014. O movimento surge quando da iniciativa da demolição dos armazéns do cais. Já havia uma resistência da área ao consórcio privado que queria construir 12 torres de 40 andares, já havia essa resistência nos conselhos da cidade, mas o Estelita ganha um corpo, um lugar, ou seja, essa experiência se

---

3 Nota da Autora: Programa jornalístico realizado pelo Departamento de Comunicação e pelo Departamento de Sociologia da UFPE como projeto de extensão, em parceria com movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O programa é veiculado ao vivo, diariamente, pela Rádio Universitária FM.

potencializa quando há a tentativa de derrubar os armazéns na calada da noite e um ativista testemunha, convoca pelas redes sociais e monta-se um acampamento. Nesse contexto, especificamente, estava a preparação para a Copa do Mundo de 2014, então a gente contava com muitas TVs, muitos jornalistas do mundo todo no Recife. Houve, então, um trabalho sistemático de vários jornalistas e uma das piadas que se contava na ocasião era que o Estelita havia sido pautado pela *Al Jaazera* [TV internacional] e ainda não havia sido pautado pelo *Jornal do Commercio* [veículo impresso de abrangência estadual]. Então a primeira estratégia da imprensa local foi invisibilizar o Estelita, que é uma das estratégias possíveis. Quando não foi mais possível invisibilizar, colocou-se, de novo, o viés da criminalização pelo particularismo. O direito à cidade, que é um direito coletivo por definição, passou, na visão da imprensa local, a ser defendido por um bando de *filhinho de papai*, maconheiros, pervertidos, vagabundos... Esse tipo de argumento a gente ouvia com frequência na imprensa local. Às vezes de uma forma mais eufemizada, mais sutil, de outras vezes, de uma forma mais escancarada.

É claro que houve brechas aqui e ali porque quem trabalha com comunicação mais diretamente sabe que há muitos profissionais que não concordam com as inclinações políticas do veículo onde trabalham e eventualmente conseguem uma brecha. Mas via de regra a cobertura foi criminalizadora. Isso faz parte desse enquadramento particular, não é a verdade na sua pureza, pois ela não existe, a gente desistiu de alcançá-la desde a década de 1950. Se a ciência entendeu que todo discurso é situado socialmente, o jornalismo tem que entender também. Não há a possibilidade de um discurso que seja desencarnado, de um indivíduo que paire acima do espaço social, que não tenha interesse, que não tenha uma visão de mundo, que não tenha um histórico, uma biografia.

No caso do Estelita, trabalhava-se muito nessa chave de que eram pessoas que não tinham o que fazer, que procuravam baderna, confusão. Mas aí a gente conseguiu matérias positivas na imprensa internacional, como a BBC, o El País... e aí a partir da quebra do silêncio na imprensa internacional, pautou-se no [*portal*] G1 uma matéria nacional, enquanto a Rede Globo local não pautava... Então a partir da quebra do silêncio internacionalmente, localmente não dava mais pra fingir que o Estelita não aconteceu. Foi nesse momento que a gente viu toda a estratégia da criminalização. No momento, estou orientando uma dissertação de mestrado sobre a cobertura local do Movimento Ocupe Estelita e estou ansiosa para ver mais de perto os resultados que a gente vai colher.

Nesse sentido, há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Na disputa em torno do golpe em 2016, houve um momento em que setores da esquerda fizeram um levantamento de quantas manchetes favoráveis ou contrárias ao golpe a imprensa internacional tinha dado, inclusive nomeando de golpe: *Le Monde*, *New York Times*... O que é visível é que esses mesmos processos de cerceamento da pluralidade do debate, da convivência com o dissenso, acontecem também em âmbito internacional, a gente não pode ter ilusões. Mas parece que lá fora – isso é só uma impressão, porque infelizmente eu não tenho nenhum dado de pesquisa para mostrar isso – os mecanismos de controle sobre a imprensa são mais eficazes. Por exemplo, o *Le Monde* fez um editorial favorável ao golpe e aí vários brasileiros e intelectuais franceses que conheciam mais de perto a realidade brasileira escreveram para o jornal se posicionando e o Le Monde reviu a sua posição. No caso do Brasil, o máximo que a gente tem é uma nota lida na voz de William Bonner [*âncora do JN*] de que a "Rede Globo se atém à defesa dos interesses dos brasileiros, etc.", como aconteceu no dia da condução coercitiva de Lula, que analisei no trabalho a que me referi anteriormente.

No Brasil, como a concentração, o monopólio da mídia atinge patamares absurdos do ponto de vista do oligopólio de mídia, esse efeito de caixa de ressonância de um veículo em relação ao outro é quase claustrofóbico. Você tem poucas válvulas de escape produzindo o contradiscurso no debate público brasileiro hoje. É claro, há a Internet, que é algo que deve ser levado em consideração, mas é fato que a rede social torna mais problemático o controle do processo de formação de opinião. Mas a Internet também circula dentro de certos meios. Apesar de ter crescido muito na última década, e há dados do Comitê Gestor da Internet (CGI) sobre isso, esse tipo de uso da Internet para se informar e na busca de canais independentes é restrito a uma certa parcela da população. Então, a gente precisa fazer de tudo para quebrar a redoma e nesse sentido foi importante, sim, a atuação da mídia internacional, levou a necessidade de algumas explicações a mais por parte da mídia local. Estou falando de países que são democracias mais ou menos consolidadas, mas mesmo lá fora existem processos de intervenção na vida política por grandes meios de comunicação.

“É necessário ainda avançarmos no debate sobre o significado da liberdade de imprensa em um país com tantas desigualdades sociais.”

MARIA LUCIA LOPES DA SILVA

Resistência ao projeto neoliberal

Anderson Cavalheiro da Luz[1]

Assistente Social e professora adjunta da Universidade de Brasília/UnB, possui pós-doutorado em Planejamento e Gestão de Políticas Sociais pela Università degli Studi di Milano – Bicocca/Itália, onde esteve no último ano acompanhando as lutas e manifestações dos trabalhadores italianos, principalmente em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários. Com passagem pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), GEAP - Fundação Social autogestão em saúde, e em outros órgãos no âmbito da seguridade social, é revisora de cinco periódicos, já recebeu prêmios, dentre os quais, Pesquisador Parceira da Imprensa 2012 e Prêmio Capes de Teses 2012. É autora de três livros, diversos artigos e mais de 60 publicações de trabalho, tendo se tornado um dos nomes mais reconhecidos no Serviço Social brasileiro, principalmente por sua discussão referente a previdência social e população em situação de rua. Obteve destaque ainda pela atuação no Conselho Regional de Serviço Social - MA/PI, no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e participação na direção de sindicatos de base, federação de sindicatos dos previdenciários e central sindical.

[1] Assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Discute temas ligados as manifestações de rua, movimentos sociais, redes sociais, políticas sociais/previdência social e direito a cidade. E-mail: anderson.caluz@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos?

É necessário compreender que os movimentos sociais sofrem determinações históricas conjunturais e estruturais. Em período de crise estrutural do capital estas determinações são mais acentuadas. Então, pode-se dizer que, a partir desta crise estrutural do capital, que se manifestou no início dos anos 70 do século passado, com aprofundamento a partir de 2008, houve em um primeiro momento, o arrefecimento das lutas em função da desestruturação do trabalho, expressa pelas elevações dos índices de desemprego, grande número de demissões, rebaixamento do valor real dos salários, rotatividade no emprego, redução dos contratos por tempo indeterminado e introdução do trabalho parcial e temporário. Nesse contexto, especialmente, o movimento sindical, perdeu em número de sindicalizados e reduziu sua capacidade de pressão. Esse refluxo dos movimentos sociais iniciou a partir das décadas de 1970 e 1980, em diversas partes do mundo, principalmente nos países do capitalismo central.

No Brasil, nota-se a retração das lutas sindicais no final da década de 1980, sobretudo em categorias como os bancários e metalúrgicos, em decorrência da reestruturação produtiva que atingiu primeiramente estas categorias. Porém, esta retração tornou-se mais notória na segunda metade da década de 1990, quando a restruturação produtiva e a privatização de empresas estatais aprofundaram-se e as condições de trabalho tornaram-se mais precárias, sendo que então, o desemprego chegou a índices altíssimos e a instabilidade no emprego cresceu. Estes aspectos tornaram-se limitadores da ação sindical. É preciso lembrar que, paralelamente à redução das lutas, tem-se uma redução do número de sindicalizados que perdurou até o final dos anos de 2004, início de 2005 quando são retomadas as sindicalizações.

Agora, nos últimos dois anos, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizou uma pesquisa sobre a situação do movimento sindical, por encomenda de algumas entidades sindicais, a qual mostrou um crescimento do número de sindicalizados. A partir de 2014 nota-se também o aumento da quantidade de greves por categorias e manifestações políticas, que culminaram neste ano de 2017, na greve geral de 28 de maio, em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários e pelo "fora Temer".

Todavia, além da quantidade de participantes e das lutas desenvolvidas, na atualidade, percebe-se uma reorientação geral no que tange a concepção e estratégias de atuação desses movimentos. Se, na década de 1980, tinha-se um movimento sindical, combativo, de massas, classista, de luta, organizado a partir da base, representado principalmente pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, criada em 1983, que aglutinava diversas forças de esquerda e tentava combinar as lutas por interesses imediatos com a luta mais geral pelo socialismo, em anos recentes, o quadro mudou. Tem-se um movimento mais fragmentado, disperso e que conduz suas lutas a partir de visões ideopolíticas muito diferentes. São, ao todo, sete centrais sindicais, grande parte atuando e apostando na aliança entre classes de interesses opostos, com base no

sindicalismo de resultados. São poucas as centrais que assumem uma perspectiva de esquerda, no sentido real da palavra de questionar a sociedade capitalista e de não ater-se ao politicismo, com base em interesses imediatos. Essa situação tem uma multiplicidade de determinantes. Sem dúvida, o contexto de crise estrutural do capital e outros fatos de grande repercussão internacional como a queda do Muro de Berlim, a derrocada do chamado socialismo real do leste europeu, as experiências de sindicalismo colaborativo, conciliadores nos países que elegeram a socialdemocracia como referência, repercutiram nas mudanças de rumos e na divisão do movimento sindical no Brasil.

Além disso, a experiência de governos Lula e Dilma, que adotaram práticas de cooptação e/ou criminalização desses movimentos reforçaram esse sindicalismo conciliador, como aconteceu com a CUT que perdeu a sua perspectiva de movimento sindical de classe, autônomo e independente, que combinava lutas especificas com lutas por uma sociedade libertaria, para assumir uma visão mais conciliadora e reformista. Outras centrais surgiram como, Central Sindical e Popular – CSP Conlutas –, que assume essa perspectiva de combatividade, autonomia e independência, negando a colaboração de classes. Mas, a grande maioria das demais, assume uma visão bem conciliatória. Assim, do ponto de vista da organização, têm-se hoje no Brasil, sete centrais sindicais, que demonstram visões diferenciadas. Isso dificulta as lutas unificadas e fortalecimento dos movimentos.

Contudo, no contexto da grave crise política no Brasil que se aprofundou com o Impeachment da Presidente Dilma, em agosto de 2016, e também, nos meses de março, abril e maio de 2017, visualiza-se o esforço das centrais sindicais por uma maior unidade na luta, respeitando-se a diversidade de ideias. Assim, embora existam dois blocos, mais ou menos polarizados, que são a FPSM (Frente Povo Sem Medo), e a FBP (Frente Brasil Popular), no que concerne à chamada esquerda brasileira, estas frentes conseguiram construir os dias de luta mais massificados dos últimos anos no país, como o 8 de março, o 15 de abril, a greve geral do dia 28 de abril e o grande ato do dia 24 de maio, denominado Ocupa Brasília, com mais de 150 mil pessoas presentes. Todos os atos tiveram como eixo de unificação, o Fora Temer, não às contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e eleições diretas já.

Pode-se dizer então, que os movimentos sociais estão em grande ascensão neste momento. Mesmo num contexto de crise estrutural do capital que atinge várias dimensões, vive-se um momento diferenciado, no contexto de expansão das lutas. Se no início da crise estrutural do capital, viveu-se um arrefecimento das lutas, agora, em seu aprofundamento, tem-se o fortalecimento desses movimentos. A crise política, como uma das dimensões da crise do capital está favorecendo a reorganização e fortalecimento do movimento sindical. Do ponto de vista de outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e os movimentos em defesa do meio ambiente, feministas, da população LGBT, igualdade racial, de indígenas, da população em situação de rua (MNPR), dos catadores de materiais recicláveis (MNCR), e movimento estudantil (ME), percebe-

se que no Brasil, nesta conjuntura nefasta, estes tem tido um crescimento e visibilidade substancial, embora possuam origens e trajetórias diversas entre si e em relação ao movimento sindical.

O fim da ditadura militar favoreceu o surgimento ou reorganização de parte destes movimentos sociais a partir da década de 1980, como é o caso do MST, do ME, entre outros. Todavia, alguns são mais recentes, como o MNCR e MNPR. Mas, independentemente de trajetórias diversas, percebe-se hoje, um avanço do ponto de vista da participação dos movimentos sociais em atividades específicas ou conjugadas, pleiteando uma sociedade justa e igualitária do ponto de vista social, em que a pessoa possa se desenvolver com suas diferenças humanas e realizar-se plenamente, de modo livre. Assim, nesta conjuntura adversa, diante de outros elementos que desgastam o governo Temer, como as denúncias de corrupção, as propostas destrutivas dos direitos sociais, nota-se, principalmente nos últimos dois meses, uma nova esperança nascendo a partir de uma reação ofensiva dos movimentos sociais e, o governo que parecia intocável, encontra-se acuado.

As contrarreformas que pareciam impossíveis de serem contidas, sofreram uma desaceleração, os movimentos sociais, que pareciam estanques em seus mundos isolados, começam a se articular e construir estratégias de enfrentamentos conjugadas. Nota-se também uma discussão mais presente nos partidos de esquerda sobre revolução e as estratégias revolucionárias a serem adotadas. Assim, ainda que o campo marxista-leninista ainda preserve o partido como o ator central no processo de revolução, o debate mais geral, aponta para uma imprescindível aliança estratégica com os movimentos sociais. Da mesma forma há uma importante discussão sobre a necessidade de se avançar na construção de estratégias que aponte para o respeito a identidade de gênero, orientação sexual e igualdade racial.

Eu compreendo esses debates e iniciativas de unidade dos movimentos na luta, respeitando a diversidade de ideias, como um grande avanço. Todavia, esse grande avanço não significa uma solidez dessa estratégia. O importante é que há uma resposta mais unificada por parte dos movimentos sociais em uma conjuntura adversa as classes trabalhadoras. Em um contexto de crise, adverso aos trabalhadores, existe um debate e iniciativas em curso por parte dos movimentos sociais que podem trazer conquistas e também novas relações estratégicas entre eles, em defesa de direitos essenciais. Além disso, nota-se mais publicações sobre essa temática, mais pessoas interessadas em fazer pesquisas, em analisar questões que envolvem os movimentos sociais e suas lutas. Tudo isso impõe aos próprios movimentos sociais a necessidade de se redefinirem, de se (re)construírem e de buscarem articulação com aqueles setores ou movimentos com os quais possuam maior identidade, em favor de direitos ameaçados. Essa perspectiva aponta para um maior fortalecimento das lutas e dos próprios movimentos sociais. Portanto, houve e há mudanças em curso em relação aos papeis dos movimentos sociais no Brasil.

E na Itália, como os Movimentos Sociais tem se apresentado?

Na Europa como um todo, existe um amadurecimento maior sobre a atuação e diversidade dos movimentos sociais. Embora tenham surgido novos desafios e movimentos. Percebe-se, por exemplo, a situação dos refugiados árabes que envolvem toda a Zona do Euro, como algo novo, mas não há um movimento que seja propriamente dos refugiados, mas sim, de pessoas, entidades, organizações internacionais que defendem melhores condições de recepção dos refugiados nos diferentes países. O movimento sindical sofreu arrefecimento das lutas, mas começa a demostrar uma reação mais contundente, que levou, por exemplo, a recente greve geral na França, em defesa de direitos trabalhista.

No que concerne especificamente à Itália, percebe-se que este país teve uma redução da atuação dos movimentos na década de 1980, contudo é um país com grande amadurecimento político do ponto de vista do movimento sindical. Tem uma história longa, de luta e com um processo de organização e um número de sindicalizados muito maior, comparativamente ao Brasil e até mesmo a outros países da Europa. Isso faz a diferença, mesmo nesse momento de crise do capital que atinge profundamente o país, com elevado endividamento público e nível de desemprego. O processo de sindicalização da Itália é diferente no que concerne ao Brasil, a experiência de contrato coletivo de trabalho e mesa de negociação iniciada desde 1970 estimulou bastante a adesão aos sindicatos. Mas, essa experiência foi interrompida há seis anos e está desafiando as centrais sindicais mais representativas (CGIL, CISL e UIL) a definirem estratégias de lutas conjugadas para enfrentarem os desafios conjunturais com mais força. Isso aconteceu no ano passado, em que definiram uma campanha nacional de lutas, em defesa dos direitos previdenciários e trabalhistas, que levou estas centrais a desencadearem grandes mobilizações e manifestações de ruas, agendas de negociações com o governo, especialmente uma luta importante contra o "voucher" trabalho e contra a Lei Fornero de contrarreforma da previdência social.

Além disso, a CGIL, principal central sindical, construiu e apresentou ao governo a "carta dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras italianas" debatida em diversas assembleias de trabalhadores em toda a Itália. Todavia, o ponto de unidade das centrais é a retomada da mesa de negociação. Do ponto de vista dos outros movimentos, tem-se importantes movimentos e frentes de lutas em defesa do meio ambiente, em defesa da igualdade de gênero no trabalho, dos interesses dos refugiados, entre outros. Assim, também ali há uma retomada dos movimentos sociais. Todavia, o movimento sindical é aquele de maior expressão naquele país.

Poder-se-ia dizer que no período do governo Lula houve uma retração dos Movimentos Sociais, e na atual conjuntura de crise política, estes mesmos movimentos estão retomando um papel de destaque nas mobilizações e lutas, mesmo com toda a criminalização que tem se dado?

Do ponto de vista político, existiu uma retração dos movimentos sociais independentemente das relações diretas com o Estado, como já foi dito. No que concerne ao período do governo Lula, o que houve, foi sim, uma relação de cooptação dos movimentos sociais, principalmente no que se refere ao movimento sindical representado pelo CUT e a alguns outros movimentos, como o MST, que é um dos movimentos mais respeitados internacionalmente.

O MST sofreu uma grande determinação dessa política de cooptação, da qual começou a se libertar somente no final do governo Dilma. Mas durante os dois mandatos do governo Lula, este foi um movimento de muita sustentação às políticas de governo do Partido dos Trabalhadores. O governo Lula teve, por um lado, essa política populista de cooptação dos movimentos sociais, e por outro lado, apresentou ao mesmo tempo, uma política de perseguição e criminalização. Claro que não se pode comparar a Era Lula, ou até mesmo Dilma, com as perseguições ocorridas aos movimentos sociais nos governos militares ou de FHC (Fernando Henrique Cardoso), que foram muito maiores. E também se a comparação for feita com o governo Temer pode-se perceber que, a repressão é muito maior, mas isso não isenta os governos petistas de terem adotado políticas de negação, cooptação e/ou de criminalização dos movimentos. Percebe-se que movimentos como a CUT ou o MST, ficaram na sua relação com o Estado, muito subservientes.

E agora, nesta conjuntura desafiadora, estes mesmos movimentos estão tendo que reagir no enfretamento com o Estado. É preciso identificar que autonomia e independência são duas coisas fundamentais dentro dos movimentos sociais, e a Era Lula fez com que esses fatores fossem fragilizados. Todavia, o momento atual é de reação, de maior nitidez sobre o que representou o governo Lula não só em relação aos trabalhadores, mas também, em relação a sua aliança com setores estratégicos do grande capital. Um pacto em nome da redução dos efeitos da crise, baseado no incentivo ao consumo, nas renúncias tributárias, formação de superávit primário para assegurar os compromissos com a dívida pública, o que implicou em endividamento dos trabalhadores, fragilização das políticas sociais universais e supervalorização dos programas de transferência de renda em detrimento de políticas mais consistentes e estruturais.

Porém, diante do impeachment e do controverso governo Temer, nota-se a crescente defesa do "volta Lula", entonada, inclusive pelos movimentos sociais. É um momento nebuloso em relação aos destinos do país, porém, o importante é que os movimentos sociais estão reagindo e buscando saídas de modo mais articulados.

No mundo todo, tem-se um avanço da onda conservadora amparada nos discursos de anti-imigração, racismo, xenofobia. Essa propagação de discursos de ódio também está amparada por grupos ou movimentos sociais nacionalistas, que envolvem questões de raça, território e religião. Como você entende esse avanço que por sinal, é defendido pela extrema direta de vários países?

Entendo que tanto os movimentos de direita quanto de esquerda sofrem com determinações do contexto, do ponto de vista histórico, econômico, cultural e político. Seja no sentido de redefinir suas perspectivas, ou de fortalecer as perspectivas na defesa daquilo que eles acreditam. É sabido que os movimentos de direita ganharam um peso muito grande nos últimos tempos. Na minha avaliação, essas determinações nascem no centro da crise do capital, em que diante da tendência de queda da taxa de lucro, o capital buscou adotar estratégias para manter sua lucratividade em níveis satisfatórios. Assim o capital começou a pressionar o Estado para defender os seus interesses e este por sua vez, submeteu-se a muitas destas pressões. E uma das pressões mais vitais foi o projeto neoliberal que se estruturou desde 1975 com o governo de Pinochet no Chile e depois ganhou peso a partir das investidas dos governos da Inglaterra, Margareth Tachear, e dos Estados Unidos, Ronald Reagan, na década de 1980. Então, em que isso influenciou? O projeto neoliberal é claramente um projeto, ou seja, ele não é unicamente formas e diretrizes econômicas ou perspectiva ideológica, ou ainda uma perspectiva política. Ele é um projeto social que se estrutura a partir da visão de que o mercado tem que ser autorregulado, sem interferências do Estado por meio de regulações que afetem a chamada "lei da oferta e da procura" e que as pessoas devem buscar o seu bem-estar nesse mercado. Segundo a visão neoliberal, cada pessoa deve fazer isso de forma individual, competindo, concorrendo com outras pessoas, supervalorizando a meritocracia.

O individualismo difundido por este projeto se fortalece muito, da mesma forma que a liberdade passa a ser vista como uma ameaça, sob o jargão "a liberdade de um termina onde começa a do outro". Assim, quando se coloca que "a minha liberdade vai até onde começa a do outro". Nesse contexto, percebe-se o ressurgimento e expansão dos movimentos xenofóbicos, homofóbicos e racistas. Portanto, em minha compreensão, durantes estes 42 anos, desde 1975, o projeto neoliberal ganha corpo. E é, principalmente, essa geração de jovens e adultos de até 40 anos, que está no comando dos movimentos xenofóbicos, absolutamente conservadores. Eles, foram influenciados nas relações com os pais, com a escola, com os meios de comunicação, etc.

Então eu costumo dizer que o neoliberalismo não foi eficiente no que ele prometeu de bom que se seria alcançado por meio da privatização das empresas estatais e do desmantelamento de todas as políticas sociais. Nisso ele não foi eficaz, e não seria mesmo. Nós já sabíamos que aquilo que ele tinha prometido não teria eficácia. Mas ele foi muito eficaz na impregnação do individualismo e das práticas conservadoras em defesa da propriedade privada e do mercado como "os salvadores" da humanidade. Daí nascem essas visões conservadoras e reacionárias. Portanto, o fortalecimento dessa perspectiva conservadora, racista, xenofóbica, é que leva a

criminalização daqueles que defendem o respeito à diversidade, porque são e agem de modo diferente, tendo essa raiz na crise estrutural do capital e nas estratégias neoliberais para reduzir os seus efeitos, especialmente no que concerne à manutenção do lucro dos capitalistas em níveis satisfatórios a estes.

Um Estado forte na defesa dos interesses do capital e omisso na defesa dos interesses dos trabalhadores ganha corpo, tendo como consequência o desmantelamento das políticas sociais, a privatização das empresas estatais e a mercantilização da vida. Nesse contexto, a reestruturação produtiva, com as mudanças dos métodos e processos de trabalho, baseados nas tecnologias avançadas, na competitividade e concorrência, além de provocar o desemprego em grande escala, compromete a solidariedade entre os trabalhadores, a partir do local de trabalho. A política de pessoal estimulada, baseia-se, no desempenho individual e de grupo de pessoas, com base na meritocracia. Assim vale o "te vira" e o "não me atrapalha o crescimento e progressão" diante do que cada um tem que mostrar o tempo inteiro que é o bom, o melhor, em uma permanente competição com o outro, o qual é sempre visto como um oponente, sendo jamais um companheiro. Isso ocorre tanto no Brasil quanto em outros países. É uma verdadeira negação do outro como ser social. Não há respeito a diversidade, não há tolerância, muito menos reconhecimento e valorização do outro. Isso está presente em todas as dimensões da vida, não apenas no trabalho.

E o movimento de esquerda também sofreu com isso. Sofreu porque foi se diluindo, como resistência. Sofreu porque, grande parte, deixou de acreditar na radicalidade para alterar a estrutura da sociedade, e ficou mais nas defesas superficiais. Sofreu porque deixou-se cooptar pelo populismo governamental. Assim, vive-se um movimento complexo, com o crescimento de movimentos de direita e com os movimentos de esquerda ainda fragilizados. Mas, a minha esperança, é que os movimentos de esquerda retomem o seu lugar de luta e radicalidade, no sentido de ir a raiz das coisas para modifica-las. Pelo menos nisso, neste momento atual, o aprofundamento da crise em suas dimensões política, econômica e social está sendo positiva, por provocar esta reação dos setores mais à esquerda.

O individualismo presente na sociedade contemporânea também contribui para determinadas formas de insatisfação. Nesse sentido, as ruas estão permeadas pelas mais diversas lutas, seja no âmbito político, religioso, social, econômico, cultural, de gênero e raça. Você acredita que podemos chamar essa ida as ruas de movimentos sociais?

Veja, os movimentos sociais têm uma estrutura organizativa mínima, uma pauta de lutas e/ou programa de atuação definido, uma história de atuação. Não surgem do nada. Mas, de condições iguais adversas a uma coletividade, que se organiza em busca de respostas e/ou construção de alternativas. Assim, por exemplo, pode-se conceber como um movimento social, o MST, que tem

uma trajetória de luta em defesa da reforma agraria, que implica propriedade e posse da terra e condições de torná-la produtiva; o movimento dos sem-teto, que reivindica uma política habitacional acessível a todos os que necessitam de moradia; o movimento em defesa da demarcação de terras indígenas que tem atuação para além dos próprios indígenas, envolvendo uma série de outras instituições, entidades e de grupos que defendem essa demanda, visto que as questões indígenas perpassam a questão cultural, territorial, religiosa, de saúde. Para fortalecer suas lutas, estes fazem um chamamento às ruas, àqueles que se identificam com eles.

Todavia, tem aqueles que irão às ruas somente para um apoio momentâneo, por curiosidade, para conhecer ou mesmo para atrapalhar. Uma multidão sem propósitos bem definidos nas ruas não significa que todos sejam identificados com movimentos sociais. As jornadas de 13 de junho de 2013 são exemplos. No que se refere às religiões, a situação é diversa. As igrejas se proliferaram muito no mundo, com destaque para o Brasil, neste contexto de crise. Todavia, eu não reconheço as igrejas como movimentos sociais. Vejo como instituições sociais que disputam uma visão de mundo, uma direção de vida. Em geral elas têm uma estrutura hierárquica muito sólida e pesada, apesar de algumas serem mais flexíveis, não se confundem com movimentos sociais. Estes assumem uma perspectiva diferenciada, quase sempre são direcionados para lutas e processos que promovem a expansão e desenvolvimento político, cultural e social de seus integrantes, enquanto, as igrejas, em minha opinião, limitam a capacidade das pessoas de se expandirem, porque elas, em geral, "controlam" seus adeptos por meio de ritos e compromissos assumido em relação a "fé" e ao "divino".

A fé, por vezes, termina por atribuir a outro ser fora de você a solução de seus problemas e isso tende a inibir as pessoas de colocarem-se na luta para buscarem soluções por elas próprias. Isso, em minha opinião, pode ser um entrave à expansão e desenvolvimento das pessoas. Mas, é óbvio que existem movimentos que nascem a partir dessas situações, como os movimentos de renovação das igrejas. Todavia, as igrejas e religiões em si, em minha opinião, não se caracterizam como movimentos sociais, ainda que possam reforçá-los em determinados momentos.

No que se refere aos movimentos de direita, já falamos um pouco sobre sua expansão neste contexto de crise. No Brasil, o Movimento Brasil Livre (MBL), assumidamente de direita, ultraconservador, é um movimento que vai para as ruas, em nome do "combate à corrupção", mas na realidade assume uma posição de contraposição aos movimentos de esquerda, que defendem os direitos sociais, as liberdades individuais e coletivas, o respeito à diversidade, etc. Não se percebe o MBL questionar nada sobre as reformas trabalhistas ou previdenciárias. Ele procura ganhar a população com suposta defesa do combate a corrupção. Todavia, sabe-se que não há acumulação de capital sem corrupção. A história do capitalismo é marcada pelas histórias de corrupção. Se você for estudar as revoluções de 1848, perceberá que já tinha uma discussão contra as monarquias sobre os processos de corrupção. Então, o que há na cena política na atualidade em relação aos movimentos sociais é uma polarização associada ao projeto liberal ou ao combate deste projeto, conquanto também, há um grupo disperso no meio desse embate.

O Brasil tem levado pessoas às ruas a mais de um século, seja em manifestações, movimentos sociais, paralisações, revoltas, que ficaram historicamente conhecidas e demarcadas no tempo e na construção da sociedade brasileira. Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos?

No Brasil, como em outros países, o que será divulgado pela imprensa, dependerá da correlação de forças e de quem controla os meios de comunicação, que em geral, formam carteis controlados pelo grande capital. Assim, os movimentos que contestam os interesses do capital não terão espaço midiático. Às vezes se tem a visão de que a imprensa, os jornalistas que trabalham para as mídias, são independentes, não o são. Não existe neutralidade nesse campo também. Então, eu acho que a mídia livre, autônoma é uma necessidade, porém isso só ocorrerá no processo de mudança profunda da sociedade.

Todavia, a mídia ocupa lugar importante nas mobilizações sociais. Por isso, os movimentos estão investindo cada vez mais na mídia alternativa, como as redes sociais. Pois a grande mídia controlada pelo capital deturpa e deprecia as informações. Por exemplo, se eu não estivesse presente na luta real e dependesse de informações da Rede Globo, por exemplo, sobre o Ocupa Brasília no dia 24 de maio, eu não teria visto quase nada do que ocorreu ali, porque a Rede Globo mostrou somente aquilo que lhe interessava mostrar. Ressaltou especialmente, o que poderia depreciar a manifestação e os manifestantes.

Sim, nós temos hoje uma forma totalmente diferenciada na relação das comunicações com os movimentos sociais e a sociedade. Mas você visualiza a imprensa e a comunicação como fatores que tem contribuído positivamente para esse processo de manifestação política? Ou temos pontos negativos nessa nova era informacional?

A comunicação, principalmente, aquela televisiva tem ainda um peso muito grande para parte da população que não tem acesso a internet ou as redes sociais. E esses meios têm um papel fundamental, inclusive para os movimentos sociais organizados, seja nas suas convocações, ou nas mobilizações. Mas, cada vez mais busca-se outros caminhos como as redes sociais, como instrumentos de mobilização social. Esse tipo de mídia eletrônica, já alcança muitas pessoas, principalmente os mais jovens e os engajados em processos de trabalhos permeados pela microeletrônica e outras tecnologias avançadas. Assim, integrando-se às redes sociais, os movimentos podem alcançar um grande número de pessoas.

Antes uma TV em uma casa era para todo mundo, depois passou-se a ter uma TV em cada quarto. Hoje, a TV é cada vez menos usada, as pessoas recorrem ao celular para obter todos os tipos de informação, como notícias e conteúdo que lhes interessam ou ainda recorrem aos grupos de discussão presentes nas redes sociais, possibilitando uma troca de conhecimento. Essa dinâmica já está fazendo parte da vida das pessoas, e daqui a pouco o celular tornar-se-á parte indispensável. E isso possibilita que cada vez mais as pessoas, de forma individualizada, acessem aos conteúdos de seus interesses. Isso não necessariamente significa a destruição da solidariedade. Entendo que mesmo neste contexto adverso, em que se chegou pelas vias do consumo exacerbado pelo proposito de acumulação do capital, essa mídia de cara nova, individualizada, pode fortalecer o caminho inverso, de superação da individualidade e reforço da solidariedade.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais?

Acredito que a imprensa tem influência sobre os movimentos sociais, mas não os determinam. Cria estereótipos, sim. Interfere em suas ações. Criam dificuldades para estes movimentos, mas, contraditoriamente em algumas situações podem contribuir. Eu acho que nos últimos dias o bombardeio da imprensa sobre as denúncias da JBS S.A. influenciou o planejamento das ações dos movimentos sociais para o enfretamento do governo Temer, com a convocação de atos inesperados, etc. Todavia, provocou um sentimento de revolta da sociedade que aceitou melhor as manifestações do dia 24 de maio, ainda que notícias deturpadas tenham sido veiculadas, posteriormente. De qualquer modo, determinação dos meios de comunicação sobre os movimentos só ocorre se eles estivarem complemente desarticulados.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Acredito que a TV ainda é o meio de comunicação da massa, mais forte. Assim sendo, a televisão tornou-se o meio bastante útil ao capital que a controla e utiliza como apoio para viabilizar os seus interesses. Nesse campo, a Rede Globo, no Brasil, é detentora de grande poder, mesmo que existam outros canais em rede aberta. Assim é necessário se fazer um debate sobre o que significa esse monopólio e a forma de se fazer comunicação no Brasil. É necessário ainda avançarmos no debate sobre o significado da liberdade de imprensa em um país com tantas desigualdades sociais. Todas essas barreiras dificultam trabalhar em uma perspectiva de contraposição ao conservadorismo, ao projeto neoliberal e no fortalecimento das lutas anticapitalistas.

Essa imprensa controlada pelo grande capital tem influência na ação do Estado, seja em relação ao Legislativo, ao Judiciário, mas também, até em alguns momentos, ao Ministério Público e sua relação com a sociedade, bem com, em relação aos movimentos sociais. E particularmente, ela influencia para um movimento conservador, retardando e dificultando o movimento contrário, como é caso da sua influência nas questões de educação, como na defesa do projeto Escola Sem Partido. Assim, pode-se dizer que a imprensa é de fato um elemento de muito peso. O processo de construção de uma contra ideologia, de uma contra cultura, é uma luta longa.

Uma TV estatal tem peso diferente na formulação de ideologias?

Acredito que uma TV estatal pode ajudar, mas também é relativo, até porque no Brasil, por exemplo, nos temos uma TV que e a TV Brasil. Mas, sua penetração social é mínima. Além disso, o conteúdo veiculado dependerá de que a controla. Hoje o Estado brasileiro e o seu aparelho é controlado pelo capital. É fato que no Brasil a sociedade não tem esse controle sobre estes meios de comunicação, mesmo os estatais. Veja que chegou a sair do ar, na TVE Brasil, o programa Sem Censura, apresentado por mais de dez anos por Leda Nagle. Um programa que todo brasileiro que quer ter um mínimo de discussão, gostava. Há anos que existia aquele programa no Brasil, e o governo decidiu retirar do ar, sem qualquer consulta a população.

Da mesma forma que o conteúdo veiculado é também definido sem a participação popular. No Brasil, quase nunca, os movimentos sociais são chamados a discutir, a se apresentar na grande mídia para aprofundamento dos debates sobre assuntos de interesse nacional, sejam nos meios estatais ou privados. Então não é simplesmente a condição de ser estatal, mas sim, de que tipo de Estado e como o seu aparelho é gerido, com qual perspectiva. Nesse momento de nossa história, a mídia alternativa, por exemplo, esta sendo um contraponto importante para os movimentos sociais.

A Rede Globo teve queda de sua audiência nos últimos meses, mas isso não comprometeu a sua força. Os movimentos sociais têm contado com o apoio de grupos alternativos como o Mídia Ninja, os Jornalistas Livres e outras mídias alternativas que tem favorecido na luta de contra-hegemonia. Mas, ainda é pouco. É preciso avançar muito nessa direção, porque, se por um lado tem-se uma transmissão do Mídia Ninja sendo acessada por até o limite de um milhão de pessoas, por outro, a Rede Globo consegue atingir mais de 150 milhões em cinco minutos. Assim, a disputa ainda é muito desigual.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Você identifica fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais?

Sim, as diferenças são claras. Por exemplo, o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A imprensa internacional mostrou que foi um golpe, menos a brasileira. No dia em que houve a saída da presidente, eu estava na Itália e olhei os principais jornais do mundo, como New York Times dos Estados Unidos, ou La Repubblica da Itália, o El pais, entre outros. Estes anunciavam um golpe no Brasil, enquanto os principais jornais brasileiros, como a Folha de São Paulo, deram a noticiam em sentido inverso. Durante todo o processo de impeachment, eu ainda estava na Itália, assim, se eu não recorresse à mídia alternativa brasileira ou aos jornais internacionais, eu teria tido uma visão distorcida dos fatos que ocorriam dentro do Brasil.

Outro fato de suma importância, foram as eleições presidenciais dos Estados Unidos que levaram Donald Trump ao poder. A eleição americana era acompanhada em toda a Europa. Na Itália somente se falava naquilo durante todo o dia, com uma repercussão gigante nos mais variados espaços de imprensa ou mídia. Você encontrava as pessoas na rua discutindo, comentando, conversando sobre uma eleição que interessa ao mundo todo. Já no Brasil, tínhamos uma transmissão e algumas pessoas ouviam. Não havia aquele clima da sociedade querer saber, se empolgar, se questionar sobre a repercussão da eleição nos Estados Unidos. Mas isso não se deve somente a imprensa. Tem a ver também com o nível de educação, nível de cultura, nível de informação e história de participação nas lutas, ainda que a imprensa tenha grande contribuição.

Na Itália eu participei de muitas manifestações políticas e nunca vi a polícia chegar a reprimir ninguém da forma terrível em que ocorre no Brasil, nem tão pouco a mídia deturpar tanto os fatos. Lá, os próprios movimentos sociais têm um modo de organização própria, sem essa violência, esses espancamentos que estão ocorrendo no Brasil, com apoio indireto da imprensa. Aqui tudo que se faz é acompanhado de uma repressão imensa. O que demonstra que o aparelho do Estado está a serviço de uma ideologia conservadora, neoliberal, influenciado pelo capital midiático. As notícias deturpadas sobre a greve do dia 28 de abril e do dia 24 de maio são exemplos, em que o foco da Rede Globo foram as depredações, reforçando assim a justificativa de uma intervenção militar.

Então, caso eu não estivesse presente, a minha visão seria uma visão absolutamente contrária às manifestações que ocorreram. Veja, por exemplo, os casos de denúncia envolvendo corrupção no Brasil. À imprensa, representada pelos conglomerados, como Globo, a todo o momento só mostravam um lado, o qual contribuiu para o desgaste dos partidos de esquerda. Ela – a Rede Globo -, só veio a demonstrar outro lado quando lhe interessou. Afinal, um dos seus principais patrocinadores estava envolvido no esquema de denúncia e também porque este cartel Globo, percebeu que o atual presidente Temer já não atendia mais aos seus objetivos, enquanto empresa. E isso somente demonstra que existe uma relação orgânica dos interesses do capital sendo refletido no desenvolvimento do Estado.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade?

Em primeiro lugar é vital entender que, nem os movimentes sociais conseguem fortalecer suas lutas, angariar mais adeptos, tampouco alcançar seus objetivos, se não conseguirem utilizar a imprensa e os meios de comunicação a seu favor. Então a imprensa torna-se fundamental, sendo um dos elementos mais estratégicos para a manutenção dos movimentos sociais, igualmente a sua sustentação financeira. Paralelamente a estes, o processo de formação política, formam o tripé necessário para os movimentos sociais conquistarem a autonomia, o fortalecimento, e o avanço em direção aos seus propósitos.

Em um contexto de mídia controlada pelo capital e monopolizada, visualiza-se como necessário a construção das mídias alternativas. E essas mídias vão desde a TVT (TV dos Trabalhadores), que é uma rede de emissora sindical brasileira, com programas voltados para formação política entre outros temas de interesse, como também, a criação de páginas *on line* que já estão sendo criadas como forma de intercâmbio e comunicação entre as pessoas, com *feedbacks*. Assim, superando somente a intensão de fazer formulários eletrônicos, mas, possibilitando trocas de conhecimento entre diversos grupos, como os que ocorrem nas redes sociais. Porém, tem-se que manter ainda alguns meios tradicionais, visto a necessidade de se fazer a mediação entre os diferentes públicos, os quais não são adeptos da comunicação virtual.

Além disso, tem-se que ter outras estratégias de disputa da grande mídia, como, por exemplo, a provocação das tv's estatais, no sentido de garantir a diversidade de informações. Todas essas estratégias devem estar associadas também a um movimento de denúncias, de abertura de processos, no sentido de punir essa mídia que fala tudo o que quer, sem sofrer prejuízos. Já existem casos de sucessos, onde a imprensa teve que se recompor sobre seus atos, e essas ações precisam ser continuadas para além do prejuízo financeiro, como no caso, a abertura do direito a resposta. Ademais é necessário construir canais cada vez mais específicos dos movimentos sociais com aqueles com quem se quer fazer a interlocução.

Nesse sentido, não se pode deixar de pautar que existem caminhos ainda pouco explorados, como os espaços educacionais, ou as tv's universitárias. Estas tv's são ainda pouco exploradas como espaço de debate, divulgação de pesquisa, como estratégias de construção de uma sociedade mais democrática, no sentido de apresentar a diversidade de opiniões. Existe, por exemplo, na Universidade de Brasília, uma tv que não possibilita uma maior participação da sociedade. A própria comunidade acadêmica não é alcançada, vivendo tranquilamente sem ela. Não existem alunos, professores, nem servidor que saiba a programação exata desta tv, ou seja, não estão envolvidos por ela. E este é um meio que poderia ser mais bem utilizado. Do mesmo jeito que os canais de algumas instituições públicas como a TV Justiça, a TV senado, entre outros devem ser mais acessíveis à população em geral e aos movimentos sociais. Então, acredito que é

necessário pressionar cada vez mais essas emissoras públicas no sentido de democratizar a informação, de trazer a diversidade para o debate, mas também, criar mídias específicas vinculadas ao objetivo daqueles movimentos sociais. São estratégias imprescindíveis até o alcance de uma mídia pública democrática.

“Una de las diferencias de acción de los movimientos sociales se la imprime la existencia de las TIC’s y las posibilidades de conexión y divulgación que ofrecen”

MARINA POGGI

La sociedad en red actualiza los movimientos sociales e sus luchas

Ada C. Machado da Silveira[1]

Conocí a Marina Pogg, aún alumna de doctorado, en su pasantía por la Universidad Federal de Santa Maria (2010). Investigadora vinculada al Centro de Estudios de la Argentina Rural, de la Universidad Nacional de Quilmes (CEAR-UNQ), Argentina y con pós-doctorado por la Universidad Nacional de La Plata, en la Facultad de Periodismo y Comunicación Social (2015). Ha realizado toda su formación en la Universidad Nacional de Quilmes: Magíster (2011) y Doctora en Ciencias Sociales y Humanas (2012), licenciada en Comunicación Social (2003). Hemos trabajo en conjunto en la oportunidad del convenio CAPES-MINCYT (2012-15), momento en el cual los participantes de la UFSM y UFRGS de Brasil, además da UBA y UNQ, de Argentina, intercambiamos docentes y alumnos. Marina Poggi trabaja el tema “Representaciones de la problemática de la propiedad de la tierra en la prensa de análisis en tiempos de censura”. Ha dictado Seminarios intensivos en universidades brasileiras y de Argentina, además de varias participaciones en eventos de América Latina, Estados Unidos e Europa.

[1] Professora titular do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do CNPq. Doutora em Jornalismo pela Universidade Autónoma de Barcelona, possui pós-doutoramento na Sorbonne III – La Nouvelle, França, e na Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. Integra o quadro permanente do programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM e é colaboradora do mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa da universidade Federal do pampa (Unipampa). E-mail: ada.silveira@ufsm.br

Cual es el papel de los Movimientos Sociales en la actualidad? Han ocurrido cambios en los últimos tiempos? Cite ejemplos.

Voy a referirme no a los Movimientos Sociales en general, sino un ejemplo particular vinculado a la problemática agraria argentina. Creo que puntualizar acerca de los modos de acción atendiendo a la diversidad de actividades y reclamos que nuclea a cada movimiento será enriquecedor para futuros debates.

En mis estudios actuales, el centro de la atención se encuentra puesto en los movimientos sociales y las representaciones que construyen mediante los propios espacios virtuales que generan y las estrategias de divulgación de reivindicaciones en dichos espacios. Con ese objetivo he comenzado a indagar en un estudio de caso.

Según expresa Ziberich, "Las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica" (2003: 187). Explica que ello es posible porque los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrón de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales. Entonces, "el territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen, instituyendo su espacio, apropiándoselo material y simbólicamente" (2003: 187). También, Santos observa que es el uso del territorio, y no él en sí mismo, el objeto del análisis social. En la actualidad el territorio puede ser formado por lugares contiguos o por lugares en red. Es decir que la sociedad en red genera nuevas solidaridades entre personas y lugares (2005: 255 y 256). En esta línea, es posible pensar que los movimientos sociales construyen representaciones que los reúnen bajo la bandera de los diversos reclamos. Y es la sociedad en red la que – si bien respeta su autonomía – los actualiza, los obliga a dialogar y a mantenerse en permanente interacción.

Precisamente una de las diferencias de acción de los movimientos sociales se la imprime la existencia de las TIC's y las posibilidades de conexión y divulgación que ofrecen.

Desde mediados del siglo XX la cuestión de la propiedad de la tierra puede asociarse intensamente a movimientos revolucionarios que reclaman por su acceso. Si bien se trata de una exigencia histórica, puede reconocerse a partir de ese momento una actividad que profundiza reclamos relacionados con el territorio, el acceso a la tierra, el cuidado del medio ambiente, etc.

Sin embargo, y puntualmente con la llegada del nuevo milenio y la popularización del uso de la red global, la agilización de las comunicaciones trajo consigo nuevas perspectivas y modos de asociación, que fueron aprovechadas fructíferamente para tales reivindicaciones. Desde entonces, movimientos nacidos bajo reclamos similares pero en contextos sociales, políticos, económicos y temporales diversos, toman contacto, se vinculan y se retroalimentan en sus luchas en un espacio virtual.

En sintonía con la proclama de la Vía Campesina de "desarrollar la solidaridad y la unidad en la diversidad entre las organizaciones del campo, para promover relaciones económicas de igualdad y justicia social, la defensa de la tierra, la soberanía alimentaria una producción agrícola sostenible y equitativa, basada en los pequeños y medianos productores" (Vía Campesina, 1996: 55), la Unión de Trabajadores sin Tierra (UST, Argentina) nace a partir de una movilización por la tierra y por el agua en 2002, en la provincia de Mendoza (Domínguez, Lapegna y Sabatino: 242-243) y se organiza principalmente por la defensa de los derechos de acceso a la tierra.

Los movimientos sociales se presentan históricamente como palancas del cambio social, ya que surgen generalmente de una crisis en las condiciones de vida, de la desconfianza hacia las instituciones políticas, en la legitimidad de los gobernantes y su gestión de los asuntos públicos. Suelen desencadenase como respuesta –luego de un proceso de acción comunicativa que induce a la acción colectiva- a un evento específico (Castells, 2012: 209-210). Castells agrega componentes emocionales[2] a tales procesos de acción comunicativa: "requieren una ira contra la injusticia flagrante y por la esperanza de la posibilidad de un cambio como resultado de los ejemplos de levantamientos que han tenido éxito en otras partes del mundo; cada revuelta inspira la siguiente transmitiendo en red imágenes y mensajes a través de Internet" (2012:211).

El accionar de la UST se encuentra asociado a la La Vía Campesina, movimiento de alcance internacional, y a CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo), de alcance continental.

La Vía Campesina nace en 1993 y se trata de "un movimiento internacional que coordina a organizaciones campesinas, de medianos y pequeños productores, de campesinos y comunidades indígenas, que defiende sus intereses básicos. Es un movimiento autónomo, pluralista, independiente de cualquier adscripción política, económica o de otra índole. Está integrado por organizaciones nacionales, representativas, cuya autonomía será celosamente respetada" (La Vía Campesina, 1996: 55). El objetivo principal de esta organización de acción internacional es "desarrollar la solidaridad y la unidad en la diversidad entre las organizaciones del campo, para promover relaciones económicas de igualdad y justicia social, la defensa de la tierra, la soberanía alimentaria una producción agrícola sostenible y equitativa, basada en los pequeños y medianos productores" (1996: 55). La postura en cuanto a la defensa de la tierra es contundente: exigen una reforma agraria auténtica que devuelva sus territorios a los pueblos indígenas, que le otorgue a los campesinos sin tierra y a los agricultores pequeños propiedad y control de la tierra que trabajan, con la idea de que puedan –según ellos mismos expresan- controlar su propio destino (1996: 1).

La Vía Campesina entiende que la Reforma Agraria consiste en el reparto de la tierra entre los campesinos por parte del gobierno así como la democratización

[2]Para ampliar este concepto ver: "Cambiar el mundo en la sociedad red", en Castells, Manuel (2012) *Redes de indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era de Internet.* Alianza Editorial: Madrid, pp. 209-230

de la tierra y la expropiación a los latifundios, para la entrega a los campesinos sin tierra, a los productores y sus comunidades, respetando las particularidades de cada país. El derecho a la tierra no debe discriminar a ningún campesino o campesina por motivos de sexo, religión, raza o ideología (La Vía Campesina, 1996: 23). El fundamento principal es que existe una tendencia mundial orientada hacia la concentración de la tierra, principalmente por empresas transnacionales las cuales influyen en los gobiernos para que les otorguen facilidades para su desarrollo, dejando desprotegidos a los campesinos y campesinas con una política de restricción de recursos económicos para su bienestar social. La propuesta es: Garantizar el derecho a la tierra con una reforma agraria integral que asegure el abasto de los insumos necesarios y el apoyo de la industria para hacerla producir y que se democratice su tenencia (1996: 32-34). En la Memoria de su II Conferencia Internacional, se observa -dentro de sus iniciativas internales-, que "necesita establecer una estructura mínima que tenga la comunicación como una alta prioridad. Deberá buscar los medios para que todas las organizaciones miembros cuenten con acceso a Internet, de tal manera que se facilite la comunicación horizontal y exista un medio eficiente para la discusión e intercambio de información. Desarrollar la consolidación de la Vía Campesina con el fortalecimiento de las regiones, siendo fundamental el establecer un mecanismo de información común" (1996: 41).

Por su parte, CLOC es es una instancia de articulación continental con 16 años de trayectoria en la lucha social que representa a movimientos campesinos, de trabajadores y trabajadoras, indígenas y Afro descendientes de toda América Latina. Cuenta con unas 84 organizaciones en 18 países de América Latina y el Caribe que constituye una fuerza social movilizadora presente en todos los espacios que ofrezca propuestas alternativas a nivel del continente. Se constituye formalmente en el congreso realizado en Lima, Perú, en febrero de 1994, con la participación de varias organizaciones a nivel continental. 1994 fue un año emblemático para los movimientos populares de la región, por los signos de reactivación de las luchas sociales, particularmente en el campo, contra las políticas neoliberales. Se inicia con el levantamiento zapatista en Chiapas, México, y se registra el segundo levantamiento indígena en Ecuador, las marchas de los cocaleros en Bolivia, las movilizaciones por la reforma agraria en Paraguay, Guatemala y Brasil, entre otras manifestaciones. CLOC es la aliada directa de la Vía Campesina en el continente americano y se propone luchar contra el sistema patriarcal y capitalista que destruye a vida de campesinos y campesinas.

En esta general línea de pensamiento y acción es que se inscribe la UST y obedece su cuadro de acción y vinculación.

En tanto contexto en el que se gesta el UST, cabe mencionar que en el marco de implementación de políticas neoliberales surgieron y se consolidaron –al tiempo que otros desaparecieron- los llamados Nuevos Movimientos Sociales, expresión que refiere a los sujetos sociales colectivos que irrumpieron en los casi últimos veinte años del siglo XX y primeros cinco del siglo XXI en gran parte de América Latina, "al calor de la creciente exclusión social, la crisis de representación y la erosión

de los mecanismos de participación política". Los Nuevos Movimientos Sociales exceden la problemática del trabajo para anclarse en la cuestión del territorio: vivienda, comida, ecología, servicios públicos, derechos humanos y recuperación de tradiciones son algunos de los principales ejes que los atraviesan (también presentes en los reclamos de antaño, pero con menor profundidad) (Ouviña: 2004).

Tal como ha ocurrido en muchos países de América Latina, el surgimiento en Argentina de organizaciones campesinas e indígenas ocurrió en el contexto de transformaciones en la estructura agraria que afectaban profundamente a los sectores olvidados del campo. Particularmente, se aplicó un modelo de agricultura industrial basado en la exportación de *commodities*, conocido como el modelo de los agronegocios (Liceaga, 2012:126). Entre fines de la década de 1980 y principios de la de 1990 nacieron en Argentina diversas organizaciones de campesinos, pequeños productores, pueblos originarios y agricultores ecológicos que formaron pequeñas cooperativas y asociaciones de trabajadores rurales, uniones, coordinadoras, centrales y otras (Liceaga, 2012:125).

La UST tuvo su origen cuando se realizó una manifestación en el departamento de Lavalle (Mendoza) en 2002, en la cual unas 80 personas denunciaron la mala situación de los campesinos de la zona, cuyos principales reclamos eran la carencia de tierra para trabajar y las dificultades para acceder al agua de riego. Si bien los reclamos iniciales no fueron atendidos, el evento fue el punto de partida de una organización y desarrollo consolidados: por ejemplo, en la primera asamblea se diseñó la bandera de la UST, cuyos colores (verde, celeste y marrón) representan su lucha por el agua, la tierra y la soberanía alimentaria. El lema desde su comienzo fue –tomado de las consignas de la Vía Campesina- "Tierra, agua y justicia para los excluidos del campo", la "Reforma Agraria Integral" y la "Soberanía alimentaria". Aunque su reclamo principal está centrado en la lucha por la tierra, la UST desarrolla un profundo trabajo en diversos ámbitos relacionados como por ejemplo salud, comunicación, producción, comercialización y formación. En la actualidad, la organización está compuesta por unas 500 familias que se reúnen en 30 grupos de base, que en su mayoría se encuentran ubicados en el norte de Mendoza (departamento de Lavalle, San Martín y Rivadavia) y en el sur de San Juan (Liceaga, 2012:121-129).

Cómo son noticiados los Movimientos Sociales en la prensa de su país? Hay diferencias entre los vehículos? Cite ejemplos.

En el caso del UST, su aparición mediática en la prensa tradicional es escasa o nula. Si realizamos el ejercicio de buscar las últimas cuatro noticias referidas al UST durante los últimos diez años en los principales periódicos argentinos de alcance nacional (en el buscador correspondiente a cada periódico), los resultados son los siguientes:

Clarín[3]: -

Infobae[4]: -

La Nación[5]: 01/02/2014[6], 14/11/2014[7], 28/11/2012[8], 25/02/2012[9]

La Prensa[10]: -

Página 12[11]: 12/02/2016[12], 31/12/2014[13], 20/10/2008[14], 12/10/2008[15]

Perfil[16]: -

Luego de observar esta muestra, se evidencia que la divulgación de su accionar parte directamente desde los espacios que ellos mismos generan en la red global: blog[17], Facebook[18], Twitter[19]. Además cuentan con revistas propias: *Grito Cuyano*, Revista específica de la Unión de trabajadores rurales Sin Tierra (UST) y *Falta menos*, Revista del Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI). También con medios de difusión tales como radios comunitarias: *Radio Tierra Campesina*[20], *Radio Comunitaria Campesina*[21] y *Radio sin dueño*[22].

Cabe destacar que a través de estos medios, pero principalmente por sus redes sociales, este Movimiento se hace eco de las problemáticas sociales que se divulgan por la prensa nacional. Un ejemplo de ello es cuando en diciembre de 2015 desde el blog se hacen eco del "*Comunicado de la Coalición por una Comunicación Democrática Mendoza",*[23] en defensa de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual.

Es claro que los posicionamientos políticos repercuten en la opinión pública. Por ejemplo, para hacer frente a las crisis, propone "que el gobierno viabilice políticas que brinden posibilidades de

---

[3] https://www.clarin.com/
[4] http://www.laprensa.com.ar/
[5] http://www.lanacion.com.ar/
[6] http://www.lanacion.com.ar/1660069-beneficios-para-el-campo-y-la-ciudad
[7] http://www.lanacion.com.ar/1743393-tierra-para-familias-campesinas-de-mendoza
[8]http://www.lanacion.com.ar/1531019-logro-aprobacion-oficial-una-escuela-campesina-de-agroecologia
[9] http://www.lanacion.com.ar/1451446-sintesis
[10] http://www.laprensa.com.ar/
[11] https://www.pagina12.com.ar/
[12] https://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-292328-2016-02-12.html
[13] https://www.pagina12.com.ar/diario/laventana/26-262974-2014-12-31.html
[14] https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-113628-2008-10-20.html
[15] https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-113214-2008-10-12.html
[16] http://www.perfil.com/
[17] http://campesinosdecuyo.com.ar/
[18] https://www.facebook.com/ust.mnci / https://www.facebook.com/campesinosdecuyo/
[19] https://twitter.com/USTierra
[20] 89.1, Mendoza
[21] 107.1, San Juan
[22] 97.1, Mendoza
[23] https://campesinasdecuyo.wordpress.com/2015/12/23/mendoza-de-pie-en-defensa-de-la-ley-de-servicios-de-comunicacion-audiovisual/. Fecha de consulta: 27/04/2016

acceso a la tierra y al agua en condiciones razonables a los campesinos que lo requieren, en conjunto con programas de crédito, educación, y acompañamiento técnico". Y para ello, no esperan que todo llegue del gobierno, sino que sus colectivos de trabajo se ocupan de reactivar fincas, desarrollando espacios de formación y capacitación, trabajan en salud desde cada comunidad, incorporan medicina tradicional y rescatan los saberes populares en cada área de trabajo.

La prensa de su país contribuye de alguna manera para la construcción de una imagen estereotipada de los Movimientos Sociales? Cite ejemplos.

Es un tema muy importante. Sin embargo, en mis investigaciones aún no he abordado este aspecto.

Hay diferencias de cobertura de los Movimientos Sociales por la prensa de su país y la prensa internacional? Cite ejemplos de acontecimientos, protestas y manifestaciones en que la cobertura nacional fue distinta de la cobertura de la prensa internacional, en el sentido de criminalizar los Movimientos Sociales.

Tal como ya se ha mencionado, la cobertura mediática del UST es mínima en la prensa nacional de mayor alcance y nula en medios internacionales. Cabe insistir en que la visibilidad este Movimiento Social se construye no por su trascendencia en los grandes medios nacionales, sino por los espacios de difusión que el mismo UST habilita y por la repercusión que sus actividades puedan tener en la prensa local.

Cual es la importancia de la prensa para los Movimientos Sociales y cuales son las estrategias de comunicación posibles de adopción para dialogar directamente con la sociedad? Cite ejemplos.

Claramente, al constituirse el UST como un pequeño movimiento social, la difusión extendida de sus actividades en la prensa nacional los visibilizaría como fuerza de protesta. Sin embargo esto no ocurre, y los recursos a los que apela para la divulgación de su accionar transitan otros caminos. Efectivamente, el UST se encuentra conectado en red de formas diversas. Dado que la existencia continuada de los movimientos sociales se da a través de Internet, la presencia en los diversos espacios resulta fundamental. Así, al tiempo del desarrollo y actualización de un blog oficial, posee espacios activos en las redes sociales Twitter y Facebook. Estas cuentas permanecen diariamente en funcionamiento y se constituyen como el vínculo cotidiano principal entre los participantes del movimiento, pero son también una ventana abierta al mundo, ya que cualquier

persona puede observar dicha actividad. Si bien, ante eventos específicos, la postura oficial se enuncia desde sus respectivas páginas, esta vía de diálogo es permanente y cotidiana en ambos casos. Por otra parte y como ya se ha mencionado, los vínculos con otros movimientos de alcance tanto continental como internacional se mantienen por medio de CLOC y la Vía Campesina respectivamente, y a través de ellos se extiende el vínculo con diversos movimientos con intereses comunes en todo el globo. La UST expresa formalmente su intención de articularse con organizaciones que tienen las mismas luchas, y forma parte de la Mesa Nacional de Organizaciones de Productores Familiares, en la que participan entre otros la Asociación de pequeños productores del Noreste de Córdoba (APENOC), el Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), RED PUNA, la Organización de Productores Familiares Agroecológicos (OPFAL), la Unión Campesina de Traslasierra (UCATRAS), la Organización de Campesinos Unidos del Norte de Córdoba (OCUNC), y la Organización de Trabajadores Barriales Unidos de Cruz del Eje (OTRABU).

Si bien la identidad del movimiento aquí estudiado se constituye desde los espacios rurales, incluso en lo concerniente a su identidad literalmente geográfica, la visibilidad que pretende se manifiesta a partir de su irrupción en las urbes. Es decir que se convierten en movimiento al ocupar el espacio urbano: producen ocupaciones efectivas de diversos espacios (plazas, terrenos, etc.). Sin embargo, la toma de tales espacios no puede pensarse pura y exclusivamente como física, dado que la conciencia de la repercusión mediática los impulsa directamente a circular en las noticias de las grandes ciudades.

Si bien la UST nace a partir de reclamos locales y eventos específicos, se fortalece con el vínculo y la interacción. Es en este sentido que es local y global a la vez, dado que las protestas de inicio son resignificadas y reforzadas de la mano de las reivindicaciones y reclamos de entidades con mayor peso y visibilidad mundial. De esta manera, aunque se mantienen los lemas de su gesta, las proclamas adhieren a la de las entidades mayores. Cabe destacar que en el caso de La Vía Campesina, bajo el lema fundacional "La voz de las campesinas y los campesinos del mundo", la enunciación de los reclamos supera lo tangible -como puede ser el acceso a la propiedad de la tierra- y se posiciona en defensa de la vida: "Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza".[24] Como es natural, es sus temas principales de preocupación aparece el debate y la postura acerca de la Reforma Agraria.[25]

Tal como recién se ha mencionado, la UST nace de proclamas específicas y locales. Es decir que posee una naturaleza que es espontánea en su origen, desencadenada por una indignación

---

[24] http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45. Fecha de consulta: entre el 1 de diciembre de 2015 y el 15 de abril de 2016

[25] http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/reforma-agraria-mainmenu-36. Fecha de consulta: entre el 1 de diciembre de 2015 y el 15 de abril de 2016.

específica, en donde “el origen de la convocatoria es menos relevante que el impacto del mensaje” que se divulga (Castells, 2012: 214), dado que la visualización y circulación de imágenes de actividades pacíficas –dado que son movimientos no violentos- y de difusión de proclamas (radios abiertas, asambleas, etc.) resultan inspiradoras, dan esperanza de un cambio e incitan a formar movimientos similares en lugares remotos. Ello gracias a que son virales: contagian tanto la esperanza por los resultados como las formas de acción.

Consideraciones finales

Como hemos podido observar, la UST despliega estrategias – entre muchas otras tales como órganos de difusión propios, redes sociales, discursos oficiales, etc.– de lucha y resistencia que confluyen y se condensas en su sitio web como vidriera al mundo, porque la información disponible en Internet construye representaciones y muestra protestas exitosas e inspira tanto a la continuidad de la lucha como a la incorporación de nuevas formas de acción.

Si bien las principales protestas del movimiento están radicadas en el ámbito rural, se visibiliza y se consolida como movimiento mediante su irrupción en el espacio urbano. Tales ocupaciones no necesariamente se efectivizan mediante manifestaciones, toma de plazas públicas, radios abiertas, etc., sino también mediante la repercusión de las mismas instalada en los medios de comunicación y los espacios virtuales. Estas estrategias se constituyen en la oportunidad de otorgar visibilidad al movimiento, ya que la cobertura de los principales periódicos nacionales es entre escasa y nula.

Así, se observa que los espacios web se convierten en el lugar en el que confluyen no solo las estrategias reivindicativas nacidas en la red global, sino también en donde se reproducen y circulan los reclamos organizados desde otros espacios. Reclamos que poseen una constancia pero que en la prensa cotidiana no resultan noticiables.

Bibliografía

Castells, Manuel (2012), Redes de indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era de Internet, Alianza Editorial, Madrid.

Dominguez Diego, Lapegna, Pablo y Sabatino, Pablo (2006), “Un futuro presente: las luchas territoriales”, en *Nómadas* Nº 24, Universidad Central, Colombia, pp. 239 a 246.

La Vía Campesina (1996), Memoria de la II Conferencia Internacional de la Vía Campesina, (Tlaxcala, México), Ediciones NCOS, Bruselas.

Liceaga, Gabriel (2012), “Las luchas campesinas en Mendoza. Reflexiones a partir de la acción colectiva de la Unión de Trabajadores Rurales sin Tierra”, en Bravo, Nazareno (editor),

(Re)inventarse en la acción política, EDIUNC, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, pp. 117-157.

Ouviña, Hernán (2004), *Zapatistas, piqueteros y sin tierra: nuevas radicalidades políticas en América Latina*., [en línea] http://www.panuelosenrebeldia.com.ar/content/view/509/193/

Santos, Milton (2005), "O retorno do territorio", en *OSAL*, Nº 16, CLACSO, Buenos Aires.

Ziberich, Raúl (2003), "Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos", en *OSAL*, Nº 9, Buenos Aires, CLACSO.

"A análise da relação da mídia com os movimentos sociais precisa ser pensada a partir dos grupos econômicos que controlam os meios de comunicação, que condicionam a montagem das linhas editoriais", Iris Pacheco.

"A imprensa no Brasil é a vanguarda do pensamento conservador e da direita; ela não é uma simples ressonância desse processo", Miguel Stedile.

"É preciso lutar pela democratização e contra o monopólio da mídia. Somente assim poderemos romper com esse poder que a grande imprensa tem no Brasil de construir, para além do discurso, as linhas políticas para a sociedade", Solange Engelmann.

MIGUEL STEDILE
SOLANGE ENGELMANN
IRIS PACHECO

Comunicação e organicidade do MST

Mayrá S. Lima[1]
Felipe Canova Gonçalves[2]

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos principais movimentos sociais da América Latina, referência quando o método de protesto são as ocupações de terra. É um dos movimentos sociais que mais sofrem com processos de criminalização da luta social. Nos meios de comunicação, essa criminalização costuma ser caracterizada por meio de narrativas que tipificam

[1] Jornalista, mestra em Ciências Sociais e doutoranda em Ciência Política na Universidade de Brasília. É pesquisadora do grupo Democracia e Desigualdades (Demodê). Também é integrante do setor de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E-mail: mayra.lima@gmail.com

[2] Doutorando em Comunicação (PPGCOM-UnB) e professor da Licenciatura em Educação do Campo, campus Planaltina da Universidade de Brasília, nas áreas de audiovisual, artes visuais e comunicação comunitária. Integra o Coletivo Nacional de Cultura do MST. E-mail: canovagoncalves@gmail.com

ações legítimas como um crime. Para detalhar este fenômeno, a entrevista foi realizada, de forma simultânea, com os três últimos dirigente do setor de comunicação do MST: Miguel Stedile, historiador, coordenou a comunicação do MST entre os anos de 2001 a 2010; Solange Engelmann, jornalista e doutoranda em comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenou a comunicação do MST entre os anos de 2010 e 2016 e Iris Pacheco, jornalista formada pelo curso de Jornalismo da Terra da Universidade Federal do Ceará, coordena a comunicação do MST desde 2016.

Primeiro, seria interessante que vocês se apresentassem.

Miguel Stedile: Hoje, eu coordeno o Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis (RS), mas atuei no setor de comunicação de 1997 a 2010 e na coordenação do setor por sete anos. Entrei no MST através da minha família, que participou da fundação do Movimento e passei a militar no MST no início de 1997 aqui no RS, que é onde eu construí minha militância. A partir de 2001, eu assumi algumas tarefas no setor nacional, onde permaneci até 2010. Sou formado e pós-graduado em História, mas antes eu comecei o curso de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) e na Universidade do Rio Sinos (Unisinos), mas não concluí. Cheguei a cursar cinco anos de Jornalismo.

Solange Engelmann: Participo do setor de comunicação a partir da sua executiva[3]. Eu entrei no MST em 1996, a partir da minha família que morava (e ainda mora) em um assentamento no Paraná. Iniciei minha militância na região noroeste do Paraná, atuando com cooperativas dos assentados. Depois me desloquei para Maringá, onde estudei Jornalismo. Fui para Curitiba, onde comecei a atuar no setor de comunicação desde 2004. Assumi a coordenação do setor por cinco anos. Hoje também faço doutorado em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Iris Pacheco: Sou filha de assentado, cresci na primeira área de assentamento do MST da Bahia, então o meu envolvimento com o MST vem da minha família, que ajudou a fundar o MST no estado da Bahia. A partir deste processo, envolvi-me nas atividades internas de Cultura, Comunicação e Juventude de dentro do assentamento. Em 2007, eu contribuí na secretaria regional do MST e depois com o coletivo estadual de Juventude, Comunicação e Cultura. Em 2009, eu entro no curso de Jornalismo da Terra, promovido pela Universidade Federal do Ceará em

[3] Coletivo de pessoas que possuem a tarefa de coordenar o setor de comunicação do MST em suas diversas frentes de atuação

parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Formei em 2013. Neste período de estudos, atuei na assessoria de comunicação do Escritório do MST em Brasília e, atualmente, faço parte da coordenação nacional do setor, compondo também a Direção Nacional do MST. Sou também especialista em Teologia das Religiões Afrobrasileiras e estou cursando uma especialização em Estudos Latinoamericanos, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes.

Como foi o surgimento do setor de comunicação do MST?

Miguel Stedile: Na verdade, a tarefa de comunicação no MST é anterior ao setor. É anterior ao próprio movimento. É importante citar as ocupações que a gente chama de embriões do MST, antes da fundação. É no acampamento da Encruzilhada Natalino, em 1981 no Rio Grande do Sul, como que surge o Boletim Sem Terra mimeografado. O Boletim faz parte do contexto de luta do acampamento ter sido transformado em área de segurança nacional e, ao mesmo tempo, receber muito apoio da sociedade. Com a conquista da área da Encruzilhada Natalino, o Boletim vai funcionar para a articulação da fundação do MST em 1984. Quando o movimento é fundado como um movimento nacional, ele é oficializado como o porta-voz principal do MST.

A partir daí, a tarefa de comunicação no MST é articulada com a produção do Jornal Sem Terra, na secretaria nacional, juntamente com a experiência da Rádio Aparecida, em SP. Era um programa que a Secretaria Nacional mantinha na década de 1980. Em 1996, a Direção Nacional do MST chama um seminário com alguns dirigentes e que daí surge a necessidade da construção de um setor nacional de comunicação. A militante Judite Stronzake foi a primeira coordenadora do setor.

A comunicação é sempre a tradução da estratégia do movimento, então de acordo com a estratégia do movimento no período, a comunicação assume determinadas tarefas. No primeiro momento, que é o da gestação, a comunicação ajuda a organizar o MST e também ajuda na construção na organicidade do movimento. Quando a organicidade do movimento precisa que algumas pessoas se especializem em determinadas tarefas, como educação, cultura, saúde etc, a comunicação também aparece como demanda. O que tinha nos estados, até então, eram os zeladores do Jornal Sem Terra. Passa depois a ter essa organização da forma que temos até hoje, de coordenação e de outras tarefas que incentiva os estados a desenvolver iniciativas próprias.

Solange Engelmann: O setor se inicia na década de 1990, muito ligado ao Jornal Sem Terra. Inicialmente, a comunicação se vinculava ao setor de educação, depois a comunicação se torna um setor específico dentro do MST. Oficialmente, o setor de comunicação do MST nasce no início dos anos 2000, mas o processo é anterior, sendo datado desde as primeiras ocupações de terra, como o exemplo da Encruzilhada Natalino. Ali já existia a necessidade de romper o isolamento

físico e de comunicação com o resto da sociedade. Como Miguel já colocou, a comunicação do MST contribui no processo de articulação com os próprios Sem Terras. Cumpre o papel de trazer a pessoa sem terra para o MST, e depois contribui para internalizar as linhas políticas do MST, contribui ainda para o processo de territorialização do MST no Brasil. Após a oficialização do setor, ele passa a trabalhar por frentes de atuação[4] e, com seus acúmulos, passa a ter protagonismo enquanto um setor que organiza o processo de comunicação do MST.

Iris Pacheco: Nesse primeiro momento que a gente fala da comunicação e a organicidade do MST, nesse período de gestação do movimento, é preciso ressaltar que é um processo interno, mas também é bastante externo do ponto de vista da gente pautar junto à sociedade qual a estratégia do MST. Mesmo que a gente não tivesse, dentro da nossa organicidade, consolidado um setor, a comunicação seria pensada como uma tática de movimento. Aproveitando que o Miguel citou o programa da Rádio Aparecida, ele foi feito em 1987 e 1988, de forma semanal e tinha alcance nacional. Ou seja, além do Jornal Sem Terra, as rádios cumpriram um papel fundamental para o MST. Depois, começamos a trabalhar com as nossas rádios postes nos acampamentos para auxiliar essa comunicação interna, com a base, mas já no meio da década de 1990 a gente começa a ter as primeiras experiências de rádios em assentamentos, por frequência modulada.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Iris Pacheco: Até mesmo devido ao golpe no Brasil de 2016, vários contextos foram mudados. Pensando no próprio contexto da luta de classes, os movimentos sociais têm esse papel central, não só de organizar, mas também de mobilizar o povo em torno do enfrentamento direto com uma estrutura de sociedade que o capital nos impõe. Como movimento social, ele contribui do ponto de vista de ter uma organicidade interna que redirecione para uma estratégia política que, de fato, vá se concretizar para uma transformação social mais na frente. Então, trazendo para a nossa realidade de movimento social do campo, o papel que o MST cumpre no último período vai se alterando de acordo com a conjuntura do enfrentamento que a gente sofre no campo, com a mudança deste capital que a gente lida no campo. A gente pode perceber isso com a estrutura do agronegócio, que tende a se alterar com os processos de estrangeirização, principalmente pautados pelo golpe, mas a gente sabe que é um processo que estava em curso anteriormente. O golpe vem enfatizar essa grande leva de retrocessos que a gente vem sentindo no último período.

---

[4] O setor de comunicação do MST é dividido nas seguintes frentes de atuação: assessoria de comunicação, produção de conteúdo e redes sociais, digital e rádio.

A gente também percebe, levando em conta a pauta da criminalização, como no último período a gente tem tido um enfrentamento maior e nós, movimentos camponeses, sentimos isso de forma muito mais direta. Temos percebido uma maior criminalização da luta no Brasil, não necessariamente só proveniente dos movimentos sociais, mas de forma mais ampla.

Solange Engelmann: Os movimentos sociais têm o papel muito grande de mobilização social, organização e formação. Eles têm o papel de organizar a classe trabalhadora, seja ela no campo, ou na cidade. Depende então de um processo de mobilização social, de organização interna, de formação constante. Os que não possuem formação, a gente percebe que são movimentos que entram em contradição mais facilmente. Hoje, principalmente, com esse processo de golpe à democracia, os movimentos sociais têm esse papel central com estes três pilares, até mesmo para entender a conjuntura política. Os movimentos sociais no Brasil são as frentes que a gente tem hoje para a reivindicação de direitos básicos; a luta pela terra, a luta por trabalho, a luta por educação etc. Sem os movimentos sociais no Brasil, nós teríamos um retrocesso imenso. Então os movimentos sociais têm um papel central na organização da classe trabalhadora, na reivindicação por melhores condições de vida e na luta por transformação social, pensando de forma ideal.

Na conjuntura de golpe que a gente vive, percebe-se que o papel dos movimentos mudou um pouco. Antes, no período das eleições dos governos do PT, os movimentos sociais aprofundaram a luta por melhores condições de vida, e agora a gente está num processo de retração. Os movimentos estão tendo que lutar para manter direitos já conquistados. Estamos numa luta constante para tentar assegurar os direitos já conquistados ao longo de décadas e após a abertura democrática. É preciso se criar outros movimentos, concentrar em outras frentes.

Miguel Stedile: Normalmente, os movimentos sociais atuam muito em torno de pautas pontuais. Nesse movimento que a Solange chama a atenção, da luta para não perder direitos, obriga o conjunto dos movimentos sociais no Brasil a ter uma visão para além do pontual, ter uma visão um pouco mais de projeto, de conseguir juntar os pontos. Por exemplo, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a reforma do ensino médio, essas questões não podem ser vistas isoladamente. Elas fazem parte de um projeto das elites, inclusive internacional. Então, quando os movimentos entram em confronto, nem que seja para manter os direitos conquistados, obriga os movimentos a terem uma visão para além da sua luta pontual. Se a gente for pensar o ano de 2016, para quem está no Rio Grande do Sul, tivemos poucas ocupações de terra, mas em compensação, passamos o ano em mobilizações que eram de luta política, contra o golpe. Isso alarga os horizontes do movimento social, que é uma mudança importante em consequência das questões que a Solange chamou a atenção.

Do ponto de vista de vocês, como podemos descrever a imprensa brasileira?

Iris Pacheco: Se fosse para sintetizar, sintetizaríamos em ultraconservadora e hegemônica! Principalmente pensando no papel que ela cumpre na nossa sociedade no que se refere ao abalamento da nossa jovem democracia e ao próprio desenvolvimento dessa sociedade. O papel de não pensar a comunicação como um direito humano, de não fortalecer um debate público sobre as formas de defender e garantir, ou promover esse direito, é fundamental para pensar a estrutura que temos de comunicação. Essa instituição "imprensa", a mídia, é teoricamente uma das mais respeitadas, do ponto de vista de estar na casa de todo brasileiro de forma cotidiana, como ela é incluída na sociedade e como ela contribui em vários contextos, sejam eles positivos, ou negativos. A gente tem uma estrutura que é extremamente concentrada, monopolizada que não favorece a gente ter uma análise de mídia mais ampla se for pensar a comunicação como um direito humano. E a gente pode ver as tendências de coberturas noticiosas que a gente tem no país, relacionadas aos próprios movimentos sociais: como os acertos e desafios não são apontados, principalmente nas narrativas jornalísticas. É um setor que é conservador, cujo papel dentro do golpe demonstra o seu conservadorismo.

Solange Engelmann: No Brasil, a maioria das análises mostra que a mídia brasileira trata qualquer organização social de forma negativa e, geralmente, a informação é manipulada. Ela tem um trabalho forte de deslegitimação de qualquer organização social dos trabalhadores que mobilize para uma causa. Nós temos um monopólio de menos de 10 famílias que dominam a estrutura de comunicação no Brasil. Temos um monopólio horizontal de TV, rádio, jornal e agora canal de internet. A mídia brasileira não tem um projeto de defender o Brasil enquanto uma nação. Ela tem um projeto com o capital. Então a gente vê no Brasil uma defesa grande das várias frentes do capital, ainda que seja fortemente mantida com dinheiro público, sem esquecer nas empresas internacionais e transnacionais.

Com o golpe, a gente vê a mídia a serviço de um projeto que retira direitos conquistados. É um projeto que se coloca a partir do capital, que procura aumentar a exploração dos trabalhadores. Em reação aos movimentos sociais, há momentos de brechas, em que conseguimos ter alguma visibilidade, mas essa visibilidade só se dá mediante a luta social. Mesmo assim, a mídia procura deslegitimar qualquer tipo de organização social. Um exemplo disso foi a narrativa usada contra a greve geral, ao afirmar que a não presença de pessoas nas ruas significava um fracasso do movimento, deturpando o próprio sentido de uma greve, cujo objetivo é literalmente parar.

A mídia brasileira não tem um projeto de país democrático. E também o Estado brasileiro não tem um projeto de comunicação pública. Pelo fato dos governos petistas não terem feito

movimentos no sentido e democratizar a mídia, hoje a gente paga um preço muito caro, principalmente após o golpe, com manipulação de discursos que vão para a toda a sociedade.

Miguel Stedile: Tanto Iris, quanto a Solange descreveram bem o quadro. Temos uma mídia bastante concentrada, que está completamente vinculada a interesses econômicos, inclusive internacionais. Estamos diante de uma mídia que não tem um projeto nacional, ou que considere a democracia, a participação popular. Então, trata-se de um projeto excludente e que passa pela própria forma como a mídia atua na exclusão do povo como protagonista em qualquer situação. É uma mídia que está a serviço da construção de uma hegemonia, de uma visão de mundo, onde não cabe um projeto diferente, onde não cabe um projeto alternativo, onde não cabe sequer a contestação desse projeto, dessa visão de mundo que eles constroem. Então, tudo que vai à contramão dessa visão de mundo que a mídia estabelece, ele é criminalizado, é enquadrado, ou é ocultado.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Iris Pacheco: A análise da relação da mídia com os movimentos sociais precisa ser pensada a partir dos grupos econômicos que controlam os meios de comunicação, que condicionam a montagem das linhas editoriais. A gente sabe que alguns veículos nunca vão pautar a luta do MST de forma positiva. A gente tem alguns veículos que a linha editorial é muito expressiva no que se refere a um contexto de criminalização da luta social. Exemplos podem ser vistos nas coberturas da Rede Globo, da Revista Veja. Um exemplo recente foi a cobertura da 2º Feira Nacional da Reforma Agrária, que aconteceu em São Paulo, no mês de maio. A forma como ela foi retratada na Band[5] é um exemplo de como uma pauta positiva, de venda de produtos sem venenos, foi deturpada intencionalmente para criminalizar o MST e a luta política no país. Mas isso não significa que não conseguimos pautar nossa causa em outros meios de comunicação não orientados à esquerda política, apesar de percebermos que isso acontece mais em períodos de mobilização social.

No nosso campo, por outro lado, avançamos muito no processo de construção de uma comunicação que consegue, minimamente, colocar a nossa narrativa. A gente sempre fala que somos pequenos em alcance e amplitude, mas, aos poucos, estamos construindo narrativas que conseguem se contrapor, isso aliado a uma estratégia política da organização, de pensar de como

[5] Matéria exibida no Jornal da Band "Parque público é usado para evento do MST": http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/ultimos-videos/16209342/parque-publico-e-usado-para-realizacao-de-evento-do-mst.html. Acesso em 29 de maio de 2017.

as ações de comunicação podem ser aliadas deste processo de disputa de uma outra narrativa. As feiras da reforma agrária, os processos de alfabetização com o método cubano, “Sim, eu posso” são exemplos. Nesse cenário, temos o jornal Brasil de Fato que vem se destacando nessa disputa de narrativas, enquanto um meio de comunicação orientado à esquerda política.

Miguel Stedile: A Iris foi muito feliz no exemplo sobre a 2° Feira Nacional da Reforma Agrária. Essa feira aconteceu na maior cidade do país e da América Latina com uma grande diversidade de produção, mas a única pauta que a imprensa conseguiu pegar é uma suposta ilegalidade com o uso do parque, que deu espaço à feira. Ao contrário de outros períodos, a linha editorial dos meios de comunicação hoje não permite mais aquelas brechas já mencionadas. Hoje, tem uma unidade muito grande, principalmente a partir do golpe, que em outros momentos era, ao menos, tolerável até ter, dentro de uma visão hegemônica sobre os movimentos sociais, brechas que fugissem um pouco disso. Era até importante para manter o verniz democrático dos meios de comunicação, ou para dar uma ideia de tolerância.

Parece-me que no último período, talvez desde 2015 com mais intensidade, virou como que palavra de ordem a criminalização. Eu não vejo nos grandes meios de comunicação espaço para respirar, ou para qualquer outro tipo de furo, como em outros momentos se conseguia. De você ter outra abordagem sobre essa discussão dos movimentos sociais nos próprios meios de comunicação. E isso acaba sendo bastante desproporcional ao nosso enfrentamento. Para cada revista Carta Capital, que não é necessariamente uma revista de esquerda, mas onde tem espaço mais de oposição ao projeto das elites e que acaba, por conta disso, abrindo espaço para temas camponeses, você tem uma ‘Veja’, uma ‘Isto é’ com milhões de exemplares. Na imprensa, no jornal diário, a mesma coisa, mesmo que ele tenha perdido certa importância. A própria estrutura dos impressos e eletrônicos só foi reproduzida para o meio digital. Ou seja, 80% do conteúdo passa pelo UOL, pelo crescimento do G1, que reproduzem os mesmos proprietários, a mesma linha editorial.

Estamos construindo novas alternativas, nos meios digitais, onde os custos permitem melhorar a nossa atuação, a exemplo do Brasil de Fato. Há muitos exemplos locais, tal como o Sul 21 (RS), o jornal Pequeno, no Maranhão, mas eu acho que ainda falta nós entrarmos melhor no eletrônico, onde há experiências como a TVT, nos sinais de cabo da grande São Paulo e o próprio Brasil de Fato, que tem tido experiências de rádio em São Paulo e em Pernambuco. Mas ainda é uma luta bastante desproporcional. Nesse último período a criminalização dos movimentos sociais erradicou a possibilidade de outras pautas mais positivas dentro dos veículos tradicionais. A palavra de ordem ou é ocultar, ou é criminalizar. Imagina isso quando se dá na luta social, que é o exemplo que a Solange citou da greve geral. Se vender produto orgânico consegue ser criminalizado, imagina uma greve geral!

Solange Engelmann: A gente vive um momento em que se percebe os interesses dos meios em criminalizar a luta social e os movimentos sociais. Antes tínhamos algumas brechas, como na Record, na Globo e no Canal Rural. Nós tínhamos alguns espaços. Hoje, isso é muito difícil. A única brecha que foi meio uma surpresa foi a matéria sobre a produção de arroz orgânico do MST do Rio Grande do Sul, que saiu na BBC[6] e que o UOL reproduziu. Só que essa matéria, já havia algum tempo que a assessoria do MST tentava pautar, mas saiu em um momento importante, quando a Band cobriu a 2º Feira da Reforma Agrária de forma bastante ruim.

No entanto, o que chamamos de brechas na imprensa vem sendo reduzidas. A gente tem uma linha editorial hegemônica que é contra dos movimentos sociais de forma muito forte. Pensando em mídia alternativa, se formos comparar com qualquer site, como o G1 e O Globo, com a Carta Capital, ou Brasil de Fato, parece que se está falando de dois Brasis completamente diferentes. Há ainda também o *The Intercept*, na internet, que traz um pouco o olhar sobre o Brasil a partir de uma visão estrangeira. Tirando os meios de esquerda e alguns outros que ainda fazem jornalismo, como o *The Intercept*, é muito difícil dizer que a mídia monopolizada do Brasil faz jornalismo quando se trata dos movimentos sociais. É muito mais uma propaganda, ou do Governo, ou do capital, que jornalismo.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Miguel Stedile: Tem um nível do tratamento da imprensa disso tudo que falamos até agora que começa pelo mais banal: toda mobilização, independente se é do MST, a pauta central é sempre o problema que causa no trânsito. Chega a ser infantil, mas é o primeiro pontapé. Outra coisa habitual é que as notícias sobre movimentos sociais nos jornais impressos estão sempre localizadas próximo às de polícia. Da mesma forma acontece no jornalismo eletrônico, quando o MST aparece no chamado "Bloco do Crime", sempre junto das más notícias.

Ao longo desses 33 anos de MST, há um conjunto de estereótipos que foram construídos em relação ao movimento que, de alguma maneira, acabam, inclusive, se enraizando no senso comum e a gente vai vendo isso, na concretude, nas caixas de comentários de redes sociais. Há a narrativa de que o movimento transforma a luta pela terra em um negócio. Então os acampados conquistam a terra, sugam os recursos públicos e, depois, vendem essa terra e vão acampar de novos; como se o emprego da pessoa fosse ser acampado. No fundo, o que a mídia faz é tentar ocultar o agronegócio e o latifúndio dessa equação. Só existe Sem Terra, por que existe concentração de terra e existe o latifúndio.

---

[6] Matéria "Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina" http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504. Acesso em 29 de maio de 2017.

Além dessa da venda de terras, o estereótipo padrão é da violência, que tem a ver com a ideia do que se espera da população em geral: do “conversando que a gente se entende”, ou que a democracia representativa vai solucionar os problemas e, portanto, o brasileiro deve ser um homem cordial. Então, todo àquele que quebra essa lógica, ou quando os movimentos sociais que atuam, na maioria das vezes, fora do espaço institucional, eles têm que ser enquadrados como fora da ordem, como violentos, como irracionais; que está fora de moda, que o MST pertence a uma ideologia superada, que o muro de Berlim já caiu e o MST continua falando de outra sociedade que não seja o capitalismo... Esses são os estereótipos mais frequentes.

O movimento que a mídia faz é transferir o raciocínio do problema da questão da estrutura da terra, para a questão do individual dos sujeitos. De um modo geral, é esse o padrão da estereotipação: movimentos sociais violentos, irracionais e que pregam uma ideologia “superada”.

Iris Pacheco: Uma coisa que a gente tem observado durante as nossas ações, como a organização de feiras de produtos da reforma agrária, seja ela nacional, ou realizada nos estados, é essa construção que se faz em torno do movimento: de que o Sem Terra que produz alimento é lindo e maravilhoso, mas o Sem Terra que ocupa a terra é o vândalo, é o marginal. Isso é fruto dessa estereotipação que se constrói, como o Miguel já abordou. E um dos desafios que a gente tem enfrentado é justamente essa explicação: que para ter alimentos da reforma agrária, é necessário antes fazer a luta política. No caso do MST, essa luta se dá prioritariamente nas ocupações de terra, no trancamento de estradas, de ocupação de espaços institucionais para levar a pauta da reforma agrária.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Solange Engelmann: A mídia brasileira, hoje, identifica-se com esses atores do golpe: agronegócio, a associação das indústrias, o Congresso brasileiro. A mídia está muito atrelada com os projetos de estrangeirização no país, com o projeto de entreguismo, com projetos que exaurem a terra para a produção de matéria-prima para exportação e com isso trazer recursos para pagar a dívida. Dívida esta que a gente não sabe o quanto de juros que pagamos, mas que coloca o agronegócio em um papel muito forte, de um ator que sustenta a balança comercial. Ao mesmo tempo, temos a agricultura do pequeno produtor que sustenta e traz essa possibilidade da alimentação, com 70% de cobertura.

Então, a mídia está muito voltada para o avanço do conservadorismo, é antidemocrática, pois não privilegia os princípios da democracia. Nesse sentido, a mídia atua como um freio em relação às

lutas. Não que ela vá impedir, mas ela tenta derrotar a narrativa da necessidade dessas lutas. Ela tenta demonstrar que, no campo, a reforma agrária não é mais necessária, que o agronegócio já deu conta. Na cidade, tenta demonstrar que é preciso avançar no que eles chamam de "modernização das leis trabalhistas", que a gente sabe é uma grande mentira, que é um avanço da precarização das relações de trabalho e uma piora das condições de vida. A mídia faz um desserviço em relação a isso; ela barra, tenta manipular, tenta criar uma barreira em relação aos discursos e narrativas das necessidades de organização e de luta dos trabalhadores, para denunciar esse processo de retrocessos.

Iris Pacheco: A mídia é bastante alinhada com alguns atores, como a bancada ruralista, com sua frente parlamentar superestruturada do ponto de vista da comunicação. Esse alinhamento midiático-político se dá por meio do desmonte de espaços políticos que, até então, pautavam a reforma agrária, os direitos da população indígena e quilombola, a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Outro exemplo é o desmonte da própria Empresa Brasil de Comunicação (EBC), muito pautada pelo governo golpista. A gente sentiu bastante nas últimas mobilizações as diferenças nesse espaço que deveria ser de comunicação pública, ainda que haja críticas à sua estrutura anterior ao golpe.

Além da construção das narrativas que Solange descreveu, que contrapõem ao que a gente constrói, há um movimento de invisibilização dessa luta política; é como se ela não existisse no cenário brasileiro. Não se apresenta o enfrentamento político direto; é como se construísse outra realidade que a gente não vivencia. Isso é muito perceptível quando a gente transita em espaços de quem não está organizado em movimentos sociais; o quanto essa grande mídia pauta a população brasileira para um olhar não crítico para a realidade vivenciada.

Miguel Stedile: Iris e Solange colocaram muito bem essas relações intrínsecas entre o projeto econômico e as elites e os meios de comunicação. Mas o que a gente também tem que destacar no Brasil é que os meios de comunicação não são apenas a expressão desse bloco político empresarial; eles são centrais nisso. Se a gente pegar as manifestações de 2013, que elas começam à esquerda e, depois, há um movimento para se apropriar dessas manifestações, o papel da Rede Globo em endireitar essas manifestações foi fundamental. E no período do pré-golpe, em abril de 2016, também se pode ver a Globo cumprindo um papel de projetar e colocar esses falsos protagonistas, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua etc, tentando criar a ideia de que era um movimento nacional, de que não era partidário.

No caso de 2013, a imprensa sai na frente desse bloco político-industrial para dizer qual é o caminho. Ela não simplesmente faz coro para a ideologia desses setores dominantes; ela produz a ideologia desses setores dominantes. Vamos exemplificar com a revista Veja, que é o caso mais extremo: é uma revista que tem uma história nos anos 1980 que optou pelo caminho da direita

desde o final dos anos 1980, mas ainda por uma direita menos raivosa. Nos anos 2000, a Veja incorpora um discurso que é muito identificado com o discurso neoconservador estadunidense; uma linha muito próxima da FOX. No entanto, no Brasil, a direita vinha num processo no Brasil, ilustrado principalmente pelo PSDB, que é a ideia de uma direita civilizada. E se hoje a gente tem a perspectiva de uma candidatura Bolsonaro, se a gente tem uma série de situações extremistas, a Veja puxou isso muito antes. A revista foi sinalizando para este caminho ultraconservador e ultraliberal, onde a narrativa central é que o Estado não pode intervir em nada, que não seja na ação policial. Isso é muito comum nos Estados Unidos, mas é estranho no Brasil.

A gente sempre teve uma elite que dependeu muito do Estado e continua dependendo, mas que tinha um discurso dúbio em relação ao Estado. E nos últimos anos foi se fortalecendo o discurso da ultraliberalização, da retirada do Estado de tudo, inclusive do campo, da reforma agrária, dos direitos e a imprensa teve um papel central nisso. A imprensa no Brasil é a vanguarda do pensamento conservador e da direita; ela não é uma simples ressonância desse processo.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Miguel Stedile: Parece-me que os correspondentes estrangeiros no Brasil trabalham em uma dinâmica diferente de seus colegas brasileiros. Normalmente, são mais experientes, já possuem outras vivências e têm tempo para fazer o básico do jornalismo – que o jornalismo tradicional tem abandonado – que é uma apuração com mais tempo, sem pressão cotidiana por prazos. Ao ouvir diversas fontes, e, desta forma, fazer o básico do jornalismo, mesmo as matérias que não são favoráveis aos movimentos sociais já são distintas à criminalização generalizada que os meios da grande imprensa veiculam.

O exemplo mais interessante de grande mídia, ou até esquizofrênico, é a redação do *El País* no Brasil. A matriz espanhola é conservadora e a redação aqui, por outro lado, tem colocado um olhar mais plural sobre determinadas situações. A própria BBC também, mesmo que trabalhe com correspondentes brasileiros, não necessariamente estrangeiros.

É importante lembrar que os governos brasileiros temem bastante a repercussão internacional dos fatos locais. Quanto à repercussão externa de um episódio da luta pela terra, o caso clássico da pressão internacional sobre o governo, via imprensa internacional, foi o massacre de Eldorado de Carajás. Essa tragédia teve impacto maior num primeiro momento fora do país e isso obrigou o governo de Fernando Henrique Cardoso a mudar a postura em relação à questão agrária, a assumir os conflitos no campo como um problema. Porém, apenas com o processo de mobilização posterior, sobretudo com a marcha em protesto contra a impunidade no ano de 1997, o governo

teve que tomar medidas mais efetivas no campo da reforma agrária. Outro exemplo emblemático, dez anos depois, foi o caso da ação das mulheres camponesas na empresa Aracruz, no Rio Grande do Sul. Inicialmente, a imprensa partiu para uma linha de criminalização violenta em uníssono na cobertura da ação das mulheres, porque a Aracruz representava naquele momento um projeto econômico e agrário em torno do qual havia um consenso das elites. Novamente a cobertura internacional permitiu colocar outros pontos de vista.

De modo geral, a imprensa brasileira é uníssona nesse tratamento criminalizado ao movimento. Então, a mídia internacional minimamente permite alguns respiros e, por tabela, consegue pressionar o governo brasileiro desde fora gerando uma sensibilização sobre nossas pautas. Agora, para vermos que não é algo homogêneo, o tratamento que a imprensa internacional deu ao impeachment da Dilma foi muito ruim, em grande parte reproduzindo o mesmo discurso que a imprensa fazia aqui. Mesmo veículos mais ponderados, como o *Le Monde*, na França, defendiam a ideia de uma destituição de governo corrupto por pressão popular. Só depois daquela votação na Câmara dos Deputados é que acendeu o alerta da imprensa internacional.

Iris Pacheco: concordo com o Miguel sobre essa diferença de abordagem e do próprio modo de fazer jornalismo. Um ponto importante é o peso da internet nesse processo, pois ela altera as rotinas produtivas e diminui ainda mais a responsabilidade dos meios brasileiros com o compromisso de fazer comunicação de maneira equilibrada.

Como exemplo recente, chama atenção a cobertura da greve geral (28/04/2017) pelos meios de comunicação internacionais. Eles seguiram uma linha de denúncia dos impactos que as reformas poderão ter no país e essa linha está afinada com o discurso dos movimentos que organizaram a greve. Isso foi importante para confrontar uma narrativa hegemônica de ocultamento que vinha se construindo sobre a greve e valoriza a demonstração de força popular em um momento como o que vivemos hoje.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Iris Pacheco: eu entendo que hoje nossa estratégia central é construir pautas sobre a luta política, daquilo que nos visibiliza de fato, entendendo que estamos nas ruas e em busca do diálogo com a sociedade de uma forma direta. Estamos, por exemplo, associando as realizações concretas da reforma agrária com eventos como a Feira da Reforma Agrária em São Paulo e nos estados, ou o programa de alfabetização “Sim Eu Posso” no Maranhão, à nossa luta política mais ampla. Acredito que, desta forma, criamos um instrumento poderoso de diálogo com a sociedade e até mesmo de furar alguns bloqueios que têm sido impostos do ponto de vista midiático. Fazemos

constantemente esse acompanhamento no dia-a-dia, em nosso trabalho do Setor de Comunicação do MST, avaliando o que tem boa recepção, o que não funcionou, medindo quais os impactos de certas ações do movimento. Então, determinados tipos de pauta que tem mais receptividade passam a ser centrais para a construção da nossa narrativa da luta política.

Um exemplo interessante do ponto de vista de atuação e mobilização no diálogo com a sociedade foi a denúncia e o repúdio à invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) pela polícia paulista, ocorrida no dia 4 de novembro de 2016. Na nossa avaliação, a rápida mobilização contrária à ação da polícia representou um momento importante, especialmente por termos conseguido unir a atuação política e a comunicação. Conseguimos, com um forte trabalho nas redes, alcançar uma ação de denúncia mais ampla com repercussão nacional e internacional. Ou seja, conseguimos evitar um direcionamento da cobertura à criminalização e legitimação da invasão policial e, além disso, se a gente não conseguisse visibilidade, com certeza teríamos impactos negativos para dentro do próprio movimento.

Solange Engelmann: é importante estarmos atentos à mídia, porque é na mídia e no discurso que se disputa o projeto de sociedade. Logicamente, a mídia e os movimentos sociais têm projetos diferentes e essa disputa de hegemonia e de visibilidade na esfera pública se dá principalmente pelos meios. Mesmo a internet, que emerge como possibilidade de ampliação dessa disputa de hegemonia, também está concentrada nos grandes meios. O MST promove essa disputa de projetos de sociedade na luta política, na ação reivindicatória ou de denúncia, mas precisa fazer essa disputa no discurso também e está consciente disso. Retomando a história de outros movimentos sociais, a exemplo dos zapatistas, entendemos que eles não foram reprimidos pelo governo mexicano porque se apropriaram de forma eficaz da internet, mesmo sendo embrionário quando ocorreram as grandes mobilizações zapatistas nos anos 1990.

Em relação às estratégias, devemos construir e fortalecer os nossos meios, pensando de que forma eles possam assumir um viés mais massivo. É preciso avançar nisso urgentemente e é por isso que estamos investindo esforços em redes sociais e internet, porém não devemos abandonar as rádios.

Ao mesmo tempo, os movimentos precisam encontrar formas de disputar a mídia hegemônica. E, para que isto ocorra, precisamos colocar na nossa pauta política a questão da democratização da comunicação. É preciso lutar pela democratização e contra o monopólio da mídia. Somente assim poderemos romper com esse poder que a grande imprensa tem no Brasil de construir, para além do discurso, as linhas políticas para a sociedade. Como grande parte dos brasileiros tem pouco acesso aos meios alternativos e a internet ainda não chegou ao cotidiano da população mais pobre, precisamos ter no nosso horizonte a luta pela democratização dos meios, pela comunicação pública, em paralelo com a construção dos nossos meios.

Miguel Stedile: como vimos ao longo dessa conversa, a mídia consegue produzir uma quantidade diária de "estragos" sobre o movimento social, o que demonstra a importância desse espaço. Os meios dominantes se posicionam como um intermediário entre a camada política e a população em geral, então mesmo com todas as críticas que o movimento tem feito, não podemos ignorar esse espaço e que a disputa nele é parte fundamental da nossa estratégia.

Reconhecer isso não significa, de maneira nenhuma, adotar ações midiáticas ou de viés publicitário, ou mesmo retroceder na luta e nas pautas para sermos assimilados pela imprensa. O que os movimentos fazem muito bem, por um lado, é seguir construindo ações de massa que forçam essa mídia a dar visibilidade para nossas ações e pautas. Logo, uma parte dessa batalha se dá nas ruas. Por outro lado, é importante também dialogar com o profissional de imprensa. Mesmo sabendo que será uma tarefa difícil, porque diversas vezes, independente das condições de trabalho e da crescente precarização da profissão, ele se identifica muito mais com o proprietário do que com quem está nas ruas lutando por direitos.

Creio que, para os movimentos, tão importante quanto às ações de massa é a construção dos nossos veículos e de outras formas de comunicação. Eu acho que é um campo de batalha extenso e que não é estanque. Há momentos em que a sociedade, de maneira organizada, acaba obrigando a imprensa a mudar a sua abordagem e seu posicionamento em relação aos movimentos e as lutas sociais. E há momentos como esse que nós estamos vivendo em que esse projeto do capital tem muito mais força e permite que os meios de comunicação tenham um papel muito mais criminalizante e repressor. Enfim, é um processo de disputa permanente que se dá tanto nos meios quanto nas ruas.

Outro aspecto abordado pelo MST é o da formação em agitação e propaganda. Como esse instrumento tão utilizado pelos partidos políticos na década de 1960 ajuda o MST no combate à criminalização?

Solange Engelmann: Formar nossos próprios quadros e, nesse processo, refletir coletivamente qual o caráter da disputa que devemos travar em cada momento no campo da comunicação tornou-se algo fundamental para o MST. O movimento acredita que com a agitação e propaganda e o esforço articulado na comunicação seja possível, de alguma forma, traduzir o projeto de reforma agrária popular para a sociedade brasileira. E, além disso, fortalecer esse projeto para dentro do próprio movimento, para nossa base social, para os territórios da reforma agrária. Se fizermos isso na base, diretamente com a sociedade, o diálogo é mais fácil e é possível burlar o discurso midiático, que filtra, ou manipula a nossa narrativa.

Um elemento a se considerar nesse debate dos profissionais no movimento é que a vinda de jornalistas de fora, por mais que trouxesse uma boa capacidade técnica, demandava um esforço grande de inserção desses profissionais na dinâmica de um movimento social complexo como o

MST. Essa demanda não existe com os nossos sujeitos, acampados e assentados do movimento, que se formam jornalistas, além da importância de reconhecer e estimular as habilidades da nossa base social.

Miguel Stedile: A formação em Agitação e Propaganda (agitprop) surge da necessidade do MST formar, aos poucos, seus próprios quadros técnicos nessa área. As características da base e da militância do movimento, muitas vezes com dificuldade de escolarização, associada aos poucos jornalistas com disponibilidade de atuar no movimento social ampliaram a percepção da demanda de formação contínua.

Rapidamente, o movimento percebeu que não se tratava simplesmente de uma apreensão da técnica, ou seja, que esta técnica ela não era neutra. E ao fazer esses debates, necessariamente os espaços de capacitação se tornaram espaços de reflexão que permitiram mudar a qualidade da ação do movimento nessa área da comunicação.

Se olharmos os primeiros cursos e oficinas, por exemplo, a oficina nacional de cultura e rádio, o caráter da formação era voltado à apropriação das técnicas: como gravar um programa de rádio, como escrever uma matéria, como editar, etc. Com o tempo, tornam-se espaços mais consistentes, que são os cursos. A primeira turma de comunicação popular, que aconteceu no Iterra[7] no começo dos anos 2000, tinha essa característica de escolarização e capacitação técnica. E, por ser um curso de três anos de ensino médio com qualificação profissional, acabou não só formando militantes que foram se inserindo nesse processo, como abrindo espaços mais amplos de reflexão.

Nessa época havia um acirramento da luta de classes no campo, especialmente com o fortalecimento do agronegócio, o que implicava numa formação mais rápida. Isso coincidiu com o surgimento da Escola Nacional Florestan Fernandes, que permitiu a criação de um curso que fosse exclusivamente para comunicação e cultura, no qual conseguimos aprofundar essas questões e, novamente, não se restringia à técnica. Como desdobramento disso, naturalmente emergiu a necessidade de uma formação mais qualificada com o curso de Jornalismo da Terra.

A Universidade é, na nossa sociedade, a portadora de uma forma de produção de conhecimento diferenciada. A forma de produção de conhecimento no movimento social é muito empírica, lembrando o que a igreja católica chamava no trabalho de base de "ver, julgar e agir". Já o pensamento na universidade exige necessariamente uma abstração, uma apropriação menos pragmática e por isso mais sofisticada. Então, num momento em que o movimento passou a conquistar os espaços formais de capacitação, era natural que nós fossemos buscar essa capacitação no nível da graduação também em comunicação.

---

[7] Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas da Reforma Agrária

A agitação e propaganda (agitprop) acaba sendo impulsionada no MST pelos cursos e suas reflexões. Desde 2003, o MST discutia a necessidade de retomar o conceito e a atividade da agitprop de uma forma mais organizada, porque já ela vinha acontecendo no movimento, mas não com esse nome. E, como o debate tateava muito em torno do que tinha acontecido em experiências históricas dos anos 1960 e na própria história de luta do MST, esses cursos acabaram servindo como laboratório, junto com a marcha nacional do movimento em 2005, para que a agitprop saísse do campo do conceito e fosse sistematizada, reapropriada e reconstruída nessa nova lógica da luta contra o agronegócio e dos desafios do nosso período histórico.

Iris Pacheco: o MST, nesses processos de formação, passou, gradualmente, a considerar a comunicação como uma esfera política que deve estar diretamente associada à estratégia do movimento e construída com essa perspectiva. Entender que a comunicação não é um elemento técnico neutro, encerado em uma dinâmica própria, nem uma ferramenta que se tenha em mente quando o movimento fará grandes ações e demandas de divulgação das pautas de reivindicação, são outros saldos desses processos formativos. Esse debate, aliás, ele precisa ser estendido para o conjunto dos movimentos sociais.

O momento que vivemos atualmente nos mostra o quanto essas formações são necessárias e devem ser retomadas. Por exemplo, um debate central hoje para nós é a relação entre tecnologia e luta de classes. Para avançar nessa reflexão, recriamos no MST um coletivo de tecnologia da informação, estimulado também por um curso de formação neste tema na Escola Nacional Florestan Fernandes. Temas como segurança, difusão das lutas nas mídias digitais, socialização de técnicas, etc., estão sendo debatidos coletivamente e poderão nos impulsionar em novas formas de diálogo com a sociedade.

“É preciso que a mídia pare de noticiar o negro como aquele que nasce fazendo o errado, negros não têm cara de doutor, porque no jornal, bandido tem cara de preto”

MÔNICA CUNHA

Não se pode matar nossos filhos e nos manter caladas

Bárbara Gonçalves das Virgens[1]

As infrações cometidas por adolescentes e a crescente repressão policial a estes atos são frequentemente noticiadas sem, no entanto, elucidarem o impacto desta violência e a luta daqueles que defendem os direitos destes menores. A presente entrevista visa ilustrar em que medida a lógica punitiva, presente no discurso midiático, banaliza as relações de violência, criminaliza os defensores de direitos humanos, e alimenta as discussões sobre a redução da maioridade penal. Mônica Cunha atua em defesa dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei e de suas famílias. Fundadora do Movimento Moleque e membro da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, constituída por mães e familiares que tiveram seus entes mortos pelo Estado, seu trabalho tem por objetivo garantir a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

[1] Graduada em História pela UnB, mestre em Ciência Política pela Sorbonne Nouvelle, atuou pela Cruz Vermelha em projetos de mitigação dos efeitos da violência urbana no Rio de Janeiro; além de assessorar projetos do Centro de Memória, Paz e Reconciliação de Bogotá e da Christian Aid em apoio às famílias afetadas pelo conflito colombiano. Atualmente realiza pela PUC-Rio uma pesquisa sobre as representações da menoridade na imprensa carioca. E-mail: barbaragv01@gmail.com

A criação do Movimento Moleque está diretamente vinculada à sua história de mãe e mulher negra. Nesse sentido, quem é a Mônica Cunha e como o Movimento Moleque surge em sua trajetória?

Hoje eu me defino como militante, defensora de direitos humanos. Mas eu nasci Mônica Suzana Barbosa da Silva. Eu me tornei Mônica Cunha nos anos 1980 quando me casei. Tive dois filhos do meu primeiro casamento: Marco Vinicius; Rafael da Silva Cunha que completaria 31 anos; e o meu caçula, do segundo casamento, Wilbert Luiz. Nesta época, eu achava que estava fazendo tudo certo, trabalhava, era uma boa esposa, uma boa mãe. Até novembro de 2002, quando, por volta do meio dia, o telefone tocou. A pessoa se identificou como detetive e informou que meu filho havia sido detido. Eu desliguei o telefone, pois aquilo não podia ser verdade, naquele horário meu filho estava saindo da escola. O telefone tocou de novo e o policial falou meu nome completo e o do Rafael, aí eu percebi que não podia ser trote. Chegando à delegacia, vi a primeira imagem do meu filho que eu nunca vou esquecer: ele estava algemado, era sarará como o pai e estava todo machucado, com o rosto inchado das pancadas que tinha levado. Ninguém nunca tinha ousado bater num filho meu. Fui falar com o delegado, saber por que o Rafael estava daquele jeito, ele me respondeu: 'vocês quando parem bandido, não tomam providência, mas quando a gente vem e tira eles da rua, aí aparecem as mamãezinhas, porque bandido tem mamãezinha'. Eu respondi, xinguei, o delegado só não me deu voz de prisão, porque percebeu minha ingenuidade. Isso, para mim, foi um choque, porque eu me dei conta de que não estava fazendo tudo certo.

Foi só na terceira entrada no DEGASE[2], quando o Rafael foi mandado para a pior unidade, o Educandário Santo Expedito, que eu comecei a entender que precisava de uma explicação para aquilo tudo. Foi quando um agente da Unidade me deu o ECA e mostrou o artigo sobre medidas socioeducativas. Nisso, eu comecei a perceber que aquele menino tinha direitos e eu também, que tanto ele quanto a família estavam cumprindo a medida, e isso tudo porque não percebemos em que momento o laço de família tinha sido rompido. Eu comecei a ler o Estatuto para as mães na porta da unidade, explicava para elas o que estava acontecendo e nós reivindicávamos que as medidas previstas fossem cumpridas. Ainda que eu não tivesse esse objetivo, foi nessas rodas de conversa que o Movimento Moleque nasceu. Nós, familiares, maioria mulheres, nos unimos e as organizações que tinham financiamento se aproximaram para trabalharmos apoiando esses jovens em projetos sociais. Assim, fomos estruturando o Movimento Moleque.

Uma vez estruturado, qual é a missão atual do Movimento Moleque?

Nesse processo de entendimento, nós nos deparamos com outras questões. Vimos que o problema não era apenas o menino cometer um ato infracional, roubar um celular. Aquilo era

[2] Departamento Geral de Ações Socioeducativas.

uma questão de desigualdade e do racismo, que está no centro de tudo. Quem cumpre pena, medida socioeducativa e lota os cemitérios é o povo negro. Você se depara com essas coisas e isso te causa revolta, um problema que eu acreditava poder solucionar sozinha e que, na verdade, era muito maior. Por isso, nós nos unimos para ter voz dentro das unidades e trabalhamos, hoje, para irmos muito além. Participamos das articulações políticas reivindicando o cumprimento do ECA diretamente no Ministério Público, na Defensoria Pública, na Vara da Infância, na Secretaria de Educação, onde hoje está instalado o DEGASE. Falamos com a imprensa, porque hoje existem essas mídias alternativas que nos dão voz e escutam a gente. O que o Movimento Moleque quer mostrar é que esses meninos e suas famílias têm direitos e isso deve ser aplicado. Temos, em média, 50 inscritos, mas nosso alcance é muito maior, pois tentamos apoiar todos aqueles que precisam.

Como seu trabalho na Comissão de Direitos Humanos da ALERJ[3] se relaciona com a sua militância?

Eu trabalho na Comissão, justamente porque faço parte do Movimento. Além de trabalhar em defesa dos direitos dos adolescentes atores de ato infracional, eu acompanho as famílias vítimas da violência de Estado, inclusive famílias de policiais. Durante a evolução do Movimento, acompanhando os meninos e seus familiares, percebemos que, quando as medidas são aplicadas, esse menino se recupera. A medida tem que ter por objetivo restabelecer os laços familiares e sociais desse menino, entendendo o que ele gostaria de fazer e tentar dar condições para que ele realize isso. Temos que ouvir as mães e mostrar que elas não têm culpa de aquilo estar acontecendo, tentar reestruturar uma família que, sem percebermos, se desintegrou. O problema é que o Estado não entra para restituir, ressocializar. Ele desestrutura, ele destrói; o menino vai cumprir uma medida, que não tem nada de socioeducativa, e ele volta diferente.

Nesse ponto, vem à minha mente a segunda imagem do meu filho que eu nunca esqueci. Fui visitá-lo no Santo Expedito e me deparei com um homem forte, careca. Naquela época, colocavam fermento na comida da unidade. Hoje não fazem mais isso, ele estava inchado. Quando pegam o seu filho, eles te fazem acreditar que você não presta. Dizem que o Estado vai tutelar, mas quando eles devolvem, volta outra pessoa que não é o seu filho. Esses meninos saem e até cometem os mesmos atos, mas com outro sentimento. Dizem que os meninos são perversos, mas é o Estado que os faz assim, porque quando ele está dentro da unidade, ele é esculachado, maltratado. Como um ser humano em fase de aprendizado poderia sair melhor de uma situação assim? Se não sabíamos lidar com o filho que a gente pariu, imagina com esse. Por este ser um problema de Estado é que atuamos nas articulações políticas. Foi junto à Comissão, com o apoio do Marcelo Freixo, que conseguimos, por exemplo, tornar lei o fim da revista vexatória no Rio. Isso é uma ação fundamental para tentar manter os laços com a família. Como

[3] Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

os pais, os avós poderiam pensar em visitar os meninos passando por essa humilhação? A imprensa sempre levanta a discussão da redução da maioridade penal. O Movimento é contra. Como podem acusar o ECA de não funcionar se ele nunca foi aplicado de fato?

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais se diversificaram e se inseriram em mais espaços, nesse processo, mais pessoas tomaram consciência dos seus direitos. Por isso, no Movimento Moleque, nós apoiamos as famílias, para que elas conheçam seus direitos e saiam da vergonha e do silêncio imposto pela sociedade. É graças aos movimentos sociais que, hoje, quando matam o filho de uma mulher na favela, a primeira coisa que ela faz é gritar por justiça. Isso é assim, porque essa mulher pobre, negra e da favela já viu as Mães de Acari gritarem por seus filhos. Mesmo não tendo descoberto o que de fato aconteceu com eles, essas mulheres deixaram um legado. Elas mostraram que no Brasil não existe pena de morte e, por isso, não se pode matar nossos filhos e nos manter caladas. Somos serem humanos e nossos filhos também.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Aqui no Rio, quando o movimento é organizado na zona sul, ou pela igreja, ele é apresentado como um grupo de pessoas bondosas, lutando pelo futuro do país ou fazendo um belo trabalho social. Quando é o povo preto da favela reivindicando seus direitos, nós somos bandidos, ou defendemos bandido. Mídias como Globo e Record induzem a sociedade, alimentando o discurso da repressão. Isso dá coragem aqueles que defendem que estes meninos merecem morrer, além de impor a vergonha às famílias, afinal, foi a mãe que criou o bandido. Veja esta manifestação lá fora, ninguém vai falar disso na Globo e, se falar, será para chamar todo mundo de vândalo. E veja que esse pessoal nem é da favela. (a entrevista aconteceu próximo à Candelária, durante a manifestação que sucedeu a delação da JBS envolvendo o então presidente, Michel Temer). No entanto, acredito que mesmo estas emissoras estão sendo pressionadas a mudar.

Com o surgimento das mídias alternativas e a expansão das redes sociais, temos conquistado mais espaço. Para nós, familiares de adolescentes atores de ato infracional, vítimas da violência de Estado, esta mídia, nós respeitamos. Estes jornalistas nos escutam, consideram nossos sentimentos e narram exatamente o que dizemos. Eles nos dão visibilidade e, com isso, a mídia tradicional se aproxima dos movimentos com alguma sensibilidade. O problema é que a mídia tradicional só quer ouvir o morador da favela se o jovem assassinado não estiver envolvido com o crime. Porque eles precisam provar que a bala era perdida, eles não querem acreditar que a polícia entra na favela atirando. Hoje, a grande mídia me procura devido ao tempo que tenho de

militância. Pois aprendi na terapia a falar do meu filho e não generalizar, fazendo isso, eu tenho justiça e luto para que outras famílias também tenham.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Totalmente. Da mesma forma que ela cria o estereótipo de bandido negro, ela cria o estereótipo daquele que ela diz estar defendendo bandido. A gente vê no jornal, nas revistas, que o menino bom, a pessoa de bem, é aquela que mora num apartamento legal, tem carrão, celular. O mal é retratado como aquele que não pode comprar tudo isso. E se é isso que te valoriza, por que o menino negro da favela, que não pode comprar tudo isso, não vai querer ter também? Quando noticiaram que um menino matou um médico de bicicleta na Lagoa, o que identificaram foi o mal atacando o bem, ninguém se questionou sobre a realidade de vida daquele menino, da desigualdade, da falta de escola ou das péssimas condições de vida. Falar do problema social não vende jornal, mas o sensacionalismo vende.

Não é para justificar a violência, mas é preciso que a mídia pare de noticiar o negro como aquele que nasce fazendo o errado, negros não tem cara de doutor, porque no jornal, bandido tem cara de preto. Nisso as pessoas começam a falar em pena de morte, prisão perpétua, em prender o menino com 16 anos. A mídia não informa sobre as reivindicações dos movimentos sociais, nem a situação desses meninos. Não sabem o que é uma medida socioeducativa e nem como elas são cumpridas. A verdade é que o tempo da senzala não acabou e a omissão da mídia legitima isso.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Quando a Globo, o SBT e a Record chamam de vândalos os manifestantes que reivindicam seus direitos e relativizam a desonestidade de políticos como Sérgio Cabral e Pezão, ela se posiciona exaltando todo um sistema corrompido. Quando ela diz que o traficante é o varejista da favela que mal conhece os arredores da comunidade, e não o senador que tem seu helicóptero apreendido com 500 kg de cocaína, essas emissoras deixam claro seu posicionamento a favor do grupo que tem alguma coisa a oferecer. O pobre da favela não traz beneficio direto para esses veículos, os movimentos sociais também não, então eles não têm porque os defender.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Quando começamos a conhecer nossos direitos a gente passa a entender melhor a mídia. Já falei do respeito que tenho pela mídia alternativa, tenho muitos elogios pela visibilidade que ela traz para os movimentos sociais. A mídia tradicional também tem demonstrado interesse pelo nosso trabalho, são esses os veículos com poder de circulação enorme, por isso, sempre que temos espaço temos que ocupá-lo. A mídia pode até ser racista, elitista, mas temos que estar presentes e mostrar a realidade que denunciamos. Fui convidada para participar do programa da Fátima Bernandes, não pude ir. O Movimento foi representado por outra mãe, todas concordaram que esta mãe deveria contar sua historia em detalhes, o programa era ao vivo, ninguém poderia cortar. Essa narrativa representaria todas as famílias que vivem a mesma coisa. Mesmo que seja por um minuto, temos que estar presentes e dar visibilidade a esta realidade silenciada.

Diante de tanta dificuldade, o que te faz seguir lutando?

Meu filho tinha o apelido de Zé Carioca, por ter a dicção difícil. Quando o Estado me devolveu, ele era o Zé do Rádio. Eu não gostava do apelido, porque não reconhecia meu filho ali. O Estado cria isso e ele mesmo trata de eliminar. Daí vem a última imagem que tenho dele. Aquele menino sarará deitado com os olhos arregalados. Ali eu vi que não tinha mais jeito, o Estado tinha matado o Rafael e o Zé. Meu filho foi morto pela polícia numa avenida do Rio de Janeiro, ajoelhado, com um tiro na barriga. Eles não conseguiram me matar, e se eu morrer, não vai ser de joelhos, vai ser lutando, mostrando que o meu filho, Rafael da Silva Cunha, existiu, que ele era um ser humano e tinha direitos.

"Internet e redes sociais tornaram-se uma vitrine que permite expressar ideias políticas ou sociais sem passar pelo filtro dos editores e redações da mídia tradicional."

OMAR CERRILLO GARNICA

Ativismo digital no México

Thiago Sebastiano de Melo[1]

Omar Cerrillo Garnica é professor e pesquisador no Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey. É doutor em Ciências Sociais e Políticas. Tem Pós-Doutorado em Movimentos Sociais e Ativismo Digital. Algumas de suas pesquisas atuais, como seu trabalho de pós-doutoramento, tem se ocupado de buscar elementos que permitam maior compreensão sobre a relação entre comunicação e movimentos sociais, com destaque para o uso das redes sociais e da internet de modo geral. O México, berço de figuras revolucionárias lendárias, como Emiliano Zapata e Pancho Villa, ainda hoje abriga alguns dos movimentos de contestação à ordem estabelecida de maior influência da atualidade, com merecido destaque para os Zapatistas. Omar soube assimilar os ensinamentos de Pancho Villa e do Subcomandante Marcos sobre a importância do componente midiático nas revoluções modernas. Entre outros, publicou um capítulo de livro fazendo uma análise comparada do uso da internet por movimentos sociais do México e do Brasil.

[1] Graduado em Turismo, Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Pesquisa e milita com os movimentos sociais, notadamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E-mail: sebastianodemelo@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais estão mudando sua dinâmica no século XXI. Desde os anos noventa, somos testemunhas de novas formas de organização através da Internet que dão dinamismo e frescor aos movimentos. Repertórios de protesto se tornaram ricos através do uso dessas ferramentas tecnológicas divulgando as mensagens muito mais rápido e atendendo um grupo maior de pessoas. Também é verdade que para os movimentos é necessário manter uma forma tradicional de funcionamento para terem visibilidade na sociedade. Ainda é importante tomar as ruas, as lideranças devem ser visíveis e presentes, e ter uma lista de exigências claras para o resto da sociedade.

Um exemplo claro de um movimento que tem todos esses recursos (ir para fora, liderança visível, justas exigências, o uso da Internet) é, sem dúvida, o Movimento Zapatista em Chiapas, no México. Seu papel no desenvolvimento dos movimentos sociais na América Latina foi fundamental e inspirou muitos outros movimentos para executar ações com essa profundidade. Pode-se afirmar que, de acordo com as condições específicas do tempo, o EZLN [Exército Zapatista de Libertação Nacional] conhecia melhor o funcionamento de Internet que o governo mexicano.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

A imprensa tende a criminalizar os movimentos sociais no México. Demonstramos isso com uma pesquisa que fizemos em torno desta relação entre mídia e movimentos sociais. Nesta investigação, notamos como a imprensa insiste em apontar os movimentos como promotores de violência. Os casos estudados foram o movimento estudantil do Instituto Politécnico Nacional, em setembro de 2014. Neste artigo revisamos as informações tratadas pelos cinco principais jornais nacionais e contrastadas com as *hashtags* do *Twitter* mais visíveis associadas ao movimento. Percebemos que a imprensa tinha foco em personagens do governo relacionados com a negociação do movimento, enquanto o *Twitter* foi aberto a outros temas e outras partes interessadas.

O segundo caso analisado foi os chamados Dias Globais para Ayotzinapa, protestos sobre o desaparecimento de 43 estudantes da Escola de Professores de Ayotzinapa, Guerrero, México. Uma vez mais se apresentou uma situação de cobertura parcial; nas capas dos cinco jornais nacionais foram mostrados incidentes violentos, como a queima de um ônibus, acusando os manifestantes do evento; enquanto no *Twitter* muitos usuários denunciaram a presença de

elementos militares e policiais infiltrados nas marchas, quem podem ser os verdadeiros autores desses atos de violência.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Como mencionei, o estereótipo do manifestante que se propaga pela mídia no México é aquele de uma pessoa violenta, ressentida da sociedade, e que dificulta a vida diária do cidadão que trabalha e contribui para o desenvolvimento nacional. Este foi o caso do movimento dos professores pertencentes à Coordenação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que protestaram contra a reforma da lei que implementava um sistema de avaliação intransigente e opaco que arriscava sua segurança no emprego. Isso motivou os professores a tomarem as ruas constantemente, a ponto de tomar as avenidas perto do Aeroporto Internacional da Cidade do México. Quando estes protestos se elevaram a estes níveis, a televisão fez relatos constantes de motoristas presos nas ruas, que logicamente falaram dos desconfortos que provocavam os manifestantes.

Consequentemente, a percepção do cidadão comum sobre os manifestantes tornou-se negativa, sobretudo para os que não foram sensíveis aos problemas de outras pessoas, neste caso os motoristas citados; sem perceber que é essa mesma insensibilidade para com os problemas dos professores que estava sendo promovida através da televisão.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

No México existem relações muito claras entre o sistema político e a mídia, historicamente ligados ao Partido Revolucionário Institucional (PRI), o partido que deteve o poder por 70 anos ininterruptamente e controlou todos os aspectos políticos neste país, incluindo os meios de comunicação. *Televisa*, a empresa de mídia líder no México, nasceu na década de 1950, quando o sistema político do PRI viveu seus melhores momentos. Desde então, a *Televisa* sempre comunicou o que o PRI-governo precisava. Este feito foi muito claro quando Emilio Azcarraga Milmo, o segundo líder da empresa depois de seu pai Emilio Azcarraga Vidaurreta, abertamente declarou ser "um soldado do PRI".

Com a transição política que ocorreu no início deste século, a posição dos meios de comunicação não mudou. O tom de criminalização dos movimentos sociais e defesa das ações do governo em torno da legalidade e do Estado de Direito são ainda argumentos centrais nas agendas da mídia mexicana. Hoje, como mencionamos acima, o cidadão comum que tem acesso as redes sociais

digitais tem um contrapeso do poder de difusão de informação. Estes novos meios de comunicação dão equilíbrio nesta relação de poder e permitem que situações que anteriormente permaneceram anônimas agora sejam de conhecimento público.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Sempre houve uma diferença profunda no tratamento de informações sobre os movimentos sociais entre a imprensa nacional e internacional. Isso aconteceu desde os anos noventa com o movimento zapatista, que foram tratados pela *Televisa* e outros meios de comunicação nacionais como "transgressores da lei", frase comum para qualificá-los. Em vez disso, a grande capacidade do movimento para propagar suas comunicações fora do país permitiu que muitos meios de comunicação europeus dessem as outras versões dos fatos, como o profundo atraso social e as graves desigualdades para os indígenas no estado de Chiapas.

Em anos mais recentes, o movimento de Ayotzinapa sofreu uma situação semelhante quando a mídia nacional tentou minimizar a situação, relacionando o desaparecimento de estudantes com o tráfico de drogas. Para a imprensa internacional, sempre foi claro que este caso era um ataque político por diferenças ideológicas entre os estudantes e o sistema político mexicano.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Os movimentos podem forjar alianças com meios afins para a sua ideologia, como aconteceu no México com o movimento zapatista, que conseguiu estabelecer uma relação cordial com meios de comunicação como o jornal *La Jornada* e a revista semanal *Proceso*, ambos meios mostraram amplo apoio ao que aconteceu em Chiapas, como as negociações entre EZLN e governo, o congresso indígena e os comunicados feitos pelo subcomandante Marcos, líder moral do movimento.

Como vê, particularmente, o papel da internet nessa tarefa dos Movimentos Sociais de se conectarem diretamente com a sociedade?

Internet e redes sociais tornaram-se uma vitrine que permite expressar ideias políticas ou sociais sem passar pelo filtro dos editores e redações da mídia tradicional. O exemplo na mão no México é o movimento estudantil #YoSoy132, que leva o nome de uma hashtag no *Twitter* e que se

espalhou para apoiar estudantes de uma universidade privada que foram mencionados na mídia como infiltrados políticos em um ato que o então candidato Enrique Peña Nieto do PRI teve na Universidad Iberoamericana. Graças às redes sociais, os alunos foram capazes de expressar seu desacordo com essa descrição ao fazer upload de um vídeo para o *YouTube*, um ato que induziu a protestos no *Twitter* e acabou levando estudantes de todas as universidades do país às ruas para protestar contra a mídia associada com a *Televisa* e também contra o PRI.

Em seu país a internet tem sido utilizada pelos Movimentos Sociais para dialogar com a sociedade e para comunicação/organização interna? Quais os exemplos mais notáveis?

No México, houve muitos casos de mobilização social usando a Internet como parte de seu sistema de comunicação. Um dos casos mais visível é o já mencionado movimento estudantil #YoSoy132, mas também há alguns outros casos notáveis. Em particular, nos lembramos do caso de campanha de mídia social chamado #miprimeracoso (meu primeiro assédio), lançado por um grupo de feministas mexicanas para tornar públicas as muitas maneiras pelas quais as mulheres são assediadas no México e vistas por homens como objetos de desejo sexual sem dar-lhes nenhum valor como seres humanos. Esta campanha teve muito sucesso e permitiu que muitos homens visibilizassem a gravidade do assédio cotidiano às mulheres neste país.

Dados os elementos que se apresentam, quais os potenciais e os limites para a internet como ferramenta para a organização social?

Internet é um meio que ainda está em desenvolvimento e em constante mudança. Nos próximos dez anos vai chegar nos cenários que agora aparecem em filmes de ciência-ficção. Isto diz-nos que é um meio com enorme potencial e que pode tirar vantagem de maneiras inimagináveis. Ninguém teria imaginado no final dos anos noventa que poderiam ter ativistas políticos reais que fazem guerra contra os governos somente atrás de um computador. Tal é o caso de Julian Assange, fundador do Wikileaks. Certamente, nos anos vinte do século XXI, Assange será visto como um pioneiro de um movimento muito mais complexo que envolve novas formas de ataque, difusão e protesto. Neste sentido, é também onde as deficiências da Internet são presentes. Assim como potencializa a capacidade de protesto e ativismo político, é também um meio que nos torna vulneráveis porque nossas informações e localização estão sempre disponíveis e os governos podem encontrar a maneira de capturar esses novos dissidentes políticos.

A rádio comunitária é uma ferramenta utilizada pelos Movimentos Sociais em seu país? Como vê essa opção para comunicação e organização territorial?

Rádio é um meio intimamente associado com a mobilização e protesto no México. Como exemplo temos a *Radio Ñomndaa La Palabra del Agua*, estação de rádio localizada na região da Costa Chica do estado de Guerrero, que se declara como um "meio de comunicação indígena, comunitário, autônomo, independente do governo, partidos políticos e religiões". Seu papel na denúncia da crise em Guerrero associada à desaparição dos estudantes de Ayotzinapa foi muito importante nas comunidades indígenas de Guerrero. No entanto, é importante destacar que hoje as rádios comunitárias perderam alguma relevância pelo advento das mídias digitais, que são mais baratas e têm mais alcance do que antena de rádio, mas casos como *Ñomndaa* mostram que ainda persiste um papel relevante dentro das comunidades indígenas em especial.

Em que medida a imprensa tradicional contribuiu ou não para o avanço conservador observado na Nuestra América (tradicionalmente chamada de América Latina), notadamente a partir de 2015?

Mais do que um avanço conservador em *Nuestra América*, eu falo sobre a persistência do conservadorismo. Neste sentido, a imprensa tradicional é uma parte fundamental dessa ideologia conservadora que mantém muitos adeptos em nossa região. Assim como conversávamos sobre o PRI, é impensável que Pinochet continue a ter uma forte aceitação em certos setores da população chilena, situação que é claramente apoiada pelo papel que têm alguns meios de comunicação, como exemplo temos os jornais *El Mercurio* e *La Tercera*. Vale a pena notar o papel oposto ocupado por *TeleSur* na Venezuela, que procura manter a ideologia da revolução chavista e permite contrabalançar o foco da mídia internacional ao estilo CNN, no meio da crise venezuelana. Enquanto há coisas muito censuráveis no regime de Maduro, é muito claro que a imprensa internacional faz um julgamento sumário do chavismo e não dá voz aos líderes da revolução. Graças à *Telesur*, esta censura não é absoluta.

Considerações finais

É interessante esta reflexão sobre o papel da mídia na mobilização social e de protesto na América Latina. Eu acho que os movimentos que alcançaram melhores resultados é porque assumem a gestão da sua comunicação e enfrentaram a censura e criminalização tão comum por parte da imprensa. Casos como o EZLN e o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil] são muito bons exemplos de como os movimentos sociais podem crescer se a sua comunicação é bem gerida. Neste sentido, as contribuições da Internet são de valor inestimável, porque é um meio mais horizontal que permite que as mensagens dos cidadãos comuns possam ser ouvidas, o que seria muito difícil de acontecer no velho sistema de mídia baseado na TV, rádio e imprensa. No entanto, Internet tem seus riscos, é importante que os movimentos estejam cientes deles e entendam que até um *tweet* ou um post no *Facebook* pode torná-los vulneráveis. Todavia, apesar

desses riscos, é necessário utilizar estes meios digitais para aprofundar a divulgação de movimentos sociais e ter novas conquistas entre os jovens. Além disso, a digitalização terá impactos sobre todas as áreas da sociedade, de modo que os movimentos não devem ignorar esta tendência.

“A internet fez de nós jornalistas livres, e isso só mostra que é preciso atualizar o software do diálogo do jornalismo. Já nas escolas, já na academia.”

PRISCILA GAMA

Ações afirmativas contra o racismo

Viviane Ramos Machado[1]

Priscila Gama é ativista social, blogueira e presidente do Instituto Das Pretas.Org. A organização, fundada em Vitória (ES), é a primeira de economia mista criativa, 100% afrocentrada e de protagonismo negro do Brasil. No comando do instituto, Priscila promove ações voltadas para o empreendedorismo, consumo negro, estética, autoestima, cultura e educação. Trata-se de uma startup com projetos em ações afirmativas contra o racismo no Espírito Santo. Através do instituto são realizados worskhops, grupos de estudo e discussão sobre a temática, e instruções sobre como empreender. Priscila começou sua militância após sofrer atos de racismo e sexismo e ao perceber a falta de visibilidade das mulheres negras na mídia. No ano de 2015, o Das Pretas.Org promoveu a primeira edição do “Encontro das Pretas”, considerado o maior evento afrocentrado do Espírito Santo e um dos maiores do país.

[1] Jornalista, formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e mestranda em Comunicação e Territorialidades na mesma universidade. A pesquisa que desenvolve busca entender a abordagem do jornal A Gazeta, de expressiva influência no Espírito Santo, sobre o movimento feminista, entre os anos de 1986 e 2016. E-mail: vivianermachado@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais foram obrigados a mudar o seu caráter, a sua formulação. O ativismo social existe há muitos anos, mas acredito que as redes sociais o ajudaram a chegar onde ele não chegava antes. A tomada de consciência pela troca de informações tem tornado o ativismo social mais forte, mais contundente. Em tempos dessa crise absurda em que vivemos, de descrença política, descrença no futuro, o ativismo social vem como uma válvula de escape e de esperança. Eu acredito que as pessoas se envolvam nos movimentos sociais com a esperança de que as coisas possam dar certo, possam mudar para melhor. Um exemplo que tenho visto em relação a essa mudança de comportamento está no movimento das mulheres. Apesar de nós, mulheres negras, não sermos contempladas dentro do feminismo, vemos um diálogo hoje que antigamente não era feito da mesma forma. Por todos esses fatores que mencionei. As redes sociais estão sendo usadas de forma correta pelo ativismo social para chegar onde deve chegar. Muito embora haja muita inclusão a ser feita, está muito melhor do que antes.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Observo que o ativista social no Brasil é tratado como um baderneiro. Mas ele não é um baderneiro, não gosto dessa generalização. Às vezes, quando você diz que pertence a algum movimento social, imediatamente relacionam a figura do ativista a um partido, já que tem um quadro pintado. Acredito que o jornalismo está muito despreparado para entender a grandiosidade que é um discurso de ativismo social. Parece-me muito fácil para o jornalista falar que existe certo movimento, mas sem se aprofundar, sem saber os porquês e as consequências disso. Aqui no Das Pretas, estamos tentando ter um contato mais positivo com a imprensa, mas notamos que tendem a ser sensacionalistas e, normalmente, o sensacionalismo não é positivo. Os movimentos sociais só geram notícias quando alguém morre ou é preso. O jornalista, em geral, está mais ligado ao factoide do que às pautas do movimento. Temos o caso do Rafael Braga[2] para provar para nós que o jornalismo não está interessado nos motivos e nos porquês. Só noticia a baderna. Até agora não vi nenhum veículo falando porque mulheres fazem vigília para o Rafael Braga ou o porquê de ter acontecido com ele o que aconteceu.

---

[2] Rafael Braga é um ex-morador de rua e ficou conhecido ao ser preso com uma garrafa de desinfetante durante um protesto em junho de 2013. Em 2015, teve direito a prisão domiciliar, mas foi preso em flagrante novamente em 2016, portando 0,6 g de maconha, 9,3 g de cocaína e um rojão. Braga foi condenado a 11 anos de prisão por tráfico de drogas. A defesa alega que o material não pertencia a ele e que o flagrante foi forjado por policiais da UPP Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

No Brasil, o estereótipo é de que os movimentos sociais estão ligados à esquerda do país. O Brasil é um país muito louco quanto a isso. As pessoas não entendem que o ativismo social trabalha para o bem das pessoas, de uma forma geral. É muito raro, no Brasil, ver pessoas se envolverem em movimentos sociais apartidários. Então, por isso, acaba se tachando dessa maneira todos os ativistas sociais. Pessoalmente, para mim, tanto faz, a esquerda, em certa medida, tem um discurso de igualdade que não se vê normalmente na direita. A direita tem um discurso de visão, de manutenção. Desse modo, eu acredito que a imprensa não contribui para o esclarecimento (escurecimento) das coisas. Poderíamos fazer isso de uma forma melhor, fazer de maneira constante e não sempre um factoide. O papel da imprensa é a informação. Para conseguir mudar esse quadro, a imprensa tem que vir. Nós, ativistas sociais, estamos fazendo. No Das Pretas.org, nós nunca fizemos uma manifestação na rua, mas estamos fazendo ativismo social. Todos os dias, 365 dias por ano. Eu não vou ligar para jornalista todo dia, para vir conhecer a construção de um projeto. Essa iniciativa precisa partir do lado da imprensa também.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Eu não vejo com bons olhos as vinculações políticas e ideológicas da imprensa no Brasil. Vejo que o país está passando por uma crise política, o descobrimento de uma corrupção nata, de nascença na construção do país, e o jornalismo das grandes massas, dos veículos de comunicação tradicional, não está preocupado em informar. O jornalismo está interessado em orientar, em legitimar uma ideia. São corruptos também. Certamente essa abordagem que tem sido feita afeta os movimentos sociais. Se você vai para a rua e só é mostrado o vandalismo, quem mais vai para a rua? É o que está acontecendo, as pessoas não querem mais ir para a rua protestar. E há também a questão: de que adianta protestar diante do que está acontecendo? Vamos para a rua, mas qual a consequência disso? Nós fomos para a rua em 2013, 2014, 2015, e, daquilo que pedimos, o que foi feito? A imprensa não fala. Acredito que seja muito complicada essa relação da imprensa com os movimentos sociais. O pior disso tudo é que, às vezes você generaliza ao falar dos jornalistas, mas aquele profissional que está com um microfone, fazendo uma pergunta escrota, faz a pedido do chefe da redação, que diz para ele que não interessa a parte boa, interessa apenas no vandalismo. Reportar o cara gritando, sendo preso.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Acredito que existe uma diferença na cobertura dos movimentos sociais mundo afora. Observo isso pelo esclarecimento das pessoas, embora também acredite que movimento social é movimento social no mundo todo. Você sempre vai ter uma massa superior que vai se sentir incomodada pelo ativismo, que normalmente luta pela inclusão, pela igualdade, pela equidade. Acredito que esse conflito de interesses sempre vai existir. Sobre a diferença de coberturas, vi nas manifestações de 2014, cuja pauta era a Copa do Mundo no Brasil, que as coberturas foram muito diferentes. Eu peguei pelo menos dois jornais de fora dizendo que os brasileiros estavam lutando em busca de melhorias e enumeravam diversos pontos trazidos pelos manifestantes. Enquanto isso, a imprensa brasileira relatava as portas de vidro quebradas e só focava nisso. Acredito que isso seja desinteresse pela pauta do movimento, parece-me muito mais fácil distorcer para os interesses do jornal do que dizer realmente o que aconteceu. Sabemos que cada jornal tem seu posicionamento, é vinculado a um partido, tem que defender os interesses dos anunciantes. E é por isso que a abordagem dos movimentos sociais ocorre dessa forma.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A imprensa é importante para a realização dos nossos trabalhos, para divulgar o que temos feito, para conscientizar as pessoas, para divulgar os nossos discursos e fazer com que eles cheguem aonde têm que chegar. Temos sorte que muitos jornalistas conscientes chegam até nós e fazem esse trabalho. Eu acredito que a alternativa aqui é criar novas metodologias, principalmente porque o ativismo social não trabalha com grandes quantias de dinheiro. Então, temos que usar a criatividade a nosso favor. E isso é sensacional. Criar meios de comunicação nossos com a sociedade é um caminho. Temos vários sites elaborados por ativistas para que sejam um veículo direto com a sociedade, tais como a Mídia Ninja, o Mundo Negro, entre outros.

O Espírito Santo é um estado com os maiores índices de violência contra mulheres e negros. Como você avalia a cobertura da imprensa nesses casos?

Não tem cobertura. O jovem preto é bandido e ponto. Nunca vi uma reportagem discutindo os altos índices de violência contra a juventude negra ou os índices de mortalidade contra a mulher negra. A imprensa não está interessada nos porquês. As histórias são sempre repetidas: “mulher

morreu assassinada pelo marido, foi duas vezes à delegacia, mas acabou sendo morta". Mas na notícia não está escrito que é uma mulher preta, que foi à delegacia, mas foi mal atendida pelo delegado e que o delegado a mandou voltar para a casa para ter certeza. As notícias não trazem os porquês, não falam das histórias. Então, para mim, não tem reportagem profunda. Tem só notícia.

Considerações finais

Sabe o que eu acho maravilhoso? A caminhada autônoma e independente dos movimentos sociais da forma como está acontecendo. Acontece aqui no Das Pretas, estou vendo acontecer no Espírito Santo com outros movimentos e no país todo. A internet fez de nós jornalistas livres, e isso só mostra que é preciso atualizar o software do diálogo do jornalismo. Já nas escolas, já na academia. Um diálogo moderno é necessário, professores modernos são necessários. Nós acompanhamos casos inimagináveis de professores tendenciosos, racistas, machistas, misóginos. Então eu acho que o caminho é esse e quem não atualizar o software vai sair do mercado. Enquanto isso, nós vamos continuar fazendo o nosso trabalho com excelência, com competência e de maneira ilibada.

"Perseguir quem se mobiliza é uma maneira de tentar manter as pessoas em casa, conformadas com as coisas que estão acontecendo. O medo pode ser uma forma bastante eficaz de desmobilização"

RAFAEL FORTES

Ai de quem quebrar a vidraça de um banco

Pablo Laignier[1]

Rafael Fortes é professor de Comunicação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Entre suas áreas de interesse estão as relações entre mídia, política e direitos humanos. Em 2008, lançou o livro Segurança pública, direitos humanos e violência, com entrevistas, artigos e documentos a respeito de uma chacina praticada por forças policiais em 2007 no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Este livro revela uma preocupação com o modo como os direitos humanos são sistematicamente desrespeitados em nosso país. Atualmente, pesquisa o processo de mobilização para a realização da Conferência Nacional de Comunicação, no período 2007-2009. A pesquisa tem apoio do CNPq e da FAPERJ. Mantém, desde 2006, um blogue pessoal, A Lenda (https://rafaelfortes.wordpress.com/). Seu trabalho intelectual e sua produção acadêmica no campo da Comunicação Social são engajados com as questões relativas aos movimentos sociais.

[1] Titular III do IBMEC e professor e pesquisador da UNESA. Doutor em Comunicação pela UFRJ (2013) com a Tese intitulada "Do funk Fluminense ao funk nacional: o grito comunicacional de favelas e subúrbios do Rio de Janeiro", é também Mestre em Comunicação e Cultura e Jornalista formado pela mesma instituição, onde participa do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ) desde 2007. E-mail: pablolaignier@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Eu diria que lutar por um país justo e republicano. Na verdade, são muitos papéis: articular as pessoas que reivindicam direitos; organizar e articular lutas e demandas que recebem pouca atenção do Estado; ou, às vezes, lutas e demandas que recebem pouca atenção de partidos e sindicatos também. Houve mudanças nos últimos tempos. Houve um intenso e extenso processo de cooptação de movimentos e lideranças durante o período dos Governos do PT na Presidência da República. Isto fortaleceu as estruturas de alguns movimentos em termos de acesso a recursos públicos, a programas e tudo o mais; mas, por outro lado, também enfraqueceu, em alguma medida, a luta política, a capacidade de mobilizar, a combatividade, dentre outras coisas, de boa parte dos movimentos, com raras exceções. Acredito também que mudanças, sempre há. Surgem novas formas de luta; novos temas e questões se tornam mais visíveis; certos temas perdem um pouco da visibilidade que tiveram. Um bom exemplo é o movimento de mulheres, que reivindica uma porção de coisas há muitas décadas, mas as formas de lutar e de buscar visibilidade para as questões vão se renovando. Então, existem movimentos como a "Marcha das Vadias"; a luta pela legalização do aborto; manifestações contra feminicídio, cultura do estupro e tudo o mais. Estas questões afetam as mulheres há muitos anos, mas vão ganhando outras formas de luta e adquirindo nova visibilidade.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Eu diria que oscila entre a criminalização e a invisibilidade. Movimentos como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), assim como qualquer protesto de moradores da periferia, tendem a ser criminalizados. Eu diria também que quase todos tendem a ser silenciados. Então, esses movimentos existem, atuam, mas só se tornam visíveis nos meios de comunicação quando os veículos enquadram essas atuações por um viés criminalizante; ou quando acontece alguma chacina ou caso que, embora na prática seja regra, é tratado como se fosse exceção. No caso de crimes aqui do Rio de Janeiro, temos o sumiço do Amarildo (na Rocinha), o assassinato dos cinco garotos (em Costa Barros)... São noticiados como se fosse exceção a polícia praticar este tipo de coisa. Como se não houvesse um conjunto de movimentos sociais que há anos reivindicam um novo modelo de policiamento; o fim do extermínio da população jovem, negra e favelada; movimentos que denunciam cotidianamente torturas, abusos, crimes e tudo o mais. Quer dizer: constantemente estas coisas acontecem e os movimentos sociais as denunciam, mas os meios de comunicação tendem a silenciar a respeito.

Acredito que haja diferenças entre os veículos, mas pouca. Penso também que é preciso pesquisar para poder efetuar esta comparação; e isto não é algo que eu pessoalmente tenha feito. Penso que há diferenças em termos de linha editorial, de um veículo para outro; mais do que isso, talvez existam diferenças de sensibilidade e insensibilidade em relação a certos temas e questões. Reforma agrária, direitos reprodutivos das mulheres, combate ao racismo, combate à homofobia, são temas que podem receber tratamentos bem distintos num mesmo veículo.

Podemos pensar também, por exemplo, no quanto alguns destes temas são abordados com mais frequência nas novelas do que no telejornalismo, o que diz muito sobre a nossa forma de fazer jornalismo e de fazer novela. Uma série de questões sociais urgentes raramente é notícia no jornalismo, mas se tornam, em alguma medida, pauta na sociedade, porque são abordadas na novela. Ainda que, em tese, quem tenha a responsabilidade de retratar e discutir a realidade seja o jornalismo e não a novela. A questão das relações homoafetivas e da homofobia, por exemplo. É um tema que me parece ser pautado com mais frequência a partir de situações e personagens de novela do que do jornalismo.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim. Me parece que o caso mais bem pesquisado no campo da Comunicação Social é o do MST. Existe um conjunto de trabalhos sobre o assunto, entre livros, pesquisas de Mestrado e Doutorado. Há, por exemplo, o livro da professora Christa Berger; o do Eduardo Ferreira de Souza; e outro que foi produzido pelo coletivo Intervozes. Então, pela importância que o MST possui e também pelo quanto ele foi criminalizado e apanha dos meios de comunicação há muitas décadas, possivelmente é o caso mais investigado, pelo menos na área de Comunicação Social.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Sim. São vinculados com a direita, com a agenda político-econômica neoliberal, com o atraso do ponto de vista dos direitos, da emancipação do povo e da soberania do país. Estes veículos, em geral, são alinhados com os interesses das multinacionais, da Casa Branca, do mercado financeiro. Eu diria que, atualmente, estes veículos sequer expressam as pautas do capitalismo produtivo; eles estão alinhados com o capitalismo financeiro. De um modo geral, eles defendem a supressão de direitos da população e dos trabalhadores, incluindo – como se pode observar nos últimos meses – o apoio amplo, geral e irrestrito às propostas do Governo Michel Temer, do PMDB.

Outro exemplo do quanto os veículos das corporações de mídia estão alinhados, em sua maioria, com os interesses da classe dominante, é a própria ausência de debate sobre uma série de questões importantes para a nossa sociedade. Costumo dizer em sala de aula: "não tem nenhuma lei afirmando que só pode haver debate sobre educação, saúde e transporte em época de eleição". Ou seja, por que a gente tem só um mês de debate sobre estas questões a cada dois anos, quando elas poderiam ser discutidas todos os dias? Por que a gente não tem, todos os domingos à noite, programas de debate com especialistas, pessoas comuns, usuários de transporte, representantes de partidos políticos, para discutir os temas que afligem a nossa sociedade?

Um dos indícios de que os meios de comunicação não abordam as principais questões da população é esse: só temos debate em época de campanha eleitoral; no resto do tempo, fica parecendo que está tudo bem e que os partidos políticos, por exemplo, não possuem nenhuma proposta para apresentar a respeito dos problemas da nossa sociedade. Recuperando algo que já afirmei, eu diria que a consequência disso é que os movimentos sociais acabam oscilando entre fazer uma luta que é quase invisível; e, quando esta luta se torna visível, é porque ela está sendo criminalizada.

Nos principais meios de comunicação, ou o movimento social não existe ou ele e seus membros são tratados como bandidos, vândalos ou vagabundos. A Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, em Guararema, no interior de São Paulo, funciona há anos e nunca é notícia, a não ser quando a Polícia Civil de São Paulo invade a Escola ameaçando atirar nas pessoas, para, em tese, cumprir dois ou três mandados de prisão. Porém, o funcionamento daquela escola, o MST construir uma escola com aquelas características, o que é ensinado lá: não são notícia.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Aqui (no Brasil), a cobertura quase sempre criminaliza. Eu não sei se em todos os outros países é assim. Um bom exemplo para se pensar como essa cobertura acontece – pelo menos dentro do Brasil –, e como tem sido razoavelmente diferente a cobertura entre veículos nacionais e alguns veículos estrangeiros, é o da recente Greve Geral de 28 de abril de 2017. Neste dia, houve uma imensa Greve Geral no Brasil. Aonde isto foi noticiado, em Língua Portuguesa, na internet? Em uma série de veículos da imprensa alternativa, blogues, Mídia NINJA etc.; no site do jornal *El País*, que pertence a uma corporação de mídia importante da Espanha, mas tem uma edição voltada para o Brasil, em Língua Portuguesa; e também em um site que é editado por um grupo de norte-americanos, chamado *The Intercept* (Brasil).

Nas corporações brasileiras de mídia, nos canais de televisão aberta, não apareceu a expressão "greve geral". A cobertura jornalística dos acontecimentos daquela sexta-feira foi, possivelmente, a maior cobertura de trânsito da história do jornalismo brasileiro. As corporações de mídia passaram a sexta-feira inteira falando de problemas no trânsito das grandes cidades e no quanto isso estava prejudicando a vida das pessoas comuns que tentavam se deslocar de um lado para o outro. Quer dizer, esvaziando completamente o que estava acontecendo, ignorando que se tratava de um movimento político que defendia determinadas bandeiras, de uma resposta a uma série de ataques que estão sendo efetuados pelo Governo Temer, pelo Congresso Nacional, pelas corporações de mídia e pelo Supremo Tribunal Federal a direitos da população brasileira. Uma parte desta população foi às ruas dizer que não concorda com a supressão destes direitos. E os meios de comunicação deram foco a uma cobertura de trânsito.

Você já está citando os exemplos, de fato, mas peço que expresse de forma clara como isto que você está dizendo (este esvaziamento do conteúdo político pelos grandes meios de comunicação brasileiros) acaba, também, criminalizando os movimentos sociais.

Por exemplo: quando protestos, ocupações – sejam ocupações de fazenda, sejam ocupações de prédios abandonados, sejam ocupações de escritórios de órgãos públicos – são apresentados única e exclusivamente a partir de um viés de vandalismo, sem, em momento algum, se dizer o que estas pessoas estão reivindicando, por que que elas estão fazendo a ocupação, o que leva as pessoas a se organizarem para tomar este tipo de atitude como uma forma de luta para pressionar o Estado e chamar a atenção para um problema. No caso das greves, por exemplo, da Polícia Federal, é impressionante como raramente são noticiadas as reivindicações dos trabalhadores.

A ênfase é sempre nas coitadas das famílias que estão com a sua viagem para a Disney ameaçada porque a emissão de passaportes vai atrasar. Quando os trabalhadores do INSS estão em greve, não se apresenta o que eles estão reivindicando, mas sim que os idosos estão sendo prejudicados, porque o atendimento está suspenso. As más condições de trabalho diárias, a falta de concursos públicos, uma série de problemas que levam às greves não são notícia cotidianamente, nem quando se está em greve.

É muito comum se apresentar qualquer tipo de reivindicação como um ato de vandalismo, de violência, de depredação. É impressionante como qualquer medida contra a propriedade parece causar muito mais irritação nos meios de comunicação, nos comentaristas da *Globo News*, do que vários crimes que são cometidos contra a vida. Assim, a polícia matar pessoas, a polícia torturar jovens é algo relativamente tranquilo; mas ai de quem quebrar a vidraça de um banco!

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A importância é imensa, né? Acho que a gente pode perceber isso, por exemplo, pela dificuldade de se fazer avançar um debate sobre reforma agrária ou legalização do aborto, das drogas e do casamento homoafetivo. Aliás, pela dificuldade para sequer abordar estes assuntos. Não existe na sociedade brasileira um debate sobre legalização das drogas, do aborto e do casamento homoafetivo. Então, é óbvio que a imprensa é muito importante, na medida em que ela quase sempre silencia (sobre determinados assuntos). E quando (os) aborda, o faz criminalizando. Isso contribui para que os movimentos sociais tenham muita dificuldade de participar das discussões e de fazer avançar as suas pautas e reivindicações.

Com relação às estratégias de comunicação, existem muitas e os movimentos sociais já adotam essas estratégias. Então, de novo, se a gente pega o caso do MST – que é organizado há muito tempo e também apanha das corporações de mídia há muito tempo como nenhum outro movimento social –, não por acaso, ele me parece o mais avançado nisso. O MST produz jornal, revista, programas de rádio, tem um site, envia boletim de notícias... Enfim, possui uma série de mecanismos de comunicação direta. Cada vez que acontece uma ocupação, uma chacina, qualquer notícia que pauta o MST nos meios de comunicação pelo viés da criminalização, rapidamente pode entrar no site do MST e você vai ter acesso a uma nota, apresentando o ponto de vista do movimento. Acho que os problemas são de outra natureza: é como financiar isso, como produzir.

É caro produzir comunicação. É caro fazer vídeo, televisão, jornal e revista. É caro distribuir. Mas há muita coisa sendo feita. Eu diria que os movimentos sociais produzem muita comunicação. O que não há, por exemplo, no caso do audiovisual, é como exibir. Você pode botar o vídeo lá no seu site e no *Youtube*, divulgar em redes sociais. Mas as emissoras de rádio e de televisão aberta, que são concessões públicas, ignoram essa produção. Elas ignoram a Constituição.

A Constituição afirma que uma parte da programação deve se destinar a fins culturais e educativos; que parte da programação precisa ser independente. Mas essa imensa produção audiovisual, de comunicação, de programas de rádio e entrevistas dos movimentos sociais não entra na grade de programação das emissoras de rádio e de televisão. E quando a gente vê uma experiência como a do programa Direito de Resposta (do coletivo de Comunicação Intervozes), percebe-se a riqueza de produções audiovisuais desses movimentos sociais e o quanto existe de acúmulo em determinadas discussões. Existe uma série de propostas consistentes para tentar resolver ou diminuir determinados problemas da nossa sociedade, mas isso simplesmente não tem espaço nos canais de televisão aberta. Na verdade, para mim, a leitura dos artigos 220 a 224 da Constituição Federal de 1988 e a exibição de alguns episódios do programa Direitos de Resposta deveriam ser conteúdo obrigatório de todo curso de Comunicação Social no Brasil.

Passados quase dez anos desde o lançamento do livro "Segurança Pública, Direitos Humanos e Violência", organizado por você e com textos seus e de outras pessoas – sobretudo com entrevistas que você fez com defensores dos Direitos Humanos. O livro saiu em 2008 e nós estamos em 2017: o que mudou no que se refere ao modo como o Estado conduz as políticas públicas de segurança, no caso específico do Rio de Janeiro?

Eu diria que pouco mudou e nada mudou. Deixa eu explicar melhor. Pouco mudou: houve o projeto das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro), que significou alguma mudança no policiamento e uma redução dos tiroteios nas áreas que receberam as UPPs. Por que eu estou dizendo que pouco mudou? Porque, na verdade, isso corresponde a uma pequena área, a um pequeno número de favelas do Estado do Rio de Janeiro. As UPPs são uma política pública estadual.

O Rio de Janeiro tem 92 municípios, mas curiosamente esta política pública só acontece em um deles, a capital. E mesmo dentro dela, a ampla maioria das áreas não fez parte deste projeto das UPPs. Então, para as áreas que receberam a UPP, houve uma certa mudança, com uma redução da frequência e da intensidade dos conflitos armados. Na maior parte da cidade, o padrão continuou o de sempre: operações policiais extremamente violentas. Portanto, nada mudou: em todas as regiões que não foram agraciadas com as UPPs, o que significa a maior parte do município do Rio de Janeiro e todos os outros municípios do Estado. Nestas áreas, o padrão de atuação da polícia são operações policiais violentas, como a chacina (do Pan, ocorrida no Complexo do Alemão, em junho de 2007) que deu origem ao livro.

De que modo esta conduta do Estado apresenta elementos de um regime de exceção, como uma ditadura, na repressão à liberdade de expressão dos movimentos sociais?

De diversas formas. Por exemplo: Já em 2007 – e isso continua acontecendo até hoje –, muitas operações policiais recebiam previamente um mandado de busca coletivo por parte de juízes, o que significa que o juiz autoriza os policiais a entrarem em qualquer casa de um determinado bairro ou de um conjunto de bairros. Evidência maior de arbítrio não há. Você parte do pressuposto de que todos que moram em uma certa área são suspeitos. Mas, evidentemente, mandados de busca coletivos não são autorizados quando a polícia atua no Leblon ou na Barra da Tijuca, para arbitrariamente poder entrar nos apartamentos de um prédio de luxo, porque todos os moradores são suspeitos. Existem desde evidências concretas e recorrentes de uma atuação de exceção como essas, até outras mais específicas, como no caso de movimentos sociais e principalmente da área de cultura.

Existe alguma relação entre o processo de criminalização da pobreza e a recente criminalização dos movimentos sociais no Brasil?

Eu tendo a achar que sim. Faz parte do mesmo projeto. Existe uma criminalização geral da pobreza. E a partir daí, particularmente perigosos são os pobres que não se conformam com a vida que levam e com as condições da nossa sociedade e resolvem reivindicar coisas básicas como: terra para plantar, moradia, um transporte público que tenha alguma qualidade e não custe uma fortuna. Existem vários eixos de criminalização que podem caminhar em separado ou se sobrepor: criminalização da pobreza em geral; criminalização dos movimentos sociais; e, em alguma medida, um processo de criminalização da política. Da atividade política, não só no sentido partidário e eleitoral, mas como possibilidade de debate e disputa de projetos sobre qual sociedade a gente quer. Percebe-se isso quando se vê Presidente da República, governadores e prefeitos se referirem pejorativamente a algum protesto, manifestação ou greve, dizendo que é um movimento político. Como se ser político significasse ter segundas intenções e ser menos legítimo, quando, na verdade, é algo bastante óbvio: uma greve é um movimento político.

Mas quando o Governador acusa os professores de estarem fazendo um movimento político, isso significa que, nas entrelinhas, ele está dizendo que os professores estão apenas fazendo uma luta política contra o partido de quem está no Governo do Estado. O que é também uma maneira de não debater as condições de trabalho desses professores, quais as reivindicações da greve, quanto é o salário que esses funcionários da rede pública recebem. Existe, sim, um processo de criminalização da pobreza e, dentro dele, quem se propõe a lutar por direitos tende a ser particularmente mais criminalizado. É impressionante a quantidade de lideranças de movimentos sociais que já foram presos, que respondem a processos e tudo o mais.

Comente a forma como, no Rio de Janeiro, não apenas os movimentos sociais, mas também os movimentos culturais vêm sendo criminalizados nos últimos vinte anos. Cite Exemplos.

Posso falar, por exemplo, da criminalização do funk. De uma série de problemas que houve, inclusive nas áreas de UPP – onde, em tese, as coisas foram “pacificadas”. É muito curioso que o funk seja considerado uma atividade criminosa por muita gente e, frequentemente, pela própria polícia. Quando a UPP entrou numa área, uma das primeiras providências foi proibir a realização de bailes funk. Vários jovens que eram MCs e lideranças de determinadas comunidades foram ameaçados de morte. Isto ocorreu *após* a implantação das UPPs. No Complexo do Alemão e no Santa Marta, por exemplo, houve casos públicos de MCs sofrendo ameaças por parte de policiais. Houve não só uma proibição dos bailes em muitas dessas comunidades, mas em alguns casos até uma proibição de se tocar funk.

Num debate que assisti, anos atrás, o Rômulo Costa, dono da equipe Furacão 2000, relatou que estava numa festa de aniversário na Cidade de Deus, pouco tempo depois da implantação da UPP, e em determinado momento a polícia chegou e mandou desligar a música, porque o que estava tocando era funk. De onde se subentende que se estivesse tocando pagode, sertanejo ou música clássica, tudo bem; mas funk não pode. Na verdade, eu não sei se está aumentando o processo de criminalização ou se a repressão é a mesma que sempre houve, só que como há mais gente se organizando e protestando, fica parecendo que existe mais repressão.

O caso do funk é o mais óbvio, mas existem diversos direitos básicos que são constantemente desrespeitados (no Rio de Janeiro). Dependendo da sua cor da pele e da linha de ônibus em que está, você pode tomar uma "dura" da polícia, ser expulso do ônibus e mandado de volta para casa, porque você está se deslocando para um bairro de praia e não tem dinheiro para a passagem de volta. A própria necessidade de surgir um movimento como a APAFunk (Associação de Profissionais e Amigos do Funk) evidencia o quanto é difícil trabalhar com funk. O quanto uma atividade que é a principal expressão cultural da população jovem do Rio de Janeiro, além de ser também uma das principais formas de lazer da juventude pobre do Rio de Janeiro, o tempo todo precisa encontrar meios para sobreviver e poder existir.

A gente lê – de novo, em veículos como *El País*, *The Intercept* – notícias de donos de equipe de som que têm suas caixas de som destruídas pelo Caveirão, que entra, passa por cima e simplesmente destrói as coisas. Parece que o Estado não consegue lidar de uma forma minimamente razoável com determinadas manifestações. Quando entra, é para proibir ou para criminalizar. A gente tem uma história disto no Rio de Janeiro: de repressão a manifestações culturais da juventude pobre, negra, favelada. A capoeira já foi reprimida, o samba também. As galeras de baile funk já foram reprimidas.

Muito provavelmente outras práticas que vierem, se feitas por estes grupos – ou enquanto feitas apenas por eles – , criminalizadas serão. Quando se espalharem para outros lugares do país ou para as classes média e alta, deixarão de ser criminalizadas. É o caso do samba e da capoeira. Não por coincidência, quando estas duas práticas se disseminam para outros espaços e camadas da nossa sociedade, elas deixam de ser criminalizadas. A capoeira hoje é tratada como um dos principais mecanismos de divulgação cultural do Brasil no exterior. A partir do Governo Lula, o incentivo a aulas e a mestres de capoeira no exterior faz parte de políticas públicas do Ministério das Relações Exteriores, porque se percebeu que isto é uma das principais maneiras de atrair o interesse das pessoas para o Brasil e para a cultura brasileira. E esta mesma prática era criminalizada quando praticada só por jovens negros da periferia.

E o excesso de repressão do Estado pode ser eficaz para combater a criminalidade?

Tendo a acreditar que não, mas tenho a sensação de que a maioria das pessoas responderia "sim". Se com mais repressão, mais polícia, armas mais potentes e mais tiros a gente combatesse a criminalidade, o crime já teria acabado no Rio de Janeiro. Quando eu era criança, na década de

1980, até um determinado momento – acho que até a primeira metade dos anos 1990 – os policiais só podiam usar em serviço as armas que eram fornecidas pela própria polícia. Na prática, isto significava um revólver 38. E eu me lembro que havia duas discussões muito fortes: uma, de que era preciso colocar armas mais poderosas a serviço dos policiais, porque os traficantes contavam com essas armas – fuzis, metralhadoras, granadas e tudo o mais. E havia uma segunda discussão, também, que era liberar o uso, em serviço, de armas particulares dos policiais. O agente recebe um revólver 38 da polícia, mas ele tem uma pistola 45. Então, ele pode usar, no policiamento, a própria 45. E o argumento era que, quando a polícia tivesse as mesmas armas dos traficantes, a criminalidade no Rio de Janeiro iria diminuir. Me parece mais do que evidente que não diminuiu; os tiroteios matam muito mais gente, porque as armas têm um poder de fogo maior; e continuamos sem discutir, nem investigar, quem é que vende estas armas para os traficantes.

E por que combater movimentos sociais? Em que medida isso fere os direitos humanos?

Bom, eu acho que seria mais adequado perguntar para quem combate, né? Tenho a sensação de que é para manter o *status quo*. Então, quando há uma repressão bizarra, como houve na Cinelândia por volta das cinco e meia da tarde do dia 28 de abril (de 2017), tem ali um bom exemplo: haveria um ato de protesto contra as propostas de reforma da previdência e trabalhista do Governo Temer. E a polícia simplesmente inviabilizou o ato, em uma estratégia de guerra preventiva contra as pessoas que estavam indo para as ruas tentar reivindicar direitos. Na verdade, neste momento é mais do que manter o *status quo*: a gente vê uma ofensiva da direita para acabar com uma série de direitos, aproveitando uma conjuntura política bastante complicada.

Você tem um Governo ilegítimo, um Congresso bastante corrompido e que presta pouca conta, à população, das coisas que vota e aprova. Portanto, acredito que é um objetivo, mas também uma necessidade, dada a agressividade dessas reformas e das políticas que têm sido colocadas em prática nos últimos anos no Brasil. É óbvio que os protestos vão aumentar. Aumenta o desemprego, existem muitos funcionários públicos sem receber salários, com os salários atrasados. É óbvio que a resistência e os protestos vão aumentar. E aí, só com muita repressão para manter essa população enquadrada. É importante dizer também que esses processos podem ser um pouco mais violentos, um pouco mais graves nesse momento; mas a repressão foi bastante grande durante os Governos Dilma e Lula. Parte das leis que estão sendo usadas hoje para enquadrar e criminalizar movimentos sociais e lideranças foram propostas pelo Governo Dilma e aprovadas com a maioria daquele governo no Congresso. Por exemplo, a Lei Antiterrorismo. Particularmente aqui no Rio de Janeiro, a conjuntura política atual aponta para

um Governo do Estado que já foi cassado pela Justiça Eleitoral em nível estadual e está aguardando julgamento do recurso no Tribunal Superior Eleitoral.

Um Governo que atrasa os salários, inclusive dos próprios policiais que reprimem os manifestantes... É óbvio que numa situação caótica dessas, do ponto de vista social, só com muita repressão para manter as coisas razoavelmente sob controle. Um outro dado que me parece interessante é que pode faltar vacina ou gaze nos postos de saúde; pode faltar merenda, giz ou salário para professores e merendeiras nas escolas; mas nunca falta bomba, bala de borracha e de chumbo para a polícia reprimir as manifestações. A gente conhece episódios no Rio de Janeiro de cirurgias serem suspensas num hospital porque não havia fio e material cirúrgico para dar os pontos; mas eu desconheço qualquer episódio de manifestação política, como um protesto de moradores de periferia contra o assassinato de criança, em que a polícia não tenha conseguido reprimir porque faltou combustível para o Caveirão ou porque faltou bala ou bomba para atirar na população.

E em que medida esse combate aos movimentos sociais fere os Direitos Humanos?

Em muitas medidas. As pessoas sofrem vários tipos de violência física – apanhar, levar tiros –têm complicações de saúde por conta de alergia a gás lacrimogêneo. Outros têm pico de pressão alta e começam a passar mal, porque precisam correr para fugir da confusão. Um exemplo é essa repressão, que no dia 28 (de abril de 2017) foi no Centro da cidade, mas é o padrão corriqueiro nas favelas, e que viola os direitos de todos os cidadãos. Na hora em que a polícia "passa o rodo", todo mundo vira vítima: trabalhadores, estudantes, vagabundos, vândalos, gente que simplesmente estava passando pelo lugar (as categorias podem se misturar um pouco, né?).

Na hora em que a repressão é ampla, geral e irrestrita, você pode ser reprimido simplesmente por morar numa determinada favela ou por estar no centro da cidade, independentemente do que você está fazendo lá. Aliás, isso é um bom exemplo de algo que certas pessoas não conseguem entender: Direitos Humanos são de todos, não dizem respeito a algum grupo. Mesmo direitos básicos, como privacidade e inviolabilidade do lar, são cotidianamente desrespeitados pelo próprio Estado nas operações policiais que acontecem nas favelas. As pessoas têm as suas casas invadidas, seus bens roubados, como se vivessem num território inimigo pronto a ser pilhado como botim de guerra. Então, isso é rotina, mas afeta de maneira desigual, dependendo do bairro, da cor da pele que a gente tem, da aparência. Penso que também existe um caráter pedagógico na ação de criminalizar: sinalizar que não é para lutar. É para se conformar.

Considerações finais

Eu gostaria de dizer que perseguir as lideranças e quem se mobiliza é uma maneira de tentar manter as pessoas em casa, conformadas com as coisas que estão acontecendo. O medo pode ser uma forma bastante eficaz de desmobilização.

“Uma parte substancial da nossa imprensa está expressando uma ideologia conservadora. E esta ideologia conservadora não é simpática aos movimentos sociais.”

RENATO JANINE RIBEIRO

A política precisa de diálogo

Fabiana Santos Pereira[1]

Foi Ministro de Estado da Educação, de 6 de abril a 5 de outubro de 2015. É professor titular da Universidade de São Paulo, na disciplina de Ética e Filosofia Política e professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP. Recebeu o prêmio Jabuti de melhor ensaio (2001), a Ordem Nacional do Mérito Científico (1997). Atua na área de Filosofia Política, com ênfase em teoria política. Foi diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC - (2004-8). Em 2014, publicou o artigo O Brasil e a democracia de protesto, na revista MATRIZes/USP V. 8 - Nº 1 jan./jun., no qual discute os protestos ocorridos em 2013 no país, traçando um paralelo, quanto ao seu caráter de happening, com os eventos de Maio de 1968. Além de destaque em sua área de atuação, o professor Renato Janine é atuante nas redes sociais. Sua página no Facebook possui mais de 123 mil seguidores. Os temas políticos e sociais e a cobertura da mídia sobre esses assuntos são abordados por ele diariamente, em especial nos últimos anos com os acontecimentos conturbados no cenário político brasileiro antes e pós impeachment ou golpe.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da UFRGS/UFSM/FURG. Título do projeto: Ações Afirmativas na Pós-Graduação. Graduada em Comunicação Social, habilitação em jornalismo, pela Universidade Católica de Brasília. É servidora pública federal na CAPES/MEC, onde ocupa, desde 2009, o cargo de coordenadora de Comunicação Social. E-mail: fabiana.santos@capes.gov.br

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais são muito importantes. Se não houver luta por uma sociedade mais justa, você não terá essa sociedade mais justa e ponto final. Nós vivemos há mais de 200 anos uma tendência à democratização da sociedade do mundo - desde a Revolução Americana e a Francesa. A partir da década de 1770, a democratização está na ordem do dia e foi crescendo. No entanto, no que diz respeito à questão trabalhista, a preocupação com a desigualdade social, com a pobreza e com a miséria, demorou muito a surgir e somente resultou das lutas dos trabalhadores que começa no século XIX. Até a Primeira Guerra Mundial, e o período depois dela, praticamente nenhum governo do mundo se ocupava das questões sociais e trabalhistas. Tanto que as crises que levaram ao fascismo, ao nazismo foram em decorrência disso, de governos liberais que achavam que não podiam interferir na economia. Isso muda, em parte com a revolução bolchevista, e em parte com Franklin Roosevelt com o *New Deal*, que vai trazer grandes mudanças e a democracia se amplia. Amplia para incluir os mais pobres, amplia para incluir os trabalhadores e para respeitar os direitos deles. Sem esses movimentos, que de início foram basicamente de trabalhadores, a sociedade moderna seria uma democracia muito truncada, muito falha. É difícil falar em democracia antes dessa expansão social para outros setores.

A novidade das últimas décadas é que, além dos movimentos de trabalhadores, começa a haver movimentos sociais que não são escorados na oposição capital/trabalho: movimentos de mulheres, de negros, indígenas, de homossexuais. São os quatro grandes movimentos ditos de minorias no Brasil. Na sociedade brasileira são os principais. Minoria não é um termo que quer dizer quantidade, as mulheres são mais numerosas que os homens e se você fizer uma conta meio errada, pode dizer que os negros são mais numerosos que os brancos. Somando negros, afrodescendentes e mistura com os descendentes indígenas, dá um pouco mais de metade da população. O problema é que alguns apresentam essa soma como se não tivesse índios e seus descendentes dentro dela. O correto é dizer que os brancos são menos da metade da população no Brasil. Agora, afora os brancos, você tem os descendentes de orientais, descendentes indígenas, negros e afrodescendentes. Nenhum desses grupos é maioria da população no Brasil, isoladamente.

Civilizar a sociedade, para evitar o caráter intensamente predatório do capitalismo e fazer com que o capitalismo tenha certo rosto humano, precisa, além dos movimentos trabalhistas e sociais, dos movimentos ambientais. Eles são importantes, mas como não são propriamente movimentos sociais, não são o foco da nossa conversa; mas só diria o seguinte, se fizer um movimento social sem atentar para o ambiente, vai custar caro depois. Vou citar um exemplo disso. Por volta de 1900, o engenheiro Saturnino de Brito saneou a cidade de Santos. A cidade de Santos perdeu a metade da população em uma epidemia na década de 1890. Esse engenheiro foi chamado e foi ele quem construiu os canais em Santos, que regularizaram o fluxo da água e evitaram a proliferação dos vetores dessa doença.

Mas o engenheiro Saturnino também fez uma recomendação para São Paulo e essa não foi seguida. Recomendou que a cidade preservasse 250 metros de cada lado dos rios Pinheiros e Tietê, que eram a várzea dos rios. Como isso não foi preservado, temos uma crise gigantesca, problemas a cada ano de alagamento. Isso é praticamente insolúvel, porque algumas das construções são muito caras. Demoli-las e devolver as margens do rio ao seu dono (o próprio rio) sairia um preço absurdo. Esse exemplo mostra como a miopia ambiental acaba gerando problemas gigantescos e, depois, muito caros.

Ora, assim como o capitalismo, a busca do lucro fechou os olhos ao meio ambiente e trouxe problemas seriíssimos anos depois, também os fechou aos problemas sociais e trouxe problemas igualmente seriíssimos. Assim, se os movimentos sociais fecharem os olhos para os problemas ambientais, vão gerar também questões graves. Quando se faz uma ocupação de área de proteção ambiental, se constrói casa, se invade, isso só cria problemas depois. Resolve um problema imediato e deixa uma conta maior para as próximas gerações.

O que a experiência mostra é que toda vez que se adia o que é necessário fazer, fica mais caro. E o que vivemos hoje no Brasil é que todas as contas estão sendo cobradas ao mesmo tempo. Todas. Todas as contas sociais, todas as contas trabalhistas, todas as contas ambientais.

Isso criou um problema gigantesco, porque o Brasil não gera riqueza suficiente para pagar tudo. Temos dois problemas. Primeiro, os setores mais ricos não querem pagar a conta. Lutam o quanto podem para não pagar. Preferem reduzir os benefícios sociais a pagar mais imposto de renda de pessoa física, que é o imposto mais justo que existe. O segundo ponto é que há dois anos está caindo o PIB [Produto Interno Bruto]. O Brasil, para crescer e resolver isso, deveria ter um aumento grande do PIB. No caso da educação, gastamos 6% do PIB em educação. É a média da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Econômico], é o mesmo que a Alemanha gasta. Mas o PIB per capita alemão é cinco vezes o nosso. O dinheiro que aqui se gasta por pessoa é um quinto do gasto alemão per capita. Então, ou aumentamos esse dinheiro, que foi o que o Plano Nacional de Educação tentou, com a pretensão de chegar a 10% do PIB, ou aumentamos o PIB. Não é possível chegar nunca a 30% na educação. Mesmo chegar a 10% não é simples. A grande questão é aumentar o PIB. Esse foi um dos pontos que derrubaram o Governo Dilma. Ele estava vivendo uma queda do PIB, com isso perdeu a confiança da direita e o apoio da esquerda e chegamos a essa crise terrível que temos hoje.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Você não tem uma única postura em relação aos movimentos sociais. Você tem setores, como uma revista semanal bastante vendida, que são contra, que diretamente atacam. Mas, mesmo a revista *Veja,* na década de 90, fazia matérias favoráveis ao Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra (MST), mostrando que o movimento estava criando uma camada próspera de assentados. Outros jornais, sem serrem propriamente simpáticos aos movimentos, também não fazem uma campanha direta contra eles. O mais saliente é a grande não cobertura.

De modo geral, diria que a maior parte da nossa mídia tem uma situação meio curiosa a respeito. São favoráveis à luta contra preconceitos. Se há preconceito contra mulheres, contra negros, contra indígenas, contra gays, a maior parte da nossa mídia o combate. Mas, quando esses movimentos começam a mexer com a estrutura do dinheiro, do capital, a mídia não apoia. Nossa mídia gostaria, talvez, de uma igualdade de direitos entre as pessoas, mas se isso não custasse dinheiro, se não representasse uma transferência de renda. E isso é muito difícil.

A discriminação contra a mulher é uma discriminação intraclasse, há mulheres em todas as classes sociais. Acabar com essa discriminação não muda o perfil de classe da nossa sociedade, embora, obviamente, reduza o domínio masculino. Se o ministério inicial de Michel Temer fosse equilibrado em questão de gênero, metade dos políticos que lá estão, lá não estariam; mas isso não muda o perfil das classes. O mesmo vale para os homossexuais, presentes em todas as classes sociais. No caso deles, não se luta por cotas: o que há é a luta pelo fim de preconceito, a busca da visibilidade - o que chamavam antigamente de "sair do armário", que é a pessoa poder assumir a sua condição, se quiser, sem obrigação, mas cessando todo preconceito. Já os negros e indígenas estão mais nas classes pobres. Uma política de valorização dos negros e indígenas necessariamente muda o perfil de classe da sociedade, o que produz resistência nos meios beneficiados pela hierarquia de classe.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos.

Como afirmei, há um setor da imprensa que os ataca e também há falta de informação a respeito. Nossa imprensa vive uma crise, como no mundo todo, mas talvez no Brasil esteja mais pronunciada. Por que essa crise? Primeiro, o acesso à informação se tornou bem barato. Tem-se acesso à informação gratuitamente em blogs, sites etc. O que não se consegue desse jeito é o panorama que o jornal fornecia. Um jornal diário cobre (quase) tudo: política nacional, internacional, economia, esporte, cultura, cinema, palavras cruzadas, sudoku. Hoje, tudo isso está pulverizado. Você consegue tudo isso de graça, mas está pulverizado e não sistematizado. Quem não lê um jornal tem a informação segmentada.

Ao mesmo tempo, nossa sociedade valoriza muito a segmentação. Você lê só as notícias que te interessam. Se comprar um jornal, provavelmente vai ler 20, 30% dele. Pouca gente lerá 80%. Com isso, os jornais perderam muitos leitores, perderam um volume enorme de anúncios. Os

classificados perderam o sentido. Eles faziam os jornais de domingo, sobretudo o Estado de S. Paulo, serem volumosos. Perderam os balanços de empresas que por lei eram obrigatoriamente publicados em jornal, coisa totalmente inútil. Eram páginas que ninguém lia, que hoje podem ser disponibilizadas na Internet.

Com essa perda de receita e de leitores - porque há a internet, que é fascinante e informa na hora; a TV, mais atrativa que a mídia impressa; isso, num país historicamente de poucos leitores - veio uma crise aos jornais. Os jornais brasileiros fazem pouca cobertura. Há uns anos, o *Valor Econômico* mandou repórteres cobrirem primeiro a Transamazônica e depois educação no Nordeste, especialmente no Ceará. Os outros jornais não fariam, só o *Valor* fez.

A cobertura que os jornais paulistas, em especial, fazem sobre o resto do Brasil é precária. Esse esvaziamento de informação e de análise - que eles também não fazem muita - tentam compensar pela aposta, sobretudo na *Folha de S. Paulo*, em colunistas estranhos ao quadro do jornal, que recebem por artigo, um valor geralmente modesto. Para atraírem a leitura, contratam colunistas que têm opiniões fortes e, geralmente, sempre a mesma sobre qualquer assunto que ocorra. A divergência entre eles é pequena.

Trazem pouco conhecimento. Não são análises, são opiniões. Nossos jornais têm pouca informação e muita opinião. Isso precariza ainda mais a situação. Leva muita gente a ler jornal estrangeiro. Veja o *El País*, que tem uma edição modesta em português, mas muito mais lida, pelos meus amigos na internet, que os jornais tradicionais. Até porque é independente da política brasileira. Não está jungida a interesses econômicos ou políticos nacionais.

E ainda há um problema que é a imprensa simplesmente desconhecer assuntos importantes. Penso num assunto que conheço bem, afeto ao Ministério da Educação: em 2011, um jornalista da *Folha de S. Paulo* esteve no sul do Piauí em viagem de férias. Lá ele descobriu um programa de transporte de crianças da zona rural para a escola. Ninguém do jornal tinha ouvido que milhões de crianças da zona rural eram transportadas em ônibus e até mesmo lanchas novinhos, bonitinhos, de boa qualidade para a escola. Ele ficou impressionado e fez um artigo a respeito. Agora me pergunto, como é que um jornal de impacto nacional não conhece uma política de impacto social tão grande? É por falta de informação mesmo, falta de espaço para esses temas.

Ao mesmo tempo, os jornais procuraram atender muito uma demanda de serviços, que seria a demanda da classe média, o melhor restaurante, a melhor sala de cinema. Investiram nisso e é uma parada que perderam. A *Folha* acabou de mudar o projeto editorial para, diz ela, sair dessa prioridade (minha impressão como leitor é que ela continua por aí). Por que perderam essa parada? Porque você acha isso pela internet. Se quiser saber a qualidade das salas de cinema é mais fácil buscar um portal focado nisso, ou mesmo uma rede social em que cada um comenta como está o cinema tal, uma coisa tipo Vivino. Se vou comprar um vinho para que esperar um jornal, esperar um artigo, se posso olhar no Vivino ou na internet?

De qualquer forma, esse deslocamento para a pauta de serviço também enfraqueceu a cobertura de notícias. Finalmente, como o público focado pela imprensa é sobretudo um público de classe média e mais rico, a mídia entrou no vicioso de investir na ideologia das pessoas que, por sua vez, querem que o jornal invista mais e mais nesta ideologia. Virou um círculo vicioso. Parte substancial de nossa imprensa expressa uma ideologia conservadora - que não é simpática aos movimentos sociais. Tudo isso, somado, faz a cobertura, primeiro, praticamente não existir e, segundo, quando existe, ser desfavorável e repetitiva. O que quer que o MST faça, e outros movimentos, você terá a mesma informação nos jornais: a cobertura será modesta, os juízos de valor negativos e sempre iguais. Isso torna a relação da mídia com os movimentos sociais tensa.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

O caso mais direto é o do El País e da BBC Brasil, que têm redações aqui e publicam na Internet. Sua cobertura é bem mais favorável aos movimentos sociais do que a dos jornais de capital brasileiro. Aliás, recentemente a associação dos grandes jornais contestou se esses veículos estariam constitucionalmente autorizados a funcionar, porque não são de capital majoritariamente brasileiro. É curioso que jornais que dizem defender a liberdade de imprensa contra o Estado apelem a este para eliminar a concorrência.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Essa pergunta muda nosso plano de discussão: agora você coloca os movimentos sociais como sujeito da sua própria comunicação. Primeiro, acho difícil os movimentos sociais conseguirem um diálogo com a mídia, tal como ela existe hoje, por que o Brasil conseguiu, nesses últimos anos, o triste êxito de cortar praticamente todo o diálogo. As posições políticas ficaram blindadas, praticamente imutáveis.

Temos talvez a maior parte da população relativamente indiferente ao que está acontecendo. Já entre os que acompanham o que sucede, há uma parte muito convicta do ódio aos movimentos sociais, à esquerda, ao PT e uma parte menor, mas também muito convicta no apoio aos movimentos sociais, à esquerda. A comunicação ficou muito difícil. É quase impossível mudar a opinião de quem já a tem.

A rigor, se quiser vencer a batalha da comunicação, você teria que conquistar esse leitorado neutro, esse *leitorado*, que politicamente é um eleitorado neutro. Neutro não quer dizer "isentão", o termo pejorativo para quem se recusa a tomar posição: o fato é que a maior parte da população dá pouca importância à política. Associa pouco suas condições de vida à política. A saída é focar nesse último grupo, o mais numeroso, mas para isso é preciso chegar a ele. Se sua comunicação for muito política, não chegará lá. O resultado desses anos é uma desconfiança liminar com relação à política. Quem não gosta de política tem muito mais vezes razões de não gostar hoje do que antes. Um discurso sempre forte no Brasil foi o de que todos os políticos são iguais. Daí que você vote em candidatos ladrões, porque a ideia é que nenhum deles é melhor ou pior que os outros. Todos roubam. Daí, a escolha pode se basear no "rouba, mas faz", no "é amigo da minha família", no "vou levar alguma vantagem com isso".

Nunca se esperou aqui grande coisa dos políticos do ponto de vista ético, ou da solução dos problemas sociais. Isso sempre favoreceu no Brasil soluções autoritárias, ditaduras. Se os políticos são ruins, é melhor ter um general, um tecnocrata lá em cima. O PT construiu sua imagem com uma imagem ética. Quando chega à Presidência, não é tão votado pelos pobres, tem um eleitorado grande na classe média. Muitos pobres em 2002 ainda votaram nos candidatos conservadores, mas o partido chega com uma bandeira ética que atrai uma franja substancial da classe média. Em 2006, o PT vira o mapa, fazendo com que os pobres comecem a votar em grande massa nele. É no governo que o PT consegue ter o voto dos pobres em geral.

Dizia-se antes que o PT tinha o voto dos pobres organizados, movimentos sociais, movimentos trabalhistas, mas não o dos pobres desorganizados. Estes votavam no coronel, em ACM, em Sarney. Em 2006, o PT consegue o voto dessa parcela, o voto é mais de consciência social. Consegue superar os preconceitos ideológicos, contra ele, na mente de beneficiários de suas políticas. Quando tem o cofre, muda a destinação do dinheiro, para beneficiar esse contingente enorme de pobres. Mas, ao mesmo tempo que o PT tem esse êxito, que responde pela popularidade do Lula e vai crescendo até o final do segundo mandato, ao mesmo tempo ele deixou de lado a bandeira ética.

Não estou dizendo que o PT se tornou um partido não ético ou antiético. Digo só que ele fez uma revolução ética importantíssima no Brasil, que foi dar escala à inclusão social, foi pegar algo que vinha desde Itamar Franco, desde Fernando Henrique, mas em volume menor, e transformar em prioridade nacional.

O PT tornou a inclusão social uma coisa que nenhum governo eleito poderia desfazer, tanto que quem está hoje atacando isso é um governo que não foi eleito. Temer foi eleito vice, mas não foi eleito para fazer o contrário do que Dilma fazia. A ilegitimidade de Michel Temer está em ele ter assumido a Presidência para governar com os derrotados de 2014 promovendo o programa que foi vencido nas urnas. Precisaria haver havido eleições para legitimar isso, as quais não houve.

Mas, fechando os parênteses, o erro do PT foi não ter dito que é fundamental o combate à corrupção, mas que a enorme chaga ética do Brasil é a miséria. Assim como no século XIX a chaga ética era a escravatura, no começo do XXI a chaga ética é uma miséria que vem de 500 anos. Mesmo a pobreza é uma ferida ética. Na miséria, a pessoa não tem renda suficiente para repor suas condições de vida. A pessoa está morrendo a cada dia. Essa não é uma afirmação metafísica, filosófica. É real. A cada dia, sua saúde se deteriora, de forma que vai viverá menos do que o tempo que estatisticamente seria o seu.

Já na pobreza se consegue manter as condições de vida. O que não se obtém são bens de consumo duráveis: não se consegue poupar ou conquistar as coisas necessárias para uma vida boa. Desde o eletrodoméstico, que seria o mais fácil de conquistar, até o mais difícil, que é a casa própria. Sai-se da pobreza ao se poder comprar bens de consumo duráveis como a linha branca e algo que não é nem bem de consumo, que é a casa própria.

O PT fez um trabalho importante com a maioria da população. Mas jamais deu a isso o colorido ético. Jamais ele disse: estamos resgatando uma dívida várias vezes secular. Colocou muito mais ênfase no interesse. A felicidade que a pessoa tem quando ganha um liquidificador, quando pode melhorar de roupa foram as tônicas de seu marketing eleitoral e de seus discursos políticos. Nesse plano, o PT não rompeu tanto com o discurso de Fernando Henrique, que insistia em que o pobre agora podia "comprar iogurte, comprar frango" ou que contava que sua "empregada viajou para as ilhas gregas". Foi no consumo que Fernando Henrique e seu partido procuraram ver o êxito social de suas políticas econômicas. Foi no consumo que Lula, embora em escala bem maior, celebrou a vitória de suas políticas sociais.

Com isso, o país ficou carente da questão ética. Esse foi e é um grande problema. Porque já em 2006 a direita usou o argumento ético contra o PT. Antes de 2006 jamais alguém lançaria contra o PT um jingle como "Para um país decente, Alckmin presidente". Era impossível opor a decência ao PT; tornou-se possível. Houve uma longa janela entre 1982 e 2002 em que o PT foi considerado o partido ético por excelência, que fugia da representação de que todos os políticos roubam.

O partido até era criticado por causa disso. "Eles são tão ingênuos, que não vão conseguir governar com essas velhas raposas"; "Olha, eu até gosto do PT, mas eles propõem uma política econômica quase socialista e querem ser muito éticos, não vai dar certo, não vai funcionar". A crítica que muitos faziam era uma crítica realista a uma política idealista. Uma crítica da realpolitik contra a ingenuidade ética do PT. Mas essa crítica sumiu porque o PT, depois de apenas um ano no governo, passou começou a ser visto como um partido que fazia as mesmas coisas. Houve o mensalão, o petrolão. Essa imagem o contaminou.

Voltando à população brasileira: a maioria tem aversão à política, porque ninguém na política para ela se sobressai eticamente. Isso autoriza essas pessoas a, primeiro, votar segundo seus interesses imediatos - de modo que elas mesmas não são tão éticas, procuram sua vantagem. Segundo, só se ocuparem de política na última hora. Terceiro, não fazerem uma análise de como

a política rebate na vida delas. A política mexe diretamente na sua vida. Quem não percebe isso, é conduzida, não conduz.

Por isso mesmo, quem quiser varrer a barreira dos ódios blindados que hoje há entre direita e esquerda tem que intervir em espaços não marcados politicamente, e introduzir a política delicadamente e devagar. É o público apolítico que pode eventualmente ser conquistado. Com os demais públicos, isso fica difícil.

Sobre as redes sociais, a proliferação de redes, de grupos, de notícias fakes com relação aos acontecimentos políticos e sobre os movimentos. Muitas vezes as redes são utilizadas para convocar pessoas para movimentos que nem existem, ou que teriam motivação diferente da anunciada. Comente um pouco sobre esses fenômenos que as redes têm permitido.

O dicionário da língua inglesa da universidade de Oxford informou no final de 2016 que a principal palavra a surgir no ano foi pós-verdade. O termo virou uma coqueluche. Não lembro de outras palavras do ano, do Oxford English Dictionary, terem tido tanto impacto. Então estamos no mundo da pós-verdade. O que significa várias coisas. Primeiro, há muita informação descaradamente mentirosa circulando nas redes. Segundo, essa informação é deliberadamente circulada por candidatos, políticos e grupos políticos. Faz-se isso de todos os lados, sobretudo à direita, mas também em alguns sites de esquerda a mentira é difundida, ou pelo menos a apuração é mal feita. O terceiro ponto é o mais grave de todos. É a blindagem ante qualquer discurso que procure esclarecer que aquela informação era falsa.

Há uma frase de Donald Trump durante a campanha de 2016, num momento em que ele não era o favorito: “Se eu sair amanhã na quinta avenida em Nova York, dando tiro para o ar, não vou perder um voto”. Quer dizer: seus eleitores estavam tão blindados a qualquer coisa adversa a ele, que não se poderia usar o que no direito se chama de exceção da verdade. Não se poderia dizer “você não está dizendo a verdade”. Trump diz qualquer coisa e sabe que muitos vão acreditar. Isso, quando o clima de ódio é forte.

Estamos vivendo desde uns anos um clima de ódio. Nossa sociedade parecia estar caminhando em uma direção quase apoteótica de ampliação da democracia. Desde a queda das ditaduras de direita da América Latina e comunistas na Europa Oriental e Rússia, aproximou-se da metade da população mundial o número de pessoas que vivem em regimes que reconhecem liberdades políticas, liberdades pessoais, como religião, orientação sexual etc. Nunca tivemos tanta gente vivendo em condições democráticas, em liberdade. E a inclusão social aumentou muito no século atual - aqui e em muitos países.

Mas de repente, a partir dos anos 2010, tivemos uma regressão rápida e gigantesca disso tudo, o que é preocupante. Essa reversão implica perda de renda para muitos, acirrando a luta de classe,

vamos chamar assim, a luta entre diferentes grupos da sociedade por recursos. Fica difícil escutar os outros. Isso fortalece o racismo (não o estou justificando, só tentando entender). Se cair 10 % a renda per capita, idealmente, cada um perderia 10%, o que aliás é muito. Como essa é uma média, alguns não perderão nada, outros, muito.

Num conflito desses, a maneira mais barata em termos de baixo esforço cognitivo é brigar em nome de algo muito identificável: cor da pele, religião, sexo, orientação sexual. Isso torna ríspido o conflito, cria preconceitos. A guerra da antiga Iugoslávia é o grande exemplo. Entre sérvios e croatas, fica impossível o convívio - ou na Bósnia, que além de católicos como os croatas e ortodoxos como os sérvios, tem os muçulmanos.

A política tem que depender de algum tipo de diálogo. Não cabe nela a guerra nem o ódio sistemático. A política parte da ideia de que as pessoas podem mudar de opinião: esse, o papel das campanhas e eleições. A política exige que um lado aceite a existência do outro. O outro não é inimigo, é adversário. Inimigo você procura matar, com adversário se convive. Tudo isso hoje está precário.

Veja o Facebook, que tem o famoso algoritmo. Este, por questões antes de mais nada comerciais, faz que você veja mais quem concorda com você. Os sistemas são avançados o suficiente para saber o que nós achamos sobre uma gama de assuntos, incluindo política, posição com relação a igualdade de gênero, racismo, gosto por determinados produtos etc. Alguns desses pontos resultam em anúncios. Se notarem que você gosta de viagens, no seu Facebook terá mais anúncios de viagens. Se gosta de comida, mais anúncio de restaurante.E fora da esfera comercial, o algoritmo impede que uma pessoa de esquerda receba postagens direitistas, mesmo que sejam de seus amigos no Facebook. Por exemplo, jamais vi um post de um pedófilo, de um homófobo, de um racista e é provável que entre os meus quase 5 mil amigos no Facebook, haja pessoas assim, mas isso nunca apareceu para mim.

Qual o problema disso? É que você fica em uma bolha. Todo mundo está em uma bolha. Isso torna quase impossível a convivência com o diferente. Cada um se acostuma a postar coisas para quem concorda com ele. Isso leva a uma perversão grande: as pessoas passam o dia repetindo as mesmas coisas, sem dialogar, sem entender que existe o outro.

Há uma história pré-facebook, que eu acho valiosa. Uma pessoa que conheço, que está na política há muito tempo, que trabalhou com André Franco Montoro, me contou que quando Quércia foi eleito governador de São Paulo, em 1986, uma senhora de idade sua amiga, da alta sociedade lhe disse: “Como ele foi eleito? Ninguém votou nele”. Ou seja, ela não conhecia ninguém que votasse em Orestes Quércia e, disso, tirava que ninguém era a favor dele. Hoje, temos essas bolhas. Como nosso convívio é limitado, muita gente que convive com gente de direita, há os que só convivem com a esquerda. Nessa altura, você não percebe que há multidões, que têm outro perfil. Precisamos escutá-las.

“É impossível democracia sem práticas dos Movimentos Sociais, mesmo a democracia limitada no capitalismo.”

ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA

A libertação dos trabalhadores será própria dos trabalhadores

Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho[1]
Aline da Silva Souza[2]

Romero Júnior Venâncio Silva é Professor da Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento Sem Terra (MST) de São Paulo. Trabalha na discussão dos Movimentos Sociais voltada ao direito à cidade com formação para os Movimentos Sociais. Filósofo e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutor em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Romero faz parte do departamento de filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) desde 1998 atuando na área de Filosofia Contemporânea e Filosofia política. Fora da universidade Romero mantém um pensamento crítico e observador das manifestações populares. O Brasil passa hoje por um momento de reivindicações de direitos e legalidades estabelecidos na constituição, mas negligenciados pelos representantes do governo. Agora, mais que nunca, é necessário um pensamento crítico sobre a atual conjuntura do país e a participação popular frente a isso.

[1] Doutor em Sociologia pela UFPE, Mestre em Comunicação Social também pela UFPE e Jornalista. Pesquisador nas áreas de Sociologia e Comunicação, com ênfase nas áreas de “Comunicação e Política” e Teorias do Jornalismo. E-mail: carlospfs@gmail.com.
[2] Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe, interessada pelo campo da Política da Comunicação Pública e Políticas Públicas e Democratização dos Meios de Comunicação de Massa. E-mail: silvalinepa@gmail.com.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

O papel dos Movimentos Sociais, hoje, continua sendo de grande importância. Se fizermos uma pequena recuperação histórica, os anos 80 foram sem dúvida, o melhor período da formatação que nos deram, enquanto laboratório, o que entendemos hoje por Movimento Social. Era um período em que a ditadura estava terminando e havia toda uma pressão popular nas ruas. Foram criados a (CUT), o PT e o MST e toda uma discussão de movimento e moradia, tudo entre 1979 a 1984. Durante este período, havia uma preocupação nas grandes cidades com o movimento de organização preocupado com o direito à cidade. Foi também o momento em que nasceu o Movimento Negro Unificado (MNU). Os movimentos feministas ganhavam ares de abertura e de presença. E eu diria que, uma coisa ficou muito clara nos anos 90, o Movimento Social teve um papel importantíssimo na consolidação dessa democracia. É impossível a democracia sem práticas dos Movimentos Sociais, mesmo a democracia limitada no capitalismo. Então, neste sentido, os Movimentos Sociais tiveram papel importante, cada vez mais, como sismógrafo de um tipo de democracia.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Há diferença. Os veículos de comunicação hegemônicos: Rede Globo, Record, SBT, Rede Bandeirante e etc. eles têm uma peculiaridade em tratar os Movimentos Sociais. Eles são da metodologia da criminalização. Antes de eles pautarem a questão que o Movimento Social levanta e o que está reivindicando, eles partem daquilo que o movimento prejudica. Consequentemente eles já partem do prejuízo, isso é muito visível. E essa metodologia que eles têm, não é ingênua, é profissional. Nas Redes Sociais ou "Comunicações Alternativas", a diferença é muito grande, os Movimentos Sociais são trabalhados a partir da pauta deles. A mídia hegemônica tende a criminalizar porque ela sempre parte de um juízo enquanto prejuízo que esse movimento social causa. Já as Redes Sociais e as "Mídias Alternativas", elas têm uma maneira de trabalhar o Movimento Social pelo que ele é e por sua prática.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Contribui muito. A imprensa demoniza as pessoas dos Movimentos Sociais. Por exemplo: Há uns 15 anos a Revista Veja trouxe na capa, em close, uma foto de João Pedro Stédile que é a maior liderança do Movimento Sem Terra (MST) com um "negócio" vermelho atrás, que dava a entender a associá-lo ao diabo. Isso pra mim foi sintomático. Está claro que eles têm interesse de criminalizar e demonizar. Uma sociedade brasileira muito religiosa, muito católica, muito cristã, acaba associando determinadas lideranças dos Movimentos Sociais ao demônio, neste sentido, e isso é muito perverso. A Rede Globo ela é mais sutil que a Veja, que é mais descarada, mais panfletária e partidária no que ela faz. Não que a globo não seja partidária, mas ela é mais sutil comparando-se a Revista Veja, mas, no fundo, ela também criminaliza. A Rede Globo tenta passar uma neutralidade e imparcialidade falsa, porque a Globo não tem nada disso. Por exemplo, quando eles tratam de Greve, de Movimento Social e de Movimento Popular, de um modo geral, eles enquanto imprensa, desenvolvem técnicas de criminalização. Claro que tem programas que são exceção, na Rede Globo inclusive. Por exemplo, a Globo tem um programa que gosto enquanto experiência jornalística, chamado Profissão Repórter, coordenado por Caco Barcellos. Tirando o Caco Barcellos, todo o jornalismo da Rede Globo, a meu ver, é criminalizador em relação aos Movimentos Sociais.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Sim. A Rede Globo, por exemplo, nasceu com a ditadura, foi aliada, alinhada e acima de tudo, foi porta voz, na maioria das vezes, da ditadura. Quando veio o processo de redemocratização a partir de 1985, a Rede Globo começou a se identificar com essa tradição liberal partidária. Eu diria que hoje, a Rede Globo tem uma simpatia clara pelo PSDB, muito semelhante à Revista Veja, a Isto É e muito semelhante à Revista Época, que é da Rede Globo. Os Meios de Comunicação hegemônicos deste país, eles têm uma identificação com o PSDB de Fernando Henrique e Aécio Neves, e principalmente com ideias liberais. Muitas vezes o veículo de comunicação não é partidário no sentido de ser filiado ao PSDB, mas é partidário no sentido de defender a ideologia liberal.

A Mídia brasileira, por exemplo, é muito marcada com certo liberalismo. A Record, a Bandeirante que têm programas voltados, exclusivamente para o agronegócio. Neste sentido, a mídia brasileira é fortemente liberal e sempre aliada às classes dominantes, isto está muito claro. A primeira consequência disto é que limita a democracia, eles tomam uma posição de classe, a da classe dominante. E segundo, limitam a participação dos Movimentos Sociais. Para mim, a criminalização é uma forma de criar uma demonização sobre os Movimentos Sociais e acima de tudo, precariza a democracia. A mídia brasileira hoje é uma fonte de precarização da frágil democracia brasileira.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e a internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Para mim há. Por exemplo, a depender da fonte, a BBC de Londres, o Le Monde Diplomatique francês, a Al Jazira do Catar que é ligada ao mundo Árabe, entrevistou Fernando Henrique, o questionou e fez uma cobertura do impeachment de Dilma e do golpe que seguiu a ele, melhor do que a televisão brasileira. É claro que no Brasil tem exceções, mas sim, há uma diferença. A Carta Capital é uma das melhores revistas semanais que temos, porque ela consegue, apesar de ter uma posição política, porque ela sempre foi simpática com o PT, mesmo assim, ela consegue transcender a simpatia e não ser uma mera adesão. Ela tem uma cobertura mais ampla dos Movimentos sociais e fez isso agora na "Greve Geral", sua cobertura foi a melhor de todas. O Jornal Diplomatique brasileiro, a Revista Cult que também é muito boa, mas não é jornalística no sentido mais de informação, mas ela trabalha com o jornalismo cultural. A própria Revista Piauí que é uma revista mais do PSDB, faz um papel jornalístico interessante. A Revista Piauí traz grandes reportagens o que é muito interessante para os jornais que as têm esquecido e que poucas revistas têm atualmente. E gosto também da revista Caros Amigos. Então, temos: Piauí, Caros Amigos, Le Monde Diplomatique, Carta capital e a Cult. São as cinco revistas e jornais que mais interessam.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

O Movimento sem Terra (MST) tem uma política de informações e um setor de comunicação em que ele mesmo produz sua informação, produz sua formação para a informação, tem seu jornal e tem sua revista. Os Movimentos Sociais no Brasil, principalmente o MST, descobriu que é importante ter a sua informação e não ficar refém desse modelo de informação que temos. Neste sentido, o MST é um exemplo de trabalhar com a informação no momento social em que produz sua própria informação. Atualmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de São Paulo possui uma boa assessoria de comunicação e estão criando o seu setor de informação. Então o MST e o MTST são exemplos de um dialogo mais independente com a sociedade.

Você mencionou anteriormente que as redes sociais e as mídias alternativas representam os movimentos sociais pelo que são e por sua prática. Você considera, então, que as redes sociais e as mídias alternativas são mais democráticas?

Muito mais, hoje isso já está provado. Inclusive, quem não imaginava essa “democratização” promovida pelas Redes sociais e “Mídias Alternativas” nos 90, da década de 2000 para cá, está muito claro que as Redes Sociais são mais democráticas. O que não significa dizer que elas não sejam controladas. O estudioso e ativista dessas mídias, Julian Assange, faz em seu livro - *Cypherpunk, a internet e o futuro da democracia* uma crítica violenta ao Facebook, Google, Youtube dizendo que eles são controlados, de fato, mas no final do livro ele diz que eles são importantes. O que significa dizer que, você sabe que há um controle dessas redes, mas ao mesmo tempo essas redes são importantes, porque de fato, elas são mais democráticas que as Mídias hegemônicas. Elas viabilizam muito mais, são mais instantâneas, mais rápidas e circulam com mais velocidade as informações. Assange faz uma crítica mais global dizendo que é necessário qualquer governo de esquerda hoje, se não mudar a mídia como tem no seu país, esse governo será derrubado. Acredito que ele foi premonitório.

Você acha que os movimentos sociais enfraqueceram?

Sim, os Movimentos Sociais enfraqueceram porque as políticas econômicas e sociais de governo levaram a precarização, a prisões e a perseguição dos Movimentos Sociais. Temos uma política sistemática do Estado para destruir os Movimentos Sociais e sua legitimidade. Então, não é uma crise dos Movimentos Sociais, é uma crise que vem de fora. A própria ideia de transformação vai saindo do horizonte quando os Movimentos Sociais vêm enfraquecendo com as perseguições. Com o enfraquecimento dos Movimentos Sociais a dominação é facilitada, na verdade, eu diria que ela é consolidada. Nós vivemos em uma dominação consolidada. O exemplo disto é o Congresso que faz o que quer. O conjunto de reformas, que chamo de contrarreforma, é um desastre. Os Movimentos Sociais tiveram seu ponto mais alto nos anos 80 com a vitória de Collor, depois Fernando Henrique e a introdução das políticas neoliberais no Brasil. Ironicamente as ONGs cresceram em seu lugar. As organizações não governamentais são muito propícias em momentos de políticas neoliberais muito fortes. Então, os movimentos sociais eles tiveram um refluxo, salvo um que foi o mais atuante dos anos 90 e que manteve suas essências enquanto ocupação de terra, projeto pedagógico e projeto político: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Como você vê as formas de combate aos movimentos sociais pelos agentes públicos e privados?

No sentido militar, com bastante violência. Eu diria que a polícia brasileira como agente do Estado ela é despreparada para trabalhar com os Movimentos Sociais. Ela já parte, a priori, da violência e é incapaz de qualquer forma de diálogo. Ela vira, exatamente, o "cão de guarda" do Estado. E isso é muito ruim: prejudica, fere e mata pessoas. O papel que o Estado tem através da polícia com relação aos Movimentos Sociais é muito prejudicial e antidemocrático.

Partindo de um raciocínio filosófico, como se constitui o processo de criminalização no seu ponto de vista?

O processo de criminalização se constitui como uma estratégia do Estado. O Estado precisa dele principalmente quando se torna opressor, diretamente. A violência é um ato de dominação, e pior, é a única forma utilizada. Poderíamos tentar outras formas, mas a priori, a violência vem em primeiro lugar contra todos, contra estudantes, contra sem terra, sem teto, contra índios. Por exemplo, já vimos contra índios massacres absurdos. O governo do PT, eu não sou do PT, mas ele foi menos violento com os Movimentos Sociais do que o governo atual, do Michel Temer. Por exemplo, com o movimento de impeachment. O Estado, de certa forma, constitui um aparato violento. Agora, quem gerencia o Estado, pode torná-lo ainda mais violento, o que é muito grave.

Como você visualiza a punição de autoridades envolvidas em agressões, quando acorrem casos mais graves, como assassinato de índios, de pessoas do movimento sem terra, por exemplo, que lutam nesses movimentos sociais?

Não há punição. Por exemplo, o caso do massacre do Pará, ninguém foi punido ainda. As punições a quem violenta e mata em Movimento de rua, eu desconheço. Na verdade, tem a punição para quem está na luta com os Movimentos sociais, agora, pra quem o está combatendo não há. É uma inversão, onde o criminalizado acaba sendo preso.

Você acredita que existe um comportamento engajado de setores do poder judiciário ao se posicionar publicamente atacando os movimentos sociais na mídia?

Não tenho a menor dúvida. Essa gestão atual do Supremo Tribunal Federal é partidária. O poder judiciário brasileiro está muito militante, principalmente o Supremo Tribunal Federal e alguns nomes. Por exemplo, o que está acontecendo com o Gilmar Mendes do Supremo, o Procurador Rodrigo Janot e o Sergio Moro, esses três nomes, na verdade, é o poder Judiciário militando claramente através deles. É impressionante como o Moro ganhou uma fama do nada, um juiz de primeira instância que vira celebridade nacional. Ele é um militante, que para mim, vai um dia ser estudado seriamente, o que foi a figura do Moro e como a mídia o criou.

Você acredita na atuação desses grupos sociais como forma de transformação das estruturas de poder político-econômico no país?

Acredito porque é o único meio. É o que chamo de luta dos debaixo. "Quem não se movimenta não sente as correntes que o prende". Rosa Luxemburgo tem razão e acima de tudo, a libertação dos trabalhadores será própria dos trabalhadores. Por isso que eles têm que forjar seus instrumentos e suas organizações. Sempre que há uma organização popular me interessa ver de perto, porque é pela organização popular que pode haver alguma transformação, porque de cima não vem.

"Precisamos sempre assumir que o ambiente híbrido e interconectado incorpora múltiplas formas de comunicação em que os media tradicionais e as novas tecnologias coexistem e interagem entre si, sendo apropriados pelos movimentos sociais"

ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA

Desafios dos ativistas em ambientes sociais interconectados

Janine de Kássia Rocha Bargas[1]
Larissa Muniz[2]
Regiane Lucas Garcêz[3]

Professora titular do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rousiley C. M. Maia discute temas que abordam a interface entre comunicação e democracia, com foco em discussões sobre sociedade civil e esfera pública. Mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade de Nottingham, Inglaterra, é autora de Recognition and theMedia (Palgrave, 2014), Deliberation, the Media and Political Talk (Hampton Press, 2012), Media e Deliberação (FGV, 2008), Comunicação e Democracia (com Wilson Gomes, Paulus, 2008), tendo editado livros sobre esfera pública e associativismo cívico, internet e participação política no Brasil. É editora associada da International Encyclopedia of Political Communication (ICA, Wiley-

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, integrante dos Grupos de Pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG) e Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA/UFPA). Mestra em Ciências Sociais e graduada em Comunicação Social pela UFPA. Atua em pesquisas sobre comunicação e política, reconhecimento, povos e comunidades tradicionais na Amazônia. E-mail: ninebargas@gmail.com

[2] Graduanda em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (DCS/UFMG), integrante do grupo de pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). E-mail: larimuniz314@gmail.com

[3] Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, integrante do Grupo de Pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Atua em pesquisas sobre deliberação e reconhecimento, movimento surdo e representação não eleitoral. E-mail: regiane.lucas@gmail.com

Blackwell) e líder do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública da UFMG. Por sua expertise em teorias da democracia e da justiça, Rousiley Maia fala, a partir de um olhar teoricamente apurado, sobre movimentos sociais, seu papel na esfera pública e o lugar dos media na construção e consolidação da democracia.

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade?

De modo sintético, podemos conceituar um movimento social como uma rede de interação informal, baseada em crenças compartilhadas, cujos membros estabelecem solidariedade entre si e se mobilizam em torno de um tema polêmico. Os movimentos sociais lutam para buscar superar injustiças e empreendem ações direcionadas não só à esfera política, mas, também, à sociedade civil. Eles se utilizam não apenas de estratégias para alcançar suas metas, mas querem, também, que os cidadãos vejam as coisas de outro modo. Entretanto, para entendermos o que os movimentos sociais realmente são, nas suas particularidades, precisamos de um cuidadoso exame de como seus participantes se organizam e de como se relacionam com outros agentes sociais. Seria preciso observar como eles entendem a si próprios *em relação* aos outros, quais valores substantivos promovem e como lidam com os inevitáveis desacordos morais, em ambientes diversos. Isso inclui a comunicação com outros atores sociais no ambiente midiático e com amplas audiências.

A queda do muro de Berlim em 1989 e os acontecimentos que levaram à emergência ou à consolidação da democracia na América Latina, e em diversas partes do mundo, ajudaram a estabelecer o *status* de movimentos sociais e da ação coletiva como veículos fortes o suficiente para suplantar governos autoritários. O crescimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) e redes cívicas com ações transnacionais, muitas delas sustentadas por especialistas e centros de pesquisas universitários, e com amplos aportes financeiros oriundos de fundações e de governos, renovou as atenções sobre o alcance e a eficácia política dos atores da sociedade civil.

A despeito disso, acredito que os Movimentos Sociais nem sempre possuem pressupostos democráticos. Por isso mencionei a necessidade de se pensar em cada um com a sua particularidade, a sua capacidade de pautar os temas na esfera pública e de dialogar com a sociedade.

Houve mudanças nos movimentos sociais nos últimos tempos?

Podemos pensar nas características que diferenciam os movimentos sociais atuais daqueles clássicos da década de 80, ligados, por exemplo, a classe trabalhadora. O primeiro aspecto que os diferencia diz respeito às diferentes formas de organização e de protestos que se utilizam da internet tanto para tornar visíveis suas causas quanto para se auto-organizarem. As formas de

organização não mais dependem de arranjos locais, de uma estrutura mais homogênea ou de ações centralizadas. As redes sociais online conferem a determinados movimentos um perfil mais difuso, com ações igualmente difusas.

O segundo aspecto diz respeito à atuação cada vez mais presente dos movimentos sociais nas esferas governo. Autores filiados à tradição da democracia participativa preocupam-se com novas formas de institucionalidade capazes de conferir um caráter formal às demandas oriundas dos atores civis e dos movimentos sociais. Buscam pensar em formas de se assegurar uma participação empoderada, concebida, sobretudo, como uma participação sustentada por incentivos institucionais e por proteções contra vulnerabilidades econômicas ou contra outros poderes coercitivos. Seria uma forma de expandir a esfera pública para que todos tenham voz, mas, também, em aperfeiçoar e imaginar desenhos institucionais, com especificações sobre quem exatamente deve deliberar, onde, quando e como. Nesse sentido, os movimentos sociais vêm ocupando as esferas institucionais brasileiras em algumas experiências participativas como os conselhos e as conferências setoriais.

Em terceiro lugar podemos pensar o quanto as tecnologias digitais modificaram dramaticamente as relações dos movimentos sociais com os profissionais dos media e com as audiências. Como uma série de estudos apontam, os públicos não são tratados como audiências passivas, mas, ao invés disso, como agentes que interagem ativamente com os ativistas, através de blogs, Facebook, Twitter, etc. Os públicos se engajam em discussões, reconfiguram e ressignificam criativamente as mensagens dos movimentos sociais e atuam eles próprios, em muitos casos, como ativistas em processos de mobilização e protesto. Pesquisas nessa área demonstram que a comunicação digital se torna mais personalizada e descentralizada.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há criminalização no discurso midiático?

Em geral, os movimentos sociais possuem pouca capacidade de influenciar a cobertura dos *media* de massa. Há, frequentemente, complexas negociações entre os ativistas e os jornalistas sobre o que se torna notícia. Os padrões de reportagem sobre protestos geralmente se dão a partir da simplificação das demandas coletivas, da espetacularização ou da ridicularização das ações.

Devemos considerar, entretanto as várias iniciativas de comunicação que integram as ações dos movimentos sociais. Ativistas enviam *releases* aos jornais através; agem como fontes de matérias jornalísticas, através de interações face-a-face ou mediadas; criam e administram Websites ou páginas de Facebook; monitoram conteúdo comunicacional oriundo de fontes diversas. Esses agentes interagem, através de diferentes dispositivos, com representantes da esfera política institucional formal, com redes de movimentos sociais e com audiências diversas num contínuo de práticas políticas.

É preciso superar a visão de que os *media* de massa e a comunicação digital ou as modalidades alternativas dessas práticas estariam separadas. Precisamos sempre assumir que o ambiente híbrido e interconectado incorpora múltiplas formas de comunicação em que os *media* tradicionais e as novas tecnologias coexistem e interagem entre si, sendo apropriados pelos movimentos sociais.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais?

Não questiono que os meios de comunicação de massa produzem representações banalizadoras e que constroem imagens estereotipadas dos movimentos. Entendo que os estereótipos negativos da mídia podem reforçar os padrões culturais, que se tornam naturalizados e influenciam a forma como as pessoas sentem, percebem, pensam e se comportam um com o outro. A mídia fortalece a hierarquia social e a exclusão e legitima as políticas que favorecem os grupos privilegiados.

Entretanto, nossos julgamentos avaliativos precisam ser sensíveis às condições e mudanças históricas progressivas das lutas atuais para o reconhecimento na sociedade. Por esta razão, é importante investigar as lutas de reconhecimento a partir de uma perspectiva de longo prazo no ambiente de mídia de massa. Na medida em que determinadas lutas ganham força em ambientes midiáticos diferentes daqueles tradicionais, tendem a reorganizar as formas de abordagem da imprensa tradicional. Precisamos observar também que, para produzir eventos notáveis, os movimentos sociais e os ativistas costumam mobilizar recursos onerosos e se adaptarem à lógica da mídia, o que implica um risco de espetacularização, além de colocar muita ênfase em públicos distantes em detrimento de atividades focadas em públicos relevantes.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade?

Assumimos que as ações estratégicas são cruciais não apenas para produzir visibilidade, mas, também, para configurar demandas públicas ou para promover as causas dos movimentos sociais. Seus integrantes se esforçam por construir razões públicas, explicações e justificativas para sustentar as suas demandas. Os *media* de massa, ao se dirigirem a uma audiência de amplo alcance, se apresentam como uma relevante oportunidade discursiva para os movimentos sociais. Entretanto, uma vasta literatura indica que os esforços dos ativistas permanecem, em grande medida, invisíveis.

Ainda que os ativistas busquem agressivamente a cobertura dos media, suas demandas tipicamente recebem pouca atenção de jornalistas de grandes empresas mediáticas. A saída que muitos estudiosos apontam seria a de que os ativistas precisariam planejar demonstrações ou criar táticas e dramatizações, a fim de adquirir valor-notícia e romper com a rotina dos eventos.

Há exemplos bem-sucedidos dessas estratégias empreendidas pelos Movimentos sociais para se aproximarem da imprensa e para fazerem frente as suas formas de abordagem?

Um caso famoso discutido pelo professor Doug McAdam no livro *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970* discute o movimento norte-americano pelos direitos civis. A pesquisa aponta que o movimento utilizou certas "táticas" para "enquadrar" a ação midiática, atrair a atenção dos *media* e configurar a opinião pública, conquistando uma vitória contra os oficiais federais e os americanos segregacionistas do sul. As manifestações cívicas do movimento foram planejadas para ocorrer em cidades em que os segregacionistas eram mais radicais, altamente hostis às demandas por direitos civis dos negros. As manifestações realmente geraram repressões violentas em Birmingham (1963) e Selma (1965) e ganharam ampla noticiabilidade no país.

McAdam destaca que o movimento, ao promover uma "contestação de enquadramentos", baseou-se no ideário de "temas familiares do cristianismo", na "teoria democrática convencional" e na "filosofia da não-violência". Segundo o autor, a mobilização do suporte público fez com que a questão racial passasse a ser percebida como o "problema mais importante" afetando o país. Consequentemente, isso provocou o rompimento da neutralidade do presidente em relação às questões de direito civil, conquistou o suporte da ala do sul no congresso e provocou o constrangimento das opções de controle social dos segregacionistas. O movimento norte-americano pelos direitos civis foi, assim, bem sucedido em sua tentativa de configurar a política pública e a ação do Estado.

Por outro lado, devemos mencionar casos famosos de ativismo digital, como o da Primavera árabe, os protestos gregos, os Indignados espanhóis e o Occupy Wall Street, que formaram redes por meio de diversos tipos de tecnologias digitais em todo o mundo. Em face da ditadura e das restrições impostas às condições para a democratização, os requerentes de vários movimentos da Primavera Árabe exigiram padrões genuínos e perspectivas de democratização, convocados em grande parte pela internet, além de buscarem a eliminação de outras obstruções relacionadas ao gênero e desigualdades políticas socioeconômicas.

Qual a agenda de pesquisa você vislumbra para os próximos anos para compreender as interfaces entre comunicação e os Movimentos Sociais?

Penso que cada vez mais devemos nos voltar para a análise da atuação dos movimentos sociais em ambientes midiáticos interconectados e que levem em conta vários recursos comunicativos. O provimento de razões não é linear, mas imbrica-se com vários recursos, como o cinismo, a ironia, o sarcasmo, o humor. Nos *posts* do Facebook, por exemplo, os argumentos baseiam-se em exemplos do dia a dia, com detalhes palpáveis acerca dos danos que a alta tarifa de ônibus causa na vida das pessoas, por exemplo, com explicações minuciosas sobre maneiras alternativas de custear a tarifa.

Essas observações sugerem que a comunicação dos ativistas, nessa rede digital interconectada de pessoas, busca desencadear a reflexão através do provimento de elementos cognitivos e emocionais para que a denúncia não seja vazia e nem a indignação difusa. Além disso, essa comunicação se volta não apenas para as redes sociais digitais, mas aciona várias plataformas digitais, jornalísticas ou não.

"Toda a pauta desta mídia (classista, racista, sexista, elitista...) versa sobre como "provar" que quem está por detrás dos movimentos sociais são pessoas desocupadas, vândalos improdutivos, oportunistas que não veem na livre concorrência a grande oportunidade para crescer na vida."

TÂNIA CRISTINA CRUZ

Hoje é mais difícil diluir ou violentar direitos populares

Rodolfo Ward[1]

Tânia Cruz é militante social e cresceu na Ceilândia-DF. Superou adversidades e hoje é Professora Adjunto da Universidade de Brasília possuidora de vasta experiência nas áreas de: Sociologia do Trabalho com ênfase em Gênero e Economia Solidária e as recentes Transformações do Mundo do Trabalho; Pesquisa Social e Desenvolvimento de Metodologias de Pesquisa Quantitativa e Qualitativa; Planejamento e Gestão Estratégicos. É licenciada em Ciências Sociais e bacharela em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB (1998). Entre 1995 e 1998, foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/CAPES). Também pela UnB, desenvolveu seu mestrado em Sociologia Política e do Trabalho (2001) e concluiu sua pesquisa de doutorado na área de Sociologia do Trabalho (2006), com a tese: Qual o teu trabalho, mulher? Mulheres empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária. Atualmente é Coordenadora do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental (GAM/FUP) Campus Planaltina-DF. Membro do Programa de Pós Graduação (Mestrado) em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável (MADER) atuando nas linhas de pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade, Educação e Políticas Públicas para o meio ambiente e campo.

[1] Mestrando em Artes Visuais pela Universidade de Brasília- UnB, Pós-graduando em Análise de Políticas Públicas pelo IPOL/UnB, Graduado em Comunicação Social, Autor da Obra Wawekrurê: distintos olhares, editado pela Editora do Senado Federal e do livro Narrativas e Representatividades: a interdisciplinaridade na Comunicação, editado pela Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT. E-mail: rodolfoward.unb@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Vivemos em uma sociedade altamente diversa e os indivíduos que integram nossa sociedade possuem necessidades inseridas em realidades diferentes. Todavia, como bem sabemos, não é sempre que os interesses e necessidades de determinados grupos são supridos devidamente pelo Estado. Temos aqui a geração de um conflito de interesses e de divergências nas ações políticas. Por isso é que os movimentos sociais se tornam uma ferramenta de intervenção com amplo apelo popular. Tais movimentos são característicos de uma sociedade plural, que se constrói em torno do embate político por interesses coletivos e/ou individuais. Se eu puder aqui apontar uma palavra sinônima para "movimento social" eu diria que essa palavra seria um termo conjugado dos seguintes elementos: *ação coletiva efetiva.* Ou seja, o movimento social é uma ação coletiva relevante, impactante e legítima quando é direcionada a resolver um problema social (por exemplo: discutir e dirimir violências de gênero; apontar as desigualdades sociais e econômicas que vão desde a cobrança abusiva de uma passagem de ônibus à inserção de quaisquer indivíduos no sistema universitário...).

Em suma, os movimentos sociais tornam-se entidades de mediação, isto é, a ferramenta de maior intervenção que os grupos minoritários (falo aqui de minoridade política e/ou economia, uma vez que mulheres, negros, crianças e pobres foram um considerável contingente populacional) e desfavorecidos dispõem para buscar a garantia de seus direitos. É claro que a existência desses movimentos deve ser garantida dentro de um Estado democrático de direitos, legitimados por seus cidadãos/CIDADÃS e não por instâncias e pleitos estritamente burocráticos e sem capilaridade com o tecido social maior (o povo). No nosso caso, um país que passa por um regime militar, e que, como no nosso caso, viveu isso por vinte e um anos (1964-1985), não pode se furtar de retomar o diálogo com as bases populares bem como também não se sustenta democraticamente se não incorporar as demandas e anseios de vários outros setores da sociedade (tais como ONGs, OCIPS, igreja, terceiro setor...) que não atuam diretamente na organização do Estado. Do contrário, tal Estado continua a ser um ente fascista, autoritário, arbitrário, dissimulador de desigualdades e, na pior das hipóteses (tal qual vimos na América Latina dos anos de 50 a 90) um Estado que vai operar econômica e politicamente para as classes dominantes, no geral formadas por uma elite mesquinha e bárbara.

Uma mudança significativa sobre o papel de tais Movimentos Sociais está no alcance de tais demandas sociais por intermédio das redes sociais. Não tenho dúvidas que hoje é muito mais difícil diluir ou violentar direitos e demandas populares visto o imenso painel de articulações mediadas a partir dessa nova comunicação em escala global e orgânica. Um bom exemplo é que é possível integrar apelos e demandas locais a nível nacional. Volto a destacar a "revolta dos 0.05" de 2014... o país foi provocado em escala territorial e se juntou a estudantes e demais

trabalhadores pelo aumento abusivo de passagens... ou então, a adesão cada vez maior da visibilidade LGBTTRANS.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Hoje percebo vários tipos de veículos: a) aquele mantido pelo grande capital e daí não é difícil imaginar que a função destes veículos é obliterar a ação e imagem dos movimentos sociais e sua importância bem como sua legitimidade em contestar o status quo (aqui valem os grandes jornais de circulação em escala nacional, as Tvs abertas...; b) a grande rede social, na qual se expressam os mais variados perfis e o controle do Estado ainda é raso, o que é ótimo pois temos aqui um terreno para o embate das emoções e do que eu chamo de uma *pedagogia da provocação constante*... aqui o sujeito entra "bolsomito" e tem a chance de se pensar vermelhinho....rsrsrs; vomita inverdades transfóbicas e ao menos é levado a ver que não está só no mundo e que não pode aprisionar "*os outros"* no seu preconceito... c) temos ainda e não menos importante, toda a mobilização produzida pelo conhecimento oriundos das universidades... a comunicação científica produzida nos seus periódicos, trabalhos de curso...

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Não há dúvidas. Se um ET me perguntasse isso diria que temos uma rede de teve nacional, que tomou para si a autoridade de formatar e controlar as mentes, bem ao estilo 1984 (George Orwell), com toda a violência simbólica e não menos opressora de um veículo de comunicação que se torna um aparelho reprodutor do Estado e por síntese, seu mentor. Basta ver a forma como tal veículo criminaliza qualquer ato ou discussão em prol da demarcação de terras indígenas ou até mesmo, senão, sobretudo, da velha campanha nacional com tom persecutório sobre o MST...

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Este é um exercício fácil: toda a pauta desta mídia (classista, racista, sexista, elitista...) versa sobre como "provar" que quem está por detrás dos movimentos sociais são pessoas desocupadas, vândalos improdutivos, oportunistas que não veem na livre concorrência a grande oportunidade para crescer na vida. São veículos de comunicação que invisibilizam pautas da diversidade sexual e étnico racial, distorcem os objetivos de encontros e caminhadas históricas – como a do

Acampamento Terra Livre.. Tais pautas já estão vendidas: para o agronegócio, para a grande indústria... Menos para um informativo livre e isento de manipulações cruéis e seculares... E o perigo está aí: como são veículos que atendem a grandes agentes econômicos com claros interesses políticos conservadores, eles possuem uma margem de manobra e manipulação de informação que exige que os movimentos sociais recrudesçam suas ações e atividades. Trabalhem também em escala global. Integrem pautas municipais e regionais. Inovem nas mobilizações e, talvez o mais importante: não percam de vista planos e atividades de formação continuada para a base do movimento. Um bom exemplo são os movimentos sociais cuja pauta busca pela visibilidade e apoio aos povos quilombolas. Eles ainda existem? Demandam algo? Ou são tão somente herdeiros de um passado que não nos assombra mais? Quem pauta a existência dessas pessoas? Quilombos? Oba! O cara que vive isolado... Soa quase como uma visita a um zoo... Há alguns dias, o tal do Bolsonaro disse que “nem para procriar servem esses caras aí...” E “esses caras aí” quando muito conseguem ser vistos pela pauta universitária (projetos de extensão, pesquisa, elaboração de documentários...), porque na grande mídia mesmo a narrativa construída sobre esses povos originários, tradicionais é a da improdutividade, acomodação e donatários do Bolsa Família. Em síntese: pessoas que não contribuem para o desenvolvimento do país.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Do que já acumulei de minhas viagens mundo afora, percebi algo que aqui não temos nem quando optamos por assistir a TV paga: na França por exemplo, não há jornalismo de *caras e bocas;* comentaristas comentam as perspectivas possíveis e não sua opinião... na Espanha há o fomento aos canais de base comunitária e jovem; no Chile e na Argentina a pauta universitária está sempre em voga... já aqui temos o império da impressa marrom: sempre obscura, ocultista da verdade dos fatos. Sempre tenho a sensação de estar vivendo de fronte para um jornalismo que em seu substrato persegue o pitoresco, grotesco e que conta com a miséria mental absoluta de seus leitores e ouvintes.

É como se nos dissessem diariamente que somos mulas anencéfalas e que só estamos aqui para carregar a carga que nos dizem ser a melhor. Na última cobertura sobre as manifestações que aconteceram no Brasil sobre a “reforma trabalhista” neste maio último de 2017, a grande imprensa em sua maioria noticiava que a população estava a depredar patrimônio público (ou seja, não eram trabalhadores, eram vândalos) que não era uma manifestação pacífica. Manifestação esta que afetou injustamente a grande indústria e o comércio. Já na França neste mesmo período, os jornais noticiavam como a classe trabalhadora se organizou para protestar

sobre a reforma da previdência e do trabalho. Não eram marginais, eram trabalhadores organizados.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Ora, o mérito da imprensa, como nos ensinou Alexis de Tocqueville (em seu tratado sobre a Democracia na América - 1859) é de que ela é a única chance que temos de não sucumbirmos ao sonho da Democracia e de fato valorizarmos e zelarmos por essa capacidade de se gerar uma informação local com efeito global. É isto: a função da imprensa, a meu ver é promover a integração das ações sociais, coletivas, comunitárias. É integrar pautas, otimizar ações e custos, produzir a boa divergência de modo a alcançarmos a convergência criativa... Há tempo, ainda, será? De todo vejo que há novos canais de comunicação, novas mídias (Facebook, Instagram, Whatsapp) que promovem uma informação em tempo real e com muito dinamismo e isso é uma boa ajuda aos movimentos sociais que carecem muitas vezes de recursos para se articularem.

"O Estado foi quem mudou. O movimento social foi quem mudou o Estado. E a mudança do Estado faz com que ampliem as formas de luta pelos direitos sociais."

TÂNIA MARIA SILVEIRA

Qualquer grito no ar é um incentivo

Milena Mangabeira da Silva[1]

Tânia Maria Silveira é graduada em Serviço Social pela Faculdade Salesiana de Vitória, especialista em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica de Lyon, França, e Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi docente e coordenadora do curso de Serviço Social na Faculdade de Ciências Gerenciais (Facig), em Manhuaçu-MG. É assessora do Departamento Pastoral da Arquidiocese de Vitoria/ES e integrante voluntária do Fórum Estadual em Defesa da Bacia do Rio Doce. Nascida em Iúna, na região sul do Espírito Santo, iniciou sua militância política em 1984. Ativa nos movimentos sociais, tem trajetória ligada ao movimento nacional e internacional de Direitos Humanos e movimento indígena, fazendo parte do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) por mais de 12 anos (1986 – 1998). Atuou no Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) e, no Espírito Santo, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CADH) e Centro de Atendimento às Vítimas de Violência (CEAV), ambos em Vitória, além de compor o Fórum Reage Espírito Santo Contra a Violência e a Impunidade, que investigou a atuação de milicianos da Escuderia Detetive Le Cocq, ligados a políticos e organismos do Estado, entre os anos 80 e a primeira década dos anos 2000. Também foi responsável pelo tema Direitos Humanos no gabinete da ex-deputada federal capixaba pelo PT, Iriny Lopes, entre os anos de 2003 e 2010.

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES, graduada em Jornalismo pela UFES; Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Imagem e Cibercultura da UFES (LABIC). E-mail: milena.manga@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Muito embora existam diferentes definições sobre o movimento social, que é um longo debate acadêmico, eu parto da seguinte definição, apesar de muito ampla, que abarca tudo o que eu vivenciei e o que eu compreendo sobre este tema: movimento social é uma ação coletiva de um grupo organizado com o objetivo de alcançar mudanças sociais por meio de embate político. O movimento social é a sociedade civil organizada, ou seja, grupos sociais que se articulam efetivamente. Nós temos ao longo da história mundial, brasileira e capixaba uma presença permanente dos movimentos sociais. Se pegarmos a história do Brasil podemos destacar, no século XVI, a Confederação dos Tamoios, articulando os índios daqui com os índios do Rio de Janeiro, numa luta contra a escravidão, que resultou na vitória dos Tupinambás contra os portugueses. Depois nós temos a Insurreição Pernambucana em 1645. Uma guerra de índios, escravos, portugueses e brasileiros liderados pelo fazendeiro João Fernandes Vieira contra os holandeses por causa da cobrança de impostos. No século seguinte, tivemos a Inconfidência Mineira em 1789, também uma luta decorrente da questão dos impostos. Ou seja, nós estamos sempre falando que é a sociedade contra o Estado enfrentando determinadas políticas que a sacrificam para além do suportável. Neste sentido, a luta contra a escravidão no Brasil, que atravessa mais de três séculos, é repleta de movimentos sociais abolicionistas. Outra história interessante é a Guerra de Canudos em 1896, uma guerra dos sertanejos pobres e flagelados pela seca contra o Estado, sob a liderança de um peregrino, o Antônio Conselheiro. Se analisarmos a história brasileira, veremos que ela é rica em movimentos sociais, de acordo com a definição que dei anteriormente de serem grupos organizados que entram em confronto por direitos, por superação de políticas do Estado que estão em desacordo com o que desejam.

No início do século XX, nos anos 30, temos a Revolução Constitucionalista, quando o Brasil começa a instalar suas bases industriais. A população não tinha proteção social, então, num momento específico do governo de Getúlio Vargas a legislação social começa a se estabelecer, sempre a partir de diversas ações de segmentos de trabalhadores que lutam em favor dos seus direitos. Daí vem a constituição das leis sociais de amparo aos trabalhadores e a todos os necessitados, idosos, crianças, etc. Antes, não havia previdência ou regulação de proteção ao trabalhador, com limite de jornada trabalhada, pagamento de horas extras ou idade mínima para trabalhar. A CLT surge nesta época. É um período em que se começa a regulamentar em leis as conquistas sociais de proteção às pessoas.

Em outro momento do século XX temos a Constituição de 88, que foi um marco na história brasileira por ter estabelecido um diferencial sobre o conceito de democracia. A democracia passa a abranger os aspectos da vida civil, não somente uma democracia política; a vida civil passa a ser incorporada no que é chamado de Estado Democrático de Direito. Fazendo essa

retrospectiva da história brasileira, nós observamos que temos mudanças no perfil da sociedade brasileira e mudanças de contexto. Não é o movimento social que muda em seu papel, o que muda é a sociedade e o seu contexto, e ao mudar surgem novas pautas ou novas formas de fazer movimentos sociais. É a sociedade contra o Estado para ampliar seus direitos e repudiar ações violentas do Estado e também para transformá-lo.

Temos pautas gerais, em que toda a sociedade participa, como a das Diretas Já e todo o movimento pós-ditadura de 1964, ou pautas específicas, como a dos índios, que tiveram uma luta exemplar na Constituinte de 1988, pois até então, eles não tinham seus direitos assegurados na Constituição Brasileira. Eu participei da articulação dos índios junto ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário[2]), que, na Constituinte de 88, foi uma das organizações de apoio de maior empenho na defesa dos direitos indígenas. E eles conseguiram os artigos 231[3] e 232[4] da Constituição que estão lá, pela primeira vez, assegurando direitos aos povos indígenas. Portanto, sejam lutas para repudiar violência, sejam lutas para conquistar novos direitos, a sociedade se levanta por inteiro ou segmentos da sociedade se levantam para realizar estas ações por mudanças.

A partir da Constituição de 88, graças às lutas populares que se adensaram na década de 1970, é que foi possível assegurar a participação popular na condução de políticas estatais e decisões legislativas, por meio de conselhos gestores de políticas públicas em todos os níveis (federal, estadual e municipal) e de propostas de lei de iniciativa popular. Portanto, há uma mudança da sociedade e uma mudança de contexto em que se cristaliza a compreensão de incluir a sociedade nos processos de decisão do poder público. Vemos então a formação dos conselhos deliberativos nos quais as organizações não-governamentais têm assento formalmente equivalente ao número de represententes do poder público. Nós passamos a constituir um modelo de Estado que envolve a sociedade organizada. Nós temos os movimentos sociais sentados à mesa, debatendo com os representantes do Estado e, ao mesmo tempo, fazendo suas lutas e enfrentamentos quando o diálogo não alcança resultados.

Se o papel dos movimentos sociais continua o mesmo, a forma de atuar é que muda conforme as circunstâncias históricas ou espaciais. Apesar de idealmente termos a perspectiva de que a luta pode ser resolvida pela negociação racional democrática, há sempre a ameaça de que a política "olho por olho, dente por dente" se fortaleça, em especial neste momento de acirramento dos conflitos no Brasil por causa da disputa pelas questões sociais. Vivemos, hoje, um momento

---

[2] O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) é organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criado em 1972, em um momento em que o Estado brasileiro assumia uma posição de integração dos povos indígenas à sociedade. Respeitando o protagonismo dos indígenas, o CIMI foi criado para reforçar e garantir direitos, por meio da luta, ao lado desses povos.

[3] Art. 231. "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

[4] Art. 232. "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

inusitado, pois a elite brasileira se articula para suprimir os avanços alcançados na proteção social, com medidas que restringem recursos públicos para os setores populares - agricultura camponesa, estudantes com baixa-renda, programas sociais, dentre outros - e propostas de reformas legislativas, trabalhista e previdenciária, que retrocedem a seguridade social às precárias condições que antecediam a Era Vargas. Portanto, ainda hoje há situações em que os movimentos sociais se deparam com o confronto, até mesmo armado, como é o caso dos índios, dos Sem Terra, dos Sem Teto e dos movimentos de rua. Há outras em que a alternativa é a denúncia ao Ministério Público, Defensoria Pública ou organismos internacionais de direitos humanos, que é outro canal de luta importante. Outra forma de atuação é o relacionamento direto com o Estado por meio dos Conselhos em que os movimentos sociais têm assento e estão dia a dia atuando em prol de políticas públicas para ampliar direitos, como já colocamos antes.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Obviamente que antes e depois de 1988 nós tivemos mudanças, ainda que não tenha um comparativo material, mas a meu ver mudou bastante. Até 88, eu trabalhava com os índios Pataxó Hã-Hã-Hães, no sul da Bahia. Os fazendeiros e os Pataxós lutavam por terras; hoje os índios já conseguiram todas as terras. Os fazendeiros iam para os jornais e falavam assim “as terras são nossas e nós estamos indo ao Paraguai buscar aviões de armas para defender as nossas terras”. Ora, buscar armas no Paraguai era um ato clandestino e ilegal, mas eles vinham abertamente para a imprensa, e a imprensa local de Itabuna e Ilhéus noticiava que os fazendeiros estavam buscando aviões de armas para defender suas terras dos índios. Ninguém era preso ou processado por dar uma declaração dessas. Nem o veículo, nem os fazendeiros que diziam o que estavam fazendo. Por quê? Porque havia uma segurança de que o Estado não criminalizaria este tipo de ato; e os índios também se armavam com o que podiam para sua defesa. Nós tínhamos uma situação de confronto armado. O CIMI de Itabuna tem nos acervos toda essa história.

A Anistia Internacional considerou, em 1985, a luta dos Pataxó Hã-Hã-Hães como o maior conflito étnico do mundo devido ao grande acirramento entre índios e fazendeiros. Eram 400 fazendeiros donos de cacau e um grupo de índios reivindicando 56 mil hectares de terra, o filé mignon do cacau. Foi uma briga muito dura. A imprensa noticiava claramente em prol dos produtores. Os veículos de comunicação tomavam o lado dos fazendeiros e os índios eram tratados como bandidos que estavam ali roubando o direito de nobres fazendeiros e estes estavam sendo ameaçados. Os índios eram mostrados como os ilegítimos e os fazendeiros como os legítimos donos das terras, quando deveria ser ao contrário. Tanto era ao contrário que hoje os índios estão lá com os 56 mil hectares de terras recuperadas, e os fazendeiros, os maiores da região, tiveram que ceder. Josaphat Marinho era senador da República e seu escritório era quem defendia os

fazendeiros. Os fazendeiros perderam, Josaphat Marinho perdeu, porque errados eram eles, no entanto, a imprensa noticiava que os índios eram um bando de usurpadores.

A partir da Constituição de 88 foi estabelecido o Estado Democrático de Direito, mas ainda hoje existem veículos de comunicação que noticiam se posicionando como representantes da sociedade e tachando de bandidos e usurpadores os líderes ou ativistas de um processo de reivindicação de direitos ou de contestação de uma violação. Mas hoje, a imprensa tem tido mais cuidado na manipulação dos fatos. Saltando de lá para cá, temos o caso da Samarco, que cometeu um crime ambiental em Mariana (MG), que levou à contaminação do Rio Doce, que atravessa Minas e Espírito Santo. A Gazeta (ES) publicou duas páginas, no mês em que aconteceu o chamado acidente, com entrevista de um professor da UFRJ assegurando como pesquisador que as toneladas de resíduos que saíram da barragem não apresentavam problemas, e que com seis meses o rio estaria limpo, pois bastaria chegar o período da chuva para as enchentes lavarem aquela massa alaranjada e tudo voltar à normalidade.

O crime aconteceu dia 5 [de novembro de 2015], no dia 15 nós estávamos instalando o Fórum Estadual em Defesa da Bacia do Rio Doce, coordenado pelo presidente da CJP [Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória] e com a participação de 80 entidades filiadas. Ao constituirmos o Fórum, fomos direto para os organismos internacionais, porque a gente sabe que se formos bater aqui não tem jeito. Com um mês, conseguimos que o relator para a questão de resíduos tóxicos da ONU soltasse uma nota dizendo que a sociedade tem direito às informações sobre a contaminação do Rio Doce e todos os riscos decorrentes dela. Quando a ONU soltou essa carta, a imprensa noticiou e o Instituto de Águas de Minas Gerais desengavetou o laudo com a informação de que os resíduos eram tóxicos. Mas precisou que a sociedade civil se organizasse, que nós fossemos ao alto comissariado de Direitos Humanos da ONU, que conseguíssemos a manifestação do relator para então o Instituto de Águas de Minas declarar publicamente que a água era contaminada. Eles já tinham o laudo. Com isso, conseguimos com que a mídia noticiasse. Antes, nós tentávamos falar na imprensa e aqui, no Espírito Santo, só o Século Diário[5] deu a informação, mais ninguém noticiava as denúncias e manifestações do Fórum. Nenhum outro veículo noticiava o desastre a não ser de uma forma que fosse para confortar, para assegurar à sociedade que não havia riscos. Tanto que o prefeito de Colatina (ES), Leonardo Deptulski, para comprovar que não havia riscos bebeu a água do rio, ao vivo no Bom dia ES, da TV Gazeta. E hoje todos nós sabemos que o rio está altamente contaminado graças ao Fórum, e agora também graças a outros fóruns que foram se constituindo ao longo do tempo, denunciando, comprovando e trazendo à tona informações para a sociedade. Hoje já não tem mais como esconder que o rio inteiro está poluído e com problemas graves.

Vejamos a situação dos índios Tupiniquim e Guarani aqui, no Espírito Santo: até conseguirmos a homologação do governo federal sobre propriedade das terras que são deles, a postura da Rede

---

[5] O Século Diário é um site de notícias do Espírito Santo que tem como premissa uma "orientação editorial independente e foco na interpretação dos fatos", descrito no próprio site. Seu principal foco é a política estadual.

Gazeta era de defesa da Aracruz Celulose, hoje Fibria, que ocupou a propriedade com eucaliptos[6]. Nós não podíamos ser ouvidos pelos jornalistas, e se o repórter nos ouvisse, o que era registrado não era noticiado ou era distorcido.

Outro exemplo, a Rodosol e a cobrança de pedágio da Terceira Ponte, em Vitória: pouco foi veiculado que, por anos, essa empresa cobrou pedágio acima do devido e tem R$ 45 milhões apropriados indevidamente, mas ninguém nem conversa sobre devolução. Os meninos que lideravam os estudantes e o movimento contra o aumento da passagem, de 2013, conseguiram a auditoria da Rodosol. Foram acusados, processados, criminalizados, embora eles estivessem fazendo uma ação que toda a sociedade aplaudia visando apurar questões acerca daquele pedágio. E ganharam! Os meninos estavam certos, mas respondem judicialmente porque se contrapuseram ao Estado que dizia estar certa a cobrança do pedágio[7].

Mais um exemplo foi esse momento da greve da Polícia Militar que vivemos em fevereiro deste ano. Se a igreja católica não entrasse junto com o Movimento de Direitos Humanos, o número de mortos estaria completamente escondido, porque não interessava ao Estado mostrar que por conta das forças de segurança estarem em greve a sociedade estava em risco.

Há inúmeras situações que poderiam ser mencionadas aqui que evidenciam a cobertura manipuladora do jornalismo sempre que envolve movimentos sociais, mas, em geral, podemos observar a seguinte estratégia da imprensa: num primeiro momento temos a omissão dos veículos. Num segundo momento, a cumplicidade para com os segmentos hegemônicos, com falsas afirmações que contestam o que a sociedade está dizendo. Então, se veicula notícia não-verdadeira, mas com fontes credenciadas para atestar o que estão dizendo, forjando uma versão dos fatos que não corresponde ao real. Quando não pode mais ignorar porque chega um momento em que não há mais como negar, como no caso do relator da ONU sobre o Rio Doce, começam a aparecerem os fatos, mas ainda com uma versão de que os movimentos estão exagerando, de que não é bem assim, então têm que distorcer. Quando não há mais como

---

[6] Foram cerca de 50 anos de luta dos índios Tupiniquim e Guarani contra a então Aracruz Celulose, hoje Fibria. Parte das terras dos índios foi apropriada pela empresa no período da ditadura militar para o plantio de eucalipto. Apesar da reconquista de 18.154,93 hectares de terras indígenas no Espírito Santo, processo que começou em 1994 e só terminou em 2015, o território não é mais fértil e/ou não possui mais mata nativa, uma vez que a Aracruz Celulose devastou a biodiversidade da região para o plantio de eucaliptos.

[7] Nas manifestações de junho de 2013, mais de 100 mil capixabas foram às ruas protestar e defender pautas diversas, tendo como específica da região o fim da cobrança e retirada do pedágio da ponte Darcy Castello de Mendonça, popularmente conhecida como Terceira Ponte, que liga as cidades de Vitória e Vila Velha. Os protestos renderam logo no mês seguinte a abertura de uma auditoria do contrato entre a Rodosol e o Governo do Estado. Em abril de 2014, após relatório preliminar indicar desequilíbrio de quase R$ 800 milhões no contrato, o então governador Renato Casagrande (PSB) decretou a suspensão por tempo indeterminado da cobrança do pedágio sob alegação de que os custos da ponte já haviam sido quitados. No entanto, o Tribunal de Justiça do Estado (TJES), com decisão da desembargadora Eliana Junqueira Munhós Ferreira, da 3ª Câmara Cível do Tribunal, decretou a retomada da cobrança para o dia 29 de dezembro do mesmo ano. O valor que vigora hoje é de R$ 1,00 para automóveis, quase metade dos R$ 1,90 que eram cobrados antes das manifestações de 2013.

distorcer, vem o embate de opiniões. Os veículos tradicionais credenciados por concessão, majoritariamente, forjam verdades.

Por exemplo, a greve geral que paralisou no dia 28 de abril 40 milhões de trabalhadores nas ruas. Qual é a versão alimentada pela mídia nacional? "A greve foi um fracasso!", ou que foi uma greve de sindicalistas porque a reforma retirou o imposto sindical. A mídia não considera que o país parou. Não há uma notícia "O país parou!". Não. Por quê? Porque a mídia tem sido um canal de comunicação oficial. Oficial não no sentido do interesse do governante, pois nem sempre é assim, mas dos grupos dominantes da sociedade. Daí, os grupos dominados que estão se insurgindo têm que ser silenciados. Quando não conseguem silenciar, eles têm que ser deslegitimados. E mais, quando não se consegue deslegitimar, o caminho é criminalizar. É uma sequência. A mídia cumpre um papel de reafirmação dos grupos dominantes. Hoje, com a internet, temos outro quadro. As coisas mudaram com as novas tecnologias na virada para os anos 2000 de forma decisiva, porque não há mais somente a imprensa tradicional para dizer o que está acontecendo no mundo. Configura-se uma nova realidade, um novo contexto.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim, principalmente essa imprensa tradicional. A imprensa independente como o Século Diário aqui no Espírito Santo, emite a opinião que julga adequada por não ter nenhum tipo de vínculo de negociata com setores públicos ou privados que o proíbem de falar algo. Vemos verdadeiramente a imprensa livre nos veículos de internet, mais autônomos, por justamente não estarem fechados na imprensa como negócio.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Sobre a vinculação política e ideológica dos principais veículos de comunicação do Brasil, convém destacar que o sistema de telecomunicação brasileiro funciona através de concessão pública do Estado aos operadores privados, portanto a outorga para operação ocorre através de relações políticas e ideológicas entre os governos de plantão e os concessionários. Durante a ditadura, foram os governos militares com sua visão ideológica e sua forma de exercer a política; agora, na democracia, são os governos civis de diferentes matizes política e ideológica. Os concessionários têm sido as empresas de famílias brasileiras poderosas. Quais as relações que ocorrem entre eles? Relações de afinidade política e ideológica, de interesses e propósitos compartilhados, de cumplicidade e compromisso de autoproteção, dentre outras. Por exemplo, a família do Roberto Marinho e sua Rede Globo que sustenta os interesses das grandes corporações

capitalistas em território brasileiro e, por isso, detém a concessão da principal rede de telecomunicação brasileira.

Outro dado importante é a capacidade dos meios de comunicação de influenciar a opinião pública. Dados da PNAD informam que, em 2015, os domicílios brasileiros com TV eram 97%, com rádio 69%, com acesso à internet 40%. Portanto, há predominância da TV enquanto veículo de informação e formador de opinião. Vale dizer que, apesar da globalização das telecomunicações e da tendência à portabilidade e mobilidade da TV, ainda prevalecem os conteúdos locais de informação e entretenimento cujo propósito é exercer a influência política e ideológica sobre a população.

As consequências disso para os movimentos sociais já foram faladas anteriormente: por mais que seja pertinente a reivindicação ou a contestação feita por eles, haverá sempre a negação ou a distorção desta informação. Então, a opinião pública desinformada ou mal informada terá dificuldades de dar sustentação, apoio, adesão aos propósitos da sociedade civil organizada. Consequentemente, para os movimentos sociais alcançarem adesão as suas ações é preciso ter estratégias muito bem elaboradas, caso contrário será derrotado.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Sempre. Em minha história de militância, uma coisa que eu melhor aprendi e, por sorte, aprendi rápido e cedo, foi que se conseguíssemos algum órgão internacional dando uma notícia de fora para dentro do país, a gente conseguiria que a imprensa nacional falasse e noticiasse aquilo que estávamos fazendo. Se não conseguíssemos esse contato, dificilmente passaríamos na mídia. Por isso, o primeiro esforço deve ser buscar um organismo internacional de direitos humanos para poder falar ou uma entidade internacional de direitos humanos para dar uma declaração tipo a Anistia Internacional, que tem peso na opinião pública. Então, se eles falam, nós saímos até no *The New York Times* como nós saímos com o Fórum Reage Espírito Santo: contra a violência e a impunidade. Um órgão internacional para a imprensa brasileira é o que legitima o movimento. O Estado que tem a lei, que tem a obrigação institucional de avaliar se aquilo é justo, devido e correto não faz por conta própria ou raramente faz. Majoritariamente a atitude é ignorar, deslegitimar e ganhar tempo, ganhar tempo e, se possível, criminalizar e, com isso, descredenciar quem está em oposição. E se a gente encontra respaldo internacional, significa que a gente não está falando aleatoriamente, sem base.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A importância é que a imprensa cria uma opinião pública. Contra ou a favor, a imprensa cria uma opinião. Por exemplo, não é só na periferia das cidades que acontecem atos violentos. No entanto, a opinião pública sustenta que a periferia é perigosa. Lamentavelmente, na maioria das lutas sociais de contestação de violações ou de reivindicação de direitos, elas são ignoradas ou deslegitimadas pelos meios de comunicação.

Considero que a estratégia de comunicação possível para os movimentos sociais e já vêm sendo exploradas, é através das novas tecnologias. Por meio delas, tenho observado possibilidades muito interessantes de movimentos autônomos. Lembro das manifestações de 2013, que, antes de se tornarem volumosas, os meninos faziam streaming pela internet, sem a mediação da mídia tradicional. É esse tipo de ação que está derrubando a hegemonia dos tradicionais mediadores da informação.

Considerações finais

Há um grito parado no ar porque, primeiro, qualquer grito se bem organizado pelas novas tecnologias de informação e comunicação ganha o mundo e se espraia. Qualquer grito no ar para mim é um incentivo, uma força. Um grupo organizado que tiver uma verdade em sua causa, seja uma reivindicação de um direito ou uma denúncia de uma violação, qualquer grito pode se espalhar, se tiver meios para isso que não as mídias tradicionais que estão sob o controle de alguém. Não precisamos de ficar no isolamento. E há muitos gritos mundo afora, por existirem muitas violações, muitos direitos a serem conquistados, pessoas de vários cantos do mundo que estão sofrendo coisas absurdas. Eu, por exemplo, não consigo acompanhar todas as pautas que estão acontecendo pelo mundo por se darem ao mesmo tempo, ou melhor, coisas que estão sendo noticiadas agora e não eram antes. A tendência é acompanhar o que é mais impactante. E a mídia tem uma tendência ao drama de uma maneira perigosa. Para chamar atenção, há grupos que estão gravando homicídios, como para colocarem suas pautas em destaque porque sequestros já não são mais suficientes para atrair a atenção. Mensurar estas questões é o grande desafio da mídia e dos movimentos, conseguir hierarquizar neste mundo globalizado o que devemos prestar atenção. Como hierarquizar esses gritos todos de maneira que se façam ouvir efetivamente? Esse é um desafio que o movimento social vai precisar superar, e também o próprio Estado porque, de certa forma, o movimento social atua junto ao Estado ou incide sobre ele.

"A deslegitimação dos movimentos sociais pela mídia, esvazia o conteúdo político de suas demandas, e transforma as questões apresentadas por esses atores e as suas formas de luta numa questão policial, e não em um problema social."

THIAGO APARECIDO TRINDADE

Momento de rearticulação e reagrupamento da esquerda

Rosa Helena Santos[1]

Thiago Aparecido Trindade é professor adjunto do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Em sua trajetória acadêmica vem pesquisando como as ações de protestos protagonizadas pelos movimentos sociais são enquadradas pelo discurso midiático. Em sua tese pesquisou o significado político de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo pelo movimento de moradia e a importância desta forma de ação. Seu trabalho é de grande relevância, já que, procura contribuir com o debate sobre a relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação, em particular, e com o debate teórico mais amplo sobre a relação entre os movimentos sociais e a democracia.

[1] Mestranda de Políticas de Comunicação e de Cultura na Universidade de Brasília. Pesquisadora do LaPCom – Laboratório de Políticas de Comunicação do PPG-FAC-UnB. E-mail: rlenas133@hotmail.com

Qual é o papel dos movimentos sociais na atualidade? Você acha que houve mudança nos últimos tempos? Você poderia citar alguns exemplos?

Eu até desenvolvi um pouco essa reflexão no capítulo final da minha tese. Até muito em função da pesquisa que eu fiz, o argumento que eu defendi na minha tese vai muito nesse sentido. Você me pergunta se houve mudança no papel dos movimentos sociais hoje. Eu acho que sim, mas em um sentido no qual vou tentar estabelecer uma linha de tempo. Quando ocorre a promulgação da Constituição de 1988, até o ano passado — porque estou considerando que o ano passado foi o encerramento de um ciclo, em função da ruptura institucional que tivemos no Brasil, da ruptura democrática e tudo mais —, eu considero que entre 1988 e 2016 a principal função dos movimentos sociais era publicizar, era tornar público, escancarar as promessas não cumpridas na nossa Constituição Federal. Então, por exemplo, o direito à moradia está assegurado, o direito à alimentação, o direito ao lazer, o direito à cultura, uma série de outras coisas. Sabemos, por exemplo, que os movimentos de moradia têm um potencial muito forte de questionar isso por conta da luta deles, que envolve o direito à cidade. Não só o movimento de moradia, mas hoje no Brasil nós temos um grande protagonista também, que é o Movimento Passe-Livre, que é o MPL, que foi um grande protagonista das manifestações de 2013 no Brasil. Então, nesse sentido, e não só o Movimento de Moradia, claro, o MST também, o próprio MST coloca o dedo numa ferida da sociedade brasileira, que é uma ferida muito profunda: o fato de que o Brasil é um país que não fez reforma agrária.

Eu entendo que a principal importância do MST e dos Movimentos de Moradia em nível nacional, é apontar esses problemas. A capacidade que esses movimentos tiveram para tornar isso público foi muito relevante, ou seja, quando falamos "tornar público" significa fazer com que a imprensa fale sobre isso. Porque aí existe uma questão muito complicada. Nós podemos não gostar da abordagem que a imprensa faz, mas a abordagem da imprensa é necessária para que as demandas adquiram publicidade. O próprio Habermas, que é um autor muito importante também no campo da comunicação, em uma das suas obras mais importantes, que é *Direito e Democracia*, deixa isso muito claro.

A mídia, o caminho da mídia é incontornável para os movimentos sociais. Não há como contornar esse caminho se os atores querem tornar públicas, querem publicizar as suas demandas e as suas reivindicações. E aí eu acho que, se isso é verdade, se isso valeria como uma tese entre o período de 1988 a 2016, talvez do ano passado para cá, o principal papel e a principal importância dos movimentos sociais é no sentido de manter as garantias da Constituição de 1988. Se até o ano passado a principal função era publicizar os temas e lutar pela implementação dos direitos, hoje eu acho que o principal papel desses atores consiste em manter aquilo que está escrito. Por aí

definimos o retrocesso. Porque a luta no período anterior que se encerrou no ano passado era uma luta pela implementação daquilo que está constitucionalmente garantido. Agora, não estamos lutando para implementar, mas estamos lutando para manter o que está escrito, para, quem sabe, acumular forças e, num próximo ciclo, conseguir uma ofensiva capaz de voltar a lutar pela implementação daquilo que foi assegurado.

Como os movimentos sociais são noticiados pela imprensa no Brasil? Há diferença entre os veículos? Você poderia citar exemplos?

Eu acho que tem. Mas é interessante essa pergunta porque eu já conversei muito com meus alunos sobre isso. Vamos fazer uma comparação de dois grandes veículos da imprensa escrita: *Folha de S.Paulo* e *Estado de S. Paulo*. A *Folha* e o *Estadão* têm posições diferentes em relação a alguns pontos. Por exemplo, a *Folha* é a favor das cotas raciais, é contrária à pena de morte, à redução da maioridade penal e tem uma postura mais aberta, por exemplo, para discutir a descriminalização das drogas; enquanto o *Estadão* já tem uma postura mais conservadora em relação a todos esses tópicos: é contra as cotas, tende a ser a favor da redução da maioridade penal, geralmente não se mostra um veículo aberto para se discutir, por exemplo, a questão da descriminalização das drogas. Então, digamos, a *Folha* é liberal no plano econômico e liberal no plano dos valores. O *Estadão*, em termos bem gerais, é um veículo liberal no plano econômico e conservador no plano dos valores. Então existem diferenças que devem ser levadas em conta. Não dá para dizer que é a mesma coisa. Mas têm algumas questões que parecem unir esses grandes jornais, como por exemplo, a forma como eles abordam a luta dos movimentos populares.

Tem um documentário sobre a vida do Milton Santos, um grande geógrafo brasileiro, intitulado *O mundo global visto do lado de cá*. E, nesse documentário, justamente fazendo uma análise sobre a imprensa, ele faz uma análise muito interessante, dizendo que, se olharmos para esses grandes veículos da imprensa escrita, quando se referem a determinados tema, quando estamos falando, por exemplo, da luta dos movimentos sociais, a luta do MST, a luta do MTST, a luta pela terra de um modo geral, seja ela no meio rural, seja ela no meio urbano, até as fotos que saem nesses jornais são iguais.

Do ponto de vista de algumas questões, é claro que existe uma diferença de posição entre esses veículos, mas a impressão que eu tenho é que (e isso incluiria também o jornal *O Globo*), quando se trata de grupos organizados politicamente, que afrontam os interesses do *status quo* de alguma forma — e nós nem estamos falando aqui de uma revolução socialista, mas estamos falando de distribuição de propriedade, que é algo que os países de capitalismo avançado já fizeram em grande medida, por exemplo, em relação ao que se refere à reforma agrária —, quando falamos de movimentos que atingem o coração dessas elites, parece que se tem uma posição meio fechada no meio jornalístico. Claro, estamos nos referindo a esse meio jornalístico da chamada “grande imprensa”. Porque aí é o outro lado da moeda.

Aí temos que considerar que existem hoje, principalmente graças à internet, vários outros veículos que ganharam destaque, que têm, digamos, uma circulação não desprezível; não é comparável à circulação dos grandes veículos, mas também não é uma circulação a ser desprezada. Eu citaria, por exemplo, o próprio caso da *Carta Capital*, que tem algumas reportagens muito interessantes em relação justamente às lutas dos movimentos sociais; *Brasil de Fato*, *Correio da Cidadania*, *Rede Brasil Atual*, enfim. São veículos que acabaram tendo certa difusão nos anos recentes e que trazem outra versão sobre os movimentos sociais. Isso sem contar, claro, as plataformas e os endereços eletrônicos dos próprios movimentos sociais, que, pelo menos na minha visão, têm se tornado cada vez mais especialista no uso das redes sociais.

É muito evidente que existe ali dentro desses movimentos pessoas mais jovens que estão operacionalizando essas redes e tentando justamente construir um diálogo com essa juventude, inclusive a juventude da periferia. Eu chamaria a atenção também para o caso das Mães de Maio, que é um movimento que praticamente se tornou conhecido graças às redes sociais. Então, existem esses dois lados. Agora, se pensarmos na grande imprensa, a abordagem tende a ser predominantemente negativa, como eu falei agora há pouco. É verdade que se pesquisarmos a fundo, e algumas pesquisas mostram isso, existem, sim, reportagens pontuais ou até mesmo um editorial dentro do circuito da grande imprensa ou outro que tendem a apresentar uma visão mais simpática às demandas de alguns movimentos. Porém, se fizermos uma análise longitudinal, uma análise de longo prazo, vemos que essas reportagens, esses discursos mais moderados ou até mais simpáticos são bem minoritários perto dessa avalanche de ataques, digamos assim, que a grande imprensa costuma fazer aos movimentos de esquerda no Brasil.

E de alguma forma a imprensa no Brasil contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos movimentos sociais? Poderia citar alguns exemplos?

Eu não tenho dúvida. Pelo menos desde meados da década de 1980, com as pesquisas do Stuart Hall e de seus colegas, essa questão de como a notícia é recebida pela audiência é um tema muito controverso e muito polêmico. É claro que não dá para dizer que o público-alvo da imprensa absorve as notícias da forma como o editor imagina ou da forma como o editor gostaria que acontecesse, não puramente. Então o que esses estudos nos ensinaram é que a influência da mídia nesse sentido precisa ser relativizada. Isso é verdade e eu concordo totalmente. Porém, eu quero chamar atenção para uma coisa que sempre comento com meus alunos que, embora precisemos relativizar a influência da mídia, isso não significa descartar a influência da mídia.

Na minha perspectiva, acho que a mídia continua a ser a principal formadora de opinião na sociedade. Não tenho a menor dúvida disso. Alguns estudos recentes nos Estados Unidos têm mostrado que essa questão da influência da internet, que foi e tem sido muito debatida de alguns anos para cá, é o que precisa ser relativizada, porque 90% do conteúdo compartilhado na internet, em alguns casos, é o conteúdo trabalhado pelas grandes corporações do setor de

comunicação. Nesse sentido, os termos que muitas vezes são utilizados pela imprensa para descrever as ações dos movimentos sociais no Brasil, como "invasão", "formação de quadrilha", "associação criminosa", "facções", tem um sentido muito pejorativo e isso contribui para estigmatizar fortemente esses atores. E principalmente não apenas o que sai na imprensa escrita, mas principalmente na televisão. Não é raro vermos analistas da grande imprensa tacharem de terrorismo as ações como, por exemplo, os travamentos de rodovias e as ocupações de terras e imóveis ociosos.

Nesse sentido, existe uma estigmatização, uma estereotipação muito forte justamente operando a partir da construção de estereótipos negativos sobre o que representam as ações desses movimentos. Então, na medida em que se associa a ocupação de uma terra ou de um imóvel urbano num ato de invasão, afirmando que ela é um ataque à propriedade privada e não uma forma de lutar por direitos constitucionalmente estabelecidos, obviamente está sendo criada uma imagem muito negativa perante a sociedade.

Porém — e eu acho que isso é uma coisa bastante interessante para ser discutido nessas pesquisas que envolvem a relação entre mídia e movimento —, a pergunta que eu tenho me feito é: o que é pior para os movimentos sociais? Estarem presentes na mídia de uma forma negativa ou simplesmente serem ignoradas pela mídia? Porque, veja, quando alguém apresenta uma história sobre qualquer coisa, quando se apresenta uma narrativa, ao fazer isso, está sendo aberta a possibilidade de ser produzida uma contranarrativa; está sendo aberta a possibilidade de que o argumento contraditório apareça em algum momento, inclusive, como eu havia falado, dentro do próprio circuito da mídia hegemônica. Por exemplo, na *Folha* há colunistas como Vladimir Safatle, e até pouco tempo atrás o Guilherme Boulos (principal coordenador do MTST em nível nacional) era colunista da *Folha*. Então, dentro do próprio jornal existem versões diferentes sobre aquele episódio ou sobre aqueles eventos. Por outro lado, quando aquele assunto é ignorado, quando simplesmente você não existe para o grande público, na minha perspectiva, isso é muito pior. O dilema dos movimentos sociais é este: ser tratado pela mídia de uma forma profundamente estigmatizada e predominantemente negativa, porém, ainda assim, depender dela, depender desse veículo para que seja um ator conhecido perante a opinião pública.

Você consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas nos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. E quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos movimentos sociais?

É difícil falarmos em termos de vinculações explicitamente partidárias, muito embora saibamos, claro, que existe um circuito dessa grande imprensa que há muitos anos sonha com o PSDB no poder. Isso é muito evidente. Não por acaso, essa grande imprensa nunca fez questão de investigar a fundo os grandes escândalos de corrupção do governo Fernando Henrique Cardoso (FCH). Eu vou citar apenas dois: a chamada "privataria tucana", o escândalo das privatizações, e

a compra de votos para o mandado da reeleição do governo FCH, em 1997. Então, é um setor da imprensa que tem, obviamente, uma predileção por um determinado partido. Porém, eu preciso falar, eu prefiro pensar que essa imprensa tem, na verdade, uma posição de classe, e essa posição de classe é dominante.

O Venício Lima, que foi professor aqui do IPOL, tem alguns escritos até recentes sobre isso, mostrando o alinhamento à direita dessa grande imprensa brasileira. Quando falamos "à direita", é no seguinte sentido: defender um projeto de estado mínimo, defender um projeto no qual as políticas de distribuição de renda não sejam prioridade, não sejam foco do governo e menos ainda do Estado. Porque o grande receio de uma parte da elite brasileira como um todo era de que algumas iniciativas que vieram à tona no ciclo petista se tornassem políticas de Estado. Essa que é a grande questão. Um dos principais receios desses setores é que o combate à desigualdade se torne uma prioridade do Estado brasileiro. E, como nós estamos vendo, infelizmente isso não se tornou prioridade mesmo, porque agora, depois do golpe do ano passado, tudo isso mudou muito rapidamente. E o que nós estamos vendo agora é que são justamente os setores mais vulneráveis da população que sofrerão as consequências negativas do retrocesso em curso. E essa grande imprensa, é inegável que ela tem uma posição estrutural, que é dentro da elite econômica do país.

Nós estamos falando de grupos que são proprietários de grandes veículos de comunicação. A estatística varia de acordo com a fonte, mas no Brasil de hoje podemos dizer que existem, mais ou menos, dez grandes grupos econômicos controlando cerca de 70% do mercado de comunicação do país. E, claro, ninguém chama mais atenção do que as organizações Globo, que detêm em larga medida a chamada propriedade cruzada dos meios, ou seja, jornal, rádio, televisão, revista, internet. Detêm muitos privilégios em um item que, para muitos juristas, e segundo a Constituição de 1988, deveria ser regulamentado, portanto, não deveria ser permitido, não corresponde à realidade jurídica do país.

Então, esses setores que estão à frente dessa imprensa fazem parte do que classicamente foi definido por alguns autores da teoria política como classe burguesa. E, por ser a classe burguesa, são, sem dúvida, pessoas ligadas à classe dominante, e portanto têm posição de classe. Então, faz sentido falar em predileção partidária? Faz. Mas eu acho que faz mais sentido ainda quando pensamos do ponto de vista estrutural da sociedade, em cuja estrutura esses grupos possuem uma posição altamente privilegiada, uma vez que são proprietários de meios de comunicação e detêm o capital nas mãos, não o capital produtivo nos termos marxistas, mas detêm o capital que os torna proprietários dos meios de comunicação.

Para você, há diferença de cobertura dos movimentos sociais pela imprensa do seu país (do Brasil) e pela imprensa internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e

manifestações cuja cobertura nacional foi diferente da internacional no sentido de criminalizar os movimentos sociais.

Vou citar um exemplo bem recente: a greve geral do dia 28. Circularam pela internet *prints* de manchetes de alguns jornais internacionais, como o próprio New York Times, com um enquadramento muito diferente do que foi construído pela imprensa no Brasil a respeito da greve geral de 28 a de abril. É interessante essa questão. Eu falei agora há pouco sobre o risco dos movimentos sociais serem ignorados.

No dia 27 de abril, chamou a atenção de muita gente o fato de que o *Jornal Nacional* não falou sobre a greve. É interessante. Qual foi a opção? Foi não falar sobre. Isso acarretou um processo interessante porque eles sofreram uma avalanche de críticas nas redes sociais. E, no dia 28, durante o dia 28, eles se esforçaram em mostrar, na cobertura do próprio telejornal, que eles tinham feito uma cobertura sobre a greve. Porém, obviamente, uma cobertura com base no *modus operandi* que conhecemos: ouvindo principalmente as autoridades políticas, as autoridades policiais, que usam todos esses termos que já citamos: associam protesto a baderna, a desordem pública, ao vandalismo etc., e dando muito pouco espaço para que as lideranças populares, que foram as verdadeiras protagonistas do protesto, pudessem expor seus pontos de vista.

Eu, por exemplo, fiz questão de acompanhar, aqui no DF, o *DFTV*, que é o telejornal da Globo na hora do almoço, na edição da tarde, que tem início ao meio-dia e acaba por volta de 12h50; eu fiz questão de acompanhar, e nenhuma, nenhuma liderança de movimento social falou, absolutamente nenhuma. As reportagens mostravam a polícia atirando bombas para dispersar os travamentos que foram feitos nas rodovias, que foram feitos principalmente pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), e entrevistavam as pessoas que estavam indo para o aeroporto e que estavam sendo prejudicadas porque tinham que descer ou parar o carro e caminhar até o aeroporto, ali já próximo à entrada do Park Way. E essa é a questão.

Ao mesmo tempo em que a imprensa no Brasil faz desse jeito, existem jornais no mundo, que nem são jornais de esquerda necessariamente, mas são veículos que trazem um outro olhar para esses fatos. Isso se vê pela própria manchete. Enquanto que na própria *Folha de S.Paulo* estava dizendo, por exemplo, “protestos geram prejuízos e causam distúrbios”, em jornais internacionais de grande relevo, as manchetes eram “cidades brasileiras paralisadas por protesto contra a austeridade”, algo mais ou menos nessa linha. Então, o enquadramento é diferente sim, não há como negar. Sem contar a definição que vemos, por exemplo, para nomear os próprios manifestantes. Enquanto muitos jornais lá fora se utilizam dos termos “ativistas” ou “manifestantes”, no Brasil muitas vezes lemos a notícia e ouvimos os repórteres falando o famoso termo “vândalos”: os vândalos colocaram fogo nos pneus. Isso ficou muito evidente em junho de 2013, por exemplo. Isso sem contar o esforço que a polícia sempre faz para jogar para baixo o

número de manifestantes, e obviamente que os números nunca vão bater com as estimativas dos manifestantes. Mas isso eu até acho que está dentro da disputa política mesmo.

É aquela história: importa menos a realidade e muito mais a percepção que os atores têm da realidade. Porque, na verdade, existe essa disputa de percepção. E a imprensa, claro, pelo menos esse setor mais hegemônico da imprensa, não é que os movimentos sociais sejam totalmente ignorados, mas eles têm muito menos espaço. Se for pra fazer uma estimativa e pensarmos no *Jornal Nacional*, por exemplo, serão dois ou três minutos dedicados a ouvir autoridades políticas ou policiais se posicionando sobre os protestos, e talvez, com sorte, uns dez segundos com a fala de alguma liderança de movimento social. Se for um jornal como a *Folha de S.Paulo*, vai ser uma página inteira trazendo a percepção e discursos de autoridades e uma notinha num canto da página trazendo a perspectiva dos movimentos.

Para você, qual é a importância da imprensa para os movimentos sociais? E quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite alguns exemplos.

Eu já fui questionado algumas vezes sobre isso em alguns congressos e trabalhos que apresentei, porque eu entrava justamente nesse ponto. Os movimentos sociais precisam da imprensa, independentemente da cobertura que eles tenham. Aí o questionamento era sempre: “mas você não acha que a retratação do movimento social pela mídia é muito mais negativa do que positiva?” Claro que se tem um lado muito perverso, muito negativo, mas estar presente na opinião pública é melhor do que não estar. Para os movimentos, eu considero que seja mais importante que as suas demandas e suas reivindicações estejam circulando de alguma forma por ali, e que eles tenham a oportunidade, mesmo que de uma forma muito precária, de expor o seu ponto de vista, do que se a imprensa optar simplesmente por ignorá-los. E daí que eu digo, e venho até escrevendo e pesquisando sobre isso, da importância que se tem, por exemplo, das ações de protesto. Porque, por exemplo, você pode fazer um abaixo-assinado pela internet, pode fazer uma petição junto ao vereador que você apoiou, pode fazer um *lobby* junto a algumas instituições políticas mais específicas, ou atuar, participar diretamente de alguns espaços que o Estado construiu ao longo desses anos, que chamamos na ciência política de instituições participativas, como, por exemplo, as conferências nacionais. Porém, nenhuma dessas vias de atuação institucional tem o impacto que o protesto tem na opinião pública. Por exemplo, uma petição levada para a Câmara de Vereadores dificilmente vai ser primeira página da *Folha de S.Paulo*. Mas se um prédio for ocupado no centro da cidade de São Paulo, a chance de que isso seja destaque é muito maior. Para os movimentos, é muito importante haver essa publicidade. Esse é o meu ponto.

Aí entramos no segundo ponto, que é o enquadramento que eles têm, a forma como a notícia é produzida, a forma como a notícia é transmitida ao público. E isso implica um desafio. Nos

movimentos que eu já estudei, com os quais eu tive contato, eu tenho percebido um esforço muito grande nesse sentido, de travar uma disputa interpretativa com os meios de comunicação, ou seja, travar uma disputa de enquadramento. Hoje, acredito que exista essa crescente relevância do papel da internet. Eu acho que é um veículo que tem que ser explorado, claro. Na verdade, os movimentos precisam usar todos os meios que estão à sua disposição. Mas eu sou um pouco cético em relação a isso. Uma vez eu fiz um breve levantamento sobre isso, e fui comparar no Twitter o número de seguidores que tem a *Folha de S.Paulo*, a *Rede Globo*, o *Estadão*, a *Veja*, com as contas dos movimentos sociais, como MST, MTST, etc. O número é incomparável. É um abismo gigantesco, com grande desvantagem para os movimentos. Então, na verdade, a internet, de uma certa forma, acaba reproduzindo a assimetria que existe no campo da comunicação convencional. De um modo geral, ela faz isso.

Agora, eu tenho percebido que os movimentos têm se preocupado, têm se profissionalizado cada vez mais no uso das redes sociais, não só na divulgação de textos, de artigos que são divulgados primeiramente em *blogs* ou até mesmo em outros espaços, mas inclusive através da divulgação dos chamados memes, que, hoje, quer queira quer não, é uma coisa que faz parte da realidade do debate político. E por mais empobrecedor que seja — porque não é possível fazer uma análise profunda sobre nenhum assunto através de um meme —, eu tenho visto que os movimentos muitas vezes também acabam recorrendo a esse tipo de linguagem justamente para disputar esse espaço que está se constituindo nas redes sociais. Porém, na minha percepção, nada, na minha opinião nada substitui o trabalho de base. Trabalho de base que a esquerda forjou neste país, fazendo nas décadas de 1970 e 1980 nas periferias das grandes cidades principalmente.

Talvez a esquerda precisasse fazer um curso de atualização com os evangélicos porque eu acho que não há ninguém hoje no Brasil que faça um trabalho de base melhor do que eles. Eu sei que é um pouco controverso o que eu vou falar, mas é muito mais fácil, teoricamente, fazer um trabalho de base para defender um valor que já é, digamos, estruturante do senso comum, dos valores da cultura dominante, que é a religião. É muito mais fácil para alguém que vai fazer trabalho de base chegar com uma bíblia na mão para falar sobre religião do que com uma bandeira vermelha para falar sobre os ideais da esquerda. E eu falo isso porque eu tive a experiência de participar de trabalho de base em uma época que militei junto à Consulta Popular em Campinas. Foi um período muito breve, mas foi um ensinamento muito rico para mim. A Consulta Popular é um grupo que ainda tem nessa concepção do trabalho de base um mote essencial da formação política. Então, eu acho que nada, em termos de estratégia e comunicação popular, substitui o trabalho de base, que, na minha opinião, também está muito associado ao uso da rádio comunitária.

No Brasil sabemos que muitas rádios comunitárias acabam permanecendo numa situação irregular perante a lei, justamente porque no Brasil, pelo pouco que eu pesquisei a respeito disso, o pedido para se abrir uma rádio comunitária pode demorar até oito anos, por exemplo. Eu associo muito essa ideia do trabalho de base à ideia da rádio comunitária, do fortalecimento da

comunicação ali no espaço local. Mas isso tem que ser pensado em termos de uma estratégia, digamos, articulada por uma força de esquerda capaz de fazer isso em nível nacional, com capilaridade nacional. Quem seria essa força? O Partido dos Trabalhadores. E a prioridade do Partido dos Trabalhadores hoje nós sabemos que não é mais o trabalho de base. Sabemos que a grande dificuldade que vemos hoje nesse sentido é que, quer queira quer não, o PT também acabou se acomodando às estruturas do poder. Claro que as coisas mudaram, claro que o contexto todo mudou, mas é aquela história: a ausência da esquerda nas periferias — e um pesquisador que tem falado muito sobre isso é o Gabriel Feltran, professor da UFSCAR —, foi ocupada, principalmente pelas redes ligadas ao tráfico e pelas redes ligadas à igreja evangélica. É aquele velho ditado: o poder não suporta vácuo. Sei que a conjuntura é outra, que muita coisa mudou, mas não podemos achar também que é impossível fazer trabalho de base. Não é impossível. É muito difícil, eu reconheço isso, até porque as condições que temos em relação à década de 1980 são outras. Agora, não podemos achar que é impossível. O problema é que eu não vejo hoje isso como sendo uma prioridade dessa esquerda hegemônica no país, da qual o PT ainda é a principal referência.

Mas você vê alguma outra possibilidade, já que a prioridade do PT não é mais esse trabalho de base que você considera tão importante?

Eu mencionaria duas coisas: a própria possibilidade de fazermos uma política de regulação dos meios de comunicação, que é muito difícil hoje no Brasil por conta do contexto. Eu me lembro de que no período que o Franklin Martins foi o ministro da Comunicação Social (foi por um período meio curto de tempo), ele usou uma expressão várias vezes: "o elefante está em movimento". O elefante estava se movimentando porque o governo do PT, de fato, apesar de não ter enfrentado diretamente essa questão, apresentou algumas propostas interessantes no sentido de caminharmos um pouco mais no avanço de uma política de regulamentos aos meios de comunicação. Mas, como sabemos muito bem, do ano passado para cá, o elefante parou de se movimentar, o elefante parou de andar.

O maior problema foi este: nós, de um modo geral, compartilhavamos uma sensação de que o elefante estava em movimento e que ele não ia parar. E não digo apenas em relação às políticas de comunicação, mas à democracia de um modo geral. Acabamos caindo numa ilusão de que a democracia política estava consolidada e não teria volta. Hoje nós vemos claramente que foi um erro fazer essa leitura, ter subestimado as possibilidades de um retrocesso. Talvez tenha sido o maior erro desse campo que chamamos de campo popular democrático. Ter partido do pressuposto de que as condições básicas do jogo político estavam dadas. O que vimos no ano passado mostra claramente que não estavam. E o que é mais impressionante: bastou o fato das pessoas comerem três vezes por dia, e que filhos de empregadas domésticas frequentassem universidade pública para que isso gerasse toda a reação que gerou.

Se mesmo com esse reformismo considerado “fraco”, gerou uma reação como essa, imagina se o PT tivesse, de fato, tentado avançar numa política de esquerda. Talvez não teria ficado nem seis meses no poder. É muito delicado tudo isso, mas, claro, isso também não pode servir como pretexto para não tentarmos fazer a luta avançar mais do que ela avançou. Eu sempre vi com muito bons olhos essa questão da tentativa de regulamentação dos meios de comunicação seguindo o exemplo do que foi feito em vários países também de capitalismo avançado, e também tem o caso famoso da Lei de Meios na Argentina, promulgadas em 2009, se não me engano.

Porém, depois do que aconteceu no ano passado, sabemos que as chances de avançar em uma política de democratização da comunicação no Brasil são mínimas. O episódio envolvendo a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) é um sinal claro disso. Foi o primeiro ataque e talvez o mais contundente. Aí eu fico me perguntando: será que não precisamos começar a pensar e talvez a apostar em outras alternativas no que se refere à luta pela democratização da comunicação? Será que não precisaríamos, em vez de continuar nos apegando a essa possibilidade da democratização dos meios a partir de uma ação estatal, apostar em ações de caráter mais subversivo à la WikiLeaks, por exemplo? Ou até mesmo a partir de dissidências individuais, como foi o caso do Edward Snowden?

Para se regulamentar os meios pelo Estado, precisamos, de uma forma ou de outra, que isso venha também do Estado. E sabemos que a relação do Estado com o capital é muito orgânica. Eu não estou dizendo que o Estado e o capital sejam a mesma coisa. Eles definitivamente não são. Porém, sabemos que os limites para a ação do Estado estão muito claros, e isso é mais claro ainda no caso de um país periférico como é o caso do Brasil. E é justamente daí que eu me faço este questionamento: será que essa forma subversiva de lutar pela democratização da comunicação não é um caminho mais realista a ser explorado em termos ao invés de esperar uma ação do Estado? Eu estou falando isso porque estou cada vez mais pessimista em relação à possibilidade de uma política efetiva de regulamentação estatal dos meios de comunicação.

Você falou muito do trabalho de base. Você acredita que os meios de comunicação estão associados a isso? A rádio principalmente, no caso?

Sim. Na minha perspectiva, enquanto pesquisador, a luta central é a luta pela democratização da comunicação. Não há como formar opinião, não há como disputar a interpretação com a classe dominante se os meios de comunicação estão tomados pela classe dominante. Se não houver uma política estrutural de democratização dos meios de comunicação para assegurar uma maior pluralidade no debate público, as possibilidades de travar essa disputa interpretativa são muito restritas. E o grande problema é esse. Para nós conseguirmos democratizar os meios, temos que conseguir forçar o Estado a caminhar nessa direção. E para isso, é necessário que alguns grupos dentro do Estado estejam dispostos a fazê-lo.

Eu não tenho a ilusão de que vamos caminhar para um modelo sueco, por exemplo, que é um modelo extremamente regulamentador e intervencionista. Mas eu acho que podemos avançar um pouco em relação ao que é hoje, no Brasil. Se começarmos a pensar em colocar alguns limites nessa questão da propriedade cruzada e facilitarmos o processo de difusão das rádios comunitárias, eu acho que já seria um grande avanço. Mas, como vamos avançar nisso? A única possibilidade de avançar nisso é construir uma correlação de forças favorável no plano político que force o Estado a fazê-lo, e isso só vem com muita mobilização e muita pressão social. Na minha perspectiva de pesquisador, essa deveria ser a luta central dos movimentos sociais no Brasil. Porém, é o que eu sempre digo, eu sou pesquisador e não um militante orgânico desses movimentos, então não me sinto à vontade para apontar o dedo e dizer o que esses ativistas e dizer devem ou não devem fazer.

Sabemos que os movimentos têm as suas agendas, têm as suas prioridades, e sabemos que é muito difícil construir uma grande coerente em torno de uma demanda única. Eu acho que o que aconteceu no Brasil no ano passado contribuiu para rearticular a esquerda, para reagrupar. Eu acho que a greve geral de 28 de abril foi uma demonstração disso. Mas acho muito difícil vislumbramos um cenário no qual esses movimentos abandonem suas agendas específicas para terem como prioridade a luta pela democratização da comunicação. Enquanto pesquisador, entendo que esse seria o cenário ideal, mas é muito complicado, do conforto da nossa posição acadêmica, dizermos para os movimentos sociais o que eles devem ou não devem fazer.

Considerações finais.

A leitura que eu tenho agora do contexto que estamos vivendo é justamente esta: se a ruptura democrática de 2016 serviu para alguma coisa foi para a rearticulação e reagrupamento da esquerda. Eu acho que o governo do PT proporcionou vários avanços, várias conquistas sociais de várias ordens; não por acaso foi, de fato, o governo que mais avançou no combate à pobreza e à desigualdade. Mas eu acho que ele teve um fator um tanto perverso, que são os efeitos do chamado pacto lulista, que pressupõe a conciliação de classes, o qual tinha uma contrapartida muito forte que era justamente a desmobilização popular.

E, se o evento do ano passado tiver alguma importância histórica, vai justamente no sentido de rearticular essa esquerda em torno de um projeto cuja disputa não seja mais a disputa eleitoral, mas sim a disputa pela construção de uma hegemonia no campo da sociedade civil, com todas as dificuldades que isso envolve. E eu tenho ciência de que isso não é um trabalho de cinco ou dez anos. É um trabalho de trinta, quarenta anos. Que demore o tempo que tiver que demorar.

Eu entendo que, neste momento, o foco da luta popular não é o Palácio do Planalto, mas sim a rua, a periferia, as rádios comunitárias, enfim, todas as ferramentas de comunicação popular que estão sendo constantemente inventadas, reinventadas e reinterpretadas pelos ativistas da

comunicação popular. Acredito que o nosso desafio hoje é esse. E, claro, se houver alguma força social capaz de articular uma luta em torno da democratização dos meios, eu penso que seria uma possibilidade muito importante porque, de fato, para mim, essa deveria ser uma demanda crucial da esquerda no Brasil. Porque é impossível travarmos um diálogo com a sociedade brasileira em termos minimamente equilibrados sendo que os meios de comunicação estão sob o controle da classe dominante.

"Os movimentos sociais têm o papel de lutar pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores, contra uma sociedade organizada só em torno do mercado"

VAGNER FREITAS

Ser visível é questão central

Francisco Verri[2]

Presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas de Moraes iniciou sua trajetória sindical no final da década de 80. Diretor do Sindicato dos Bancários em São Paulo, nos anos 90, e da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) até 2003, foi um dos fundadores da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. Ainda foi membro de organizações sindicais do Cone Sul e, desde 2006, participa da direção nacional da Central Única dos Trabalhadores. A frente da CUT, instituição com cerca de 3.500 entidades e mais de sete milhões de filiados, coordenou manifestações contra o impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff e de mobilizações contra as reformas trabalhista e previdenciária. Liderança de uma das principais centrais de trabalhadores do País, Vagner se configura como uma personalidade representativa em meio ao epicentro de crise política e institucional que o Brasil convive.

[2] Mestre em Ciências Sociais e doutorando em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: chicoverri@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Os movimentos sociais começam a ter relevância no Brasil na década de 70, com o Movimento Contra o Custo de Vida e suas grandes manifestações. Uma história atrelada à grandes marcos da história nacional, como as Greves do ABC [1978 a 1981] e, mais tarde, a retomada da democracia com o fim da ditadura militar em 1985. Ainda, pelas lutas dos movimentos sociais, foi possível aprovar uma das melhores Constituições da América Latina, com várias garantias aos trabalhadores. A partir da década de 90, inicia-se um período neoliberal, com Fernando Collor de Mello e se estende pelos dois mandatos do Fernando Henrique Cardoso. Período problemático aos movimentos sociais, que convivem com um processo de desregulação social, os obrigando a ir ao Estado em busca do acesso às políticas públicas e de regulamentações que modificassem a vida do povo. Em contraposição ao neoliberalismo, houve um movimento de conquista da hegemonia não só a partir dos movimentos sociais, mas também, no aparelho do Estado.

Com as eleições de Lula e Dilma, os movimentos passaram a ser respeitados como interlocutores. Negociavam e influíam nas formulações de políticas públicas. Não foram atendidas todas as reivindicações, muito deixou de ser feito, mas é muito diferente de um governo golpista [refere-se ao presidente Michel Temer], que já por não ser eleito, não tem compromisso com a democracia e nem respeito com as divergências, com o contraditório que representa as posições dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais têm o papel de lutar pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores, contra uma sociedade organizada só em torno do mercado. É preciso investir em iniciativas, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, que geram uma organicidade em torno de movimentos de diferentes representações da sociedade. Para uma democracia é preciso da representação governamental e de uma força social organizada com capacidade de impor suas demandas pela sua mobilização, pela sua força, pela sua vontade. Hoje, o Brasil tem um governo com ampla governabilidade dentro do Congresso Nacional e nenhum na sociedade. Ao seu lado, apenas os grandes veículos de comunicação.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

São noticiados como marginais. Tem uma grande mídia hegemonizada pelo capital que tenta marginalizar o movimento. Bate de frente por uma questão política e ideológica. Os movimentos são outra alternativa de poder, pelo qual, a sociedade se manifesta. É um instrumento contra-

hegemônico em um País altamente oligopolizado e dominado por uma elite conservadora. Tanto é, que quando os movimentos começam a combater os interesses da grande mídia via internet, rádios comunitárias e educativas, surge uma reação e o enfrentamento por parte dos veículos tradicionais. Embora, todos sejam conservadores, a Rede Globo de Comunicação é a pior. É a que mais precisa ser combatida. É a principal defensora do grande capital, do capital rentista. Sem ela não haveria golpe.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Completamente. A imprensa estereotipa, quando diz que estamos lutando contra a reforma trabalhista pelo imposto sindical. A CUT é contra o imposto sindical e a imprensa não diz. Exceção, para a década de 70, quando parte da imprensa teve papel importante no reconhecimento dos movimentos sociais, durante o primeiro ascenso. Período de organização e maior capacidade de diálogo com a sociedade. Em 79, tudo muda. No momento em que os conflitos começam a se acirrar, os veículos tomam lado. Começa o processo de desmonte, de ataques, das acusações de corporativismo. Deixam de noticiar os movimentos como ações populares para classificá-los como organizações orientadas por interesses políticos e ideológicos. Cria-se estereótipos sob visões distorcidas de países como Cuba e Venezuela. Estrutura-se uma série de estereótipos para eliminar elementos chaves do processo de disputa hegemônica: a crença e o valor. A mídia tradicional repete esse processo diuturnamente com diversos movimentos, como o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] e o MTST [Movimento dos Trabalhadores Sem Teto].

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

A vinculação é com o capital que os financiam. A imprensa brasileira é extremamente ideológica e movida pelos interesses do capital financeiro que os sustentam com seus anúncios. Uma vinculação política com governos conservadores, como o atual, que só existe pelo conluio com a mídia. Defendem o *estabeleshimen*t, o domínio do capital sobre o trabalho. São veículos de comunicação espraiados pelo Brasil, monopolizados na Ditadura Militar. Primeiro com a Globo e, depois, com a concessão a uma pequena elite que domina a mídia brasileira. Grupos hegemônicos que sempre foram um obstáculo para a democratização midiática no País.

As consequências são as piores. Atrapalham, pois querem acabar com a classe trabalhadora organizada, com a organização dos sindicatos e movimentos sociais, com os direitos sociais. Se

observar todos os atos importantes, em algum momento, gritam ‘abaixo a Rede Globo, o povo não é bobo’. Historicamente, a mídia tem deturpado as manifestações sociais. Fazemos piquetes pacíficos, a polícia agride e a mídia notícia que quem provocou a confusão foram os manifestantes. Na greve de 1980, quando o Lula foi preso, a Globo fazia campanha massacrando o movimento e o ex-presidente. Seguem uma linha política e ideológica consistente com os interesses de quem os financiam. Querem a todo custo governar por quem estiver na presidência da República.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Há uma grande diferença. Embora os veículos tenham bastante semelhança, uma mídia igual ao Brasil está para nascer. Se for para a Argentina, por exemplo, e analisar a cobertura dos movimentos, verá diferenças. Lá eles mostram o movimento, noticiam o ato e as reivindicações. É claro que ainda dão o tom, conforme os interesses do veículo. Porém, mostram. Aqui omitem, como se não houvesse nada. Manifestação com 1 milhão de pessoas, é divulgada com 10 mil. Manifestação do público que defende as teses deles tem 100 mil e eles colocam 1 milhão. É uma abordagem seletiva que dá o tom político e ideológico.

Mas não é assim em todo o lugar, A Al Jaazera mostra também a opinião dos americanos. A TV Cubana, a Telesur, da Venezula, mesmo com uma versão mais arraigada, noticiam o outro lado. Um exemplo no Brasil foi a cobertura do ato em Curitiba [ato político em apoio a Lula, no Centro de Curitiba no dia 10 de maio de 2017, durante o depoimento do ex-presidente ao juiz Sérgio Moro]. Um link da TVT [emissora educativa outorgada à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho, mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Funcionários de São Paulo, Osasco e Região] foi utilizado para a cobertura de jornais e televisões da Alemanha, França, Itália, Europa como um todo, quebrando a resistência da mídia interna.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

Do ponto de vista sociológico, qualquer movimento só existe quando é visível. Ser visível é questão central. Se não houver visibilidade, as lutas e demandas levantadas não existem para o Estado. Os grandes movimentos populares na década de 70 e 80 só conquistavam a negociação,

o sentar-se à mesa, quando iam para o confronto e todo mundo ficava sabendo. Ou pela cobertura dos meios de comunicação ou pela criação dos fatos que gera visibilidade.

O reconhecimento do movimento social passa pela sua visibilidade. Passa pela construção de espaço nos meios de comunicação, para defender suas teses, suas reivindicações, as contradições.

É nesse sentido que a primeira coisa a ser feita é regular os meios de comunicação. É necessária uma legislação que regule os veículos de comunicação, que no Brasil se comportam como partidos políticos da burguesia contra os trabalhadores. Também deve potencializar as TVs regionais, dos movimentos sociais, comunitárias. Potencializar uma mídia oriunda dos movimentos e não da mídia conservadora. Também aproveitar as redes sociais online que mudaram o mundo. A informação, o contraditório, a divergência é muito mais rápida com essas novas ferramentas. A CUT tem investido para ter uma comunicação bastante eficiente.

Considerações finais

Parabéns pela iniciativa da Faculdade de Comunicação [FAC/UNB] do Lapcom [Laboratório de Políticas de Comunicação]. É fundamental o debate sobre o papel dos movimentos sociais no Brasil e sua relação a mídia.

A CAPA

Lizely Borges[1]

O registro do repórter fotográfico Daniel Castellano (Gazeta do Povo) à súplica da professora Ângela Alves Machado, da Rede Estadual de Educação do Paraná pelo cessar fogo de mais de 4 horas aos 20 mil manifestantes presentes no nomeado “Massacre de 29 de abril”, no ano de 2015, relata não apenas a intensa repressão do Estado aos trabalhadores da saúde, educação e segurança pública do Paraná, como também uma fotografia anterior ao dia em que o governo feriu na carne mais de 200 presentes no ato, e nos direitos, os 300 mil servidores estaduais. Naquela tarde, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de autoria do governador Beto Richa (PSDB) para reformulação do ParanáPrevidência. A medida fragilizou direitos previdenciários dos servidores, descumpriu uma promessa de campanha do governador reeleito em 2014, ignorou a reprovação popular ao projeto (expressa na ocupação da Alep em 10 de fevereiro pelos trabalhadores) e evidenciou a ausência de constrangimento do Estado em violentar em praça pública.

Foram 2.323 balas de borracha. 1.413 bombas de fumaça. 2.516 policiais deslocados para o ato. Atiradores de elite do alto dos prédios. Helicópteros em rasante. Ao todo, R$ 940 mil na ação policial para impedir o acesso dos manifestantes à galeria da Alep. “Quando recusamos este Estado, ele nos agride. A nossa única opção é resistir”, relata a professora. Dois anos depois, a resistência é diária: Ângela leciona em 3 escolas do Estado, fruto da retração de direitos da categoria.

---

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (2016), linha Políticas de Comunicação e Cultura. Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico (2014) e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo (2005), ambas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua com movimentos populares desde 2003. Desenvolve pesquisas sobre participação política, instituições democráticas e políticas de comunicação. E-mail: lizely.borges@gmail.com

AS ORGANIZADORAS

Elen Cristina Geraldes Jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade de São Paulo, doutora em Sociologia pela UnB, é professora-adjunto III da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, onde atua no curso de Comunicação Organizacional, e pertence ao seu Núcleo Docente Estruturante. Membro efetivo do Programa de Pós Graduação de Comunicação da FAC/UnB, leciona a disciplina Metodologia e orienta estudantes de mestrado e doutorado. Pertence à linha de Políticas de Comunicação e Cultura e coordena o Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB. É vice-coordenadora do GT Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom. Suas linhas de interesse são Lei de Acesso à Informação, Políticas de Comunicação e Comunicação Pública. E-mail: elenger@ig.com.br

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa Janara Sousa é jornalista (2000) e mestre em Comunicação (2003), pela Universidade de Brasília (UnB). Fez Doutorado em Sociologia (2009), na linha de pesquisa Educação, Ciência e Tecnologia, também pela UnB, e, em 2008, fez estágio de doutoramento na Universitat de Barcelona, em Barcelona, na Espanha. Atualmente, é professora-adjunta do curso de Comunicação Organizacional e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação, UnB. No PPGCOM, atua na linha de pesquisa Políticas de Comunicação e Cultura. Também é membro do grupo de pesquisa LapCom ? Laboratório de Políticas de Comunicação. Suas áreas de interesse são: governança da internet, direito à comunicação, direito à informação, liberdade de expressão, políticas de comunicação e Lei de Acesso à Informação. Atualmente, está fazendo pós-doutorado sobre o papel da sociedade civil na governança da internet, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CESC), Universidade do Minho, Portugal. E-mail: janara.sousa@gmail.com

Ruth de Cássia dos Reis é jornalista, graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (1981), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1996) e doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). É professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Comunicação Social, desde 1990, atuando no curso de graduação em Jornalismo e compõe a equipe de professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso, tendo como temas principais os processo discursivos em rede, jornalismo e políticas de comunicação. E-mail: ruthdosreis@gmail.com e ruth.reis@ufes.br

Vanessa Negrini é doutoranda e mestre em Políticas de Comunicação, pela Universidade de Brasília - UnB; bacharel em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília - UnB (2013); mais de 15 anos de atuação em assessorias de comunicação, com foco político-organizacional, gestão de crises e planejamento, sobretudo em entidades de classe. Elaborou estratégias e coordenou a comunicação de campanhas eleitorais para prefeito municipal, deputado distrital, presidentes de associações de classe e membro de Tribunal Superior. Editora executiva da Revista Brasileira de Políticas de Comunicação (RBPC). E-mail: negrini.vanessa@gmail.com

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)